UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE HUMANIDADES

MESTRADO EM ECONOMIA

OLHAI OS ASSENTAMENTOS DO CAMPO NA PARAÍBA: ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO CAJÁ - 1990 - 1999

GERUSA COUTINHO RAMOS

CAMPINA GRANDE - PB

2000

GERUSA COUTINHO RAMOS

OLHAI OS ASSENTAMENTOS DO CAMPO NA PARAÍBA: ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO CAJÁ - 1990 – 1999

Dissertação apresentada ao Mestrado em Economia Rural do Centro de Humanidades da Universidade Federal da Paraíba, campus II, como um dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Doutor Robério Ferreira dos Santos

CAMPINA GRANDE- PB

2000

R175o Ramos, Gerusa Coutinho
Olhai os assentamentos do campo na Paraiba : estudo socioeconomico do Caja - 1990-1999 / Gerusa Coutinho Ramos. - Campina Grande, 2000.
207 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Reforma Agraria 2. Assentamento Rural 3. Associativismo 4. Indicadores Socioeconomicos 5. Dissertacao - Economia I. Santos, Roberio Ferreira dos II. Universidade Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

CDU 332.021.8(81)(043)

GERUSA COUTINHO RAMOS

OLHAI OS ASSENTAMENTOS DO CAMPO NA PARAÍBA: ESTUDO SOCIOECONÔMICO DO CAJÁ - 1990 - 1999

Aprovada em 18 de janeiro de 2000.

Comissão Examinadora:

Prof. Doutor Robério Ferreira dos Santos – Orientador
Universidade Federal da Paraíba – Campus II

Prof. Doutor Eric Pierre Sabourin - Examinador
Universidade Federal da Paraíba – Campus II

Prof. Doutor Ivan Targino Moreira - Examinador
Universidade Federal da Paraíba – Campus I

Dedico este trabalho aos trabalhadores assentados do estado da Paraíba e do Brasil, homens e mulheres que lutam pela sobrevivência na terra e melhoria de suas condições de vida. A quem ofereço este poema, ***"O Grito da Terra"***:

"A terra nasceu soberana, livre também forte
A cerca nasceu tirana, gerando fome e morte
O pão a terra produz, pra todos que fome tiver
Mas a ganância do homem, concentra o que se pode ver
Porém um grito novo, do povo se levantou
se armaram os tiranos, mas na resistência esbarrou
Mas em nossa resistência os tiranos abriram rombos
Com a força da organização, nos recuperamos dos tombos
Nos erguemos com mais força, e também experiência
Também nos organizamos, contra toda violência
As viúvas choram os maridos, os órfãos choram os pais
O sangue que banha a terra, corre em rios que longe vais
Pois a força do dinheiro, queres a tudo comprar
Porém nossa consciência, nada pode apagar
Há muito nas mãos de poucos, e muitos que nada têm
Os gritos contra as injustiças, estão chegando do além
Unidos e organizados, partimos quebrando cercas
Desde as terras alagadas, as frutas e também as secas
A terra está gritando, pedindo a seus filhos
Somente a Reforma Agrária, devolverá meu brilho"

(Santana)

AGRADECIMENTOS

A construção de um trabalho de dissertação de mestrado é o resultado de um longo e árduo processo. Trata-se de um caminho que, embora muitas vezes solitário, não realizamos sozinhos. Por esta razão faz-se necessário mencionar a contribuição das pessoas e instituições que colaboraram na sua concretização. Por isso, agradeço:

- Ao Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos pela orientação e apoio para o término do trabalho: além de excelente profissional, um ser humano especial;
- aos assentados do Cajá e diretoria da associação pela disponibilidade em colaborar com o trabalho;
- ao companheiro Eduardo Santos pelo incentivo, afeto, dedicação e revisão do texto ao longo do desenvolvimento do trabalho;
- à querida filha Mirella, que mesmo nos primeiros meses de vida soube colaborar e cooperar com a conclusão deste trabalho;
- aos técnicos do INCRA/PB, Márcio Araújo – Superintendente, John Ericsson – Procurador, Luís Gonzaga, Edval, Francisco e Adelina, Grupamento de Assentamento, Alexandre – Informática, Genival – Desapropriação, José Carlos - Alienação e Titulação, José Silva Neri – Cartografia e Recursos Naturais e Maria da Penha – Planejamento.
- aos técnicos do INTERPA, Auristênio Cândido – Coordenador de Planejamento, Mariluci Vieira de Lima – Coordenadora Fundiária e Múcio – Coordenador de Assentamento;
- ao Nilton do MST/SP, Edivaldo do MST/PB e Elemar da CONCRAB;
- ao Fábio Ribeiro e Diniz, técnicos da EMATER/PB, escritório de Alagoa Nova e Matinhas;
- à Edilma e à Marli, pelo apoio na concretização da pesquisa, funcionárias do Posto de Saúde de Matinhas;

▪ à grande amiga Maria Alice, uma eterna batalhadora pela melhoria das condições de vida dos assentados, pelo estímulo e motivação nos distintos momentos em que retomei o trabalho da dissertação;

▪ ao amigo professor Hélio Dal Monte que participou do trabalho desde o início, pelo fato de estar escrevendo a sua dissertação e sofrendo os prazeres e desprazeres da conclusão de um trabalho tão importante para a nossa vida acadêmica;

▪ ao estimado amigo professor Antônio Carlos Guimarães pelo apoio na elaboração do abstract.

▪ à Neuma Camelo (secretária), à Joanice, à Rosecler (bibliotecária) e ao Everaldo, funcionários do Mestrado em Economia da UFPB pela colaboração em todos os momentos solicitados e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS
LISTA DE QUADROS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE SIGLAS
RESUMO
INTRODUÇÃO 01

CAPÍTULO I- ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

1.1- Principais Abordagens Teóricas 08
1.1.1- Contribuição social x contribuição econômica 10
1.1.2- Estratégia de resistência da pequena produção no meio rural 19
1.1.3- Estudos de viabilidade econômica 22
1.1.4- Considerações sobre intervenção do Estado, pequena produção e integração dos assentados ao mercado 40
1.1.5- Aspectos sociais e sucessos/insucessos 47
1.2- A Construção Teórica da Categoria Assentamento Rural 54

CAPÍTULO II- O PROCESSO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA

2.1- A Política de Assentamento Rural no Brasil 67
2.2. A Implantação de Assentamentos Rurais
2.2.1- Contextualização histórica dos projetos de colonização e assentamento 72
2.2.2- Formas de aquisição de terras 88
2.2.3- Seleção de famílias e parcelamento 101
2.2.4- Infraestrutura 107

2.2.5- Orientação da política de assentamento com relação ao crédito rural, à produção e à comercialização 114
2.2.6- Assistência técnica 127

2.2.7- Regularização da posse da terra e titulação 130
2.2.8- Experiências associativas 134
2.3- Considerações Finais 144

CAPÍTULO III- INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ASSENTAMENTO RURAL CAJÁ ENTRE 1990 E 1999

3.1- Metodologia 148
3.2- O Processo de Desenvolvimento da Agricultura Paraibana e o Agreste 152
3.3- Contando a História do Cajá: o Sonho da Conquista da Terra 155
3.4- O Enfrentamento de Novos Desafios: o Assentamento das Famílias 156
3.5- O Assentamento Cajá: Apresentação e Análise dos Indicadores Socioeconômicos
3.5.1- Indicadores demográficos 162
3.5.2- Indicadores de infraestrutura 166
3.5.3- Indicadores de educação e de saúde 168
3.5.4- Indicadores econômicos
3.5.4.1- Produção e produtividade 170
3.5.4.2- A renda familiar 175
3.5.4.3- Nível tecnológico 178
3.5.4.4- Crédito 181
3.5.4.5- Aquisição de implementos agrícolas e eletrodomésticos 183
3.5.5- Indicadores de participação em organizações associativas 184
3.5.6- Indicadores de evasão 188
3.5.7- Titulação 190
3.5.8- Pontos fortes e pontos fracos do assentamento Cajá 191
3.6- Considerações Finais 194

CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS 198

ABSTRACT 202
BIBLIOGRAFIA 203

LISTA DE FIGURAS

GRÁFICO 1- Evolução dos Projetos de Colonização
e assentamento - da década de 60 a década de 90 73

GRÁFICO 2- Porcentagem de imóveis desapropriados,
comprados ou transferidos para implantação de
assentamentos - 1966 - Setembro/1999 91

GRÁFICO 3- Produção agrícola no assentamento Cajá
1990 - 1996 - Setembro/1999 173

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Distribuição dos projetos de colonização e assentamento rural – 1966 – Setembro/1999 72

QUADRO 2- Evolução dos projetos de assentamento rural - INCRA/PB 1986 – Setembro/1999 78

QUADRO 3- Acampamentos de trabalhadores sem terra – 1996 - Setembro/1999 79

QUADRO 4- Imóveis desapropriados, comprados ou transferidos para implantação de assentamento rural – INCRA/PB – 1966 - Setembro/1999 93

QUADRO 5- Projetos de assentamentos implantados pelo governo do estado – INTERPA/PB - 1982 – Setembro/1999 99

QUADRO 6- Situação de infraestrutura e de equipamentos encontrada nos assentamentos 112

QUADRO 7- Crédito de custeio e investimento do PROCERA – INCRA 117

QUADRO 8- Titulação definitiva em projetos de colonização e assentamento – INCRA/PB – 1966 – 1998 133

QUADRO 9- Comparação entre sociedade cooperativa, associação e sociedade mercantil – SETEMBRO/1999 141

QUADRO 10- Pontos fortes e pontos fracos do assentamento Cajá - 1990 – Setembro/1999 194

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Nível de atendimento da assistência técnica - 1996 127

TABELA 2- Participação dos assentados em organizações - 1996 135

TABELA 3- Porcentagem dos chefes de família do assentamento Cajá, segundo a faixa etária, em 1985 e 1990 157

TABELA 4- Perfil demográfico da população do assentamento Cajá - 1990 - Setembro/1999 164

TABELA 5- Porcentagem de assentados, segundo a faixa etária do Assentamento Cajá - 1990 - Setembro/1999 165

TABELA 6- Infraestrutura no assentamento Cajá - 1990 - Setembro/1999 167

TABELA 7- Nível de escolaridade dos assentados do Cajá - 1990 - Setembro/1999 168

TABELA 8- Condições de saúde e nível de atendimento no posto de saúde de Matinhas - 1990 - Setembro/1999 170

TABELA 9- Produção agrícola no assentamento Cajá - 1990 - 1996 - Setembro/1999 172

TABELA 10- Pecuária no assentamento Cajá – 1990 - 1996 - Setembro/1999 175

TABELA 11- Origem da renda no assentamento Cajá - 1990 - 1996 - Setembro/1999 177

LISTA DE TABELAS

TABELA 12- Renda monetária média familiar mensal – 1990 – 1996 - Setembro/1999

TABELA 13- Nível tecnológico utilizado pelos assentados do Cajá - 1990 - 1996 - Setembro/1999 178

TABELA 14- Porcentagem dos assentados que possuem implementos agrícolas e veículo - 1990 - Setembro/1999 181

TABELA 15- Acesso das famílias assentadas ao crédito rural - 1987 - Setembro/1999 183

TABELA 16- Porcentagem de assentados que possuem eletrodomésticos 1990 - Setembro/1999 184

TABELA 17- Nível de participação dos assentados em organizações - 1990 - Setembro/1999 185

TABELA 18- Nível de evasão de assentados no Cajá - 1985 - Setembro/1999 190

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRA.....Associação Brasileira de Reforma Agrária

ACI.....Aliança Cooperativa Internacional

BID.....Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD.....Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento

CAIs.....Complexos Agroindustriais

CEPRO.....Comissão Estadual PROCERA

CGC.....Cadastro Geral de Contribuintes

CONCRAB.....Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG.....Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAGUIA.....Cooperativa de Produção Agropecuária

CPT.....Comissão Pastoral da Terra

DAF.....Departamento de Assuntos Fundiários

DOU.....Diário Oficial da União

EMATER/PB.....Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba

EMPASA.....Empresa Paraibana de Abastecimento e Serviços Agrícolas

FAO.....Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (Food and Agriculture Organization)

FETAESP.....Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo

FETAG/PB.....Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba

FETASE.....Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Sergipe

FETRABALHO/SP.... Federação das Cooperativas de Trabalho do Estado de São Paulo

FIBGE.....Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FUNDAP.....Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba

FUNTERRA.....Fundo de Terras

FSP.....Folha de São Paulo

IAF.....Instituto de Assuntos Fundiários

ICA.....Instituto de Cooperativismo e Associativismo

INCRA.....Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERPA.....Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba

INSS.....Instituto Nacional de Seguridade Social

MARA.....Ministério da Agricultura e Reforma Agrária

MIRAD.....Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MST.....Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONGs.....Organizações Não-Governamentais

PAPP.....Programa de Apoio ao Pequeno Produtor

PC.....Partido Comunista

PEA.....População Economicamente Ativa

PIC.....Projeto Integrado de Colonização

PNADs.....Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNRA.....Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD.....Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROALCOOL.....Programa Nacional do Álcool

PROCERA.....Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária

PROTERRA.....Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PROCANOR.....Programa Especial de Apoio às populações pobres das zonas canavieiras do Nordeste

PRONAF.....Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRRA/PB.....Plano Regional de Reforma Agrária do Estado da Paraíba

SAA.....Secretaria da Agricultura e Abastecimento

SEAF.....Secretaria de Assuntos Fundiários

SEDUP.....Serviço de Educação Popular

SM.....Salário Mínimo

SIPRA..... Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SNCR.....Sistema Nacional de Crédito Rural

SRTT.....Sistema de Regularização e Titulação de Terras

STR.....Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDENE.....Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TDA's.....Títulos da Dívida Agrária

UDR.....União Democrática Ruralista

UEPB.....Universidade Estadual da Paraíba

UFIR.....Unidade Fiscal de Referência

UFPB.....Universidade Federal da Paraíba

UNIPÊ.....Institutos Paraibanos de Educação

UNESP.....Universidade Estadual Paulista

UNICAMP.....Universidade Estadual de Campinas

UNICRUZ.....Fundação Universidade de Cruz Alta

VTN.....Valor da Terra Nua

RESUMO

Na década de 90, verifica-se uma multiplicação de conflitos sociais no campo e a luta pela terra tem sido o principal instrumento dos agricultores para garantir a sua posse. Neste cenário e no bojo de uma política limitada de redistribuição de terras executada pelo Estado, surgem os assentamentos rurais, que passam a ocupar espaço no contexto da agricultura familiar. Este trabalho tem como objetivo estudar o perfil socioeconômico do assentamento Cajá, localizado no Brejo Paraibano, comparando indicadores de 1990 e de 1999. Os resultados obtidos demonstram que, apesar das dificuldades enfrentadas pelos assentados com relação à declividade do terreno; falta de infraestrutura; baixo nível de tecnologia; o não acesso ao crédito na fase de plantio e a falta de uma organização coletiva experimentou-se, ao longo desses nove anos, um processo de evolução socioeconômica no assentamento, pelas melhorias alcançadas nas condições de vida dos assentados, expressas pelo aumento da renda familiar e no contentamento em trabalhar e viver no assentamento.

INTRODUÇÃO

Em meados da década de 80, na transição do ciclo de governos militares para a democracia civil, afloraram organizações de representação de segmentos sociais específicos do setor rural, que passaram a lutar pela retomada das propostas de reformas na estrutura fundiária, objetivando a geração de renda e trabalho para famílias de agricultores "sem terra" e "sem teto".

É historicamente perceptível a tendência de aumento das lutas pela terra em momentos de crise econômica, como, por exemplo, no período de 1980 - 1984, quando a economia brasileira vivia um quadro de desaceleração econômica, impasse político e agravamento da questão social, no qual, de todo modo, abriram-se os caminhos para uma nova fase para o país, concretizada na luta pelas "diretas já" (1985).

Nessa etapa da vida nacional, instado pelas pressões políticas dos movimentos no campo e pela retomada dos debates sobre a reforma agrária na mídia, o governo Sarney criou o MIRAD. Os agricultores lançam uma nova proposta com a finalidade de redirecionar as atividades em torno da execução da reforma agrária, priorizando metas para assentamento de agricultores sem-terras e de posseiros em áreas de conflitos.

Paralelamente à organização de agricultores, movimentos sociais, ONG's e parcela dos intelectuais da classe média em favor de mudanças na estrutura agrária e da democratização do acesso à terra, os segmentos da classe empresarial urbana e rural se organizaram para impedir qualquer modificação nos direitos de propriedade e uso da terra agricultável.

Foi neste contexto que os agricultores realizaram o IV Congresso dos Trabalhadores Rurais, cuja temática central era debater uma proposta de reforma agrária e lançar um plano capaz de desapropriar terras produtivas sub-utilizadas, até então protegidas pelo Estatuto da Terra (Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964). Na sua contraproposta, os trabalhadores rurais salientavam a necessidade de desapropriar imóveis com área superior a 3 (três) módulos em que 50% das terras agricultáveis não fossem utilizadas e defendiam o confisco de terras griladas ou irregulares (NOVAES, 1987:19).

No entanto, o PNRA (Decreto N.º 91.766 de 10 de outubro de 1985) da Nova República baseava-se, fundamentalmente, no conteúdo do Estatuto da Terra, que incentivava a expansão de empresas rurais. Neste cenário político, os trabalhadores acabaram se dividindo em facções com posições distintas quanto às formas mais apropriadas de luta pela realização da reforma agrária, fragilizando, assim, a sua capacidade de organização.

De outro lado, os proprietários de terra responderam criando e reforçando as entidades que pudessem representá-los e conquistaram um espaço significativo no congresso nacional, de onde exerceram forte pressão no governo para a aprovação de um plano adequado a seus interesses. O principal porta-voz de suas propostas, a UDR, posicionava-se enfaticamente contra o PNRA, não admitindo a desapropriação de terras como base da nova proposta e não aceitando a tributação para as empresas rurais. Além disto, negavam qualquer mudança na estrutura fundiária, discordando das metas de assentamento lançadas pelo governo Sarney. A reação ao Plano por parte dos donos de terras transbordou em ações práticas, levando os proprietários a fortaleceram a defesa armada das propriedades, o que resultou no aumento do número de agricultores mortos em conflitos no campo. Agindo também no interior da estrutura do Estado, procuravam desestabilizar as forças populares.

Os proprietários de terras se posicionavam contra o PNRA por compreenderem que seus interesses não estavam contemplados: não aceitavam a desapropriação de terras como o principal instrumento da reforma agrária, como também questionavam os encaminhamentos relativos à política agrícola, tributação e colonização como medidas complementares. Acreditavam que a recuperação da função social da terra não passava pela mudança na estrutura fundiária, tendo em vista que as terras inexploradas ou sub-exploradas existiam para esta classe como resultado do funcionamento do mercado capitalista. Era necessária a realização de investimentos nas propriedades capazes de gerar aumentos significativos em termos de produção e produtividade, mas isto dependia do apoio e dos subsídios oferecidos pelo governo para torná-los mais rentáveis do que os resultados obtidos na especulação financeira.

A ação e articulação da classe dominante – proprietários de terras, industriais, exportadores, comerciantes e banqueiros - e a fragmentação da luta pela reforma agrária dos trabalhadores, contribuíram para mudanças na proposta inicial do governo e para a concretização de um plano que correspondia aos interesses do capital e seus representantes principais naquela contenda - os proprietários de terras.

Segundo Novaes (1987:25 - 26), a denominada reforma agrária pacífica proposta pelo governo Sarney provocou um aumento considerável no preço de mercado da terra - utilizado como referencial na desapropriação -, em função das especulações dos proprietários. Assim, como o preço da terra estava elevado, os proprietários tinham interesse na desapropriação, pois recebiam os TDA's e depois entravam na justiça com um processo para receber um valor de indenização bem acima do preço real da terra.

O PNRA tinha abrangência nacional e funcionava através das comissões agrárias de cada estado. Dessa forma, facilitava a intervenção do poder local dos latifundiários nas comissões. Além disso, o ato da desapropriação de terras dependia de uma decisão do Presidente da República, o que, por sua vez, restringia o poder do MIRAD. Acrescente-se o uso da categoria latifúndio produtivo como um retrocesso na reforma agrária, já que as terras ocupadas por posseiros eram consideradas produtivas e não passíveis de desapropriação.

Os assentamentos rurais surgem no bojo de uma política de redistribuição de terras, como resultado da derrota dos agricultores sem terra e de uma vitória dos proprietários de grandes propriedades rurais. Mesmo assim, o campo continuou sendo um espaço de batalha sangrenta e os conflitos se intensificavam pelo país afora. O Estado, tentando resolver esta situação e sob forte pressão dos movimentos sociais em defesa dos "sem terra", impulsiona a instalação de famílias de agricultores em assentamentos, opção politicamente viável para amenizar os conflitos sociais e não realizar a reforma agrária.

Na década de 90, a questão dos assentamentos passou a ocupar um espaço importante nos estudos e pesquisas sobre o meio rural, principalmente os temas ligados ao funcionamento e reprodução das unidades agrícolas familiares implantadas com a participação do Estado, através da execução do PNRA e da política de assentamento.

Observa-se que pensar, refletir e tentar compreender as experiências existentes de implantação de assentamentos rurais nos traz elementos para analisar a necessidade e a viabilidade da reforma agrária no Brasil. Este tema é complexo, porque está inevitavelmente tomado por condicionantes políticas e econômicas, tais como: a reprodução da pequena produção; as formas e estratégias de participação do Estado neste tipo de programa; a necessidade de se implantarem políticas públicas capazes de atender as demandas dos assentados (infraestrutura, crédito, desenvolvimento de tecnologia de organização comunitária etc.); o movimento e a ação dos sem terra; a questão da viabilidade econômica dos assentamentos, entre outros.

Embora seja perceptível, em termos quantitativos, um aumento considerável do número de assentamentos no Brasil, a realidade neles vivida demonstra que, muitas vezes, não estão sendo assistidos de acordo com a proposta contida na política de assentamento rural. Desde 1997, o governo federal vem realizando cortes severos no orçamento do INCRA e reduzindo o quadro de técnicos que assistem as áreas, como parte de um processo de reestruturação e enxugamento da máquina administrativa do Estado no governo Fernando Henrique Cardoso.

A implantação de assentamentos rurais passa por um processo composto por diversas fases: a luta pela terra; as formas de aquisição da terra; a seleção das famílias; o parcelamento dos lotes; a instalação de infraestrutura; a organização da produção e da comercialização; o acesso ao crédito rural; a assistência técnica e as formas de organização comunitária.

Cada assentamento possui suas especificidades, definidas a partir de relações estabelecidas pelos agricultores assentados e suas representações locais com o Estado, através dos técnicos que atuam nos programas; com os mediadores (STR, CPT, MST e diversas ONG's); com o mercado - comerciantes da região, intermediários e consumidores. Neste amplo quadro de relações há diversos aspectos políticos, econômicos e sociais envolvidos, condicionando a realidade contraditória dos assentamentos.

Diante de um universo tão amplo optou-se, neste trabalho, por realizar um estudo dos assentamentos rurais no estado da Paraíba com base em indicadores socioeconômicos. Toma-se, como estudo de caso, o assentamento Cajá, localizado em Matinhas, no Brejo Paraibano, comparando dados de 1990 e de 1999. O objetivo central foi o de realizar uma avaliação socioeconômica deste assentamento, buscando verificar, ao longo destes nove anos, se houve melhoria nas condições de vida dos assentados, a partir dos seguintes aspectos: perfil demográfico dos assentados; dados econômicos do assentamento; condições de infraestrutura; presença/ausência de serviços de educação e saúde; níveis de participação em entidades associativas; índices de evasão; titulação; pontos fortes e pontos fracos.

A escolha do tema e o desenvolvimento da pesquisa devem-se, primeiramente, à constatação do aumento significativo do número de projetos de assentamentos de responsabilidade do INCRA/PB a partir de meados da década de 90 e à necessidade/interesse de se estudar esta realidade no estado da Paraíba; em segundo lugar, justifica-se pelo desejo de contribuir para a reflexão da realidade social dos assentados, principalmente com relação às formas de participação e organização coletiva das famílias e de gestão econômica e comunitária dos assentamentos; em terceiro lugar, a busca de sistematizar informações e interpretar indicadores, fornecendo elementos para os órgãos públicos pensarem em formas de atuação conjunta nos núcleos.

O plano de trabalho da dissertação foi dividido em quatro capítulos. No primeiro, apresentam-se estudos publicados a partir de 1980 sobre os assentamentos rurais. Estes estudos foram classificados de acordo com a temática central do trabalho. A realização de um levantamento dos estudos recentes têm o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica capaz de fornecer suporte teórico ao trabalho, definindo linhas gerais de interpretação com relação à contribuição econômica e social dos assentamentos, como também discutir sua viabilidade econômica, a participação do Estado, a questão da identidade/heterogeneidade dos assentados e as experiências associativas nos assentamentos.

Na segunda parte do primeiro capítulo, procura-se expor as concepções sobre a categoria assentamento rural, de acordo com a forma de compreensão dos agentes socias envolvidos no processo - técnicos do INCRA, do INTERPA e os próprios assentados do Cajá, tendo em vista que, na pesquisa, observaram-se distintas formas de conceituação que, por sua vez, podem interferir no trabalho realizado nos assentamentos. Trata-se de uma tentativa de discutir os conceitos existentes e verificar a possibilidade de construção da categoria assentamento rural.

No segundo capítulo, apresenta-se o processo de assentamentos rurais na Paraíba realizado pelo INCRA/PB, órgão federal, e INTERPA/PB órgão estadual, instâncias públicas responsáveis pela execução da política de assentamento rural neste estado e a relação delas com as experiências práticas vividas pelos assentados. Destacam-se aspectos da política de assentamento; a história dos primeiros projetos de colonização e assentamento; as formas de aquisição da terra; seleção de famílias e parcelamento; infraestrutura e as demais etapas do processo de assentamento.

No terceiro capítulo, expõe-se a metodologia da pesquisa; aborda-se a luta pela terra no assentamento Cajá, a constituição do assentamento e a apresentação/interpretação dos indicadores socioeconômicos. Este capítulo mostra a pesquisa e os seus resultados, destacando indicadores de evolução/involução socioeconômica na área durante o período que vai de 1990 a 1999, com o objetivo de comprovar ou não a hipótese que orienta a dissertação.

No quarto capítulo, discutem-se os resultados do trabalho e os caminhos que se abrem para reflexões, novos estudos e pesquisas sobre os assentamentos rurais no estado da Paraíba.

CAPÍTULO I - ESTUDOS SOBRE ASSENTAMENTOS RURAIS NO BRASIL

> ***"Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro. Quando o capitalista se apropria da terra, ele o faz com o intuito do lucro, direto ou indireto. Ou a terra serve para explorar o trabalho de quem não tem terra; ou a terra serve para ser vendida por alto preço a quem dela precisa para trabalhar e não a tem".***
>
> *(José de Souza Martins)*

Expõe-se, neste primeiro capítulo da dissertação, os principais estudos sobre assentamentos rurais no Brasil e discute-se a conceituação desta categoria, tendo como objetivo fornecer elementos teóricos para a interpretação dos indicadores socioeconômicos utilizados no trabalho.

Mesmo tributando grande importância à revisão da leitura dos clássicos (Marx, Lenin, Kautsky e Chayanov) para analisar o espaço da pequena produção no capitalismo, deixou-se de lado este caminho e procurou-se fazer uma exposição dos estudos e pesquisas sobre assentamentos rurais no Brasil a partir de trabalhos publicados em meados da década de 80 e ao longo da década de 90. Acredita-se que esta opção é capaz de contribuir para uma leitura e interpretação desta realidade no Brasil.

Na primeira parte do capítulo apresentam-se abordagens sobre os assentamentos rurais, na tentativa de se fazer um mapeamento dos principais estudos existentes no Brasil, particularmente na área de Ciências Econômicas e Ciências Sociais. Esta revisão bibliográfica vai ser utilizada como referencial teórico do trabalho, destacando-se nela os aspectos de diferentes correntes para a interpretação dos dados coletados no assentamento rural Cajá, localizado no município de Matinhas, no Brejo Paraibano.

Na segunda parte são expostas as diferentes concepções sobre a categoria assentamento rural, a partir da compreensão de pesquisadores e agentes sociais envolvidos neste processo: os assentados, os técnicos do INTERPA e do INCRA, os mediadores – CPT, MST e STR, além da posição dos proprietários de terras.

A perspectiva de se buscar a construção da categoria assentamento rural neste trabalho surgiu da necessidade de compreender o significado da mesma para os sujeitos sociais envolvidos, levando em consideração as diferenciações observadas nos núcleos de assentamentos, principalmente pelo tratamento dado ao tema pelos técnicos do Estado. Ocorre que, muitas vezes, estes agentes públicos consideram esta realidade como estática e acabam limitando esta categoria simplesmente à idéia de fixação do homem na terra, deixando de analisar a riqueza de situações presenciadas nestas áreas e a própria dinâmica de reprodução dos assentados.

1.1- Principais Abordagens Teóricas

A partir da década de 80 a questão dos assentamentos rurais volta a ocupar espaço nos estudos sobre a agricultura brasileira, principalmente devido ao aumento considerável do número de projetos implantados no país. Em maio de 1999, constata-se a existência de 3.059 assentamentos contemplando 413.618 famílias, numa extensão territorial de 18.635.912,4305 hectares de terras[1].

A região Nordeste possui o maior números de assentamentos do país, correspondendo a 1.248,99 núcleos, aproximadamente 41% do total de áreas do Brasil, com 138.301 famílias, representando 33% do total e ocupando 4.124.080,58 hectares de terras. Isto significa 22% das terras destinadas aos assentamentos no Brasil. Estes dados expressam a importância dos assentamentos na região e a necessidade de estudá-los para destacar a sua contribuição em termos econômicos e sociais na melhoria das condições de vida destas famílias.

[1] INCRA/DP/DPM (05/1999).

A proposta de estudar os assentamentos rurais implica perceber uma realidade dinâmica, construída por relações políticas, econômicas e sociais, envolvendo distintos agentes sociais: os próprios assentados, técnicos do Estado e diversos mediadores, como o MST, a CPT, o STR do município onde se localiza o imóvel e as ONGs.

O assentamento rural Cajá, no Brejo Paraibano, será analisado levando em consideração a luta pela terra, a execução da política de assentamento pelo Estado, a forma de organização da produção, a interferência das experiências de associativismo. Fica claro que o foco do trabalho está centrado na avaliação do perfil socioeconômico destas unidades de produção (assentamentos).

Os estudos sobre este tema são atuais, tendo em vista que esta realidade passa a ser estudada nas décadas de 80 e 90, a partir de trabalhos que analisam casos específicos, embora também identifiquem-se estudos publicados em diferentes linhas, desde aqueles que averiguam a participação do Estado neste processo, até outros que se dedicam a analisar a resposta econômica da pequena produção em áreas de assentamentos rurais.

Apresenta-se neste capítulo os principais estudos, conforme classificação realizada através de um direcionamento geral dado ao tema: contribuição social, estratégia de resistência da pequena produção, estudos de viabilidade econômica e análise dos aspectos sociais dos assentamentos rurais, e não por identificação ideológica do pensamento de autores. Saliente-se, também, que se procurou aproveitar as contribuições de cada análise para ajudar na leitura de assentamentos na Paraíba.

Portanto, este capítulo não está centrado na perspectiva de fazer uma leitura crítica dos trabalhos, mas de retirar alguns elementos teóricos que possam contribuir com o nosso estudo. Neste sentido, expõe-se os quatro principais grupos para facilitar a organização das abordagens:

1º) os trabalhos de Silva (1987;1994;1995) enfatizam a contribuição social dos assentamentos rurais no sentido de amenizar conflitos sociais e diminuir problemas urbanos;

2º) os trabalhos de Abramovay (1994) analisam os assentamentos rurais como estratégia de resistência da pequena produção no meio rural;

3º) os trabalhos de Granziroli (1992;1994); Zamberlam, Florão (1991); Lopes (1987;1992); estudam a viabilidade econômica dos assentamentos rurais, interpretando-a de diferentes formas;

4º) os trabalhos de Leite (1988;1989;1994) estudam os assentamentos de forma generalizada, destacando a participação do Estado, da pequena produção e a integração ao mercado;

5º) as abordagens de Bergamasco, Ferrante & D'Aquino (1989); Bergamasco & do Carmo (1991); Bergamasco & Ferrante (1994); Bergamasco (1994) destacam os aspectos sociais dos assentamentos rurais, mostrando a construção da identidade dos assentados em uma realidade dinâmica repleta de diferenciações.

1.1.1- Contribuição social x contribuição econômica

A primeira abordagem discute os assentamentos rurais vinculados ao debate em torno da reforma agrária e enfatiza sua importância no plano social, como expediente para amenização dos conflitos sociais no campo e na cidade, além de reduzir a população das periferias das metrópoles do país.

Os estudos do principal autor desta corrente (SILVA: 1987;1994;1995) estabelecem uma relação das experiências de distribuição de terras com a debate em torno da reforma agrária, propondo a reflexão em torno da seguinte pergunta: a Reforma Agrária ainda é necessária no Brasil?

Esta abordagem situa a reforma agrária no contexto das mudanças da agricultura brasileira nos últimos 25 anos. Enfatiza que houve alterações no setor agrário sem passar necessariamente pela reforma agrária, e sim pela implantação de um intenso processo de "modernização" da agricultura[2].

---

[2] Modernização – caracterizada como o processo de transformação da base técnica da agricultura brasileira, a partir da década de 60, através do uso de insumos industriais, máquinas e equipamentos no campo, via utilização de subsídios concedidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (DELGADO:1985).

A modernização provoca mudanças na agricultura brasileira, como afirma o autor nesta citação:

> ***"Os anos 50 se constituíram, na verdade, no início do processo de modernização da agricultura brasileira. O desenvolvimento do capitalismo no campo, rompendo as velhas formas de dominação, eliminando antigas relações de produção e ampliando a fronteira agrícola, começava a mudar o rosto da agricultura brasileira. As reivindicações camponesas se expressavam nessa época através de lutas intensas e disseminadas em todo o território nacional pela criação de novos direitos"*** (SILVA, 1987:12).

A partir da década de 50 as lutas dos agricultores pela terra começava a ocupar um espaço significativo na pauta de reivindicações dos trabalhadores e no próprio cenário político nacional. Alguns partidos políticos, como o PC consideravam a luta pela terra como um dos pontos fundamentais para realização de uma revolução de caráter democrático-burguesa.

O PC apresentou uma proposta moderada de reforma agrária, que não contemplava alteração na estrutura agrária, pois se limitava à fixação de um patamar máximo para as propriedades de 500 (quinhentos) hectares, a desapropriação dos latifúndios e a venda de lotes aos agricultores por preços baixos.

O movimento dos agricultores era impulsionado e organizado pelas Ligas Camponesas[3]. Sua principal bandeira era a luta pela terra e a eliminação de relações de trabalho consideradas atrasadas, como o cambão e a parceria utilizados nos latifúndios, em que o agricultor trabalhava e entregava uma parcela significativa da produção ao proprietário da terra.

As Ligas Camponesas foi considerada uma organização revolucionária, que lutava por mudanças na estrutura agrária capazes de reduzir a concentração fundiária e possibilitar aos agricultores o acesso à terra.

---

[3] Ligas Camponesas – movimento de agricultores organizados e registrados como associações civis, que surgiu na fase posterior à redemocratização de 1945 na região Nordeste do Brasil e se expandiu por todos os estados brasileiros com o apoio do Partido Comunista. Tinha como principal objetivo a luta contra a exploração do trabalho no campo (AZEVEDO, 1982).

Silva (1987:15) leva em consideração as relações de classe e poder nesta fase de mudanças na agricultura brasileira. A burguesia industrial procura assumir a hegemonia de um "projeto desenvolvimentista"[4] desde a década de 50, quando começa a investir na modernização da agricultura e, consequentemente, cria obstáculos ao avanço da luta pela terra e das reivindicações dos agricultores por transformações na estrutura agrária.

Na composição da estrutura de poder da classe dominante havia divergências entre o segmento industrial e a facção agrária, demonstradas posteriormente em uma proposta que beneficiaria ambos. Esta proposta tinha como finalidade aumentar a produção e a produtividade na agricultura e visava, principalmente, resolver a questão agrícola, ou seja, buscava o aumento da produção por meio do incremento da produtividade.

Num segundo momento, a burguesia industrial incorporava algumas demandas sociais, tais como assistência ao trabalhador rural, emprego etc., levando em consideração a perspectiva de crescimento do mercado interno dos produtos ofertados (SILVA, 1987:15).

No período de 1962-1964 a economia brasileira mergulha numa crise econômica caracterizada por um considerável déficit na balança comercial, inflação elevada e compromissos junto ao Fundo Monetário Internacional. No aspecto político, eclodiam reivindicações de diferentes classes sociais pelas Reformas de Base[5]. Dentre estas, destaca-se a luta pela reforma agrária.

Neste momento histórico acentua-se o confronto de forças entre duas correntes no Brasil. A primeira era denominada de "Conservadorismo Reacionário", composta por representantes dos latifundiários, parcela da burguesia nacional associada ao capital estrangeiro, os militares e os exportadores.

---

[4] Projeto desenvolvimentista – a política econômica do governo Juscelino Kubistschek, executada a partir de 1956, estava voltada para a consolidação da industrialização brasileira e tinha como diretriz um modelo de desenvolvimento baseado em crescimento econômico acelerado, contando com a participação do Estado como coordenador do projeto, como também da tecnologia e do capital estrangeiro (BRUM, 1991:95).

[5] As Reformas de Base – um conjunto de reivindicações necessárias propostas pela esquerda brasileira, no período de 1961-1964, para superar o atraso histórico e a crise econômica. As principais Reformas de Base são as seguintes: reforma agrária, reforma urbana, reforma da empresa, reforma eleitoral, reforma administrativa, reforma fiscal tributária, reforma bancária, reforma cambial, reforma educacional e reforma da consciência nacional (BRUM, 1991:134 - 136).

Estes representantes da classe dominante se denominavam anticomunistas e se posicionaram contra as reformas de base, apoiando o golpe militar de 1964 que destituiu o presidente João Goulart do poder e implantou um regime militar autoritário.

A outra corrente, denominada "Reformismo Revolucionário", apoiada pela classe média, trabalhadores, agricultores, profissionais liberais e movimentos sociais, reivindicava mudanças a curto prazo na política econômica do governo para diminuir a inflação, melhorar os salários e mudar a estrutura fundiária, contemplando como bandeira de luta dos agricultores a implantação da reforma agrária. Na correlação de forças esta corrente perdeu espaço: com o golpe militar seus membros passaram a ser cassados, perseguidos e reprimidos. Vale salientar, que a classe média apoiou, num segundo momento, a classe dominante, presa do receio de perder sua propriedade privada, o que contribuiu para fortalecer o movimento contra as mudanças básicas e necessárias no Brasil.

Silva (1987:16 - 17), faz a seguinte caracterização deste momento político para os agricultores:

> ***"Em outras palavras, a falta de uma consciência de classe e uma equivocada política de atrelamento ao Estado por parte dos setores majoritários da cúpula do movimento camponês, não permitiu que os trabalhadores rurais se constituíssem de fato numa força política real no País antes de 64. E depois do golpe, a desestruturação dessas organizações, enquanto movimento de massa a que se propunham, permitiu não apenas o isolamento da luta pela Reforma Agrária de outras lutas, como também a cooptação dos setores 'privilegiados' do campesinato para a proposta da burguesia de uma 'modernização conservadora' no campo".***

O Estatuto da Terra[6] foi aprovado neste contexto, apresentando uma proposta favorável ao cumprimento do acordo entre as burguesias industrial e agrária: a primeira, interessada no avanço do capitalismo no campo para aumentar a produção e a produtividade; a segunda, buscando conservar a propriedade da terra e preservar seus interesses no controle da estrutura agrária e das relações de trabalho no campo.

A Política Agrícola[7] adotada para viabilizar a "modernização" da agricultura priorizou as regiões Sudeste e Sul, privilegiando produtos voltados à exportação – café, laranja, cacau e soja -, o tipo de cultura e a categoria do produtor, excluindo a pequena produção descapitalizada. Como conseqüência, provocou concentração da produção e da renda.

Segundo Delgado (1985:19 - 20), este processo de mudanças na agricultura brasileira pode ser assim caracterizado:

> ***"Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedeiras etc.), que cumpriria, a grosso modo, o papel de Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura".***

---

[6] Estatuto da Terra – Lei Nº 4.504 de 30 novembro de 1964 – o objetivo da reforma agrária é (art. 16, caput): "estabelecer um sistema de relações entre o homem, a propriedade rural e o uso da terra, capaz de promover a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio" (ESTATUTO DA TERRA apud PNRA, 1985:11)

[7] Política Agrícola – Sistema Nacional de Crédito Rural constituído em 1965, utilizado como a principal política agrícola responsável pela modernização do setor agropecuário, tendo como objetivo oferecer crédito subsidiado através do sistema bancário institucionalizado para modificar a base técnica da agricultura brasileira (DELGADO, 1985: 20 - 21).

Na década de 1960 a agricultura brasileira passa por um processo intenso de alterações em sua base técnica de produção, caracterizado pela constituição dos CAIs[8], capazes de apresentar uma dinâmica própria constituída pelo tripé indústria para a agricultura/agricultura para a agroindústria, tendo como suporte o movimento de diferentes capitais - industrial, bancário e agrário -, integrados em um processo de acumulação concentrador e centralizador.

A modernização da agricultura brasileira destruiu velhas formas de produção e provocou grande impacto no funcionamento deste setor a partir do processo de transformação da base técnica da produção e da integração entre agricultura e indústria. Todavia, percebe-se que foi uma modificação regionalizada e destinada a estimular as exportações brasileiras, em vez de priorizar a produção de alimentos básicos. Ademais, a pequena produção descapitalizada foi totalmente deixada de lado, ou seja, excluída, tendo em vista que necessitaria do crédito rural subsidiado para realizar investimentos e produzir para consumo e venda.

Os reflexos desta política de modernização da agricultura brasileira para pequena produção aparecem de forma nítida no período 1970 - 1980, quando se verifica que a pequena produção perdeu espaço na produção agropecuária total: os estabelecimentos com área inferior a 50 ha em 1970 ocupavam 47,7% do valor da produção agropecuária do país; em 1980 é reduzida sua participação para 39,6%, ocupando uma área inferior a 12,6% da área total, quando ocupava 15,4% em 1970 (SILVA, 1987:30 -31).

Estes indicadores demonstram que o processo de transformação da base técnica da agricultura provocou um aumento da concentração de terras e um acréscimo considerável da produção e produtividade agrícolas em larga escala, restringindo o espaço ocupado pela pequena produção na agricultura brasileira, tanto em termos de extensão de terras, quanto em quantidade produzida.

---

[8] Complexo Agroindustrial – "(...) o conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito" (SORJ, 1986:29).

O resultado foi a pauperização da pequena produção e a proletarização dos trabalhadores rurais. Estes, muitas vezes expulsos das terras, migram para as cidades em busca de emprego na indústria e/ou comércio como alternativas de sobrevivência.

Os agricultores passam por um processo de "lumpenização"[9], caracterizado pela expulsão da terra e fixação de moradias nas favelas, viadutos e pontes das grandes cidades brasileiras. Na análise de Silva (1994:142), a reforma agrária poderia contribuir em termos sociais para diminuir estes problemas, mas não teria sentido justificá-la como necessária para aumentar a produção de alimentos, pois o processo de modernização da agricultura cumpriu este papel sem mexer na estrutura agrária. Esta reforma só se concretizaria politicamente como reivindicação dos trabalhadores.

Segundo Silva (1994:139-141), a agricultura brasileira apresentava as seguintes características na década de 80:

1°) percebe-se nos CAIs uma tendência de integração entre os diferentes tipos de capitais, através da fusão do capital bancário, industrial e agrário, controlada por uma burguesia brasileira com forte influência internacional;

2°) a pequena produção perde espaço na agricultura brasileira em termos de utilização de mão-de-obra, devido ao grande contingente de trabalhadores temporários disponíveis para contratação por serviços, como também na produção de alimentos, pelo processo de "urbanização" e mudanças nos "padrões" alimentares do povo brasileiro, que se habitua a substituir os produtos *in natura* pelos produtos provenientes de agroindústrias;

3°) a diminuição da sazonalidade do trabalho temporário, em função da própria crise dos anos 80, a seca no Nordeste no período de 1978 - 1983 e a substituição de culturas no centro-sul com o uso da mecanização.

Neste contexto, os trabalhadores brasileiros não teriam força política para a realização da reforma agrária. É essencial abraçar uma causa mais abrangente: a luta contra a "lumpenização".

---

[9] Lumpenização – Processo de empobrecimento dos trabalhadores rurais expulsos do campo que passam a residir em favelas ou embaixo de viadutos das grandes cidades do país (SILVA, 1994:143).

A lumpenização dos agricultores brasileiros é caracterizada da seguinte forma pelo autor:

> ***"Há um processo de lumpenização, de degradação desse campesinato hoje expulso das suas terras. Me parece, estancar essa sangria, estancar esse êxodo rural-urbano é o desafio maior desse momento; me parece também que a luta pela terra não é o único caminho, nem o caminho mais viável para fazer isso nos anos 80. Temos que buscar outros caminhos, é um pouco esse desafio de como evitar a lumpenização do campesinato nos anos 80 que se coloca como fundamental"*** (SILVA, 1994:143).

Na década de 90 percebe-se uma intensificação deste processo de exclusão e pauperização dos agricultores no meio rural. Surgem novos elementos para se estudar a participação da atividade agropecuária na renda dos agricultores. Silva (1995) utiliza indicadores da PNAD[10](FIBGE) de 1981 e 1990 para apresentar um quadro da pequena produção na agricultura brasileira.

Os indicadores demonstram que 20% da população rural (1980) e 31,6% (1990) estava ocupada com atividades não agrícolas, reforçando a tese de que a agropecuária deixou de ser considerada a única atividade econômica no setor rural (SILVA, 1995:130).

A década de 70 apresentou um processo intenso de urbanização da PEA no Brasil. Estas mudanças foram caracterizadas pela expectativa de melhoria de vida que os trabalhadores rurais encontravam na cidade, ou seja, a possibilidade de ter acesso aos benefícios da vida urbana - energia elétrica, saneamento, educação, saúde etc.

---

[10] PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pela FIBGE anualmente em aproximadamente 100.000 domicílios no Brasil.

Neste período, observa-se uma urbanização do agricultor que foi iniciada nos anos 60, com o avanço dos CAIs e a utilização de tecnologia como elementos capazes de dispensar o trabalho da mulher e dos filhos na agricultura, incentivando a transferência da família para a cidade e criando condições para a diversificação da renda familiar por ocupações em atividades não agrícolas.

A migração e a diversificação de fontes de renda dos agricultores demonstram que em 1981/1990 houve um crescimento da PEA agrícola com domicílio urbano e da PEA não agrícola que reside na zona rural, majoritariamente empregados na indústria de transformação, construção, comércio, prestação de serviços, transportes, comunicação e administração pública.

O empobrecimento dos agricultores aparece nos indicadores da própria FIBGE, através da apresentação de dados da PNAD de 1990. Estes demonstram que 20% das famílias agrícolas com domicílio urbano e 33% daquelas que residem na zona rural da região Nordeste, cujo chefe tem ocupação agrícola, recebem uma renda total inferior ao salário mínimo, além de levar em consideração a procura por uma diversificação de fontes de renda dos agricultores, que cada vez mais aumenta sua ocupação em atividades não agrícolas voltadas à sobrevivência da família (SILVA, 1995:142).

Levando-se em consideração todas estas informações a respeito do processo de transformação da agricultura brasileira, percebe-se que, a partir da década de 60, houve exclusão de pequenos produtores do meio rural, principalmente por não terem acesso ao crédito, como também por não terem condições de competir no mercado com as agroindústrias e os latifúndios representantes do grande capital. Essa forma de modernização da agricultura provocou um aumento da pobreza no meio rural.

Nesta abordagem, a luta pela reforma agrária no Brasil não pode ser mais justificada como necessária para aumentar a produção e gerar empregos, pois o desenvolvimento das relações capitalistas de produção na agricultura brasileira resolveu esta questão, o que, por sua vez, resultou no aumento da riqueza para os capitalistas e na pauperização dos agricultores:

> ***"Finalmente, uma política de desenvolvimento rural precisa articular um amplo conjunto de outras políticas que amparem os trabalhadores rurais mais desfavorecidos, de modo a permitir que eles mesmo superem a condição de miséria em que se encontram atualmente"*** (SILVA, 1995:149).

Portanto, nesta concepção o grande desafio no momento é lutar para reverter o quadro de aumento do empobrecimento e exclusão social de parcela significativa dos agricultores. As experiências de distribuição de terras utilizadas nos assentamentos rurais demonstram uma contribuição social, na medida que as famílias têm acesso à terra, possibilidade de produzir e permitir a sobrevivência das famílias.

1.1.2- Estratégia de resistência da pequena produção no meio rural

O objetivo desta corrente é enfatizar o papel atribuído à agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro quando se trata do tema reforma agrária. Aponta-se o assentamento como resultado das resistências dos agricultores ao avanço do capital no campo, levando em consideração que a posse da terra seria suficiente para suprir as necessidades básicas de reprodução das famílias assentadas[11].

[11] Abramovay apud Leite et al (1989:30).

Segundo Abramovay, a pequena produção familiar pode ser analisada em termos teóricos e metodológicos de outra forma:

> ***"A oposição que predominou nas ciências sociais latino-americanas, de que aquilo que é familiar não pode ser capitalista e o que é capitalista não pode ser familiar, essa oposição corresponde a um jeito de pensar as ciências sociais e o próprio marxismo muito influenciado por Althusser, mas que está completamente fora da realidade. As agriculturas mais avançadas do mundo têm nas unidades familiares sua base fundamental de sustentação e seria uma piada dizer que não são capitalistas"*** (ABRAMOVAY,1994:318).

Nesta abordagem o autor enfatiza a participação da pequena produção familiar na economia, mesmo levando em consideração o domínio da lógica capitalista. Num primeiro momento, esclarece a sua concepção sobre a questão agrária, deixando claro que, neste conceito, deve-se levar em consideração as relações estabelecidas entre a agricultura e os outros setores da economia e as relações de dominação, como também conhecer a produção científica a respeito do tema.

Os estudos sobre pequena produção enveredam pela análise dos CAIs e do trabalho assalariado no seio da agricultura "modernizada", deixando de lado muitas vezes a participação da pequena produção não capitalizada.

Segundo Abramovay (1994), os estudos sobre o complexo agroindustrial (Muller, 1989) enfatizaram a capacidade da agricultura modernizada de responder às demandas do mercado e ao movimento geral da acumulação capitalista, enquanto a pequena produção perdia espaço econômico na produção agrícola. Desta forma, não pensaram em políticas de redistribuição de renda tendo como base a agricultura. Deixaram de lado os estudos de economia e de sociologia rural para estudar a economia política do complexo agroindustrial, além dos estudos sobre o trabalho assalariado que ocupam espaço nesta época.

Ao discorrer sobre o tema assentamentos rurais, Abramovay (1994) salienta que não existe a utopia tão declarada pelos movimentos sociais a respeito da perpetuação do momento da luta pela terra, ou seja, a união do grupo ou mesmo um parâmetro de igualdade. A realidade é dinâmica e se transforma, como também modifica o pensamento, a capacidade de agir e reagir, a articulação e a organização das pessoas. Após a conquista da terra o cenário é outro, os interesses são diferentes e não podemos esquecer que vivemos no capitalismo, onde existe mercado, investimento, dinheiro, conflitos e diferenciações.

Em termos gerais, os estudos recentes, principalmente os estudos de caso sobre assentamentos rurais, apontam dois momentos distintos no processo de assentamento: o primeiro, a unidade do grupo na luta pela terra com o apoio dos mediadores - CPT, MST, STR do município; o segundo momento, após a conquista da terra, quando os assentados começam a organização interna do núcleo, a fixação das famílias na terra e o parcelamento, surgindo, então, os conflitos internos capazes de dividir o grupo e mesmo de comprometer o andamento do projeto de assentamento.

Considera-se pertinente esta argumentação de que os embates com o mercado e a própria integração à lógica capitalista introduzem novos elementos na análise da realidade dos assentamentos que não podem ser deixados de lado.

Segundo Abramovay (1994:319-320), cabe a discussão, no Brasil, de uma reforma agrária parcial, em que o setor patronal da agricultura brasileira atenda as necessidades produtivas, o que não aconteceu com a maioria dos países onde foi feita a reforma agrária. Esta reforma agrária não significa destruir este setor modernizado da agricultura brasileira, mas discutir o tema tendo como foco a questão da estrutura social e econômica.

O autor aponta algumas importantes questões para estudos e pesquisas sobre os assentamentos rurais, tendo em vista que apresenta elementos para pensar esta realidade no quadro geral do funcionamento da agricultura e de políticas redistributivas. Primeiro, analisar os efeitos locais da existência de assentamentos rurais; segundo, a relação dos assentamentos de reforma agrária com uma política distributiva de terras e uma política de crescimento econômico; terceiro, estudar os efeitos da reforma agrária sobre os preços agropecuários; quarto, estudar os nichos de mercado para a produção dos assentamentos rurais.

Enfatiza o cerne da questão dos assentamentos rurais na seguinte citação:

> ***"Neste sentido a batalha de argumentos em torno da reforma agrária ganha uma dimensão que ultrapassa em muito aqueles que estão envolvidos na luta pela terra nos assentamentos e nos acampamentos. Trata-se de saber, nesta batalha, não só se as 20 mil famílias acampadas terão suas necessidades atendidas, mas sobretudo, se os movimentos sociais no campo serão capazes de persuadir a sociedade brasileira que a agricultura familiar pode ser um caminho para a articulação entre prosperidade econômica e distribuição de renda"*** (ABRAMOVAY, 1994:51).

1.1.3- Estudos de viabilidade econômica

Uma parcela significativa dos autores que estudam a temática assentamentos rurais no Brasil se dedicou à elaboração de estudos de viabilidade econômica, procurando mostrar a resposta que a pequena produção pode dar em termos econômicos para a agricultura brasileira. No entanto, existem vertentes dentro desta abordagem, tendo em vista que os estudos enveredam por diferentes caminhos metodológicos, embora mantenham o foco no aspecto econômico.

O primeiro estudo de viabilidade econômica dedica-se a apresentar os resultados de pesquisas e trabalhos acadêmicos desenvolvidos por Carlos Granziroli (1992;1994), com o apoio da FAO[12].

Esta concepção defende o caráter parcial da reforma agrária e mostra a importância da absorção e utilização de técnicas agrícolas modernas pelos agricultores, numa condição em que estes teriam acesso às terras menos férteis através de desapropriação. Assim, o Estado disponibilizaria mais recursos para investimentos em infraestrutura nos assentamentos rurais, apoiados por uma política agrícola capaz de contemplar a integração dos assentados ao mercado.

O objeto deste estudo centra-se na avaliação da renda total dos assentamentos rurais no Brasil, utilizando para isso comparações entre o custo de oportunidade de emprego e a renda alternativa disponível no mercado de trabalho rural. É realizado um estudo microeconômico destas unidades de produção, tendo como referência teórica o debate sobre a reforma agrária parcial.

A reforma agrária pode ser justificada em termos econômicos no Brasil da seguinte forma:

1º) pela existência de uma demanda por terras proveniente da população pobre que, ao obter acesso à terra, poderá melhorar sua condição de vida;

2º) ausência de economias de escala: a reforma agrária pode ser justificada pela capacidade técnica da pequena produção ou negada pela superioridade da grande produção;

3º) baixos níveis de produtividade, o que pode ampliar o espaço da pequena produção familiar na agricultura brasileira.

O autor deixa claro em seu trabalho a necessidade de realização de uma reforma agrária parcial no Brasil. Esta afirmação é justificada pelo obstáculo jurídico criado pela constituição de 1988, que só considera terras passíveis de desapropriação aquelas sub-utilizadas, inexploradas ou com baixo nível de exploração.

---

[12] Carlos Granziroli - Professor da UFRJ e Consultor da FAO, realizou uma pesquisa sobre o perfil socioeconômico de áreas de assentamentos rurais no Brasil, em 1991, que mostra a viabilidade econômica destas experiências.

De acordo com esta visão, pode-se considerar que dificilmente se encontrará espaço neste cenário para uma alteração da estrutura agrária capaz de provocar uma diminuição da concentração de terras e oferecer melhores condições em termos de qualidade da terra, facilitando, assim, a consecução de resultados econômicos para os agricultores que lutam pela terra.

Esta proposta de reforma agrária parcial deve ser implementada com o suporte de uma política agrícola que elimine os subsídios aos grandes produtores, como afirma o autor nesta citação:

> ***"A concentração de terra agravou-se nos anos 70 em função do desvio - fungibilidade - do crédito outorgado a taxas subsidiadas pelo governo federal e dos incentivos à pecuária e outros. Portanto, a desativação desses incentivos e subsídios pode produzir, via mercado, um tênue processo de desconcentração fundiária. Essa desconcentração, embora tênue, atuaria no mesmo sentido da reforma agrária. Evita-se assim o paradoxo de distribuir terras, por um lado, enquanto a política agrícola continua facilitando a concentração fundiária e a expulsão do homem do campo, por outro"*** (GRANZIROLI, 1994:264-265).

A outra característica da reforma agrária salientada neste estudo é a flexibilidade na organização dos assentados, tendo em vista que as formas de organização coletivas ou comunitárias podem não corresponder às suas necessidades. Na obtenção de resultados satisfatórios nos assentamentos percebe-se uma combinação da forma individual com a forma coletiva.

Argumenta o autor destacando as vantagens propiciadas pelo trabalho coletivo: a internalização de economias de escala com o uso comum da terra; a diminuição das diferenciações sociais nos assentamentos; a obstaculização da revenda da terra; a comercialização da produção em uma escala maior. Quanto à organização individual aponta os seguintes elementos: a organização coletiva retira os direitos individuais de propriedade do assentado, pois o mesmo não pode vender a terra; a rigidez dos controles de trabalho provoca autoritarismo na forma de gerenciar o assentamento; a resistência por parte dos agricultores à moradia em agrovilas ou comunidades rurais. Portanto, ***"o ideal seria uma forma de organização que combinasse as vantagens da grande produção 'comunitária' com as vantagens da pequena produção 'familiar'"*** (GRANZIROLI, 1994:266).

No estudo de viabilidade econômica dos assentamentos rurais a integração dos assentados no mercado é um elemento importante para garantir a renda das famílias. Este processo de integração com o mercado influencia na determinação dos preços e no uso da tecnologia, pois os assentados mudam a forma de produzir para atender exigências do próprio mercado.

Deve-se destacar, nos assentamentos rurais, o aumento da produtividade em relação às médias regionais, permitindo que os assentados tenham uma renda proporcional ao seu custo de oportunidade. Mesmo nos núcleos com baixo índice de produtividade, a produção pode ser vendida no mercado e trazer um resultado financeiro para as famílias.

Este mecanismo de integração do pequeno produtor ao mercado é considerado completamente diferente da política agrícola implementada de modernização da agricultura brasileira, que procurou introduzir inovações técnicas através do crédito subsidiado, provocando aumento de produtividade absorvidos pelas agroindústrias, intermediários ou sistema financeiro.

Apresentam-se os resultados do projeto de pesquisa *Principais Indicadores Sócio-Econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária*[13].

Esta pesquisa tinha como objetivos: avaliar o desempenho socioeconômico dos agricultores assentados no Brasil, no período entre outubro de 1985 e outubro de 1989, identificar os principais elementos que determinam a renda das famílias assentadas e apontar os impedimentos para um maior progresso nos assentamentos.

A metodologia da pesquisa tinha como base a utilização de um questionário fechado mesclado com algumas questões abertas, que foi aplicado em uma amostra aleatória estratificada dos assentamentos e em uma amostra aleatória, do tipo sistemático, das famílias assentadas. Acrescentou-se um questionário específico, de caráter institucional, sobre cada assentamento, através de uma amostra representativa do conjunto de 524 núcleos de assentamentos e 94.026 famílias, correspondendo a 10% do número de assentamentos do INCRA e 10% das famílias assentadas "que entrasse na amostra", totalizando 44 assentamentos e 828 famílias no país (GRANZIROLI, 1992:01 - 02).

O trabalho pretende verificar se houve melhoria nas condições de vida dos assentados. O principal elemento analisado é a renda das famílias, classificada em renda agrícola líquida monetária, renda animal líquida monetária, renda de autoconsumo e renda proveniente de outros trabalhos[14].

---

[13] Pesquisa dos "Principais indicadores Sócio-econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária", realizada por Granziroli, em 1991, a partir de um convênio entre o MARA, entidade governamental, a FAO, órgão executor, e o PNUD - órgão financiador, em que os assentamentos rurais são analisados como capazes de gerar renda e trabalho para famílias de agricultores, sendo considerados uma alternativa no campo ou nas cidades.

[14] Renda Agrícola Líquida Monetária - resultado da renda proveniente da venda dos produtos agrícolas por um preço declarado pelos assentados, indexados pelo IGP/FGV-DI e deduzidos dos custos de produção.
Renda Animal Líquida Monetária - é a renda proveniente da venda de animais e derivados menos os custos de produção.
Renda de Autoconsumo - é a renda resultante do consumo da produção pelos assentados, de acordo com os preços de venda dos produtos.
Renda de outros trabalhos - são as rendas obtidas em trabalhos temporários ou permanentes de membros das famílias.
Renda de outras receitas - é a renda proveniente de vendas esporádicas de produtos não agrícolas, tais como: madeira, carvão, extrativismo, pequeno comércio e artesanato (GRANZIROLI, 1992:02-03).

A renda mensal média dos assentados pesquisados na região Nordeste é de 2,33 salários mínimos mensais, inferior à renda auferida em todas as outras regiões do país e à própria média nacional, que foi de 3,70 salários mínimos.

O estudo procurou fazer uma comparação da renda obtida nos assentamentos rurais com a remuneração de trabalhadores mensalistas e a remuneração mensal média na agricultura. Dessa forma, identificou que os mensalistas recebem um resultado pelo seu trabalho inferior à renda obtida pelos assentados, enquanto, na comparação com os salários agrícolas, encontra-se abaixo da média, exceto no caso da região sul, que está acima da média.

Estes indicadores apontam, na visão de Granziroli (1992:03 - 04), como o custo de oportunidade existente nos assentamentos é significativo, à medida que a renda obtida é igual ou superior à de um trabalhador mensalista, e inferior, mas sem grande disparidade, ao nível salarial utilizado na agricultura em geral.

Saliente-se que as acentuadas diferenças entre a renda dos assentados podem variar de um saldo negativo ou devedor para aquelas famílias que recebem 20 salários mínimos mensais. As famílias bem remuneradas recebem forte influência de resultados provenientes de atividades não agrícolas.

Os indicadores da renda nos assentamentos do Brasil mostra um percentual significativo de 37,01% destinado ao consumo das famílias, 22,03% corresponde à renda agrícola líquida, 15,12% à renda animal líquida, 14,67% a outras receitas e 11,17% proveniente de outros trabalhos (GRANZIROLI, 1992:05).

A análise do resultado da pesquisa levou o autor a fazer as seguintes considerações:

1º) renda - os assentados possuem uma renda proveniente de várias fontes, mostrando como estes parceleiros de assentamentos procuram diversificar suas atividades como estratégia de sobrevivência;

2º) autoconsumo - a produção agrícola e animal utilizada no autoconsumo proporciona vantagens para o assentado, pois podem guardar uma parcela da produção agrícola para o consumo, procurando evitar os preços elevados dos alimentos no período de entre-safra;

3º) ocupações fora do assentamento - no período de entre-safras os assentados trabalham como temporários em atividades agrícolas cujos produtos possuem um ciclo de produção diferente daqueles produzidos normalmente por eles, obtendo como resultado um complemento de renda da família ainda proveniente da agricultura;

4º) a integração dos produtores assentados no mercado proporciona aumento das rendas das famílias.

Constata-se que os assentamentos rurais ocupam um espaço na agricultura brasileira e cumprem um papel na vida dos agricultores, particularmente na produção, no autoconsumo e na reprodução social das famílias.

Um outro elemento analisado neste trabalho é o nível de capitalização dos assentados, por intermédio de uma comparação do capital inicial pertencente aos beneficiários e as aquisições de bens e meios de produção adquiridos no assentamento.

Grosso modo, os assentados apresentam um nível baixo de capitalização no início do assentamento; posteriormente, verifica-se aumento do patrimônio em ativos reais das famílias (retirando os ativos financeiros). Percebe-se, então, impulso nos investimentos e melhoria do nível de capitalização dos parceleiros.

Existem dificuldades encontradas pelos assentados, tais como: terras pobres, climas adversos, declividade dos solos, obstáculos para o acesso ao crédito permanente etc.

Mesmo assim, os resultados deste trabalho colocam o assentamento rural como uma alternativa viável em termos econômicos e sociais, como destacado nesta citação:

> ***"Em suma, os agricultores da reforma agrária [sic] contando com um estoque inicial de terras no geral ruins (...), com facilidades de crédito irregulares, embora melhores que as alocadas para os pequenos produtores rurais, e com certas obras de infra-estrutura realizadas dentro dos assentamentos, conseguiram, num breve lapso de tempo, aumentar sua renda, progredir em termos sociais, acumulando um patrimônio bastante significativo em relação ao seu capital inicial"*** (GRANZIROLI, 1992:09).

Nos assentamentos rurais do Brasil contemplados na pesquisa existe uma diferenciação em nível regional e entre os assentados do mesmo núcleo. Os indicadores mostram o seguinte resultado: aproximadamente 15% do total de famílias obtêm uma renda inferior a 1 (um) salário mínimo; 40% das famílias possuem uma renda que varia de 01 (um) a 03 (três) salários mínimos; e 45% das famílias percebem uma renda acima de 3 (três) salários mínimos em média. Os resultados da região Nordeste refletem um nível de renda inferior à média do Brasil, tendo em vista que apenas 25,52% tem uma renda superior a 3 (três) salários mínimos, enquanto 50,63% representam a maioria dos parceleiros com uma renda entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos (GRANZIROLI, 1992:10).

Neste quadro apresentam-se os distintos grupos de assentados classificados pelo autor:

1º) assentados que não obtiveram sucesso em atividades produtivas e recebem uma renda abaixo da linha de pobreza;

2º) famílias assentadas com renda entre 1 (um) e 3 (três) salários mínimos mensais;

3º) famílias com renda superior a 3 (três) salários mínimos, proveniente da atividade produtiva agrícola ou animal.

Estes resultados demonstram que, em média, 25% das famílias consideradas bem sucedidas geram 55% da renda total e os 25% mais pobres só geram 6,7% do total. Destaque-se o Nordeste com um grau de concentração de 56% e o Sul com 50,49%. Vale salientar, que o autor justifica a diferenciação em termos de renda nos assentamentos como um processo natural e destaca um elemento significativo de mudança na vida dos assentados, quando comparado com a situação anterior ao assentamento, qual seja, uma notória melhoria das condições de vida das famílias, mesmo aquelas consideradas mais pobres (GRANZIROLI, 1992:11-12).

Analisando os principais itens componentes do resultado econômico dos assentamentos rurais no Nordeste abaixo da média do país, o autor apontou em sua pesquisa a falta de capitalização dos agricultores, pois a maioria das famílias não possuía meios de produção. Além disto, a renda total depende do assalariamento de membros das famílias, já que a renda proveniente da agricultura não é suficiente para a sua sustentação.

A segunda abordagem sobre a viabilidade econômica dos assentamentos rurais é o trabalho de Zamberlam & Florão (1991), centrado em indicadores econômicos de um censo realizado pela UNICRUZ, tendo como objetivo mostrar o impacto da produção dos assentamentos na economia do município de Cruz Alta, Rio Grande do Sul[15].

O censo foi realizado em 8 (oito) assentamentos rurais, que ocupam uma área de 20.873 hectares de um total de 414.765 hectares, correspondendo a 5,03% da extensão territorial de 4 (quatro) municípios. Os assentamentos contam com 755 famílias assentadas, totalizando 4.406 pessoas.

[15] O censo foi realizado em oito áreas de assentamentos rurais localizadas na área de influência da UNICRUZ, abrangendo os municípios de Cruz Alta, Ibirubá, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:20).

Os assentamentos estudados na pesquisa têm origem diversa: são oriundos de desapropriação por utilidade pública proveniente da construção da Barragem do Passo Real, quando, em 1970, se deu a inundação de 23 hectares de terras, resultando nos reassentamentos de Itaíba, Boa Vista e Colorados; desapropriação por interesse social surgida de ocupações do MST[16] impulsionadas em 1979, trazendo como resolução os assentamentos da Fazenda do Rincão do Ivaí, em 1983, e de Seival e Corticeira, em 1988; o usucapião também foi um instrumento utilizado, especificamente no caso do assentamento Pinheirinho, cujas ocupações por posseiros foram regularizadas em 1985.

Os assentamentos rurais mencionados anteriormente, surgiram na década de 70 (três) e década de 80 (cinco). Ocupam uma área de 20.875 ha, sendo 18.434 (88,3%) correspondente a terras contínuas e 17.853 (83,5%) a terras mecanizáveis, inicialmente divididos em 806 (oitocentos e seis) lotes, com 15 (quinze) deles sendo utilizados para reserva florestal e programas comunitários (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:24).

Nos estudos sobre assentamentos rurais percebe-se uma necessidade de reconstituir o processo de implantação destes núcleos, através da origem dos assentados, da ocupação do espaço, da instalação de infraestrutura, das condições de produção, da comercialização e evolução da renda das famílias.

Nos assentamentos rurais de Cruz Alta, os autores comprovaram na pesquisa que 32,4% das famílias tiveram acesso à terra por meio da reforma agrária, 45,4% através de desapropriação por utilidade pública, 17,2% de terceiros, 2,7% de herança e 2,3% por usucapião (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:25).

Quando analisam os indicadores de utilização da mão-de-obra enfatizam que existe uma oferta em termos de trabalho superior à demanda; os próprios filhos dos assentados, já se integraram ao MST e estão lutando para obter acesso à terra, pois o assentamento não gera trabalho para todos eles.

---

[16] MST – movimento social de trabalhadores rurais sem terra, fundado em 1984, com frentes em 19 estados do sul e do nordeste, regiões que concentram 65% dos trabalhadores sem terra do país. Neste mesmo ano realizaram o Primeiro Congresso Nacional dos Sem Terra (STÉDILE & SÉRGIO, sem data).

Os indicadores de educação apresentam uma taxa de analfabetismo de 4,2%, inferior à do município de Cruz Alta (9%) e à do Brasil (24%). Com relação à habitação, 33% das casas são de alvenaria, 50% de madeira e 17% mistas, construídas numa área que varia de 50 a 200 metros quadrados por casa para os assentamentos da década de 70, e superior, portanto, ao padrão adotado no Brasil - de 70 a 100 metros quadrados - definido em 36 metros quadrados para assentamentos da década de 80, como também enfatizam a existência de uma renda entre 5,2 a 11,9 SM (assentados da década de 70) e 2,8 a 4,9 SM (década de 80), além de destacar um "certo padrão de vida" dos assentados. O que significa, basicamente, que estes conseguiram adquirir eletrodomésticos modernos em suas casas, totalizando mais de 2.000 unidades (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:26 - 36).

Quanto às condições de infraestrutura - galpões, graneleiros, pocilgas, galinheiros e outros - destaca-se uma boa implementação nos assentamentos da década de 70, onde, por sua vez, identifica-se a propriedade de 3 (três) graneleiros por parte de cooperativas agrícolas, eletrificação e telefonia rural, enquanto os 5 (cinco) assentamentos que surgiram na década de 80 não têm acesso a esta infraestrutura e serviços oferecidos.

Verifica-se que os indicadores de saúde com relação às doenças e à mortalidade infantil são inferiores aos do município de Cruz Alta, como também existe uma elevada participação dos assentados em ações de caráter coletivo, tais como: atividades sindicais, cooperativas agrícolas e de crédito, eletrificação rural, grupos de jovens, atividades religiosas etc.

Na atividade agrícola, os principais produtos comercializados são: soja (70,3% da área total dos assentamentos), trigo (17,76% da área das culturas temporárias) e o milho (10,70% do total da área dos assentamentos). Vale salientar que os assentados produzem outras culturas agrícolas (8,9% da área total dos assentamentos) para o autoconsumo, como: a mandioca, a batata-doce, o arroz, o feijão, o amendoim, a batata-inglesa e o sorgo (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:29 - 30).

Na pecuária destaca-se a criação de bovinos para produção de leite, com um rebanho superior ao existente na fazenda anteriormente ao assentamento. A atividade pecuária é complementada pela suinocultura e pela avicultura.

Os autores consideram estes indicadores importantes no sentido de mostrar a resposta econômica da pequena produção assentada por meio da reforma agrária. Destacam-se os principais resultados dos assentamentos rurais em Cruz Alta, no estado do Rio Grande do Sul:

1º) a produção agrícola e pecuária dos assentamentos pesquisados apresentam índices superiores aos dos municípios onde se localizam os núcleos;

2º) possuem um elevado índice de mecanização - uso de tratores e colheitadeiras, sementes selecionadas, correção do solo e adubação química;

3º) assistência técnica da EMATER, cooperativas agrícolas e CETAP na maioria dos assentamentos;

4º) a presença de atividades complementares nos assentamentos rurais, como hortas, fruticultura, indústria caseira de conservas, salame, presunto, bebidas, cestas, chapéus e vassouras;

5º) apresentam resultados positivos com relação à geração de impostos diretos e indiretos;

6º) autosustentabilidade dos assentamentos rurais pesquisados, por força dos indicadores econômicos superiores à média dos municípios onde se localizam os núcleos.

O mencionado estudo de viabilidade econômica regional tratou da realidade do Rio Grande do Sul, estado considerado privilegiado, porque tem predominância da agricultura familiar com uso de tecnologia moderna - o que facilita o aumento da produção e da produtividade -, como também apresenta uma renda superior à média das famílias brasileiras. A realidade dos assentamentos nesta região mostrou como o acesso à terra, às condições de infraestrutura, ao crédito de custeio, à educação e saúde podem significar uma melhoria das condições de vida das famílias assentadas.

Mas, de outro lado, é importante que os assentados tomem iniciativas para manter e melhorar o seu padrão de vida, como afirmam os autores:

> ***"Em síntese, os produtores assentados, por estarem inseridos num modo de produção capitalista, terão, necessariamente, de aprofundar uma administração empresarial, acompanhando e decodificando a conjuntura nacional e internacional; repensar as formas de exploração das propriedades com vistas a minimizar custos e aproveitamentos dos recursos humanos familiares já ociosos; realizar investimentos mais consistentes, em última análise. Terão que ver, antes de mais nada, que a atividade terra não é mais uma atividade regida pelo ciclo natural, mas por leis econômicas comandadas por uma sociedade capitalista monopolizada/oligopolizada, onde se articulam no complexo rural, pelas agroindústrias"*** (ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991:40).

A luta nos assentamentos é permanente, tanto para garantir condições viáveis para produção e criar canais de integração com o mercado capitalista, como também para compreender todo o mecanismo de funcionamento da gestão coletiva de uma área, os meios de tomada de decisões, o respeito à pluralidade de opiniões e ao processo de participação de todos.

Apresenta-se um outro estudo de viabilidade econômica de assentamento, este localizado no estado de Sergipe, região Nordeste do Brasil, descrevendo experiências de reforma agrária estudadas por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe. O projeto onde foi realizada a pesquisa é o de "Barra da Onça", que pode ser considerado como exemplo de um núcleo que cumpre tanto um papel de natureza social, demonstrando capacidade de sustentação das famílias assentadas, como apresenta indicadores de viabilidade econômica.

O objetivo do trabalho é analisar as alterações econômicas, sociais e ambientais neste projeto de assentamento (1988/1999), verificando o impacto na vida dos assentados. A escolha do assentamento pode ser justificada da seguinte forma:

1°) pela importância da luta na obtenção da posse da terra, que durou mais de 1 (um) ano;

2°) pela diversidade de grupos existentes desde a organização política na luta pela terra - Poço Redondo, Nossa Senhora da Glória e Porto das Folhas;

3°) extensão territorial do imóvel e número de famílias assentadas;

4°) resultados apresentados na produção e índices de produtividade obtidos nos anos de 1988/1989.

O assentamento "Barra da Onça" está localizado no município de Poço Redondo, situado a 200 Km de Aracajú, capital do estado de Sergipe, possuindo uma área de 6.261 hectares e 213 trabalhadores (LOPES, 1992:24). Este imóvel estava registrado no INCRA/SE como latifúndio por exploração, embora faça parte de uma extensão de terras devolutas apropriadas na década de 60 por latifundiários da região.

A luta pela terra na localidade surge após a transferência da propriedade do imóvel Barra da Onça para o domínio de poucos particulares e de sua conseqüente subutilização produtiva; pela expulsão de agricultores "meeiros"[17] que ali trabalhavam na terra; e a demanda de trabalhadores rurais sem terra da região com necessidades de obtenção desta para sobrevivência da família. Por força desta situação ocorreu a primeira ocupação em setembro de 1985, apoiada pelo Sindicato Rural de Poço Redondo.

[17] Meeiros – agricultores que possuem a posse da terra para produção e, ao final da colheita, entregam a metade da mesma para o proprietário da terra como pagamento pelo uso da terra.

A luta travada pelos agricultores de Poço Redondo com o objetivo de conseguir a posse da terra se constituía numa luta pela vida. Logo juntam-se nesta ocupação outros grupos: os trabalhadores sem terra de Nossa Senhora da Glória e os demais de Porto das Folhas, orientados pelo sindicato de cada município, este último também sob influência da Igreja.

Neste momento já se identificavam divergências de atuação política na luta pela terra entre os grupos. Os agricultores de Poço Redondo decidiram pela conquista da terra por meio da resistência em acampamentos no imóvel e do enfrentamento com o proprietário; os de Porto das Folhas, influenciados pela Igreja, optaram pela negociação, evitando o confronto.

Após várias expulsões e atitudes violentas realizadas pela polícia no acampamento de Poço Redondo, o grupo de Porto das Folhas uniu-se à luta, ocupando o imóvel. De outro lado, tanto o INCRA/SE como a FETASE se omitiram neste confronto, justificando que o PRRA/SE ainda estava sendo elaborado.

Neste processo, os agricultores se utilizam de diversas ações: denúncias na imprensa local, ocupação da sede do INCRA, manifestações públicas. Apesar das diferenças internas entre os grupos, uniram-se na luta pela terra, pressionando as autoridades governamentais. Estes conflitos resultam na conquista e desapropriação do imóvel pelo INCRA, conforme decreto nº. 92.840, de 27/06/1986.

A luta dos agricultores pela posse da terra em Barra da Onça tinha um significado profundo na vida das famílias, como afirma Lopes na seguinte citação:

> ***"Ter um pedaço de chão e nele trabalhar com os membros da família. As práticas de ajuda mútua, o trabalho coletivo, a venda em conjunto da produção, entre outras alternativas capazes de libertá-los do cativeiro, não faziam parte de suas preocupações ou eram colocados em plano secundário, pela maioria dos trabalhadores de Barra da Onça"*** (LOPES, 1987:21).

A decisão de luta pela terra torna-se fundamental para os agricultores, embora não tenham planejado como poderiam organizar o assentamento na fase posterior. As reações dos proprietários das terras e a ação dos técnicos dos órgãos oficiais chegaram a criar confrontos internos entre os próprios parceleiros, dificultando a mobilização e organização das famílias.

Os ocupantes foram divididos em três grupos no processo de assentamento, assim constituídos:

1º) os agricultores de Poço Redondo, com 30 lotes;
2º) o grupo de Nossa Senhora da Glória, com 41 lotes;
3º) o grupo de Porto das Folhas, com 75 lotes.

O processo de seleção das famílias recebeu influências dos grupos envolvidos e de suas respectivas lideranças - o sindicato do município nos dois primeiros, mais a Igreja no caso de Porto das Folhas. O parcelamento do imóvel foi feito por um representante de cada grupo que realizou a demarcação dos lotes e os distribuiu entre os assentados. Destacam-se, no trabalho de Lopes (1992:24) que alguns grupos deixaram áreas para a realização de trabalho agrícola comunitário e a construção de equipamentos sociais.

O trato das culturas é realizado ainda de forma tradicional, através do uso de máquinas manuais de plantio ou em covas feitas com enxadas, foice para uso no roçado e machado para derrubada da mata. A mão-de-obra utilizada para o plantio e a colheita é predominantemente familiar, embora ocasionalmente exista contratação de assalariados, em casos de insuficiência da mão-de-obra familiar para explorar os lotes.

A organização da produção em Barra da Onça é mista, nas formas individual e coletiva, tendo como base o trabalho familiar. Os grupos de Poço Redondo e Porto das Folhas possuem áreas suplementares para exploração agrícola comunitária, cedida pelos próprios assentados interessados em trabalhar na terra coletivamente.

A exploração agrícola tem na cultura da palma e do algodão seus produtos de mercado, cultivados em consórcio com o milho e o feijão, principais produtos de consumo dos assentados, cujo excedente é vendido em feiras livres das cidades próximas.

No aspecto econômico, o trabalho faz um estudo comparativo das safras de 1986/1987 e 1988/1989. O objetivo é demonstrar avanços do ponto de vista da viabilidade econômica deste assentamento, verificados pelas mudanças na produção agropecuária, optando-se por um investimento no aumento do rebanho bovino de 70% no período 86/88. Houve um crescimento da área explorada de 10%, em 86/87, para 26% em 88/89, como também foi constatado um aumento da área média explorada, deslocando-se de 3,1 ha em 86/87 para 8,1 ha em 88/89. Destacou-se uma alteração no uso da terra, caracterizada por uma ampliação da área utilizada com pastagens e palma forrageira, passando de uma ocupação de 20% em 86/87 da área para 43% em 88/89; um avanço da ocupação pelo capim, que passou a corresponder a 31% e quase duplicou a área média plantada. Por outro lado, verifica-se uma redução da área plantada destinada às culturas de feijão, milho e algodão, diminuindo a área explorada de 75% em 86/87 para 26% em 88/89 (LOPES, 1992:25 - 27).

Mesmo diante de um cenário de diminuição da área da produção agrícola a safra de feijão e milho de 88/89 foi boa: o resultado da produção foi de 111 toneladas de feijão e 416 toneladas de milho. Em termos de produtividade, observam-se índices superiores à média do estado de Sergipe. A produtividade do feijão, por exemplo, foi de 381 quilos por hectare, enquanto a do estado de Sergipe foi de 369 quilos/ha; o milho apresentou 1.430 quilos por ha, mais de 50% acima da média do estado (684 quilos/ha)[18].

Segundo Lopes (1992:27 - 28) no assentamento Barra da Onça é claramente perceptível o aumento da aquisição de bois de carro pelos assentados, que em 86/87 correspondiam a aproximadamente um pouco mais de 25% e em 88/89 passaram para 57%. Estes animais são utilizados na produção agrícola, na aração da terra, no transporte de insumos, sementes, instrumentos de trabalho, madeira e água (essencial em época de seca), como também podem ser alugados para os demais assentados, permitindo auferir uma renda extra. Outro elemento importante deste estudo é o crescimento do número de assentados com criação de vacas, passando de 26% dos assentados em 86/87 para 60% em 88/89, além de uma redução da criação de caprinos e ovinos, porque à medida que os assentados adquirem matrizes de gado bovino se desinteressam pela criação destes animais.

[18] Lopes (1992:27).

Este estudo demonstra como a posse da terra foi utilizada como estratégia de sobrevivência destas famílias assentadas. Grupos distintos de agricultores se uniram com a finalidade de conquistar a terra, obtendo êxito na desapropriação do imóvel. Mesmo que logo após a conquista da terra os problemas tenham adquirido outras formas, pois os assentados passam a enfrentar a falta de apoio creditício, além de divergências internas na organização da produção e da comercialização.

Neste contexto repleto de desafios, os parceleiros contribuem na produção de alimentos básicos (feijão e milho) para venda, após a dedução do consumo de suas famílias. Assim, os assentados estão vinculados ao mercado, por meio da venda de seus produtos, e garantem a sobrevivência das famílias.

Procura-se apontar alguns dados da realidade socioeconômica do projeto de assentamento Barra da Onça, em 88/89, conforme Lopes (1992:30 - 35):

1º) uma participação maior dos assentados com relação à posse de instrumentos de trabalho – arado, animais de serviço etc. - capazes de agilizar a exploração do lote e o aumento do rebanho bovino (bois de carro e vacas);

2º) expressivo aumento da produção de milho e feijão;

3º) deficiência de atuação dos órgãos públicos na viabilização do projeto;

4º) problemas sérios de infraestrutura – falta de água, estradas vicinais insuficientes e mal conservadas, além da não continuidade de acesso ao PROCERA criaram obstáculos a um melhor desempenho do assentamento;

5º) a inabilidade, insensibilidade, inexperiência e despreparo dos técnicos, principalmente os do INCRA/SE que atuam na área, não tem contribuído para uma organização coletiva dos assentados, na medida em que os representantes tomam decisões sem consultá-los;

6º) irracional desmatamento das parcelas sem utilização para produção e muito menos reposição das matas, o que pode causar problemas sérios ao meio ambiente.

Este estudo traz elementos-chave para a discussão dos assentamentos rurais, pois mostra a dupla face da realidade enfrentada pelos assentados. Demonstra, por um lado, aumentos de produção e produtividade, indicadores fundamentais de desempenho econômico; por outro lado, enfatiza a existência de problemas de infraestrutura, educação e saúde.

Acrescenta-se aos apontamentos conclusivos deste trabalho, um aspecto que deve ser ressaltado nos estudos sobre assentamentos rurais: a intervenção dos órgãos públicos de forma desarticulada entre os níveis federal, estadual e municipal. Esta intervenção pontual compromete ainda mais o trabalho desenvolvido pelos técnicos, tanto pela falta de clareza do papel dos demais órgãos, como pela falta de planejamento, de recursos financeiros e de assistência técnica no acompanhamento aos projetos, aspectos que podem comprometer o seu êxito.

Os estudos de viabilidade econômica dos assentamentos rurais aqui analisados, abrangendo o Brasil e os estados do Rio Grande do Sul e de Sergipe, permitem demonstrar o potencial dos assentados no enfrentamento dos problemas existentes no cotidiano, além de apontar resultados econômicos favoráveis em termos de produção, produtividade e renda, acima da média dos municípios onde se localizam. Existem inúmeros obstáculos na gestão do assentamento e na organização, mas é possível acreditar que há uma semente sendo plantada e que, a longo prazo, poderá trazer bons frutos para os assentados.

1.1.4 - Considerações sobre intervenção do Estado, pequena produção e integração dos assentados ao mercado

Os trabalhos de Leite (1988;1989;1994) são considerados importantes estudos sobre as experiências de assentamentos rurais no estado de São Paulo, norteado pelos seguintes elementos: o perfil de intervenção do Estado, a dinâmica da pequena produção neste contexto e as formas de integração dos produtores assentados no mercado capitalista.

O primeiro trabalho apresentado de Leite (1988) tem como finalidade analisar o processo de assentamento de trabalhadores rurais como experiências de reforma agrária, investigando o nível de absorção de novas tecnologias nos núcleos para verificar "o grau de associação/subordinação" das unidades de produção dos assentados. Portanto, nesta análise destacam-se, sobretudo, a importância do uso de tecnologia e a integração ao mercado como um caminho que tem condições de proporcionar resultados econômicos positivos para os assentados.

O autor inicialmente discute o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, faz uma breve apreciação sobre as fases da reforma agrária e destaca a concepção das principais correntes que opinam sobre o tema assentamentos rurais com o objetivo de contextualizar o trabalho.

Leite (1988) destaca a possibilidade de realização de uma reforma agrária capitalista, viabilizada através de articulações dos assentados com o Estado, as agroindústrias e as cooperativas. Dessa forma, haveria condições de garantir a reprodução econômica dos núcleos, pois os assentados teriam um espaço para venda de seus produtos no mercado.

No tópico especial sobre a relação entre a tecnologia e a política de assentamento destaca os seguintes aspectos:

1º) a necessidade da produção de tecnologias adequadas à realidade da pequena produção;

2º) o processo de adequação da pequena produção à tecnologia moderna existente.

Neste debate sobre a tecnologia o autor explica:

> ***"Assim ao considerarmos a inserção da pequena produção no padrão tecnológico adequado, temos que levar em conta outras duas condicionantes de caráter mais genérico, quais sejam: a relação de subordinação com os grandes capitais (agroindustriais, cooperativas, fundiário e comercial) e as características técnicas da incorporação da modernização"*** (LEITE,1988:14).

Apesar da dificuldade da pequena produção com relação ao acesso à tecnologia moderna, é perceptível que aqueles pequenos produtores capitalizados apresentam um melhor padrão de vida, exatamente por possuírem melhores condições de competitividade no mercado capitalista. Verifica-se, então, a necessidade de pensar o quadro da política do Estado, as possibilidades de capitalização dos assentados e as estratégias de inserção no mercado.

O estado de São Paulo implementou assentamentos em terras públicas e desapropriou imóveis para fins de reforma agrária. A política fundiária foi executada a partir de pressão dos trabalhadores rurais representados através da FETAESP e do MST, mas o autor destaca que faltou uma articulação entre os órgãos do Estado responsáveis pela implementação dos núcleos.

Os assentamentos utilizam de forma massiva máquinas e equipamentos, mas, ao mesmo tempo, enfrentam obstáculos diversos, como: exigência de carta de anuência pelo banco em caso de financiamentos, atraso na liberação das parcelas do crédito, falta de uma infraestrutura adequada, dificuldades na comercialização e na administração do núcleo pela inexistência de conhecimentos dos agricultores com relação à gestão do negócio.

O trabalho de Leite (1988:17) mostra que os assentados apresentaram níveis de capitalização diferenciados. Aqueles que se organizaram em formas associativas coletivas são caracterizados pelo uso de terra e maquinário de propriedade comum aos assentados; semi-coletiva – aquisição de máquinas; aração e comercialização conjunta e cultivo/plantio em lotes ou grupos de famílias; individual – a divisão da terra em lotes familiares de 16 ha por família em média.

O resultado do trabalho mostra que só foi possível a aquisição de tratores e implementos mecanizados em assentamentos organizados nas formas semi-coletiva e coletiva, enquanto aqueles organizados na forma individual adquiriram animais e equipamentos para tração etc. Portanto, salienta a necessidade da organização coletiva dos assentados para compra e uso de uma tecnologia moderna.

Acrescenta-se a esta análise o conflito existente entre uma orientação dos órgãos governamentais envolvidos na execução e parcerias da Política de Assentamento, com relação ao uso de uma tecnologia completamente diferente das formas tradicionais de lidar com a terra utilizadas pelos pequenos produtores. Estes sentiram, inicialmente, dificuldades de absorção do novo estilo.

No segundo trabalho de Leite (1989) enfatiza-se o perfil da ação do Estado nesta realidade. Existem diferentes formas de aquisição da terra pelo órgãos executores das políticas públicas, em nível federal ou estadual, ou mesmo no caso de reassentamentos de companhias hidrelétricas, resultando em realidades diferenciadas que interferem na reprodução econômica dos núcleos.

Na década de 80, o Estado de São Paulo só desapropria terras após o PNRA (1985) e o PRRA/SP, em 1986. Enquanto isso, o governo estadual implementou uma política fundiária, em 1983, baseada em um programa de assentamentos de trabalhadores rurais e de regularização fundiária designados pela Lei 4.957, de 30/12/85 - plano público de valorização e aproveitamento de recursos fundiários do Estado -, e a Lei 4.925, de 19/12/85 - alienação de terras públicas para produtores rurais que ocupam e exploram as mesmas.

O IAF, atualmente Departamento de Assuntos Fundiários, é o órgão do governo estadual responsável pela implantação dos assentamentos. No ano de 1988, a SEAF foi extinta e este órgão passou a funcionar na SAA. Estas experiências surgem a partir de pressões dos agricultores organizados em movimentos de luta pela terra.

A participação do Estado pode ser compreendida da seguinte forma:

> ***"A análise de políticas públicas, desde sua formulação, até sua resultante, permite averiguar a natureza, o alcance e os limites da intervenção governamental setorial, concretizada num programa de governo. Este último, no âmbito de um determinado tipo de interpretação, remete ao entendimento do próprio Estado, como uma amálgama de interesses constitutivos do bloco no poder, e suas relações com os interesses dos setores subalternos, onde pode ser detectada a possibilidade dos próprios aparelhos de Estado viabilizarem/obstacularizarem o encaminhamento da política de assentamentos"*** (LEITE,1989:25).

Na organização interna do assentamento, explicita-se seis possíveis formas encontradas na realidade de São Paulo:

1°) exploração individual da terra e divisão em lotes;

2°) preparação da terra e plantio realizado de forma coletiva, com os tratos das culturas e a colheita executados de forma individual;

3°) forma mista de exploração da terra com parcela dos assentados trabalhando coletivamente e outra individualmente;

4°) exploração coletiva da produção na primeira safra e exploração individual posteriormente;

5°) exploração coletiva da terra em todas as fases da produção;

6°) exploração individual da terra inicialmente, com experiências coletivas posteriormente, a partir da constituição de uma associação dos assentados.

A integração dos produtores assentados ao mercado é uma condição para o alcance da viabilidade econômica do projeto. Este grau de integração pode ser efetivado por meio da compra de máquinas, equipamentos e insumos conjuntos, possibilitando aos produtores assentados acesso à tecnologia, financiamentos e comercialização, verificando os espaços existentes em termos de mercado.

Os pequenos produtores tecnificados possuem um padrão de vida superior aos demais, não capitalizados. Por isto, defende a integração destes produtores assentados ao processo global capitalista.

Este processo de capitalização dos assentados passaria pela execução de uma política agrícola em que a produção se destinaria ao mercado, com níveis de competividade e tecnificação elevados.

Esta abordagem apresenta elementos ricos para desmistificação da realidade dos assentamentos rurais em São Paulo; mas existe uma questão essencial para discussão sobre o processo de integração dos assentados capitalizados ao mercado, que é o perfil do mercado capitalista no Brasil, dominado pelos monopólios e oligopólios.

A expansão do capital na agricultura brasileira, particularmente na região Sul e Sudeste do país, mostra como resultados do processo de integração da pequena produção aos CAIs, uma relação de subordinação e exploração, capaz de alterar a lógica interna destes e transformá-los em pequenos agentes do capital, que produzem e reproduzem a lógica capitalista na busca imediata pelo lucro e não se apropriam do mesmo. Em função disto, considera-se necessária uma reflexão sobre as formas de integração dos assentamentos ao mercado capitalista.

Destaca-se um terceiro trabalho de Leite (1994), cujo objetivo é mostrar a estratégia de intervenção do Estado nos projetos de assentamentos realizados pelo governo federal e estadual em São Paulo, no período de 1984 a 1989. As questões econômicas e políticas são estudadas em dois níveis: no plano geral discute-se o padrão de acumulação e o caráter do Estado; no plano específico, as relações que se estabelecem nos assentamentos rurais.

A forma de intervenção do Estado nos assentamentos e a priorização da infraestrutura econômica tem uma relação direta com a sua inclusão na economia e com o seu nível de organização e participação, através de associações, cooperativas, sindicatos etc. Todavia, o foco do trabalho privilegia as políticas fundiárias que atuam nos assentamentos para averiguar as linhas de financiamento a fundo perdido e os "modelos" e "concepções" sobre a inserção da produção dos assentados na economia (LEITE, 1994:295).

Os resultados deste estudo mostram que os gastos do governo federal e estadual nos assentamentos, na década de 80, foram baixos. Verifica-se que o gasto médio por projeto e família em dois anos (governos Montoro e Quércia) foi de US$ 562,00 dólares e US$ 963,00 dólares, respectivamente, acrescidos de 30% a 40% dos custos de aquisição da terra[19].

Os indicadores demonstram um patamar de gastos nos assentamentos inferior ao previsto no orçamento dos órgãos públicos, em nível federal ou estadual. Nos assentamentos estudados em São Paulo falta, por exemplo, infraestrutura e um trabalho qualitativo de assistência técnica suficiente para atender a demanda dos assentados. Isto demonstra a não utilização plena e de forma adequada dos recursos destinados ao atendimento de demandas presentes nos núcleos. O trabalho de Leite (1994) adquire grande pertinência pelo fato de ter apurado dados e discutido metodologias essenciais para mostrar as contradições inerentes à ação do Estado e suas implicações na situação econômica dos assentados. O que ocorre é que os investimentos realizados pelo governo na implantação dos assentamentos são insuficientes para cobrir as despesas de implantação dos assentamentos, além de não liberá-los no tempo necessário.

[19] Leite (1994:310)

1.1.5- Aspectos sociais e sucessos/insucessos

Os principais estudos de Bergamasco, Ferrante & D'Aquino (1989); Bergamasco & do Carmo (1991); Bergamasco & Ferrante (1994); e Bergamasco (1994) discutem o tema assentamentos rurais situando-os em um contexto histórico em que se leva em consideração o passado vivido pelas famílias e o processo de diferenciação vivenciado no presente, no caminho de construção do assentamento.

Estes trabalhos salientam a importância de estudar o tema numa realidade dinâmica, onde a história é vivida em diferentes tempos por distintos atores sociais, inseridos nos movimentos de luta pela terra e participação nos movimentos sociais.

Nas suas linhas mais gerais, os trabalhos contemplam os elementos externos que interferem diretamente nos assentamentos, como a política executada pelo Estado e o apoio dos mediadores – sindicato, igreja e MST -, como também os diferentes interesses dos assentados no projeto de assentamento e a construção de suas relações sociais. Procura compreender alguns pontos em comum na constituição da própria identidade do grupo, em um cenário marcado por diferenciações.

É importante perceber as relações entre as lutas dos trabalhadores rurais, o movimento da sociedade civil e o Estado no Brasil. Nesta correlação de forças entre o movimento dos trabalhadores na luta pela terra e as políticas implantadas pelo Estado, tem-se diferentes momentos e resultados, que podem contribuir ou gerar impasse no processo de viabilização dos assentamentos.

Esta citação mostra com objetividade o foco de análise destes trabalhos:

> **"Compreender o fazer-se dos assentamentos e a realidade dos assentados coloca-nos diante de muitos desafios nutridos pela tentativa de interpretá-los não como parte de uma história já determinada, mas como expressão de um movimento tenso, do qual participam agentes munidos de projetos distintos: trabalhadores rurais, Estado, Igreja, sindicatos e partidos políticos"** (BERGAMASCO, FERRANTE & D'AQUINO, 1989:03).

Estudar a realidade dos assentamentos implica em analisar a origem dos assentados, suas trajetórias, a relação com a terra e o significado dela para os distintos grupos. A inserção do assentado em um novo cenário é discutida através de um processo amplo e complexo. O assentamento é pensado como um espaço de constituição de um sistema de relações sociais que não pode ser analisado apenas no âmbito econômico, pois é necessário contemplar esta realidade dinâmica, levando em consideração os sonhos, os projetos, as perspectivas, as trajetórias, os avanços e recuos, os sucessos/insucessos dos assentados e a possibilidade de construção de novas relações sociais.

As pesquisas realizadas nos assentamentos deve contemplar esta complexidade de relações políticas, econômicas e sociais, utilizando uma metodologia capaz de analisar os assentamentos como processos sociais complexos, inserindo a multidisciplinaridade. É importante se ter em vista que a troca de conhecimentos e experiências pode contribuir na compreensão da realidade.

Existem três importantes fases do assentamento rural: segundo Bergamasco, Ferrante & D'Aquino (1989:47):

1º) o momento da demanda pela terra;
2º) a fase de implantação do núcleo;
3º) o período de maturação do assentamento.

Na instalação das famílias no assentamento podem ocorrer diferenciações na escolha dos lotes, prejudicando alguns e beneficiando outros. Como a pequena produção tem uma lógica baseada no trabalho familiar, grosso modo, os produtores não sabem lidar com a individualização de seu lote, nem com a questão da propriedade privada. Após a conquista da terra as articulações políticas se fragilizam, diminuindo, inclusive, a participação dos mediadores no acompanhamento dos trabalhos realizados no imóvel.

Neste contexto, os assentados entram em confronto por coisas menores como as pequenas quantidades de terras e a participação na associação, enfraquecendo as forças emergentes.

Esta nova categoria - "os assentados" - não representa a unificação de origens e vivências na terra, mas, acima de tudo, o trauma da expulsão, da violência e da exclusão. Alguns destes produtores, quando foram expulsos da terra, migraram para as cidades, passando pela experiência da favelização e pauperização. Logo, a luta pela terra tem um significado intenso para eles, diferente da realidade daqueles que resistiram no imóvel, não passando pela moradia nas cidades.

O processo de reorganização do assentamento é configurado desde o início pela participação do Estado na seleção/identificação das famílias, no parcelamento e implantação da infraestrutura. Existem casos cuja relação com o técnico do Estado adquire dimensões paternalistas, já em outros um grupo consolidado se organiza coletivamente com propostas e objetivos definidos.

Portanto, a realidade dos assentamentos rurais é permeada por diferentes grupos e trajetórias, reações, propostas, organização que depende muito das pessoas que estão envolvidas no projeto e de sua relação com o Estado e demais mediadores, como afirma Bergamasco, Ferrante & D'Aquino (1989:51) nesta citação:

> ***"Os assentados, provisoriamente definidos como uma categoria social em construção de identidade, tem que ser pensados igualmente em seu movimento de re-conhecimento, na construção de um sistema de relações sociais que não pode ser compreendido unicamente sob a ótica de reordenação dos assentamentos, enquanto unidades de produção subordinadas ao capital. É preciso pensar nas outros matizes constitutivas da produção, reprodução, representação das classes e categorias sociais".***

Apresentam-se os principais elementos do trabalho[20] realizado sobre o (in)sucesso[21] dos assentamentos dos trabalhadores rurais. Este estudo surgiu a partir de discussões ensejadas pela pesquisa de *"Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma Agrária e Assentamentos no Estado de São Paulo"*, realizada na UNESP.

Primeiramente o trabalho procura apresentar as características de cada núcleo, identificando os pontos em comum e as principais diferenças. Após fazer o mapeamento das áreas de assentamentos, são analisadas as perspectivas de evolução dos núcleos, para posteriormente apontar os elementos de sucesso/insucesso destas experiências.

Percebe-se que os assentados demonstram interesse em se fixar na terra para desenvolver um trabalho e sustentar a família, por isso insistem e lutam pela posse dela e esperam uma política favorável por parte do governo que possa melhorar suas condições de vida. Uma das reivindicações emergentes dos assentados é o crédito rural para custeio, investimento e comercialização.

Como a maioria das terras destinadas aos assentamentos rurais possui problemas com relação à fertilidade e declividade do terreno necessitam de apoio técnico para a correção de solos, escolha de sementes e utilização de fertilizantes.

A relação com a terra e a concessão de uso da mesma são elementos importantes para o assentado, pois muitas vezes não existe clareza a respeito da política executada pelo Estado. Isto provoca insegurança com relação aos investimentos que poderão ser realizados no lote. É necessária a garantia de permanência na terra para a concretização destes investimentos.

---

[20] Este estudo contempla o assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara – SP; Lagoa São Paulo, em Presidente Prudente e Caiuá; Cinturão Verde, em Ilha Solteira; Gleba XV de Novembro e Fazenda Rosana, em Teodoro Sampaio; Sumaré I e II, em Sumaré – SP (Bergamasco & do Carmo, 1991:60 - 61).

[21] O termo (in)sucesso – grafado desta maneira – é utilizado para demonstrar a ambigüidade das perspectivas e situações vivenciadas pelos assentados no processo de luta pela terra (Bergamasco & do Carmo, 1991).

Segundo Bergamasco & do Carmo (1991:66), o tamanho dos lotes é considerado um problema para os assentados: quando são insuficientes para sustentação da família e os filhos são menores, existe um controle da situação pelo chefe da família; mas quando podem trabalhar e a terra é insuficiente, os assentados perdem a mão-de-obra familiar, seus filhos vão para as cidades em busca de oportunidades de trabalho ou atuam como trabalhadores temporários na agricultura.

Vale salientar que no processo de seleção das famílias, o Estado, procura resolver tensões sociais assentando grupos familiares sem tradição agrícola na mesma área dos agricultores. Estes grupos apresentam dificuldades de adaptação à vida rural, gerando alguns problemas de convivência com os outros assentados, estes agricultores, exatamente porque possuem trajetórias distintas e a terra não tem o mesmo significado para ambos. Poderão surgir conflitos internos capazes de comprometer as possibilidades de desenvolvimento dos trabalhos associativos, benéficos para todo o grupo. Por isso, é necessário que na implantação do assentamento os órgãos públicos percebam estas situações e contemplem essas diferenças para posteriormente não gerarem mais um problema para os assentados.

Nestas áreas visitadas e pesquisadas, Bergamasco & do Carmo (1991:66 - 67) destacaram alguns elementos do (in)sucesso dos assentamentos de trabalhadores rurais, que são:

1°) mesmo diante da falta de apoio do Estado é notória a vontade de continuar no assentamento;

2°) em termos gerais, as famílias afirmaram que estão em uma situação melhor do que a anterior, pois têm moradia, terra para produzir, alimento e estão educando seus filhos; mesmo que precariamente, podem comercializar o excedente da produção agrícola e garantir uma renda permanente;

3°) desejo de conseguirem a posse definitiva da terra;

4°) dificuldade de organização em função das diferenças dos grupos, principalmente com relação a suas vivências anteriores, pautadas por relações com outros grupos sociais e com a própria natureza.

A política de assentamento tem um caráter emergencial, ou seja, não resolve o problema, pois em geral o Estado a trata como uma questão regional localizada, procura amenizar os conflitos e resolver paliativamente o impasse proveniente das pressões exercidas pelos agricultores na luta pela posse da terra.

A questão da reforma agrária é colocada por muitos autores como uma questão social, não devendo apresentar comprometimento para o crescimento macroeconômico. Bergamasco & do Carmo (1991:67) explicam que "não existe economia capitalista sem mercado e não existe mercado sem poder de compra". Portanto, a produção dos assentamentos pode ser considerada pequena com relação à produção total, mas pode contribuir com a inserção de famílias no mercado por meio do consumo.

A política do Estado é muitas vezes contraditória: de um lado atende a determinados interesses de classe, deixando a pequena produção excluída do acesso ao crédito rural; de outro lado justifica que o apoio aos assentamentos significa paternalismo, como se afirma nesta citação:

> ***"Ao promover o processo de modernização da agricultura, o Estado empenhou-se com crédito farto e subsidiado, e nem por isso foi tido como paternalista. Seu papel foi aceito tanto pelos setores rurais, como, e principalmente, pelos urbanos. Ao se discutir a necessidade de políticas públicas para impulsionar a Reforma Agrária, para investir, custear e comercializar a produção, é sempre levantado o caráter paternalista do Estado"*** (BERGAMASCO & DO CARMO, 1991:67).

As condições precárias das terras, a falta de infraestrutura, as dificuldades de acesso ao crédito rural, a falta de acompanhamento técnico são entraves que impedem a viabilização econômica dos assentamentos. Mesmo assim, o comprometimento e a vontade de vencer dos assentados é tão grande que, em algumas áreas, conseguem garantir o sucesso do assentamento, apesar de todos os problemas existentes, proporcionando dessa forma uma melhoria na condição de vida de suas famílias.

Os estudos mencionados anteriormente são fundamentais para a compreensão da realidade dos assentamentos rurais pelas seguintes justificativas:

1º) analisam a interiorização da realidade dos assentamentos, explicando suas diversas facetas;

2º) apresentam uma percepção capaz de apontar os elementos de identidade e heterogeneidade entre os grupos de assentados, através dos estudos de suas trajetórias de vidas;

3º) estudam os confrontos internos entre os assentados após a conquista da terra;

4º) destacam a participação dos aspectos econômicos e sociais na construção do projeto de assentamento.

A possibilidade do resgate da origem do assentamento e a reconstituição de histórias de vidas dos assentados são assuntos ricos, que abrem caminhos para a compreensão dos conflitos internos gerados pelas heterogêneas passagens pela agricultura e pelas relações de trabalho vivenciadas na fase anterior ao assentamento. Caracterizam-se pela amplitude de experiências não capitalistas, muitas vezes subordinadas à lógica capitalista, embora tenham garantido, por determinado tempo, a sobrevivência da família.

1.2- A Construção Teórica da Categoria Assentamento Rural

Na segunda parte deste capítulo, discutem-se a conceituação da categoria "assentamento rural" na visão dos agentes sociais (órgãos do Estado, assentados, mediadores e os proprietários da terra) envolvidos neste processo e as contribuições acadêmicas de pesquisadores e estudiosos do tema.

É necessário discutir a construção da categoria assentamento rural em função da observação de seu uso pelos técnicos do Estado, que, muitas vezes, a utilizam em seus relatórios de forma estática e com um único significado - o de "fixação do homem na terra". O contato com a realidade dos assentamentos permite penetrar-se em seu interior, desvendando as diferentes visões existentes entre os diversos agentes sociais envolvidos no processo, as concepções também diversas e heterogêneas sobre os assentamentos e as distintas posições dentro da mesma instituição.

Destaca-se, em primeiro lugar, a conceituação do Estado representado pelos seguintes órgãos atuantes nos assentamentos rurais: INCRA e INTERPA.

Esta visão não demonstra uma concepção geral da instituição, tendo em vista que foram realizadas entrevistas com alguns técnicos e pesquisa nas normas da instituição e não se verifica, necessariamente, que todos possuem a mesma opinião a respeito dos assentamentos rurais. Técnicos do INCRA compreendem o assentamento como sendo oriundo de famílias provenientes de áreas com incidência de conflito social.

Na "Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores" do INCRA, utilizada ainda como referencial na implantação dos núcleos, o assentamento rural é conceituado da seguinte forma:

> ***"Conjunto de providências ou operações necessárias à inscrição, identificação, seleção, transferência e localização dos beneficiários, bem como implantação do sistema de organização social, utilizando métodos que permitam a sua integração, participação no desenvolvimento do projeto"*** (MA/INCRA/DP, 1971:65).

O INTERPA atua adquirindo o imóvel por meio da compra e assenta as famílias que o ocupavam. Os técnicos conceituam o assentamento como o parcelamento do imóvel, ou seja, a demarcação do limite de uso da terra para cada família, determinado após a apresentação de um anteprojeto aos ocupantes do imóvel pelo setor de cartografia e assentamento da entidade, procurando identificar benfeitorias e fazer uma distribuição eqüitativa da terra.

Assim sendo, percebe-se que o assentamento não é um processo constituído por várias fases, e sim um conjunto de ações desarticuladas entre si executadas pelo órgão governamental com a finalidade de assentar famílias. Estas ações se concretizam no parcelamento, embora não se cumpra, muitas vezes, as exigências da FMP de cada município. A extensão da terra costuma ser insuficiente para abrigar todas as famílias ocupantes, se seguirmos a quantidade de hectares mínimos para um aproveitamento viável da terra.

Na perspectiva dos órgãos governamentais que trabalham diretamente com os assentamentos, relacionados acima, existem diferentes concepções que dificultam a execução de programas para implantação, organização e execução dos trabalhos. A própria desintegração na atuação dos órgãos do Estado, tanto em termos políticos como em termos administrativos, contribui para isto. Existe uma lacuna entre o discurso oficial do Estado, representado pela Política de Assentamento Rural, e a prática difusa dos órgãos governamentais nos assentamentos.

Procura-se coletar as informações e organizá-las buscando obter uma maior compreensão da visão de cada sujeito social envolvido no processo de assentamento rural. É essencial perceber como os assentados se situam nesta realidade e como se identificam nesta nova situação. A política agrícola atual (1999) não oferece condições favoráveis para impulsionar os investimentos dos pequenos produtores na agricultura: a taxa de juros é elevada, dificultando o acesso aos financiamentos, e os assentados enfrentam obstáculos na comercialização.

O assentamento Cajá, com área de 179,9286 hectares e 36 famílias, localizado no município de Matinhas, Brejo Paraibano, tem sua história marcada pela conquista da terra. Para a maioria dos assentados o assentamento representa um espaço de sobrevivência, morada da vida e continuidade de sua tradição agrícola. Por isso, lutam para resistir e superar os obstáculos, plantando, colhendo e vendendo a produção excedente em mercados locais, próximos ao município onde se localiza o imóvel, e organizando-se através da associação para obter acesso ao crédito rural.

Para alguns agricultores o assentamento significa parte de sua vida e a garantia de sobrevivência da família, enquanto para outros assentados pode surgir de forma inesperada, como um presente divino do governo para ajudá-los. Acontece que estes não se adaptam facilmente à nova situação e esperam soluções por parte dos técnicos do Estado, exatamente pela dificuldade que existe de assumirem a gestão do assentamento.

O conceito de assentamento para o assentado é reflexo da história por ele vivida no momento anterior à seleção das famílias e na organização da estrutura do núcleo. Existem concepções dos assentados que levam em consideração a luta pela terra, o conflito social, as estratégias de resistência do grupo, a desapropriação do imóvel, a garantia de posse da terra, o espaço para produção e comercialização, as associações coletivas e a possibilidade de sobrevivência das famílias. Enquanto outras demonstram a necessidade de depender de agentes externos para resolver questões surgidas no cotidiano do assentamento rural.

É importante analisar como os mediadores compreendem o assentamento no estado da Paraíba. Os principais mediadores são CPT, o MST e o STR do município onde se localiza o imóvel, que participam principalmente na fase de luta pela terra, quando eclode o conflito entre proprietário e agricultores.

A CPT desenvolve um trabalho na Paraíba baseado no apoio à luta pela terra: assessoria jurídica, denúncia da violência no campo e um trabalho educativo de conscientização política. Oferece suporte em infraestrutura – alimentação, transporte, colchões e lonas - para situações emergenciais nos acampamentos, além de assistência médica.

A frente progressista da Igreja Católica se posiciona em defesa dos pobres e oprimidos, como se depreende claramente por esta citação:

> ***"D. Hélder Câmara, D. José Maria Pires, D. Marcelo Carvalheira, e D. Luís Gonzaga, são representantes da hierarquia progressista da Igreja Católica que, no Nordeste e na Paraíba, deram testemunho de sua opção pelos pobres, apoiando a ação pastoral, os movimentos sociais e populares, a ação sindical e hoje, a ação pela cidadania. Em defesa da democratização da terra, contra a fome e a miséria e pelo direito à cidadania plena para os trabalhadores do campo, eles colocam-se a favor de lavradores, posseiros e índios, participam de negociações entre estes, os órgãos de terra, o poder executivo e proprietários, fazem denúncia e clamam por justiça, ocupam espaços nos meios de comunicação em defesa dos pobres e oprimidos"*** (MOREIRA & TARGINO, 1997:307).

A CPT considera o assentamento rural como uma conquista, resultado da luta pela terra. A constituição do assentamento é a possibilidade de garantia de posse da terra e espaço para produção, e, consequentemente, de sobrevivência de famílias de agricultores e sua inclusão no circuito do consumo e produção.

O MST possui uma história recente no estado da Paraíba, tendo ampliado sua participação nos assentamentos rurais na década de 90. Esta efetiva ação do MST no apoio à luta pela terra e a organização das famílias nos núcleos é reconhecida pelo INCRA. Em 1990 existiam 24 área coordenadas pelo INCRA na Paraíba; já em 1999 (até setembro) são 127 projetos de assentamento. A evolução dos movimentos sociais e a atuação do MST, através da ocupação de acampamentos nos latifúndios improdutivos, contribuíram para aumentar o número de assentamentos rurais.

O MST atua na organização de acampamentos, apoio à luta pela terra em áreas de incidência de conflitos sociais e realiza um trabalho de educação política, com o objetivo de preparação de novos militantes. O assentamento é analisado por este movimento da seguinte forma: ***"Um assentamento é um conjunto de famílias que trabalham em uma área de terra destinada aos agricultores sem terra utilizados para a produção agropecuária"*** *(tradução nossa)* (STÉDILE & SÉRGIO, S.A:46).

Os assentamentos rurais organizados pelo MST levam em consideração a ocupação, a resistência e a produção. O planejamento para assegurar a viabilidade econômica da produção agropecuária é considerado estratégia fundamental para garantir a sobrevivência das famílias e para se atingir uma melhoria na sua condição econômica e social. No primeiro momento, deve-se garantir a produção para o consumo e, depois, a produção para venda no mercado.

Os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios onde se localizam o assentamento atuam como mediadores, principalmente no momento de luta pela terra. A posição dos sindicatos com relação às iniciativas tomadas pelos ocupantes de um imóvel com conflito social é diversificada, dependendo do contexto político, econômico e social, além da experiência política da entidade.

Saliente-se que, grosso modo, os sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios do Brejo Paraibano entendem o assentamento como um espaço para reprodução social dos agricultores, e o acesso à posse da terra é determinante para a realização da produção agropecuária, além de criar uma oportunidade de sobrevivência das famílias de trabalhadores agrícolas.

Enfim, os mediadores destacados anteriormente – CPT, MST e os sindicatos de trabalhadores rurais - possuem concepções distintas com relação aos assentamentos rurais, podendo-se, no entanto, identificar vários elementos comuns, tais como:

- acesso à posse da terra aos agricultores necessitados e excluídos do processo de produção;
- espaço de reprodução social de famílias de agricultores;
- garantia da sobrevivência das famílias de agricultores;

- oportunidade de produzir para o autoconsumo e venda;
- garantia de renda familiar proveniente da atividade agropecuária.

Os proprietários de terras assumem a defesa intransigente da propriedade privada e do capital, utilizando vários instrumentos de enfrentamento: a influência política nos órgãos de terras, na justiça e na polícia; pressão e ameaças de violência sobre os mediadores; a expulsão dos agricultores; destruição de suas plantações e casas e o assassinato de líderes do movimento.

Na visão dos proprietários de terras os agricultores, mesmo residindo, trabalhando e produzindo na terra por 5 (cinco), 10 (dez) ou mais anos, não têm direito de continuar obtendo a posse da terra quando a pretensão dos donos é de utilizá-la de outra forma - reserva de valor; espaço para pastagens e criação de gado. Possuem, portanto, o direito de fazer o que desejam por serem proprietários.

Esta citação salienta, em termos gerais, a ação dos donos de terras na Paraíba:

> ***"Em suma, a ação dos donos é, num primeiro momento, a defesa intransigente do patrimônio individual. Numa segunda instância, a reação dos proprietários à desapropriação pode ser entendida como uma defesa da propriedade capitalista em si. Isto é, o que está em jogo para eles não é apenas a apropriação da terra, mas o instituto da propriedade enquanto tal. Desta forma, a desapropriação representa um ataque ao próprio capital. Daí a posição contrária dos órgãos patronais a toda a iniciativa de desapropriação levada a efeito no Estado"*** (MOREIRA & TARGINO, 1997:316).

O principal elemento para o dono da terra é a garantia oferecida pelo sistema capitalista da propriedade privada da terra. Assim, o assentamento conquistado na luta pela terra onde o imóvel foi desapropriado torna-se, para o proprietário de terras, uma violação do direito de propriedade.

No plano acadêmico, estudos de Leite (1994:203) discutem a categoria assentamento como objeto de análise. A categoria assentamento rural foi utilizada pela primeira vez pelo Estado no Estatuto da Terra, com o significado de "transferência e alocação de um determinado grupo de famílias em algum imóvel rural em particular". Enquanto, na década de 90, o assentamento é considerado pelo INCRA como a inserção de terras ao processo de produção do país, gerando empregos e distribuição de rendas, visando beneficiar o seu público- alvo - os pequenos agricultores.

O tema assentamento rural é tratado de forma abrangente, levando em consideração os pontos comuns de identificação dos grupos em termos de trajetória e estratégias econômicas, reunindo todas as experiências de reassentamentos (em caso de construção de barragens), os antigos projetos de colonização, os projetos de valorização de terras públicas (oriundos de ações de órgãos estaduais utilizando imóveis públicos para reforma agrária) e as reservas extrativistas na região norte do Brasil.

Os elementos norteadores da identificação destes grupos distintos é apontado pelo autor na seguinte citação:

> ***"Sem negligenciar as demais especificidades, que também contribuem para dar o tom da dinâmica econômica (...), é possível apontar que, ao se inserirem como unidades produtivas concretas, os diversos 'assentamentos' vivenciam também realidades (ou melhor, dificuldades) semelhantes: ausência de uma política de financiamento da produção compatível e sistemática; discriminação dos projetos em função da qualidade das terras e do padrão tecnológico dominante; baixo desembolso, pelos órgãos responsáveis, de recursos financeiros a fundo perdido, comprometendo uma infra-estrutura mínima nos núcleos; predominância do produtor familiar e de alguma forma de associativismo nas atividades econômicas dos projetos; influência da orientação da necessidade da produção de alimentos nas terras reformadas; emprego da mão-de-obra familiar em alguma atividade 'extra' para complementação da renda; dificuldades de comercialização da produção auferida etc.*** (LEITE, 1994:204)".

Os assentamentos rurais apresentam problemas e experiências bem sucedidas, nas quais se destacam pontos comuns; todavia, são histórias vividas em diferentes fases e por grupos distintos. Vale salientar que cada grupo trilha um caminho, construindo sua própria história, por isto conferindo especificidade a cada caso e dificultando uma análise generalista.

O trabalho de Esterci, Medeiros, Franco & Leite (1992) procura mostrar como o termo assentamento e assentado podem ser definidos, discutidos e analisados. Primeiro, apresentam a abordagem de Andrade et alii (1989), que discute o surgimento da categoria assentamento no seio do Estado e deve ser abordada a partir de sua atuação, levando em consideração os aspectos técnicos, em vez de priorizar os políticos.

Salienta como objetivos a organização de populações e a necessidade de resolver problemas socioeconômicos. Destaca que na seleção de famílias para o assentamento deve-se levar em consideração os requisitos técnicos como, por exemplo, a vocação e a experiência na agricultura, além de enfatizar a preocupação do Estado com a produtividade e a viabilidade econômica.

Portanto, como o objeto de estudo de Andrade et alii (1989) foi delimitado na ação do Estado, esta abordagem estuda os assentamentos exclusivamente nesta perspectiva, deixando de lado o importante papel dos assentados na luta pela terra, como agentes de transformação de sua própria realidade.

A conceituação da categoria assentamento para estes autores passa pelo estudo da perspectiva dos assentados a partir da luta pela terra e da participação política das famílias neste processo (Esterci, Medeiros, Franco & Leite,1992). Os assentados são percebidos como sujeitos sociais capazes de discutir as formas de ocupação da terra, questionar os critérios de seleção adotados pelo Estado e sugerir novas maneiras de organização das famílias no núcleo. Portanto, possuem uma visão própria, construída pelo grupo de acordo com a história vivida, e, muitas vezes, discordam completamente do discurso e da ação do Estado nos assentamentos rurais.

Saliente-se que o trabalho de Esterci, Medeiros, Franco & Leite procura mostrar a polaridade existente entre Estado, movimento e beneficiários; ocupantes e unidade administrativa. A conquista é reconstruída a cada momento em conflitos e tensões externas e internas, como afirma nesta citação:

> ***"Na verdade, a tensão não permeia somente as relações entre agentes do aparelho estatal e trabalhadores. Ela se estende também às relações entre as lideranças e os dirigentes dos movimentos e os trabalhadores, entre estes e as denominadas entidades de apoio"*** (ESTERCI, MEDEIROS, FRANCO & LEITE, 1992:06).

No entanto, compreende-se o assentamento rural como um processo iniciado na luta pela terra (quando existir), oficializado pelo Estado através de sua aquisição (desapropriação, compra ou doação). Passa por diversas fases que consideram as distintas trajetórias das famílias, desde a instalação no imóvel ou a ocupação pré-existente até a construção de infra-estrutura (habitações, açudes, postos de saúde, escolas, casas de farinha etc.), passando pela organização da produção e pela comercialização, além de titulação definitiva. Mesmo assim, podem continuar organizados na forma de assentamentos rurais com suas respectivas peculiaridades.

Este processo é norteado pela participação dos agentes sociais (Estado, mediadores e assentados) e recebe interferência de outros elementos, como, por exemplo, a disponibilidade de recursos financeiros dos órgãos executores, a interferência de Estado/assentados na organização da produção e da comercialização, na construção de experiências associativistas e no enfrentamento com o capital mercantil e financeiro, através da venda dos produtos agropecuários no mercado e obtenção do crédito.

No aspecto político, esta experiência representa a execução de propostas e objetivos em torno de uma luta pela conquista de espaço, de cidadania e direitos sociais, sobretudo uma batalha pela garantia da sobrevivência no campo e da melhoria das condições de vida dos assentados.

No aspecto econômico, significa a possibilidade de produzir e colher alimentos de necessidade imediata (feijão, milho, mandioca, frutas, legumes, verduras etc.), garantindo o autoconsumo e a inserção no circuito de consumo de bens industrializados, provavelmente provenientes da venda do excedente de produtos no mercado local e/ou regional, além de gerar trabalho e renda. Poderá contribuir para impedir a migração de agricultores sem terra rumo às cidades, auxiliando na diminuição dos bolsões de pobreza.

No aspecto social, abre espaços de vivências e experiências coletivas em que os assentados se unem em torno de um propósito maior, procurando superar os problemas individuais e impedindo que se comprometa o projeto do assentamento. Neste cenário pode-se dizer que os assentados questionam a propriedade privada da terra e o próprio sistema capitalista, criando alternativas de sobrevivência distintas das existentes, mostrando caminhos para a diminuição de problemas sociais, das relações de exploração e da miséria na agricultura brasileira.

Apresentou-se, neste capítulo uma revisão bibliográfica dos principais estudos existentes no Brasil sobre assentamentos rurais, aqui utilizados como referencial teórico da dissertação. Esta realidade é caracterizada por um movimento dinâmico que envolve diferentes segmentos – Estado, mediadores, representantes do capital (proprietários de terras, comerciantes e os agentes financeiros) e os assentados.

Diante de realidades complexas e heterogêneas, que apresentam estudos de especificidades e casos regionais, pode-se reunir alguns pontos que permitam diferenciar os assentados dos pequenos produtores. Os principais elementos são os seguintes:

- predominância da luta pela terra na maioria dos núcleos como iniciativa e esforço do grupo na conquista da posse da terra, visando um espaço para produzir e comercializar;
- intervenção do Estado na aquisição da terra (desapropriação, compra ou doação), identificação ou seleção das famílias, apoio na construção de uma infra-estrutura mínima, crédito rural específico, assistência técnica e organização associativa;

- desenvolvimento de experiências coletivas através da constituição de associações e cooperativas, proporcionando caminhos para produção e comercialização dos produtos agropecuários, mostrando os resultados da organização comunitária de grupos e o fortalecimento do espaço conquistado pelos assentados no mercado, ou mesmo perante o Estado.

Procurou-se captar as nuances de experiências vividas nos assentamentos rurais para, posteriormente, servir como elemento da avaliação socioeconômica realizada no Brejo Paraibano e compará-las com o conhecimento adquirido no contato direto com a realidade, procurando desvendar novas situações vivenciadas pelos assentados no cotidiano dos núcleos.

O mapeamento dos estudos recentes sobre os assentamentos apontam questões essenciais para avaliação socioeconômica proposta na dissertação. Então, utilizar-se-ão itens e questionamentos levantados nos trabalhos que poderão ser aproveitados na leitura e interpretação dos indicadores.

Silva (1987;1994;1995) mostra que o processo de modernização da agricultura brasileira privilegiou os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Resolveu, portanto, a questão do aumento da produção sem a realização de uma verdadeira reforma agrária. Pode-se pensar a respeito desta interpretação e verificar se os assentamentos estudados na Paraíba evoluíram em termos econômicos e sociais ao longo de sete anos (1992 – 1999), através da análise dos indicadores.

Abramovay (1994;19) aponta alguns elementos interessantes sobre o tema abordado que podem ser trazidos para o nosso estudo. Destacam-se os efeitos locais provocados pelo desempenho dos assentamentos, verificando as estratégias de resistência dos agricultores através da luta pela terra, tanto nos núcleos estudados - o Brejo Paraibano -, como também a importância do assentamento para o município onde se localiza o imóvel.

Nos estudos de viabilidade econômica dos assentamentos rurais de Granziroli (1992;1994), Zamberlam & Florão (1991) e Lopes (1987;1992) procurou-se identificar os pontos comuns entre estes trabalhos para utilizarmos, posteriormente, na análise dos dados. Apresentam-se os seguintes elementos:

- o aumento da produção e produtividade;
- renda das famílias assentadas e sua origem;

- índices de mecanização (uso de tratores, colheitadeiras, sementes selecionadas, correção do solo e adubação química) e absorção de tecnologia;
- assistência técnica e experiências associativas (associação de produtores e cooperativas agrícolas);
- acesso ao crédito rural (dificuldades e aspectos positivos);

Os trabalhos de Leite (1988;1989;1994) são extremamente ricos em termos de abordagem teórica sobre o avanço do capital na agricultura, o papel da pequena produção, o debate sobre reforma agrária, a participação do Estado na economia através da política fundiária e da política de assentamentos, além de discutir propriamente a realidade dos assentamentos rurais em São Paulo, em que o autor destaca a necessidade de integração dos assentados ao mercado como elemento chave para considerarmos estas experiências bem sucedidas.

Os estudos de Bergamasco, Ferrante e D'Aquino (1989); Bergamasco & do Carmo (1991); Bergamasco & Ferrante (1994); Bergamasco (1994) referem-se aos aspectos sociais dos assentamentos e aos motivos que podem levá-los ao sucesso e insucesso. Esta abordagem discute temas que não foram salientados anteriormente, mas são muito importantes para compreensão da realidade dos assentamentos rurais. Na avaliação dos assentamentos rurais na Paraíba leva-se em consideração os aspectos econômicos e sociais, momento em que estes elementos serão levados em consideração.

Estes estudos poderão nortear discussões mais profundas sobre os assentamentos rurais e contribuir para a identificação das realidades vividas em áreas de assentamento na Paraíba, como também na leitura e interpretação dos indicadores socioeconômicos por eles apresentados.

CAPÍTULO II – O PROCESSO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA PARAÍBA

"Esta terra é desmedida e devia ser comum,
devia ser repartida,
um taco para cada um
mode morar sossegado.
Eu já tinha imaginado
que a baixa,
o sertão e a serra
devia sê coisa nossa;
quem não trabalha na roça,
que diabo é que quer com a terra?"

(Patativa do Assaré)

Neste capítulo discute-se o processo de instalação de assentamentos rurais no estado da Paraíba, focando a atuação dos órgãos do Estado – INCRA, em nível federal, e INTERPA, em nível estadual -, no âmbito das políticas oficialmente estabelecidas e a relação destas políticas com a população assentada, suas reações e participação. Trata-se de avaliar o discurso oficial da política de assentamentos rurais e seu desdobramento prático no processo de execução, discutindo, ao final, seus resultados.

Expõem-se as formas de implantação dos assentamentos em nível federal e estadual, destacando suas fases: a luta dos agricultores pela terra; os primeiros projetos de colonização surgidos no estado da Paraíba, nas décadas de 60 e 70; as formas de aquisição de terras; a seleção das famílias e o parcelamento do imóvel; infraestrutura; crédito rural; a orientação da política de assentamento com relação à produção e à comercialização; assistência técnica; regularização da posse da terra e titulação; experiências associativas. Ao final, apontam-se os principais elementos discutidos no capítulo, principalmente a relação entre a execução da política de assentamento pelo Estado e os resultados práticos observados nos assentamentos da Paraíba.

2.1- A Política de Assentamento Rural no Brasil

Em meados da década de 80, a conjuntura política não permitiu a realização de uma reforma agrária no Brasil. Mais uma vez os trabalhadores não tiveram força para exigir sua implementação, porque o poder do capital superou o poder do trabalho e os vitoriosos na política de redistribuição de terras aprovada foram os grandes proprietários de terras.

A aprovação do PNRA (Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985) mostrou como a correlação de forças (proprietários de grandes extensões de terras x agricultores sem terra) não permite mudanças na estrutura agrária e sim intervenções pontuais de redistribuição de terras, surgidas principalmente pela pressão dos agricultores, pelo aumento dos conflitos no campo e pelos problemas sociais nas grandes cidades do país.

O PNRA se baseou nos seguintes princípios do Estatuto da Terra:

- garantir a função social da propriedade;
- preservar as empresas rurais, que não poderão ser desapropriadas;
- garantir a integridade das terras produtivas;
- inibir a desapropriação de pequenos e médios agricultores;
- proceder a desapropriações mediante indenização;
- atender os requisitos legais no processo de transferência de propriedade das terras desapropriadas.

Este plano tinha como objetivo geral:

> ***"Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em conseqüência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural"*** (PNRA, 1985:25).

Em 1987, o INCRA lançou uma política de assentamentos rurais visando um melhor planejamento da execução do PNRA, pautada pelos seguintes princípios:

1º) racionalidade - "programar e utilizar os recursos materiais, humanos e financeiros com adequação e parcimônia";

2º) objetividade - "respeitar as indicações da realidade-benefício e instituições";

3º) participação - "construção de uma unidade comunitária" (INCRA, 1987:08).

Embora o INCRA, órgão oficial responsável pela execução da política de assentamentos rurais no Brasil, tenha incluído a participação dos parceleiros dos núcleos em seu plano de ação (uso da terra, organização das famílias no imóvel, acesso ao crédito rural e produção), na realidade a gestão democrática é uma prática com grandes dificuldades de implementação, tanto pela falta de clareza e iniciativa em tomar decisões por parte dos agricultores, como também pelo fato do técnico manter-se vinculado a uma estrutura hierárquica e autoritária de Estado.

Os técnicos acabam mantendo um determinado controle na execução das atividades na área. Ocorrem discussões entre os parceleiros e os técnicos do governo, durante o processo de assentamento, que resultam em situações distintas, seja gerando consenso, seja criando subordinação por parte dos agricultores. De um lado, o técnico é orientado a seguir rigorosamente os trâmites burocráticos da instituição, exercendo o poder e se relacionando de forma severa e impositiva; de outro lado, atua na perspectiva de procurar aliados e tentar resolver os problemas emergenciais, travando uma batalha com o próprio órgão onde trabalha.

A Política de Assentamento Rural estabelece as seguintes fases para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos: projeto preliminar, plano de ação imediata e projeto técnico[22].

[22] MIRAD/INCRA (1987).

O projeto preliminar tem como objetivo a criação oficial do projeto de assentamento rural e a preparação para implantação do plano de ação imediata. Esse projeto é elaborado pelo técnico ou equipe responsável pela coordenação dos trabalhos no núcleo e apresenta, geralmente, dados gerais sobre o imóvel (localização, extensão territorial, nº. de famílias assentadas, condições de fertilidade do solo e relevo), incluindo, posteriormente, uma justificativa da necessidade de surgimento do projeto e um plano orçamentário.

Essa fase inicial do projeto tem execução prevista para 6 (seis) meses. Suas principais metas são: o preparo das áreas para cultivo de culturas de subsistência; instalação de infraestrutra (estradas e demarcação do perímetro da área); acesso ao crédito rural e fomento para produção.

O plano de ação imediata tem previsão para implantação em 12 meses, com planos para correção de solos, ampliação de áreas de cultivo, infraestrutura (construção de açudes, barreiros, escolas, postos de saúde e armazéns), implantação de programas de saúde e educação e aquisição de equipamentos, insumos e transporte. Após a realização desse levantamento elabora-se o projeto técnico. Sua execução está prevista para 42 meses, incluindo planejamento, medição e demarcação de parcelas ou áreas comunitárias, saneamento, eletricidade e telefonia. Após sua implantação, a administração do assentamento passa totalmente para o controle dos parceleiros (MIRAD/INCRA,1987).

Dos projetos considerados na fase do plano de ação imediata, mesmo aqueles aprovados pelo INCRA - Brasília, alguns não foram implantados devidamente. Entre os motivos justificados pela Superintendência do INCRA na Paraíba, destaca-se a falta de repasse de recursos para esse fim. De outro lado, os antigos projetos de colonização, tais como, PIC-Rio Tinto, Mucatu e Jaque foram emancipados, embora essa avaliação esteja relacionada ao tempo de vida do projeto e não ao cumprimento das etapas estabelecidas dentro dos critérios técnicos exigidos pelo órgão executor para o cumprimento da política de assentamento rural.

Estes projetos de colonização, na verdade, não possuem condições socioeconômicas para autogestão e autonomia financeira dos parceleiros. Neles se percebe a ausência do Estado no cumprimento da política de colonização e assentamento, principalmente com relação ao apoio creditício, à construção de abastecimentos d'água, de escolas e postos de saúde. Como decorrência, os antigos projetos de colonização apresentam índices elevados de evasão e repasse ilegal de lotes. Os proprietários de terras das proximidades aproveitam dessa situação para se apropriarem das áreas e transformá-las novamente em latifúndios.

A quarta fase representa o momento de consolidação do projeto, após o prazo de 42 meses. Nessa etapa, o projeto deve ter uma organização interna e a habilitação de todos os recursos previstos em fases anteriores. Prevê-se, no projeto técnico, o trato da terra, a destoca, a irrigação e a conservação dos solos; nas condições de infraestrutura, a implantação do plano de parcelamento, medição e demarcação de parcelas e áreas comunitárias, implantação do núcleo urbano e construção de obras de saneamento; no fornecimento de bens de produção e investimentos fixos e semi-fixos, contemplam-se construções de habitações, acesso a eletricidade e telefonia, além de implantação de agroindústrias. A partir desse momento o projeto é considerado emancipado e passa a ser administrado pelos assentados, organizados através de associações ou cooperativas (MIRAD/INCRA, 1987).

Na execução da política de assentamento rural, o INCRA encontra-se diante de uma programação de fases que, muitas vezes, não atende as necessidades do grupo de assentados, como, por exemplo, o caso de famílias de agricultores que preferem morar no núcleo, mas que não encontram habitações suficientes no local. Teriam que esperar 6 (seis) meses até a implantação do plano de ação imediata para a construção da infraestrutura, isto é, se o órgão dispor de recursos para sua realização.

Como já dito, há um distanciamento entre a política e sua execução, permeado por contradições entre o discurso e a realização das propostas previstas pelo Estado; há, de fato, um não cumprimento das metas estabelecidas pelo INCRA. Os imóveis desapropriados surgem com forte impulso da luta dos trabalhadores rurais sem terra, apoiados por organizações de defesa de seus interesses, como também parte da infraestrutura é construída sob a pressão e reivindicação dos assentados.

A política de assentamentos rurais implantada no Brasil, a partir da aprovação do PNRA, que se deu em 1985, executava-se por meio de planos regionais, elaborados e acompanhados pelos estados da federação.

O Plano Regional de Reforma Agrária do estado da Paraíba (PRRA/PB) foi promulgado em dezembro de 1985, tendo como principal objetivo:

> ***"Promover a democratização do uso e posse dos recursos fundiários no espaço territorial da Paraíba, com vistas a integração social, econômica e política dos trabalhadores rurais sem terra e minifundiários"*** (PRRA, 1985:17).

O PRRA/PB apresentou um plano de metas de instalação de 36.124 famílias em assentamentos para o período de 1985-1989, baseado na aquisição de 620.000 hectares de terras[23]. A realidade mostra que a execução deste plano no estado foi limitada, ficando abaixo das metas previstas. Os dados coletados no INCRA e no INTERPA, demonstram que, neste período, foram adquiridos 13 imóveis através de desapropriação, 16 por meio de compra e 1 (um) por transferência do poder público para fins de reforma agrária, somando apenas 20.200 hectares de terras, ou 3% da meta proposta, e contemplando somente 1.786 famílias, representando 5% da meta inicial (INCRA, 1990).

Existe uma distância muito grande entre o que estava previsto no plano e o resultado prático em termos de extensão de terras desapropriadas/adquiridas e o número de famílias destinados ao assentamento rural. Um dos elementos considerados é a elevada concentração da terra na Paraíba.

No período de 1970 a 1980, percebe-se uma diminuição em número e em área de pequenos estabelecimentos inferiores a 50 hectares e um aumento dos latifúndios (imóveis com mais de 1.000 hectares). Isso é justificado no PRRA/PB pela utilização da terra como reserva de valor; meio para obter acesso a crédito rural, assistência técnica e incentivos fiscais, para expansão da atividade pecuária e da cana-de-açúcar, além da especulação imobiliária (PRRA/PB, 1985:12).

---

[23] PRRA/PB (1985:19).

Nesta fase (1985 - 1989) a desapropriação de terras passou a ser utilizada como último recurso, após o esgotamento de todas as possibilidades de negociação. Os proprietários de terras, representantes autênticos da propriedade privada e dos latifúndios, continuaram mantendo influência política e econômica no aparelho do Estado, protegendo assim, com "unhas e dentes", suas propriedades da desapropriação.

2.2- A Implantação de Assentamentos Rurais

2.2.1- Contextualização histórica dos projetos de colonização e assentamento

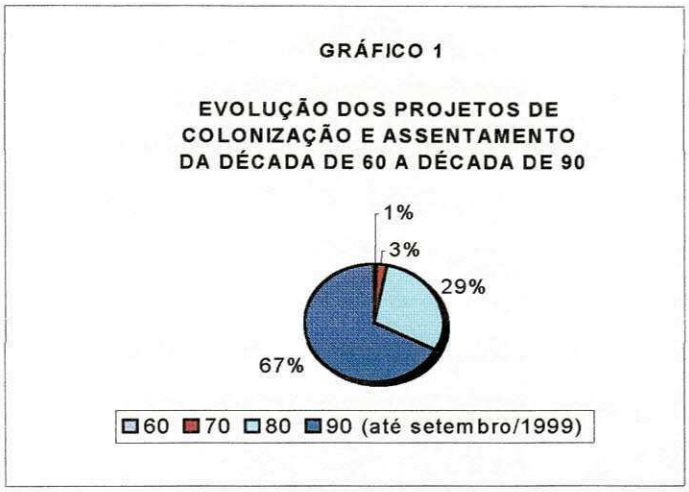
No estado da Paraíba, em setembro de 1999, constata-se a existência de 160 projetos (quadro 1) de colonização e assentamento rural, distribuídos da seguinte forma: 03 (três) projetos de colonização, 127 projetos de assentamento rural, 06 (seis) áreas de assentamentos de responsabilidade do INCRA/PB. Acrescente-se a esse número 24 projetos de assentamentos estaduais de responsabilidade do INTERPA/PB, reconhecidos e criados oficialmente pelo INCRA/PB.

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTO RURAL
1966 – SETEMBRO/1999

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	PERÍODO
Projetos de Colonização	3	24.879,6391	1.515	1966 a 1976
Áreas de Assentamento	6	5.533,0855	1.011	1978 a 1982
Projetos de Assentamento INCRA	127	103.200,1289	7.725	1983 a set/1999
Projetos de Assentamento INTERPA	24	6.575,5600	877	1982 a 1994
TOTAL	**160**	**140.188,4135**	**11.128**	

Fonte: INCRA/PB; INTERPA/PB, setembro de 1999.
Notas: (1) As terras adquiridas entre 1983 e 1999 para fins de assentamento rural foram 127, exceto o projeto de assentamento Campart II que está incluído entre estas, mas surgiu de uma ocupação, em 1986, de uma área pertencente ao PIC – Rio Tinto que foi desapropriado em 1966.
Elaboração própria

Observa-se, no gráfico 1, a evolução dos projetos de colonização e assentamento a partir da década de 60. Constata-se que a maioria dos projetos de assentamentos rurais surgiu na década de 90, período em que aumentou a ocorrência de conflitos sociais na Paraíba e os agricultores organizados na luta pela terra, com o apoio do MST, da CPT e do STR, pressionaram o Estado para a implantação de assentamentos. Este processo teve início na década de 80, repercutindo num resultado razoável com relação ao número de projetos criados, enquanto, as décadas de 60 e 70 apresentaram uma participação pouco expressiva.



Fonte: INCRA/PB; INTERPA/PB, setembro de 1999.

É inevitável deixar de demonstrar o aumento do número de projetos de assentamentos rurais no estado da Paraíba, no período de 1986 a 1999, principalmente como resultado da desapropriação de terras. Entre os motivos salientados pelos técnicos do INCRA, destacam-se: as mudanças no processo de desapropriação de terras, definido no artigo 6º da Lei Nº 8.629, de 25 fevereiro de 1993[24], que conceitua "terra produtiva" utilizando como referencial o grau de utilização da terra e o grau de eficiência na exploração, elementos capazes de indicar se a terra é produtiva ou improdutiva. O processo de desapropriação, moroso e burocrático por força de sua longa tramitação por várias instâncias do governo federal e por depender da assinatura exclusiva do presidente da república, ganhou em agilidade, tomando maior impulso.

[24] A utilização do conceito de propriedade produtiva, como "... aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo governo federal" (DOU, 1993).

A segunda justificativa do INCRA/PB é a atuação do MST na Paraíba, organizando os agricultores na luta pela terra e na ocupação de latifúndios improdutivos, obtendo, como resultado, a posse da terra e a realização do assentamento rural.

A análise da evolução do número de projetos de assentamentos criados no estado da Paraíba, no período de 1986 a setembro de 1999, apresentada no quadro 2, aponta uma relação direta entre as mudanças na conjuntura política no Brasil e a execução do PNRA.

O período iniciado em 1986 foi caracterizado por uma transição democrática proveniente das mobilizações em todo o país pelas "diretas já". No entanto, após longas discussões e a apresentação de 12 versões do novo plano de reforma agrária, o governo Sarney aprova o PNRA, com uma proposta tímida e limitada de distribuição de terras, se comparada à proposta dos trabalhadores, como foi explanado anteriormente. Portanto, a sua intervenção em termos de distribuição de terras trouxe um entrave para a realização da reforma agrária. No estado da Paraíba foram criados, em média, 4 (quatro) projetos/ano, exceto em 1988, em que se criou apenas 1(um).

Em seguida, assume o governo Collor em 1990 e lança o Programa da Terra[25], cuja meta era assentar, no estado da Paraíba, 10.100 mil famílias em 353.500 hectares, no período 1990 – 1994. A primeira iniciativa deste governo, com relação ao programa proposto, foi suspender a desapropriação de terras, afora o corte realizado no orçamento do INCRA, praticamente impondo a paralisação de visitas técnicas nos assentamentos e emperrando o funcionamento do órgão. Basta dizer que, no período de 1990 - 1992, não foi criado nenhum projeto de assentamento no estado.

[25] O Programa da Terra lançado no governo Collor, em 1990, tinha como objetivos: "valorização do homem rural e resgate de sua dignidade e cidadania pela promoção da justiça nas relações econômicas e sociais e, consequentemente, obtenção da paz social; aumentar a produção e comercialização de alimentos e matérias-primas, consolidando e emancipando projetos de reforma agrária e de colonização; melhorar as informações sobre os imóveis rurais do país, com vistas a formulação de políticas agrícolas e agrárias, bem como ao planejamento em geral" (PROGRAMA DA TERRA in MILHOMEN & ARAÚJO, 1996).

Em 1993, o governo Itamar retoma o processo de desapropriação de terras, lançando o Programa Emergencial de Reforma Agrária[26]. Embora neste governo existisse mais diálogo com as entidades de representação dos agricultores, o número de projetos criados também deixou a desejar, ficando abaixo do esperado. No período de 1992 a 1994 foram criados 9 (nove) projetos na Paraíba, números que não correspondiam à enorme demanda dos sem terra que, liderados pelo MST, organizavam acampamentos em latifúndios improdutivos. Aumentaram, assim, os índices já elevados de conflito social no estado.

O Programa Nacional de Reforma Agrária do governo Fernando Henrique Cardoso adotou como referencial, ainda no primeiro mandato (1995 – 1998), o projeto "Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável", oriundo de convênio firmado, em 1994, entre a FAO e o INCRA. O objetivo do projeto era colaborar na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil (DIRETRIZES DE POLÍTICA AGRÁRIA in MILHOMEN & ARAÚJO, 1996:39).

Salientam-se mudanças na legislação de redistribuição de terras neste governo. Em 1996, foi aprovada a *"Lei do Rito Sumário"*, que tinha como objetivo agilizar as ações de reforma agrária, diminuindo o tempo de tramitação dos processos de desapropriação de terras. A Lei Nº 9.415, de 1996, declara que o Ministério Público está autorizado a mediar conflitos de terras e acompanhar as ações de reintegração de posse dos imóveis em processo de desapropriação. Além disso, surgiram projetos como o *"Cédula da Terra"*, o *"Banco da Terra"* e o *"Casulo"*. Os dois primeiros projetos têm como finalidade incentivar as famílias de agricultores sem terra a solicitarem financiamento para compra da terra. O projeto *"Casulo"* foi criado em setembro de 1997, com o seguinte objetivo:

> ***"(...) propiciar o retorno ao campo de trabalhadores rurais que estão vivendo na periferia das cidades e incorporá-los as unidades familiares de produção agrícola, gerando assim emprego e renda"*** (INCRA, 1997).

[26] Programa Emergencial de Reforma Agrária/INCRA, 1993.

Os projetos, *"Cédula da Terra"* e *"Banco da Terra"* aparentemente resolvem o problema dos sem terra, mas de fato podem criar uma situação muito complicada para os agricultores. O primeiro momento é de entusiasmo e encantamento ao se perceber uma possibilidade de acesso à posse e à propriedade da terra. Cedo os agricultores percebem que não fizeram um bom negócio, pois os juros eram elevados e o retorno das atividades agropecuárias é baixo. Assim, é grande o risco de não terem condições de pagar o banco e perderem a terra, caso comum no Brasil. Acrescente-se a isto uma política agrícola que não oferece subsídios e nem crédito com facilidade de pagamento para a pequena produção. Pode-se também considerá-la um instrumento de desestruturação dos movimentos de luta pela terra, tendo em vista que o agricultor não precisa participar de acampamentos e sim ir ao banco tentar o financiamento.

O Programa Nacional de Reforma Agrária estabeleceu como meta o assentamento de 280 mil famílias, no período 1995 – 1998, em todo o país. Os resultados apresentados pelo INCRA demonstram o assentamento de 287.539 famílias em 2.356 projetos criados neste período (INCRA, 1997). Tendo como base estes dados o próprio governo de Fernando Henrique Cardoso declara que "(...) fez a maior reforma agrária da história do Brasil".

Este ufanismo governamental é contestado pelo MST. O Movimento procura deixar claro que fazer reforma agrária é democratizar a propriedade da terra, consequentemente diminuir a concentração fundiária, fato que não ocorreu neste período, como se enfatiza nesta citação:

> ***"O governo justifica sua propaganda dizendo que nos quatro anos teria assentado 280 mil famílias de sem terra. No entanto, escondeu da opinião pública que no mesmo período, graças à sua política agrícola, mais de 400 mil pequenos proprietários de terra perderam suas terras e tiveram que deixar a agricultura e outros 2 milhões de trabalhadores assalariados perderam seus postos de trabalho na agricultura. Portanto, o balanço geral dos quatro anos é negativo, pois continuou havendo concentração da propriedade da terra no Brasil – e não desconcentração da propriedade, se houvesse uma verdadeira reforma agrária"*** (MST, 1999:1 - 2).

No estado da Paraíba, considerados os 4 (quatro) primeiros anos do governo FHC, foram criados 97 projetos de assentamento rural. Este número demonstra um aumento significativo na quantidade de projetos, favorecido pelo contexto político nacional. Ocorre que, no início do governo, havia a necessidade de garantir credibilidade e aprovação popular para conferir governabilidade; além disso, uma forte pressão dos movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária, em especial o MST e a CPT, se fazia sentir e, durante o ano de 1998, a conjuntura eleitoral da reeleição indizia uma atuação mais firme do governo nas chamadas áreas sociais.

No ano de 1999, houve uma redução drástica no número de desapropriações e na criação de projetos: até setembro, apenas 8 (oito) foram criados. Acrescente-se a isto a diminuição dos recursos orçamentários do INCRA para implantação de infraestrutura e educação, mais a extinção do crédito especial destinado aos assentados, o PROCERA.

Tudo indica que o aumento do número de projetos de assentamentos no governo atual não significa a verdadeira realização da reforma agrária. Primeiro, porque muitos surgiram da pressão dos agricultores, a partir de um conflito social existente em áreas ocupadas anteriormente por posseiros, como também, a partir de 96, da formação de acampamentos de agricultores liderados pelo MST e a CPT na Paraíba. Segundo, é preciso analisar se a qualidade das terras desapropriadas é suficiente para a sustentabilidade da família, se há fontes de abastecimento d'água (principalmente em regiões seca), acesso ao crédito e todas as demais condições socioeconômicas necessárias para uma satisfatória implantação das famílias nos assentamentos.

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 2 – EVOLUÇÃO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL – INCRA/PB
1986 – SETEMBRO/1999

ANO	Nº PA's	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS
1986	4	2.142,9558	77
1987	4	1.566,4572	73
1988	1	565,9340	43
1989	4	5.274,2345	270
1990			
1991			
1992	3	1.462,3076	121
1993	4	585,1351	112
1994	2	663,7310	25
1995	19	13.373,8767	1.412
1996	26	22.239,6751	2.107
1997	21	22.056,4358	1.179
1998	31	27.560,4247	2.072
1999	08	5.119,4714	209
TOTAL	**127**	**103.200,1289**	**7.725**

Fonte: INCRA/PB, setembro de 1999.
Notas: (1) PA's – Projetos de assentamento;
(2) Os espaços em branco nos anos de 1990 e 1991 deveu-se a não criação de projetos de assentamento.
Elaboração própria

O trabalho de organização dos agricultores sob a liderança do MST/PB, visando a constituição de acampamentos em latifúndios improdutivos, surgiu em 1989, com a ocupação, por 100 famílias, da fazenda Sapucaia, localizada no município de Bananeiras, numa área de 1.564 hectares. O resultado dos acampamentos é o assentamento da grande maioria das famílias sem terra que acamparam em imóveis improdutivos, inclusive porque existe flexibilidade para mudar o acampamento para outro imóvel quando se constatam obstáculos intransponíveis para a realização do assentamento.

O quadro 3 apresenta a relação dos 21 acampamentos existentes no estado da Paraíba, no período de 1996 a 1999, oriundos da organização dos agricultores através do MST/PB, cuja ocupação tem como objetivo a desapropriação dos imóveis e o assentamento das famílias (MST/PB, 1999).

Ao analisar o quadro 3, percebe-se um elemento novo: a localização de acampamentos em latifúndios improdutivos na mesorregião do Sertão Paraibano. Nesta região nota-se a predominância de grandes extensões de terras improdutivas em que, até meados da década de 90, não havia assentamentos.

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 3 – ACAMPAMENTOS DE TRABALHADORES SEM TERRA
1996 - SETEMBRO/1999

Nº	ACAMPAMENTO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ANO DE OCUPAÇÃO	Nº FAMÍLIAS	SITUAÇÃO ATUAL
01	Antônio Conselheiro	Itapuã	São Miguel de Taipu	1996	130	Cadastradas as famílias para desapropriação
02	Bela Vista	Chico Mendes	Riachão do Poço	1997	140	Cadastradas as famílias e área vistoriada
03	Chico Mendes	Ipanema	Riachão do Poço	1997	140	Cadastradas as famílias para desapropriação
04	Jacu	Jacu	Patos	1997	80	Lançamento de TDA's para 99
05	Queimadas	Queimadas	Remígio	1997	120	Lançamento de TDA's para 99
06	São Vicente	São Vicente	Condado	1997	60	Despejadas no aguardo de vistoria
07	Cangaço	Feijão	Sumé	1998	100	Cadastradas as famílias e ançamento TDA's
08	João Pedro Teixeira	Sítio Estreito/ Pimenta	Souza	1998	75	Despejadas, área vistoriada
09	Liberdade	Liberdade	Cacimba de Areia	1998	150	Despejadas no aguardo de vistoria
10	Margarida Alves	Santo Antônio	Pombal	1998	131	Despejadas, área vistoriada
11	Reunidas Agreste/PB	Reunidas Agreste/PB	Remígio	1998	80	Despejadas no aguardo de vistoria
12	Ribeiro Fundo	Ribeiro Fundo	Camalaú	1998	80	Cadastradas as famílias e ançamento TDA's
13	Sessenta e Oito	Sessenta e Oito	Algodão de Jandaira	1998	80	Despejadas no Aguardo vistoria
14	Urtiga	Urtiga	Patos	1998		Solic. abertura processo p/ 99
15	Carrapateira	Carrapateira	São Sebastião	1999	37	Cadastradas as famílias e lançamento TDA's
16	Corredor	Corredor	Remígio	1999		Solic. abertura processo p/ 99
17	Gindiroba	Gindiroba	Marí	1999	220	Despejadas no aguardo vistoria
18	Pecuária/Caiana	Pecuária/ Caiana	Cruz do Esp. Santo	1999		Solic. abertura de processo em 99
19	Pinhões	Pinhões	Sumé	1999		Solic. abertura de processo em 99
20	Primavera	Primavera	Riachão Do Poço	1999		Solic. abertura de processo em 99
21	Riacho de Sangue	Riacho de Sangue	Barra de Santa Rosa	1999		Solic. abertura de processo em 99

Fonte: MST/PB, setembro de 1999.
Notas: (1) Os espaços em branco no número de famílias deveu-se a inexistência da informação na entidade pesquisada.
Elaboração própria

Os acampamentos apontados com apenas 1 (um) ano de existência representam 71% do total, sendo que apenas 5% do total surgiu ha três anos (1996), 24% ha dois anos (1997), 38% ha um ano (1998) e 33% no ano presente (1999). Verifica-se uma tendência dos acampamentos resultarem em assentamentos, tendo em vista que são recentes e as experiências anteriores demonstram grande perspectiva de desapropriação de imóveis e implantação de assentamentos. Assim, percebe-se uma contribuição no aumento do número de projetos de assentamentos na Paraíba como resultado da ação do MST através dos acampamentos.

Além disso, outro dado importante refere-se ao número de famílias nos acampamentos. Enquanto nos assentamentos de responsabilidade do INCRA a média do número de famílias é de no máximo 61 famílias por projeto, os acampamentos do MST/PB apresentam os seguintes indicadores: 5% possui até 50 famílias; 33% entre 51 e 100 famílias; 33% entre 101 e 200 famílias; os demais 29% não há informação. Estes dados demonstram a capacidade de organização do MST, reunindo uma quantidade razoável de famílias de agricultores sem terra nos acampamentos. Isto significa que os acampamentos que resultarem em assentamentos estão contribuindo para uma diminuição do número de sem terras na Paraíba.

As informações a respeito da situação do acampamento demonstram que, em 14% dos imóveis, as famílias foram cadastradas para desapropriação, em uma área houve vistoria do INCRA e as outras estão aguardando para serem vistoriadas; em 33% das áreas, as famílias foram despejadas, sendo que 5 (cinco) delas não tinham sido vistoriadas e 2 (duas) o foram recentemente; 24% estão em fase de lançamento de TDA's e 29% solicitaram abertura do processo de desapropriação.

Estes indicadores apontam uma perspectiva de constituição de assentamentos, pois todos os imóveis estão em processo de desapropriação. Verifica-se que 24% estão em fase mais avançada, 47% em fase intermediária - e despejo, retorno ao imóvel e cadastro de famílias - e 29% das áreas restantes estão no início do processo. Percebe-se uma ação enérgica do MST no sentido de agilizar a desapropriação destes imóveis para realização do assentamento das famílias sem terra.

A história dos assentamentos rurais no estado da Paraíba surgiu nos primórdios da década de 60, quando a luta pela terra se intensificava no meio rural por força das expulsões no campo, particularmente das categorias de agricultores meeiros, arrendatários e posseiros. O proprietário da terra os expulsava da propriedade, transformando as relações de trabalho em assalariadas ou deixando a propriedade improdutiva, usando-a como reserva de valor.

Esta fase do aumento da incidência de conflitos sociais no campo foi marcada pela morte de várias lideranças sindicais rurais: João Pedro Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha fazem parte das histórias de luta, resistência e sangue, construídas em permanentes ameaças de morte, expulsões e atos de violência. Esta situação tem como base a usurpação dos agricultores em relação a seu mais valioso e poderoso meio de sobrevivência - a terra. Exatamente porque lutavam por sua conquista ou resistiam nela como uma forma de garantir a reprodução social das famílias.

Historicamente, os grandes proprietários e empresários rurais procuraram manter a propriedade da terra concentrada, utilizando-a em alguns momentos como reserva de valor, caso da década de 80, para especulação no mercado de terras. Na década de 90, já se observa uma tendência de venda das terras para realização de investimentos no sistema financeiro, frente à queda no preço das terras que ocorreu pela diminuição da rentabilidade da atividade agrícola e ao aumento da taxa de juros, elemento de estímulo à especulação no mercado financeiro.

Os agricultores "sem terra", por seu turno, lutam pela posse como um direito primordial e uma necessidade vital à sobrevivência de suas famílias, procurando, em determinados momentos, travar uma batalha de luta para fugir dos baixos salários e do elevado índice de desemprego nas cidades.

Esta luta pela terra se configura numa "luta pelo valor do trabalho", como demonstra esta citação da CPT:

> ***"As estatísticas, que mostram apenas o esqueleto do drama da vida real, indicam que o assalariamento agrícola só pode ser a última alternativa para quem tem juízo e amor à vida, e deseja, com seu trabalho, reproduzir a sua vida e a de sua família. A maioria absoluta, perto de 80%, recebe a 'oferta' de menos de dois salários mínimos por um tempo de trabalho que, muitas vezes, chega a mais de 18 horas diárias, como atestam os relatórios feitos pelos Regionais da CPT. Perto da metade dos assalariados do campo recebe menos de um salário mínimo"*** (CPT, 1991:08).

Estes distintos interesses em jogo, entre o capital representado pelos proprietários de terras, de um lado, e o trabalho representado pelos agricultores sem terra, de outro lado, geram inevitáveis conflitos pela posse da terra. No mais das vezes, estes conflitos apontam para o caminho da violência e da injustiça, pois o próprio aparelho do Estado assume uma posição contraditória, ora favorecendo os latifundiários, ora resolvendo o mais rápido possível o conflito social. Na justiça, por exemplo, os juízes usam o poder legal para atender pedidos dos proprietários de terras e designam reintegração de posse de imóveis ocupados pelos agricultores, enviando a polícia ao local para retirada forçada dos ocupantes.

As histórias de agricultores que trabalhavam na terra como foreiros, posseiros, meeiros, arrendatários etc., plantando culturas de subsistência, como o feijão e o milho, e que, em determinado momento, foram expulsos da propriedade pelo proprietário são numerosas. A eclosão do conflito social é permeada por um longo caminho de práticas de atos violentos por parte do proprietário da terra, gerando luta, resistência e persistência por parte dos agricultores sem terra.

Apesar da luta e da resistência, nem sempre os agricultores conseguem a desapropriação ou compra do imóvel. Até o momento da conquista a vida de chefes de famílias e lideranças dos grupos pode se perder. Como se trata de uma morte a curto ou longo prazos, preferem enfrentá-la, em vez de esperar o desemprego, a fome e a miséria.

A história mostra um aumento dos conflitos sociais e da violência no campo. A CPT relembra que o massacre contra os trabalhadores rurais de Canudos, em 05 de outubro de 1897, já completou mais de cem anos e representou o maior massacre perpetrado pelo Estado brasileiro, como se afirma nesta citação: ***"O maior envolvimento bélico do Estado brasileiro foi contra seu próprio povo: 12 mil soldados, mais da metade do efetivo do exército à época, massacraram mais de 25 mil camponeses sem terra"*** (CPT, 1999).

Em 1996, havia 750 conflitos no Brasil, dos quais 653 vinculados à posse da terra e os demais originados por causas trabalhistas, sindicais, de política agrícola e de garimpeiros. Nos conflitos pela posse da terra houve um aumento de 32,6% com relação ao ano de 1995, atingindo o ápice nos últimos 12 anos. Do total das áreas de conflito 398 derivam de ocupações, envolvendo 63.080 famílias ocupantes, o que representa um crescimento de 172% de 95 para 96. Vale salientar que a maior incidência de conflitos se deu na região Nordeste, representando 34% dos 750 conflitos existentes no país (CPT, 1999:01- 02).

Os conflitos de terras se multiplicam com o passar dos anos na Paraíba, atingindo 200 casos e abrangendo 57 municípios no período de 1970 a 1996, como afirma Moreira nesta citação:

> ***"Eles abrangeram mais de cem mil hectares (quase 10% da área utilizada com lavouras em 1980) e envolveram mais de oito mil famílias (cerca de quarenta mil pessoas). Concentraram-se basicamente no Litoral e no Agreste (mais de 90,0% do total). Aí também encontrava-se o maior número de famílias envolvidas nos conflitos pela posse da terra"*** (MOREIRA, 1997:296).

Nesses conflitos, os agricultores se organizam e lutam pela terra como uma luta pela própria vida. Parte das vezes, um lote de terreno tão arduamente disputado, apenas permite manter culturas de subsistência e criação de animais, suficientes para o consumo da família. A história de conflitos ainda mostra como a luta persistente pela terra pode significar um espaço de reconstrução de novas formas de produção, da organização dos agricultores e das condições de enfrentamento com os técnicos do Estado, os bancos de crédito rural, os intermediários na comercialização e o mercado capitalista.

Ao analisar as experiências de antigos projetos de colonização e assentamentos percebe-se um quadro geral decorrente da intervenção do Estado e de particularidades oriundas da realidade e da trajetória dos agricultores. O primeiro projeto de colonização do Estado da Paraíba surgiu na década de 60 e foi denominado Projeto Integrado de Colonização Rio Tinto, localizado nos municípios de Mamanguape, Itapororoca, Jacaraú e Rio Tinto, na mesorregião da Mata Paraibana e na microrregião do Litoral Norte, abrangendo aproximadamente 18.973 hectares, contemplando 1.177 famílias assentadas.

O projeto PIC-Rio Tinto surgiu no período anterior ao dos assentamentos, no contexto dos projetos de colonização que buscavam a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil (1965 a 1984). Foi reconhecido legalmente e desapropriado para fins de reforma agrária em 06 de abril de 1966, por meio decreto 58.160, após um intenso conflito pela posse da terra entre moradores, arrendatários e o proprietário da companhia de tecidos Lundgren. O projeto é, na verdade, o resultado das reinvidicações dos agricultores de municípios circunvizinhos.

No final da década de 80, um grupo de pesquisadores do *"III Curso de Especialização em Pesquisa Educacional da Universidade Federal da Paraíba"* estudou o projeto Rio Tinto para verificar o nível de evasão dos assentados após 20 anos de existência. Este trabalho apresenta uma contextualização histórica do PIC - Rio Tinto, que começou quando, na década de 20, agricultores produziam alimentos para abastecer a cidade-fábrica de Rio Tinto. Estes agricultores recebiam os instrumentos de trabalho e tinham moradia garantida pela fábrica, mas trabalhavam na produção de cereais com a finalidade de vender a safra aos operários. Havia, desta forma, um barateamento do preço dos alimentos e da própria força de trabalho.

Na década de 50, a companhia passou a cobrar um dia de serviço por semana pela moradia e pela terra utilizada. Além disso, as mudanças na base técnica da companhia provocaram diminuição na mão-de-obra empregada e demissão de trabalhadores. Nesta conjuntura, a empresa não tinha benefício em manter os gastos com a moradia e a alimentação dos trabalhadores. Procurou, então, acabar com a cidade-fábrica, pois tinha interesse em continuar investindo em seu processo de modernização.

Os agricultores se revoltaram diante da possibilidade de não terem mais acesso a terra e moradia, irrompendo, assim, o embate entre os agricultores e os proprietários da empresa. O Estado utilizou o expediente da desapropriação como forma de resolver a situação emergencial de conflito entre empresa e trabalhadores, até mesmo para se legitimar. A empresa obteve ganhos, tendo em vista que as benfeitorias foram pagas em dinheiro. De todo modo, deve-se levar em consideração a ampla extensão de terras adquiridas para a implantação do PIC-Rio Tinto e o número de famílias absorvidas pelo Projeto, constituindo, ainda hoje, o maior projeto da Paraíba em termos de investimentos feitos pelo Estado.

Os resultados da pesquisa mostram um percentual significativo de agricultores evadidos, que não se encontram residindo ou trabalhando no imóvel. Na amostra de 09 (nove) glebas, com 551 assentados, 215 saíram do projeto (TARGINO, NEVES, CORREIA & SILVA, s.a:02).

Os pesquisadores anotaram, ainda, os relatos das famílias e apontaram como principais motivos de evasão:

1º dívidas junto ao banco;
2º elevação do preço da terra;
3º localização de alguns lotes;
4º migração dos jovens;
5º aposentadoria de alguns parceleiros.

A dificuldade de permanência dos agricultores no imóvel Rio Tinto começou na década de 70, mais precisamente em 1976, quando o governo liberou incentivos para o cultivo da cana, por meio do Proálcool[27]. Nesta fase, alguns parceleiros ainda não tinham obtido acesso ao título definitivo do lote. A localização de lotes próximos à usina Monte Alegre, em Mamanguape e Santa Rita, levou os agricultores a substituírem o cultivo do arroz, milho e feijão pela plantação da cana-de-açúcar. Os agricultores, no entanto, tiveram dificuldades em comercializar a cana, em função da queda do preço de compra e da pequena quantidade produzida, comparativamente à grande produção comprada pela usinas para fabricação de aguardentes.

[27] Proálcool – Programa criado pelo governo federal em 1973 para incentivar a produção de cana-de-açúcar, estimulando o uso do álcool como alternativa energética.

Diante desta situação, os parceleiros do imóvel Rio Tinto se endividaram junto ao Banco do Brasil, sendo obrigados a vender seu lote para pagamento dos débitos, entregando as parcelas, conquistadas com tanta luta, ao jogo da especulação imobiliária, que as transformou em granjas para o lazer. Alguns agricultores assentados obtiveram lotes em áreas acidentadas, em várzeas e regiões pedregosas, onde as condições geográficas dificultavam a produção agrícola.

Neste contexto, percebe-se a debilidade de materialização dos antigos projetos de colonização na Paraíba, pois os parceleiros tinham obrigações com o pagamento da terra junto ao INCRA, além dos problemas levantados acima.

Analisando esta realidade pode-se tecer as seguintes considerações:

1º) uma parcela de agricultores obtém o acesso à terra, integrando-se ao mercado por meio da comercialização do excedente de sua produção ou pelo acesso ao consumo de outros produtos;

2º) a política agrícola adotada pelo governo limita o acesso ao crédito rural de custeio, armazenagem e comercialização para o pequeno produtor, resultando, em alguns casos, no retorno da terra ao domínio dos grandes proprietários, quando os agricultores não têm como resistir às pressões e vendem seus lotes.

Na década de 70 surge o projeto Mucatu, localizado em Alhandra, no litoral sul do estado da Paraíba. Este imóvel foi desapropriado pelo decreto Nº 77.744 de 23/08/76, sendo considerado pelo INCRA como um projeto de assentamento rápido, cujo objetivo era resolver com brevidade o conflito social, demarcando e titulando o imóvel. Foi dividido nas seguintes glebas: Mucatu, Andreza e Garapu, com área total de 5.830 hectares, 207 famílias assentadas em 212 lotes com extensão variando entre 29,51 hectares e 28,56 hectares para cada família[28].

[28] As informações referentes ao projeto de colonização Mucatu foi o resultado de uma pesquisa realizada no INCRA/PB, em 1998.

No projeto Mucatu a agricultura é a principal atividade econômica e os principais produtos são: mandioca, inhame, feijão, batata doce, além da fruticultura, com destaque para o mamão e o abacaxi. O inhame e o mamão ocupavam uma área significativa no projeto e obtinham elevados índices de produtividade.

Em 1974, surge outro projeto de colonização na Paraíba, o Jaque, implantado por meio de transferência de uma propriedade da Secretaria da Agricultura para o INCRA, com área total de 306,66 hectares e 131 famílias. Este projeto surgiu a partir de reivindicações de agricultores que trabalhavam no imóvel em experimentos para produção de sementes, coordenados por esta Secretaria. Quando acabou o programa este imóvel ficou ocioso e os agricultores solicitaram a posse definitiva do mesmo.

A infraestrutura existente neste imóvel contempla 131 casas de taipa, mais poços, riachos e cacimbas para abastecimento de água, energia elétrica e uma escola de 1º grau mantida pela prefeitura de Cruz do Espírito Santo. Este projeto não possui saneamento básico, posto de saúde e estrutura para armazenamento da produção. Os principais produtos cultivados neste projeto são: mandioca, cana-de-açúcar, batata doce e hortaliças, comercializados em João Pessoa e Santa Rita, geralmente por meio da venda em centrais de abastecimento.

Estes primeiros projetos de colonização deixaram diversas experiências positivas e outros recuos. O projeto Mucatu, por exemplo, demonstrou, ao longo desses anos, potencial de viabilidade econômica, embora se constate a falta de recursos financeiros por parte do Estado e dificuldades na comercialização de produtos.

O depoimento do agricultor assentado em Mucatu, Antônio G. de Araújo, recolhido nas visitas dos técnicos do INCRA ao imóvel e apresentado em vídeo em 1990, mostra como este parceleiro relata a realidade em que vive:

> ***"Eu trabalho muito, do jeito que gosto de trabalhar. Produzo, acho que prá ter uma vida boa e poder dar um padrão de vida melhor para minha família, porque eu não tive infância. Aqui graças a Deus é bom demais. Dá para dar de comer a família. Eu estou satisfeito".*** (Antônio G. de Araújo – assentado de Mucatu, 1990)

Apesar de demonstrar que está satisfeito, destaca a falta de assistência médico-odontológica, construção de estradas, energia, dinheiro para o custeio com condições favoráveis de pagamento etc, elementos que ajudariam a melhorar a situação econômica e social das famílias de Mucatu.

Porém, mesmo convivendo com os problemas de falta de infraestrutura e apoio creditício, percebem-se avanços expressivos neste projeto de colonização, como por exemplo, a resposta econômica em termos de produção de alguns lotes e mudanças advindas de experiências de coletivização, que trouxeram um aumento na produtividade média do trabalho e acréscimo da renda das famílias assentadas.

2.2.2- Formas de aquisição de terras

As terras utilizadas para assentamento rural no estado da Paraíba podem ser adquiridas por meio de:

1) desapropriação para fins sociais;
2) compra ;
3) transferência de terras de propriedade da administração pública para os órgãos responsáveis pelo assentamento rural.

A desapropriação de terras para fins sociais está prevista no PNRA. É de competência exclusiva do governo federal sendo executada pelo INCRA através de suas superintendências em cada estado da federação. Inicialmente, este órgão realiza uma pré-seleção de imóveis propensos a desapropriação por meio de cadastros. Leva-se em consideração os imóveis com conflito social, indicação de prefeituras, órgão de terras do estado e entidades de representação dos agricultores. Destaque-se a existência do Decreto Nº 2.250, de 11 de junho de 1997, abrindo espaço para a indicação dos representantes dos agricultores de áreas a serem vistoriadas visando a desapropriação, mas esta medida tem sentido dúbio. Ao perceber a forte ação do MST organizando acampamentos em latifúndios improdutivos, em sua maioria resultando em assentamentos, o governo federal proibiu a vistoria do INCRA em imóveis

ocupados por acampamentos, procurando, desta forma, inibir as ocupações e as indicações de imóveis para desapropriação oriundos deste tipo de estratégia[29].

A Divisão de Cadastro Rural do INCRA apresenta a lista dos imóveis selecionados. Nesta lista constam os imóveis com conflito social. Para estes casos, o processo se inicia quando o INCRA recebe um comunicado oficial das entidades de apoio e representação dos trabalhadores rurais - FETAG, CPT, MST e sindicatos rurais -, informando-lhes sobre a existência de um conflito social no imóvel, geralmente entre o proprietário rural e os agricultores que lá trabalham.

Ao tomar, oficialmente, conhecimento do conflito existente no imóvel, o superintendente do INCRA convoca uma reunião com o representante dos agricultores e o proprietário do imóvel, na tentativa de resolver de forma pacífica a situação. Se houver acordo entre as partes, os agricultores deixam a posse da terra, recebendo o pagamento de direitos referentes ao trabalho na terra. Neste caso, o processo de desapropriação é arquivado.

Caso não haja acordo, o processo de desapropriação do imóvel é encaminhado para uma comissão composta por representantes de diversos setores deste órgão - de assentamento, de recursos fundiários, de cadastro rural e da procuradoria. Esta comissão se responsabiliza por analisar a situação do imóvel e elaborar um laudo de vistoria, levantando os seguintes dados: características físicas e das edificações, capacidade de uso do solo, produção do solo, produção agrícola e pecuária, avaliação de benfeitorias, levantamento dos ocupantes, área de ocupação e tempo de trabalho de cada agricultor no imóvel. O proprietário é notificado pessoalmente para acompanhar a vistoria no imóvel.

No laudo de vistoria é fundamental identificar o grau de exploração econômica da terra, que determina se a propriedade é produtiva ou improdutiva. A Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, particularmente no Art. 6º, determina a incorporação dos graus de utilização da terra e de eficiência de exploração ao conceito de propriedade produtiva. O grau de utilização da terra deverá ser igual ou superior a 80%, de acordo com a relação percentual entre a área de fato utilizada e a área aproveitável do imóvel. O grau de eficiência na exploração da terra deverá ser igual ou superior a 100%, levando-se em consideração que, para os produtos vegetais, será medido pela relação entre a quantidade colhida do produto dividida pelo índice de rendimento determinado por

[29] Como demonstra o Art. 4º - "O imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, para os fins do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, enquanto não cessada a ocupação, observados os termos e as condições estabelecidos em portaria do Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA" (DOU, 1997).

órgão competente do Poder Executivo, de acordo com a microrregião onde se localiza o imóvel (DOU, 1993).

Também no caso da exploração pecuária, apura-se o resultado da divisão entre o total de unidades animais (UA) do rebanho e o índice de lotação apontado por órgão competente. Ao final, soma-se o resultado Nº 1 e o Nº 2 apresentados anteriormente e divide-se pela área utilizada, multiplicando o resultado por 100. Assim, obtém-se o grau de eficiência na exploração da terra (DOU, 1993).

Segundo a procuradoria do INCRA/PB, em pesquisa realizada em julho de 1998, a publicação da Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 impulsionou os processos de desapropriação, na medida em que permitiu esclarecer o conceito de propriedade produtiva e estabeleceu indicadores efetivos de medição.

O resultado do laudo de vistoria é encaminhado através de uma comunicação oficial do INCRA/PB para o proprietário do imóvel. Este, por sua vez, tem o prazo de 15 dias para entrar com recurso, deferindo ou não o processo de desapropriação. A proposta de desapropriação é encaminhada para Brasília com o respaldo da superintendência do INCRA da Paraíba, enfatizando-se a necessidade de intervenção do governo federal na área. O processo é revisado pelo Departamento de Recursos Fundiários do INCRA-DF e encaminhado para o presidente do INCRA, passando pela assinatura das minutas e decretos pelo Ministro da Agricultura e, por fim, chega ao Presidente da República, que pode ou não assiná-la.

Quando a proposta de desapropriação for assinada e liberada, o decreto de desapropriação do imóvel é publicado no Diário Oficial da União e volta à Paraíba, juntamente com os títulos da dívida agrária, a parcela da indenização e a parte do dinheiro correspondente às benfeitorias existentes no imóvel. Em seguida, o procurador do INCRA procura ajuizar a ação no mesmo dia da publicação no DOU. Neste caso, o juiz da comarca oferece um prazo de 48 dias para responder à ação. Se o mesmo acatá-la, imediatamente o INCRA é autorizado a fazer o depósito em dinheiro das benfeitorias e solicitar ao cartório da comarca onde se localiza o imóvel um mandato para autorizar o oficial de justiça a fazer a transferência da propriedade do imóvel para o INCRA.

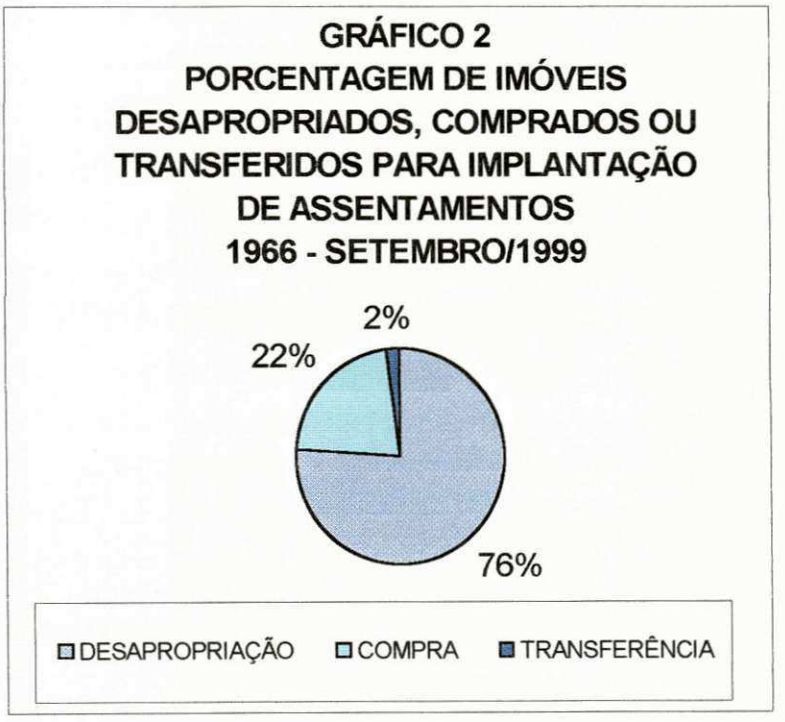
Após a publicação do decreto de desapropriação do imóvel pelo Diário Oficial da União, os procuradores do INCRA entram na justiça com um requerimento para imissão de posse do mesmo. Então, o juiz nomeia dois oficiais

de justiça que, juntamente com o procurador, deverão comparecer ao imóvel e concretizar, na presença dos agricultores e do antigo proprietário, a sua imissão de posse, ou seja, a posse legal do imóvel pelo INCRA.

No estado da Paraíba o processo de desapropriação de alguns imóveis tem caducado à medida que não é feita a imissão de posse dentro do prazo previsto de 2 (dois) anos. Pode-se citar como exemplo o imóvel Retirada, desapropriado pelo decreto Nº 92.822, de 25/06/86, para o qual, até o momento, não ocorreu a imissão de posse, levando à anulação do processo. Para implementar qualquer ação neste imóvel, o INCRA terá que abrir outro processo de desapropriação.

O gráfico 2 demonstra que, no estado da Paraíba, uma parcela significativa (76%) dos assentamentos advém de desapropriações, outros (22%) foram adquiridos pelo INCRA por intermédio de compra, no período de 1980 a 1986, como resultado de convênios com diversos programas - PROTERRA e PROCANOR, além do BIRD. Sabe-se que as aquisições de imóveis para assentamento por meio de compra realizadas pelo órgão estadual, o INTERPA, era a maneira utilizada para resolver o impasse quando a desapropriação não estava sendo utilizada como ferramenta de redistribuição de terras. Por fim, poucos assentamentos (2%) são provenientes de transferências de terras públicas.

GRÁFICO 2
PORCENTAGEM DE IMÓVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
1966 - SETEMBRO/1999



Fonte: INCRA/PB; INTERPA/PB, setembro de 1999.

O quadro 4 mostra os Projetos de Colonização (3), as Áreas de Assentamento (6) e os Projetos de Assentamento (127) implantados pelo INCRA/PB (no período de 1966 a setembro de 1999). Os antigos projetos de colonização surgiram na época da repressão ao movimento dos trabalhadores, logo após o golpe militar de 1964, como uma forma de fazer calar o grito da reforma agrária. Estas áreas de assentamento surgiram no período de 1978 a 1982 e, portanto, não tiveram projeto criado. A regulamentação para criação do projeto de assentamento emerge com o PNRA, em 1985, que torna necessário a sua constituição através de portaria para o recebimento de qualquer recurso.

ESTADO DA PARAÍBA

QUADRO 4 - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS
PARA IMPLANTAÇAO DE ASSENTAMENTO RURAL - INCRA/PB
1966 - SETEMBRO/1999

(CONTINUAÇÃO)

Nº	PROJETO DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA LOTE Me(ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DECRETO DESAPROPRIAÇÃO DATA DE COMPRA OU TRANSFERÊNCIA	IMISSÃO DE POSSE	PORTARIA DE CRIAÇÃO DOS PA's
1	PIC - Rio Tinto	Rio Tinto	18.742,9820	1.177	15,92	Desapropriação	Decreto 58.160 de 06/04/66		
2	Jaque	Cruz do Esp. Santo	306,6571	131	2,34	Transferência	Transferência em 13/05/74	1974	Res. 026 - 24/02/81
3	Mucatu	Alhandra	5.830,0000	207	28,16	Desapropriação	Decreto 77.744 de 03/06/76	23/08/76	Res. 477 de 1982
4	Alagamar	Salgado de São Félix	1.351,6221	198	6,83	Desapropriação	Decreto 82.614 de 09/11/78	17/12/78	
5	Piacas	Salgado de São Félix	790,1600	88	8,98	Desapropriação	Decreto 84.205 de 13/11/79		
6	Maria de Melo	Salgado de São Félix	758,5400	74	10,25	Compra	PROTERRA/FUNTERRA - 1980		
7	Santo Antônio	Salgado de São Félix	163,7192	39	4,20	Compra	PROTERRA/FUNTERRA - 1980	22/10/80	
8	Paripe Capim Açú	Conde	288,0408	60	4,80	Compra	PROTERRA/FUNTERRA -1982		
9	Engenho Geraldo	Alagoa Nova	2.181,0034	552	3,95	Desapropriação	Decreto 87.456 de 13/08/82	05/10/82	
10	Árvore Alta	Alhandra	1.270,4994	272	4,67	Desapropriação	Decreto 88.278 de 03/05/83	03/05/83	10/95 - 26/01/95
11	Paripe	Conde	137,2762	26	5,28	Compra	PROTERRA/FUNTERRA - 1983		35/95 - 04/07/95
12	Subaúma	Alhandra	625,1967	98	6,38	Desapropriação	Decreto 88.277 de 03/05/83	13/09/83	495/88 - 15/04/88
13	Quitéria	Alagoa Grande	167,7236	50	3,35	Compra	PROCANOR - 1984		1.148/93 - 20/12/93
14	Ribeiro Grande	Alagoinha	66,7918	21	3,18	Compra	PROCANOR - 17/04/84		1.149/93 - 20/12/93
15	Cumatí	Bananeiras	101,4300	23	4,41	Compra	PROCANOR - 30/05/84		1.147/93 - 20/12/93
16	Nova Vista	Bananeiras	79,9343		2,76	Compra	PROCANOR - 10/07/84		005/94 - 05/01/94
17	Calabouço	Araruna	486,3115	22	22,10	Compra	PROTERRA/FUNTERRA - 1984		916/86 - 26/11/86
18	Garra/Pedra Lavrada	Imaculada/Maturéia	336,5992	22	15,30	Compra	BIRD - 09/11/84 e 05/02/85		340/87 - 15/12/87
19	Cachoeira de Maturéia	Maturéia	534,2393	23	23,23	Compra	BIRD - 10/12/84		338/87 - 15/12/87
20	Cajá	Alagoinha	274,7002	35	7,85	Desapropriação	Decreto 92.215 de 26/12/85	21/03/86	975/86 - 17/12/86
21	Baixio do Riachão	Araruna	755,8750	46	16,43	Desapropriação	Decreto 92.216 de 26/12/85	19/03/86	917/86 - 17/12/86
22	Cajá	Alagoa Nova	179,9286	36	5,00	Desapropriação	Decreto 92.217 de 26/12/85	20/05/86	976/86 - 17/12/86
23	Águas Turvas	Santa Rita	374,0808	32	11,69	Desapropriação	Decreto 92.218 de 26/12/85	20/03/86	521/87 - 10/06/87
24	Campart II	Rio Tinto	1.883,9499	135	13,95	Desapropriação	Decreto 58.160 de 06/04/66	1986	019/89 - 12/09/89
25	Camucim	Pitimbú	277,5091	37	7,50	Compra	PROTERRA/FUNTERRA - 1986		330/92 - 12/11/92
26	Vazante	Tacima	569,7310	36	15,55	Desapropriação	Decreto 94.280 de 27/04/87	04/08/93	006/94 - 05/01/94
27	Jaracateá	Jacaraú	127,7687	15	8,52	Desapropriação	Decreto 94.285 de 19/07/87	10/07/87	316/87 - 03/12/87
28	Urna	Itabaiana	162,1214	24	6,75	Desapropriação	Decreto 94.849 de 04/09/87	28/03/88	164/89 - 08/03/89
29	Sítio	Dona Inês	1.813,7196	83	21,85	Desapropriação	Decreto 95.925 de 15/14/88	29/05/98	092/89 - 07/08/89
30	Quandú	Barra de St. Rosa	1.408,7033	47	29,97	Desapropriação	Decreto 96.379 de 20/07/88	28/03/89	355/89 - 26/05/89

ESTADO DA PARAIBA
QUADRO 4 - IMOVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS
PARA IMPLANTAÇAO DE ASSENTAMENTO RURAL - INCRA/PB
1966 - SETEMBRO/1999

(CONTINUA)

Nº	PROJETO DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	AREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	AREA LOTE Me(ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DECRETO DESAPROPRIAÇÃO DATA DE COMPRA OU TRANSFERÊNCIA	IMISSÃO DE POSSE	PORTARIA DE CRIAÇÃO DOS PA's
31	Gurugi II	Conde	592,9865	78	7,60	Desapropriação	Decreto 96.001 de 1988	19/06/90	088/92 - 10/06/92
32	Fazendinha	Pedras de Fogo	612,3446	77	7,95	Desapropriação	Decreto 97.614 de 05/04/89	23/05/90	079/92 - 10/06/92
33	Sede Velha do Abiaí	Pitimbú	310,2088	49	6,33	Desapropriação	Decreto de 08/07/93	12/11/93	011/95 - 26/01/95
34	Primeiro de Março	Pitimbú	205,8357	34	6,05	Desapropriação	Decreto de 08/07/93	15/12/93	08/95 - 26/01/95
35	Barra do Gramame	Conde	771,1199	74	10,42	Desapropriação	Decreto de 17/08/93	09/12/93	07/95 - 26/01/95
36	Santa Catarina	Monteiro	3.697,4500	345	10,72	Desapropriação	Decreto de 20/12/93	21/07/94	09/95 - 26/01/95
37	Sítio Souza	Salgado de São Félix	500,0000	50	10,00	Desapropriação	Decreto de 20/12/93	23/08/94	012/95 - 26/01/95
38	Engenho Santana	Cruz do Espírito Santo	374,7555	55	6,81	Desapropriação	Decreto de 20/12/93	19/10/94	013/95 - 26/01/95
39	Estiva do Geraldo	Lucena	467,3800	81	5,77	Desapropriação	Decreto de 20/12/93	28/11/94	014/95 - 26/01/95
40	Teixeirinha	Pitimbú	248,6948	33	7,54	Desapropriação	Decreto de 20/12/93	10/04/95	034/95 - 14/06/95
41	Corvoada	Pedras de Fogo	222,4815	31		Compra			1.151/93 - 20/12/93
42	Apasa	Pitimbú	1.100,0000	152	7,24	Desapropriação			041/95 - 31/07/95
43	Nova Vida	Pitimbú	894,2900	132	6,77	Desapropriação			040/95 - 31/07/95
44	Chã de Bálsamo	Alagoa Nova/ Massaranduba	500,0000 466,0000	50	19,32	Desapropriação	Decreto de 19/10/94 Decreto de 09/05/96	02/06/95 03/12/96	042/95 - 15/08/95
45	Engenho Novo II	São Miguel de Taipú	348,3732	57	6,11	Desapropriação	Decreto de 01/12/94	06/12/95	070/95 - 22/12/95
46	Nova Tatiane	Pedras de Fogo	209,8000	30	6,99	Desapropriação	Decreto de 01/12/94	14/12/95	071/95 - 29/12/95
47	Capim de Cheiro	Caaporã	507,6585	112	4,53	Desapropriação	Decreto de 26/12/94	07/11/95	067/95 - 14/12/95
48	Amarela-2	São Miguel de Taipú	523,4500	42	12,46	Desapropriação	Decreto de 12/01/95	04/10/95	064/95 - 10/11/95
49	Nova Aurora	Pedras de Fogo	407,5217	104	3,92	Desapropriação	Decreto de 24/03/95	07/05/96	019/96 - 02/07/96
50	Amarela-1	São Miguel de Taipú	523,2500	56	9,34	Desapropriação	Decreto de 25/03/95	01/09/95	061/95 - 13/10/95
51	Boa Vitória	Bananeiras	201,7000	42	4,80	Desapropriação	Decreto de 25/03/95	31/10/95	068/95 - 14/12/95
52	Itabatinga	São Miguel de Taipú	660,1366	107	6,17	Desapropriação	Decreto de 04/09/95	23/02/96	011/96 - 09/04/96
53	Campos de S. e Mudas	Cruz do Espírito Santo	207,0000	45	4,60	Transferência			012/96 - 17/05/96
54	Dona Helena	Cruz do Espírito Santo	762,2700	104	7,33	Desapropriação	Decreto de 04/09/95	07/06/96	018/96 - 02/07/96
55	Massangana-I	Cruz do Espírito Santo	991,4000	131	7,57	Desapropriação	Decreto de 10/11/95	23/05/96	020/96 - 02/07/96
56	Massangana-II	Cruz do Espírito Santo	1.300,9000	152	8,56	Desapropriação	Decreto de 10/11/95	23/05/96	021/96 - 02/07/96
57	Massangana-III	Cruz do Espírito Santo	816,9000	129	6,33	Desapropriação	Decreto de 10/11/95	23/05/96	022/96 - 02/07/96
58	Santa Lúcia	Araçagi	1.041,0000	100	10,41	Desapropriação	Decreto de 10/11/95	12/07/96	023/96 - 07/08/96
59	Santa Terezinha	São Miguel de Taipú	440,4500	61	7,22	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	08/10/96	035/96 - 06/11/96
60	Sapé de Alagoa Grande	Alagoa Grande	429,7300	50	8,59	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	10/10/96	037/96 - 06/11/96
61	Caiana de A. Grande	Alagoa Grande	226,0000	67	3,37	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	10/10/96	036/96 - 06/11/96
62	Alto Grande	Araruna	309,1000	48	6,44	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	25/10/96	039/96 - 02/12/96
63	Imbiras	Massaranduba	1.581,0200	82	19,28	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	20/11/96*	053/96 - 30/12/96
64	Corvoada-I	Pedras de Fogo	152,6100	41	3,72	Desapropriação	Decreto de 09/05/96	29/11/96	044/96 - 12/12/96
65	Dona Antônia	Conde	1.122,0000	110	10,20	Desapropriação	Decreto de 28/05/96	21/11/96	043/96 - 09/12/96
66	Acauã	Aparecida	2.825,0368	120		Desapropriação	Decreto de 09/05/96	14/10/96	030/96 - 30/10/96

ESTADO DA PARAÍBA

QUADRO 4 - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS
PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTO RURAL - INCRA/PB
1966 - SETEMBRO/1999

(CONTINUA)

Nº	PROJETO DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA LOTE Me(ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DECRETO DESAPROPRIAÇÃO DATA DE COMPRA OU TRANSFERÊNCIA	IMISSÃO DE POSSE	PORTARIA DE CRIAÇÃO DOS PA's
67	Manoel Bento	Mamamguape	193,0000	26	7,42	Desapropriação	Decreto de 31/05/96	02/12/96	046/96 - 19/12/96
68	Paulo G. do Nascimento	Mamamguape	120,0000	22	5,45	Desapropriação	Decreto de 07/06/96	02/12/96	047/96 - 19/12/96
69	Santana-II	Cruz do Esp. Santo	370,0000	55	6,73	Desapropriação	Decreto de 02/07/96	05/11/96	041/96 - 09/12/96
70	21 de Abril	Sapé	362,0000	60	6,03	Desapropriação	Decreto de 30/07/96	22/10/96	038/96 - 02/12/96
71	Santa Vitória	Bananeiras	1.768,4000	60	29,47	Desapropriação	Decreto de 15/08/96	05/11/96	042/96 - 09/12/96
72	Campo Verde	Pedras de Fogo	1.091,0000	142	7,68	Desapropriação	Decreto de 06/09/96	11/12/96	050/96 - 24/12/96
73	Padre Gino	Sapé	466,3000	62	7,52	Desapropriação	Decreto de 17/09/96	19/11/96	040/96 - 09/12/96
74		Sapé	1.165,0000	122	9,55	Desapropriação	Decreto de 18/10/96	06/12/96	048/96 - 19/12/96
75	Senhor do Bonfim	Alagoinha	1.069,0000	74	14,45	Desapropriação	Decreto de 18/10/96	10/12/96	051/96 - 24/12/96
76	Belo Monte	Cubatí/Pedra Lavrada	1.652,6896	52	31,78	Desapropriação	Decreto de 07/12/96	17/12/96	052/96 - 27/12/96
77	Tubarão	São José do Bomfim	1.098,0000	67	16,39	Desapropriação	Decreto de 28/01/97	02/05/97	012/97 - 06/08/97
78	João Pedro Teixeira	Mogeiro	700,0000	40	17,50	Desapropriação	Decreto de 03/03/97	16/12/98	086/98 - 21/12/98
79	Santa Helena	Sapé	3.251,9000	255	12,75	Desapropriação	Decreto de 10/04/97	10/02/98	036/98 - 07/05/98
80	Fortuna	Jericó	1.792,5000	73	24,55	Desapropriação	Decreto de 28/04/97	31/10/97	029/97 - 09/12/97
81	Santo Antônio	Cajazeiras	662,0200	32	20,69	Desapropriação	Decreto de 09/07/97	31/10/97	022/97 - 02/12/97
82	Veneza	Pilões	300,0000	26	11,54	Desapropriação	Decreto de 15/07/97	29/10/97	020/97 - 25/11/97
83	Tabocal	Areia/Pilões	199,2000	16	12,45	Desapropriação	Decreto de 17/07/97	27/10/97	021/97 - 02/12/97
84	Campo Verde II	Serraria	481,4000	35	13,75	Desapropriação	Decreto de 15/07/97	29/10/97	025/97 - 02/12/97
85	Esperança	Areia	376,0500	40	9,40	Desapropriação	Decreto de 16/07/97 e 04/08/97	29/10/97	030/97 - 09/12/97
86	Santa Maria	Pilões	269,7000	27	9,99	Desapropriação	Decreto de 04/08/97	29/10/97	018/97 - 25/11/97
87	São Francisco I	Pilões	432,0000	31	13,93	Desapropriação	Decreto de 04/08/97	29/10/97	019/97 - 25/11/97
88	Cajazeiras	Serraria	509,8300	50	10,20	Desapropriação	Decreto de 04/08/97	07/11/97	024/97 - 02/12/97
89	Redenção	Areia/Pilões	969,5000	94	10,31	Desapropriação	Decreto de 04/08/97	25/11/97	028/97 - 09/12/97

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 4 - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS
PARA IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTO RURAL - INCRA/PB
1966 - SETEMBRO/1999

(CONTINUA)

Nº	PROJETO DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA LOTE Me(ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DECRETO DESAPROPRIAÇÃO DATA DE COMPRA OU TRANSFERÊNCIA	IMISSÃO DE POSSE	PORTARIA DE CRIAÇÃO DOS PA's
90	Campos	Salgado de São Félix	3.671,2600	130	27,47	Desapropriação	Decreto de 04/08/97	07/01/98	034/98 - 30/04/98
91	Umburana	Araruna	535,0000	28	19,11	Desapropriação	Decreto de 18/08/97	15/10/97	017/97 - 19/11/97
92	Vida Nova	Sapé/Cruz do Esp. Sto.	505,0000	68	7,43	Desapropriação	Decreto de 19/08/97	21/11/97	026/97 - 09/12/97
93	Novo Taipú	São Miguel do Taipú	800,0000	60	13,33	Desapropriação	Decreto de 19/08/97	18/12/98	083/98 - 21/12/98
94	União	Areia	502,6800	57	8,82	Desapropriação	Decreto de 20/08/97	29/10/97	023/97 - 02/12/97
95	Alagoa Nova	Alagoa Grande	402,5000	66	6,10	Desapropriação	Decreto de 11/09/97	16/12/97	033/97 - 22/12/97
96	São Francisco II	Cachoeira dos Índios	727,3000	21	34,63	Desapropriação	Decreto de 11/09/97	17/12/97	036/97 - 22/12/97
97	Campo Comprido	Patos	3.429,9000	86	39.88	Desapropriação	Decreto de 01/10/97	24/11/97	027/97 - 09/12/97
98	Rick Charles	Conde	338,0000	53	6,38	Desapropriação	Decreto de 07/10/97	28/11/97	034/97 - 22/12/97
99	São Domingos	Bananeiras	676,0806	35	19,32	Desapropriação	Decreto de 10/10/97	16/12/97	043/97 - 31/12/97
100	Valdeci Santiago	Cajazeiras	2.579,0000	64	40,30	Desapropriação	Decreto de 20/10/97	17/12/97	035/97 - 22/12/97
101	Estrela Dalva	São Seb. do Umbuzeiro	5.270,7752	77	68,45	Desapropriação	Decreto de 20/10/97	18/12/97	037/97 - 26/12/97
102	Novo Salvador	Jacaraú	968,0000	98	9,88	Desapropriação	Decreto de 22/10/97	12/01/98	031/98 - 28/04/98
103	Limão	Araruna	410,0000	40	10,25	Desapropriação	Decreto de 06/11/97	02/01/98	038/98 - 08/05/98
104	Sítio Salomão	Itabaiana	106,0000	12	8,83	Desapropriação	Decreto de 13/11/97	08/01/98	030/98 - 28/04/98
105	Novo Mundo	Camalaú	2.081,5000	87	23,92	Desapropriação	Decreto de 13/11/97	17/02/98	037/98 - 07/05/98
106	N. Sra. do Livramento	Bananeiras/Dona Inês	794,0639	63	12,60	Desapropriação	Decreto de 13/11/97	05/11/98	075/98 - 09/11/98
107	Nossa Sra. das Graças	Bananeiras/Solânea	620,3572	47	13,20	Desapropriação	Decreto de 13/11/97	05/11/98	076/98 - 09/11/98
108	N. Sra. do Perp. Socorro	Solânea/Dona Inês	1.642,0320	55	29,85	Desapropriação	Decreto de 13/11/97	05/11/98	077/98 - 09/11/98
109	Litoral Sul	Alhandra	95,6553	17	5,63	Desapropriação	Decreto de 20/11/97	09/01/98	032/98 - 28/04/98
110	Margarida Maria Alves	Juarez Távora/Gurinhém	736,0000	35	21,03	Desapropriação	Decreto de 20/11/97	28/01/98	035/98 - 30/04/98
111	Novo Horizonte	Ingá/Juarez Távora	901,0480	41	21,98	Desapropriação	Decreto de 03/03/98	08/01/99	003/99 - 18/01/99
112	Nova Vivência	Sobrado	600,0000	48	12,50	Desapropriação	Decreto de 18/03/98	19/05/98	058/98 - 26/05/98
113	Maria Preta	Araçagi/Mamanguape	1.499,3130	100	14,99	Desapropriação	Decreto de 18/03/98	04/09/98	066/98 - 11/09/98
114	Alto Alegre	Jericó/Lagoa	745,6000	45	16,57	Desapropriação	Decreto de 18/03/98	25/11/98	082/98 - 11/12/98
115	Frei Damião	Araruna	210,3780	6	35,06	Desapropriação	Decreto de 18/03/98	14/12/98	084/98 - 21/12/98
116	Boa Esperança	Jacaraú	622,0000	30	20,73	Desapropriação	Decreto de 30/04/98	26/08/98	062/98 - 02/09/98
117	Margarida Maria Alves II	Alagoa Grande	465,6700	40	11,64	Desapropriação	Decreto de 22/05/98	03/09/98	069/98 - 18/09/98
118	Frei Anastácio	Conde	170,0000	19	8,95	Desapropriação	Decreto de 22/05/98	23/12/98	087/98 - 28/12/98
119	Coração de Jesus	Alagoa Nova/Al. Grande	282,1860	24	11,76	Desapropriação	Decreto de 26/05/98	03/09/98	065/98 - 11/09/98

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 4 - IMÓVEIS DESAPROPRIADOS, COMPRADOS OU TRANSFERIDOS
PARA IMPLANTAÇAO DE ASSENTAMENTO RURAL - INCRA/PB
1966 - SETEMBRO/1999

(CONCLUSÃO)

Nº	PROJETO DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS	ÁREA LOTE Me(ha)	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DECRETO DESAPROPRIAÇÃO DATA DE COMPRA OU TRANSFERÊNCIA	IMISSÃO DE POSSE	PORTARIA DE CRIAÇÃO DOS PA's
120	José Horácio	Alagoa Grande	96,8000	32	3,02	Desapropriação	Decreto de 04/06/98	06/11/98	080/98 - 23/11/98
121	Severino Ramalho	Alagoa Grande	295,8200	26	11,38	Desapropriação	Decreto de 23/06/98	10/09/98	070/98 - 25/09/98
122	Severino Cassimiro	Alagoa Grande	150,0000	20	7,50	Desapropriação	Decreto de 03/07/98	06/11/98	079/98 - 23/11/98
123	Padre Assis	Sossego/Barauna	1.400,00	41	34,15	Desapropriação	Decreto de 03/07/98	26/11/98	081/98 - 11/12/98
124	Zé Paz	Dona Inês	500,0000	23	21,74	Desapropriação	Decreto de 13/07/98	23/12/98	004/99 - 21/01/99
125	Mons. Luiz Pescarmona	Alagoa Grande	393,1034	29	13,66	Desapropriação	Decreto de 13/07/98	08/01/99	001/99 - 18/01/99
126	São Luiz	Sossego	1.266,5000	35	36,19	Desapropriação	Decreto de 13/07/98	13/01/99	002/99 - 25/01/99
127	Nossa Sra. do Desterro	Sapé/Cruz do Esp. Sto.	1.179,0000	101	11,67	Desapropriação	Decreto de 22/07/98	17/12/98	085/98 - 21/12/98
128	Tanques	Dona Inês/Riachão	1.654,0000	39	42,41	Desapropriação	Decreto de 03/08/98	23/12/98	088/98 -28/12/98
129	São José	Araruna	424,0000	25	16,96	Desapropriação	Decreto de 03/08/98	23/12/98	090/98 - 28/12/98
130	Várzea Grande	Dona Inês	840,0000	39	21,54	Desapropriação	Decreto de 01/09/98	17/12/98	089/98 - 28/12/98
131	Maria da Penha I	Alagoa Grande	616,6719	60	10.28	Desapropriação	Decreto de 04/09/98	10/09/98	071/98 - 25/09/98
132	Maria da Penha II	Alagoa Grande	531,2174	48	11,07	Desapropriação	Decreto de 04/09/98	10/09/98	072/98 - 25/09/98
133	José Matias de Araújo	Dona Inês	400,0000	17	23,53	Desapropriação	Decreto de 13/07/98	28/01/99	013/99 - 19/03/99
134	Amarelinha de Cima	Pilõezinho	191,1800	17	11,25	Desapropriação	Decreto de 29/09/98	04/06/99	021/99 - 16/06/99
135	Paissandu	São Domingos de Pombal	1.215,0000	27	45,00	Desapropriação	Decreto de 01/09/99	29/04/99	016/99 - 16/06/99
136	Santa Terezinha I	Alagoinha	252,6400	20	12,63	Desapropriação	Decreto de 04/09/99	19/08/99	020/99 - 16/06/99

Fonte: INCRA/PB, setembro de 1999.

Elaboração própria

Em caso de conflito social e resistência do proprietário em vender o imóvel, fato que ocorre raramente, a Procuradoria Jurídica do Estado pode desapropriar imóveis para fins de assentamento. O governo do Estado da Paraíba, por meio do INTERPA, abre um processo de desapropriação de terras em áreas próximas ao meio urbano. Neste caso, o pagamento da terra é feito em dinheiro de acordo com os preços de mercado.

A aquisição de terras para assentamento rural através de compra, na Paraíba, é geralmente realizada pelo órgão estadual de terras, mas também foi um recurso utilizado pelo INCRA/PB no período de 1980 a 1986, quando a forte pressão dos militares impedia a desapropriação de terras.

Na ocasião, o órgão de terras da Paraíba era a FUNDAP, criada pelo art. 60, inciso VIII da Constituição Estadual e de acordo com o art. 11 do Decreto Lei Nº 4.311, de 30/11/81, com o objetivo de discriminar as terras devolutas do estado, redistribui-las para contribuir na execução do PRRA/PB e estabelecer uma reorganização fundiária em áreas de minifúndios.

A lei Nº 5.404 de 06 de maio de 1991 extinguiu a FUNDAP e o projeto de lei Nº 164/91 criou o INTERPA, uma autarquia estadual vinculada à Secretaria da Agricultura, Irrigação e Abastecimento. O instituto de terras tem como objetivo:

> ***"Promover o desenvolvimento rural, a colonização e o planejamento agrícola, bem como a legalização das terras públicas para o assentamento de rurículas, observadas as disposições da legislação federal pertinente"*** (INTERPA, 1991).

A compra de terras ocorre, geralmente, em áreas de pequena extensão territorial em que se verificam disputas de posse entre o proprietário do imóvel e os agricultores que trabalham na área, ou mesmo em decorrência do interesse do proprietário em vendê-la.

No caso de disputa pela posse da terra, o INTERPA abre um processo a partir de um comunicado oficial do sindicato rural do município onde se localiza o imóvel ou da FETAG. É constituída uma comissão composta por um representante deste órgão estadual, um do INCRA, um do Projeto Cooperar e um da FETAG. Essa equipe vai ao imóvel fazer um levantamento de dados sobre o clima, relevo, vegetação, número de ocupantes etc., elaborando um "laudo de viabilidade técnica do imóvel", que conta com a avaliação dos dados levantados e

o preço da terra determinado por pesquisa realizada no Banco do Brasil, EMATER, coletoria estadual e cartório do município onde se localiza o imóvel. A apreciação final da compra do imóvel, para fins de assentamento rural, passa pela aprovação de um conselho consultivo composto por representantes da Secretaria da Agricultura, INTERPA, Projeto Cooperar, FETAG, governo do Estado e universidade. Geralmente, a proposta de compra do imóvel é aprovada por este conselho, reconhecendo-se a necessidade da aquisição do imóvel para assentamento rural. Este processo resultou na aquisição de imóveis através de compra para fins de assentamento. Existem 24 projetos de assentamentos estaduais reconhecidos oficialmente pelo INCRA como demonstra o quadro 5.

ESTADO DA PARAIBA
QUADRO 5- PROJETOS DE ASSENTAMENTOS IMPLANTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO
INTERPA
1982 - SETEMBRO/1999

Nº	PROJETO	MUNICÍPIO	FORMA DE AQUISIÇÃO DA TERRA	DATA AQUISIÇÃO	ORIGEM DOS RECURSOS	ÁREA (ha)	Nº FAMÍLIAS
1	Engenho Cipó	Areia	Compra	30/12/82	FUNTERRA	187,8290	32
2	Maria Moraes	São Seb. L. de Roça	Transferência	27/05/83		276,8553	10
3	Goiamunduba	Bananeiras	Compra	03/05/84	FUNTERRA	374,5245	41
4	Mares	Alagoa Grande	Compra	05/09/84	FUNTERRA	1.103,9694	45
5	Engenhoca	Alagoa Nova	Compra	12/07/85	FUNTERRA	382,2025	49
6	Cachoeira P. d'água	Alagoa Nova	Compra	12/07/85	FUNTERRA	242,2542	40
7	Mata Fresca	Bananeiras	Compra	05/05/86	FINSOCIAL	89,9510	10
8	Mumbuca	Alagoinha/Mulungú	Compra	27/01/86	Estado	175,3582	38
9	Engenho Novo	Pedras de Fogo	Compra	18/07/86	FINSOCIAL	311,0476	41
10	Muitos Rios	Caaporã	Compra	14/07/86	FINSOCIAL	416,4846	29
11	Gravatá	Alagoa Nova	Compra	16/01/87	FINSOCIAL	183,0171	48
12	Bela Vista	Esperança	Compra	20/08/87	FUNTERRA	69,7769	17
13	Varelo de Cima	Araruna	Compra	19/02/88	FUNTERRA	166,6408	17
14	Cana Brava	Bananeiras	Compra	02/12/88	FINSOCIAL	68,8275	6
15	Maniçoba	Esperança	Compra	27/06/88	FUNTERRA	93,3490	19
16	Paus Brancos	Pocinhos	Compra	26/02/88	FUNTERRA	1.279,30	70
17	Baixa Verde	Bananeiras	Compra	Jun/89	FUNTERRA	198,3701	41
18	Gravatá II	P. Branca/N. Olinda	Compra	19/07/90	FUNTERRA	187,1700	67
19	Carnaúba	Araruna	Compra	23/08/90	Estado	241,5713	56
20	Serra Verde	Araruna	Compra	06/08/92	FUNTERRA	100,0000	42
21	Capim Assú	Conde	Compra	27/08/92	FUNTERRA	32,0790	14
22	Barra de São José	Pilar	Compra	30/10/92	FUNTERRA	48,2087	14
23	Barragem da Farinha	Cacimba de Areia	Compra	14/04/93	FUNTERRA	278,9125	130
24	Benta Hora	Mogeiro	Compra	04/02/94	FUNTERRA	69,8737	11
	TOTAL					6575,5680	876

Fonte: INTERPA/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

Algumas áreas de assentamento rural na Paraíba foram adquiridas através de compra por intermédio do INCRA e de convênios com o BID ou por indicação e recursos de programas, como PROCANOR e PROTERRA, por meio de convênio com o governo do estado. Dentre estas áreas, encontram-se: Quitéria (Alagoa Grande), Cumati I e II e Nova Vista (Bananeiras) e Ribeiro Grande (Alagoinha), compradas por indicação do PROCANOR. Neste caso, era feito um levantamento dos aspectos econômicos e sociais do imóvel, apresentava-se ao INCRA juntamente com uma proposta contendo o preço da terra, este estipulado de acordo com o preço de mercado vigente na região, sendo autorizado pelo INCRA através de uma minuta.

Os imóveis comprados por meio do PROTERRA/FUNTERRA foram adquiridos através da avaliação de proposta enviada pelo INCRA para a coordenação geral destes programas, solicitando uma resolução para autorizar a compra do imóvel.

Por fim, outra forma de aquisição de terras para assentamento rural, é a transferência de terras públicas para os órgãos responsáveis pela implantação do assentamento, a partir de reivindicações de agricultores que trabalham na terra ou nas proximidades, sob a alegação de sua subutilização para produção agrícola pelos órgãos da administração pública. Após o requerimento da posse da terra pelos agricultores, o INCRA ou o INTERPA solicita ao órgão público responsável pelo imóvel um termo de transferência, passando pela diretoria fundiária e presidência do INCRA em Brasília. Autorizada a transferência do imóvel, este é registrado em cartório, passando para o órgão responsável pela redistribuição de terras.

A década de 80 caracterizou-se pela constituição de assentamentos rurais por meio de compra e não de desapropriação. A compra passou a fazer parte da resolução do problema, tanto para o proprietário da terra, que muitas vezes pretendia vendê-la, como para os agricultores interessados na posse. Este período pode ser considerado como um retrocesso na execução de um programa de reforma agrária, tendo em vista a falta de compromisso político do governo militar com a questão. O caminho rápido e fácil era destinar recursos ao órgão de terras do estado para adquiri-las; estes, em geral, realizavam as

compras pagando preços elevados por terrenos de solos pobres e pequena extensão para comportar o número de famílias[30].

Na década de 90, percebem-se mudanças na lei de desapropriação de terras, como apresentado anteriormente, que facilitaram o encaminhamento do processo. A partir de 92, a desapropriação voltou a ser o instrumento básico da reforma agrária e a compra deixou de ser utilizada. Desde meados da década de 90 que o INTERPA encontrou-se praticamente desativado e sem recursos financeiros para desenvolver suas ações. Em função disto, não tem assistido nenhum projeto de assentamento. Os projetos de assentamento que recebem o crédito do PROCERA repassado pelo INCRA, doravante estariam no abandono total por parte do Estado.

2.2.3- Seleção de famílias e parcelamento

Na luta pelo acesso à terra é importante a organização dos agricultores para que participem ativamente na seleção das famílias, fase seguinte do assentamento rural, após a aquisição de terras.

O processo de identificação ou seleção das famílias para o assentamento rural é norteado por uma metodologia elaborada e executada pelo INCRA, embora este órgão possa delegar estas tarefas a outras instituições como: EMATER, sindicato rural do município onde se localiza o imóvel, prefeitura do município e INTERPA. Na Paraíba, o INCRA e o INTERPA se encarregam de selecionar as famílias de agricultores.

A seleção das famílias é determinada pela norma de assentamento Nº 001/98, elaborada pelo INCRA, e apresenta como objetivo apontar entre os candidatos à reforma agrária, aqueles com perfil socioeconômico capaz de corresponder aos critérios exigidos pela legislação[31]. O trabalho de seleção é realizado pela Superintendência Regional, através de um grupo permanente de técnicos subordinado à Divisão de Assentamento e orientados por um coordenador. Este grupo utiliza a metodologia de seleção definida pela política

---

[30] Nos imóveis adquiridos através de compra pelo INTERPA os lotes variam de 2 a 27,5 hectares por família, mas uma parcela significativa dos assentamentos (58%) tem área inferior a 7 hectares/família (INTERPA, 1999).

[31] Processo de seleção de candidatos em área de reforma agrária. Norma de Assentamento DP Nº 001/98 (INCRA, 1997).

federal de assentamento e trabalha com o Sistema de Informações do SIPRA. O processo de seleção é composto pelas fases de identificação, classificação, legitimação e homologação. A fase de identificação inicia-se com o planejamento para a realização do trabalho.

O INCRA divulga o processo de seleção de famílias junto aos agricultores das áreas próximas ao imóvel. Os candidatos adequados a cumprir as exigências das normas de assentamento considerados prioritários são: proprietário interessado em explorar a parcela; trabalhador assalariado; posseiro; parceiro; arrendatário ou foreiro que viva e/ou trabalhe no imóvel. A lista de candidatos inscritos deve ser conferida com aquelas apresentadas pelo sindicato de trabalhadores rurais, entidades de representação dos trabalhadores e órgão de extensão rural do município. Caso esses órgãos não apresentem as listas dos candidatos ao assentamento, a divulgação é feita pelas organizações co-participantes da reforma agrária, em nível estadual, municipal e da sociedade civil (INCRA, 1997:13).

A identificação dos candidatos é feita nos acampamentos, nos distritos e no imóvel, ou em localidades à volta do mesmo. Este trabalho é realizado através de uma entrevista com o candidato, seu cônjuge e companheiro(a) na sua própria moradia, utilizando-se um formulário que deve ser assinado pelo entrevistado e que passa a fazer parte do cadastrado do SIPRA (Anexo 1).

No cadastramento o técnico deve fazer um levantamento básico do imóvel para reforma agrária, como também tomar conhecimento da demanda por terra naquela região e orientar os demais agricultores para participarem de processo de seleção nas áreas próximas que ainda poderão ser adquiridas

A segunda fase é a classificação, caracterizada pela organização da pontuação decrescente obtida pelos candidatos, conforme os critérios de seleção medidos por indicadores estatísticos, que visam a demonstrar os aspectos individuais, sociais e econômicos (INCRA, 1997:14).

Os critérios de seleção foram divididos em eliminatórios e classificatórios. Os eliminatórios são os seguintes:

- estar fora da faixa etária da legislação em vigor;
- exercer função pública, autárquica ou em órgãos paraestatais civis ou militares, ou trabalhar como fiscal e parafiscal da administração pública federal, estadual ou municipal, como também o cônjuge;

- receber ou a família proventos de atividades não agrícolas acima de três salários mínimos mensal;
- ser proprietário, quotista, acionista ou co-participante de comércio e/ou indústria;
- ser agricultor proprietário de uma área igual ou superior a um módulo rural;
- ser ex-beneficiário de projetos de assentamento, de regularização fundiária e outros assentamentos dirigidos por órgãos públicos (Lei Nº 8.629/93), exceto casos justificados e analisados pelo INCRA;
- não ter capacidade para desenvolver trabalho agrícola por ser deficiente físico ou mental;
- ser estrangeiro não naturalizado[32].

Os critérios classificatórios foram subdivididos em básicos, complementares e suplementares. Aqueles identificados como básicos são fundamentais na escolha do candidato, como demonstrado em seguida:

- proprietário do imóvel decidido a explorar a parcela;
- trabalhador assalariado, posseiro, parceiro, arrendatário ou
- foreiro que viva e/ou trabalhe no imóvel;
- agricultor proprietário de imóvel inferior ao módulo rural da região capaz de comprovar a insuficiência do tamanho da terra para sustentação da família;
- trabalhador rural sem terra.

Os critérios complementares são assim definidos: tamanho da família; força de trabalho da família; idade do candidato; tempo de atividade agrícola. Os suplementares são determinados por: moradia no município; distância da moradia com relação ao imóvel desapropriado; tempo de residência no endereço atual; renda anual da família; associativismo.

[32] INCRA (1997:14 - 15).

O processamento da seleção é feito através do SIPRA, que aponta no sistema os candidatos cadastrados em ordem alfabética, os candidatos selecionados eliminados, os selecionados com notas parciais, os selecionados com folha de avaliação individual e os selecionados por legitimação, compondo, ao final, uma lista dos classificados em ordem decrescente que será apresentada à comunidade.

A fase de legitimação é caracterizada pela divulgação nominal dos candidatos selecionados para ocupação das parcelas. É realizada uma assembléia de legitimação conduzida pelo técnico responsável pelo processo seletivo que deverá esgotar todos os assuntos pertinentes. Os primeiros colocados têm prioridade quando a capacidade do imóvel é inferior ao número de famílias. A assembléia também identifica candidatos desistentes e os excluídos. A lista final dos candidatos selecionados é avaliada e assinada pelo técnico responsável pela seleção, o Chefe da Divisão de Assentamento e o Superintendente Regional do INCRA. Em seguida, é homologada a relação dos candidatos por meio do *"módulo cadastra candidato"*.

Nas áreas de responsabilidade do INCRA, ocupadas por agricultores, a inscrição e identificação das famílias é feita após a imissão de posse, levando em consideração a ocupação existente, através de um levantamento básico de dados sobre o imóvel.

O procedimento adotado no caso de imóveis não ocupados em processo de desapropriação, caso raro na Paraíba, é o seguinte: o INCRA abre inscrições para o cadastro de famílias de agricultores no município onde se localiza o imóvel; caso não sejam preenchidas as vagas, convocam-se agricultores de regiões próximas ou distritos povoados com trabalhadores sem terra. A divulgação para este cadastro pode ser feita pelo INCRA, EMATER, STR ou CPT.

Os imóveis em processo de desapropriação são ocupados, muitas vezes, com um número de famílias superior a sua capacidade, analisados os fatores técnicos como, por exemplo: a qualidade dos solos, clima, vegetação, abastecimento d'água, reservas florestais etc. Neste caso, o tamanho da terra torna-se insuficiente para produção agropecuária e sustentação das famílias de agricultores compostas por muitos dependentes. Assim, necessita-se da aquisição de terras vizinhas ao imóvel rural ou mesmo a transferência de algumas famílias para outras áreas de assentamento.

O INTERPA é o órgão do estado da Paraíba responsável pela aquisição de terras para implantação de assentamentos em nível estadual. Mesmo assim utiliza, no processo de seleção das famílias, os mesmos critérios e normas definidos pelo INCRA. No entanto, a realização de seus procedimentos tende a ser mais rápida, passa pela identificação e localização dos ocupantes que se encontram no imóvel. Estas informações servem para elaboração do ante-projeto de parcelamento do imóvel.

Os critérios de seleção das famílias utilizados pelo INCRA e INTERPA não favorecem o agricultor que trabalha há mais de 5 (cinco) de anos no imóvel. Os agricultores que habitam e trabalham na terra há mais de 10 (dez) anos e, portanto, com direito de usucapião, preenchem o mesmo questionário exigido para os selecionados, dificultando a legalização da posse da terra. Além disso, os critérios complementares e suplementares, apresentados anteriormente, apontam elementos fundamentais para identificação dos ocupantes do imóvel, como por exemplo, mão-de-obra familiar, o tempo de residência no imóvel e o associativismo, que, dada a sua relevância, deveriam ser considerados como critérios de classificação básicos e não complementares/suplementares.

Enquanto o processo de seleção tem critérios claros, mesmo considerando que nem sempre são justos, o parcelamento do imóvel é um assunto polêmico, tendo em vista que é uma etapa que recebe um tratamento secundário, só sendo implantado oficialmente após anos de existência do assentamento. Para o INCRA, o parcelamento é compreendido como uma fase de divisão do imóvel em lotes individuais e/ou coletivos.

No estado da Paraíba, constata-se a existência de imóveis com um número de assentados superior a um patamar considerado viável, ou seja, com extensão e produtividade suficientes para trabalhar e sustentar a família. Em alguns assentamentos a área de cada lote acaba sendo inferior à Fração Mínima de Parcelamento[33] do município. Dessa forma, o INCRA não pode parcelar oficialmente o assentamento.

O parcelamento oficial do imóvel sob a responsabilidade do INCRA é realizado em dois momentos. O primeiro, na fase do plano preliminar, é caracterizado pela medição e demarcação do perímetro do imóvel. No segundo, efetua-se a divisão dos lotes, da área comunitária, do núcleo urbano e se

[33] Fração Mínima de Parcelamento é a parcela mínima em termos de hectares considerada necessária para exploração do imóvel naquele município (INCRA, 1998).

constróem as obras de saneamento após 42 meses. É planejado após 3 (três) anos e meio de existência do assentamento, exatamente na fase de preparação para sua emancipação. Existem assentamentos em que o parcelamento oficial não foi realizado, como, por exemplo, o Cajá, objeto de nosso estudo, que se encontra em fase de emancipação mas ainda não foi parcelado oficialmente.

Na fase inicial do assentamento – após a imissão de posse do imóvel - é realizada uma divisão da terra visando a organização das famílias no imóvel. Esta divisão em lotes individuais e em um lote para trabalho coletivo na forma de mutirão é uma decisão tomada em reunião realizada entre o técnico do órgão responsável pela área e os assentados, em que se procura respeitar a geografia das ocupações previamente existentes no imóvel. Quando a forma de organização das famílias não é discutida procura-se permanecer na área de sua ocupação anterior. Isto ocorre, principalmente no caso de assentamentos de posseiros que já trabalhavam no imóvel há muitos anos.

Este parcelamento é considerado pelo INCRA como provisório, tendo como finalidade a organização das famílias no imóvel. Isso ocorre em função da demora para a efetivação do parcelamento oficial ou quando a área delimitada para cada lote é inferior à FMP do município onde se localiza o imóvel. Neste caso, não pode ser parcelado oficialmente.

Em assentamentos rurais onde as famílias optaram pela divisão em lotes individuais e um lote comunitário, a questão do parcelamento do imóvel no início do assentamento é de fundamental importância para a organização das famílias na terra. Já para aqueles que optaram pelo uso coletivo da terra, caso raro no estado da Paraíba, o parcelamento deixa de ser uma preocupação emergente. As famílias procuram organizar a produção e o trabalho de forma coletiva, fortalecendo o grau de união do grupo e tendo como perspectiva futura, muitas vezes, a constituição de cooperativas. Estas experiências ocorrem com um forte apoio de mediadores como o MST e a CPT.

As ocupações existentes, o tempo em que as famílias ocupam o imóvel, as benfeitorias (edificações e/ou meios de produção) realizadas, o número de filhos, localização dos lotes, fertilidade do solo, facilidade de acesso a fontes de abastecimento d'água e estradas etc. são elementos levados em consideração pelos técnicos do INCRA na divisão dos lotes nos assentamentos rurais.

Nos imóveis de responsabilidade do INTERPA o parcelamento é realizado na fase de implantação das famílias no imóvel. O parcelamento do imóvel para este órgão é uma fase decisiva para o assentamento, tendo em vista

que quando o mesmo é parcelado considera-se de fato que ocorreu o assentamento das famílias. É iniciado com um trabalho de cartografia após a imissão de posse da terra e seleção das famílias. O objetivo do levantamento cartográfico é conhecer bem o espaço geográfico para, posteriormente, iniciar o seu parcelamento. A ocupação anterior da terra, as benfeitorias realizadas (edificações, o preparo da terra e plantio etc.) e o número de filhos são elementos considerados por este órgão como importantes no parcelamento.

No caso de imóveis comprados pelo INTERPA a divisão de lotes não é igualitária e sim eqüitativa, ou seja, alguns lotes possuem uma área superior aos demais, exatamente para compensar a extensão de terras improdutivas e solos pedregosos em outros lotes. Em alguns assentamentos é utilizada uma área como reserva florestal para garantir a preservação ambiental. Mais de 50% dos projetos de assentamentos estaduais adquiridos através de compra pelo INTERPA apresentam lotes com área inferior à fração mínima de parcelamento do município onde se localiza o imóvel (INTERPA:1999). Portanto, este parcelamento não é reconhecido pelo INCRA como legal, mesmo sabendo que os agricultores trabalham na terra há anos.

A não oficialização do parcelamento do imóvel pode contribuir para o surgimento de conflitos internos entre os assentados. O parcelamento do imóvel não foi pensado de acordo com a realidade dos assentados no PNRA e na Política de Assentamento, pois este retardamento para sua oficialização provoca insegurança nos assentados, os quais, muitas vezes, não querem realizar investimentos na terra e benfeitorias nos lotes, por não terem garantia de seu reconhecimento oficial no momento da titulação da terra.

2.2.4- Infraestrutura

A existência de uma infraestrutura básica no imóvel desapropriado, comprado ou transferido para o assentamento de famílias de agricultores é de fundamental importância para a fixação das famílias e, consequentemente, para a sua organização para produção.

Os itens usualmente utilizados pelos órgãos executores da política de assentamento, como também os trabalhos acadêmicos sobre infraestrutura nos assentamentos são os seguintes: habitações e suas condições;

energia elétrica; fontes de abastecimento d'água; posto telefônico; saneamento; água tratada; estradas vicinais; escola; posto de saúde; casa de farinha; sede da associação e projeto de irrigação.

A infraestrutura aparece na política de assentamento rural na fase do Plano Preliminar, com execução prevista para o período de 6 (seis) meses. Esta etapa prevê a construção de estradas para acesso interno até o assentamento; medição e demarcação do perímetro; construção de cozinha, lavanderia, depósito, biodigestor, alojamento, acampamento e habitação; mais a construção de estábulo, galinheiro, pocilga (INCRA, 1987).

Na fase do Plano de Ação Imediata, com prazo de 12 meses, estão contemplados a implantação de um sistema viário; a armazenagem; a construção de açudes/barreiras/irrigação, escolas e postos de saúde; mais a finalização da construção de estábulos/pocilga/galinheiro. Na fase de consolidação do projeto de assentamento, em 42 meses, pretende-se realizar o parcelamento oficial do imóvel, a implantação de um núcleo urbano e a construção de obras de saneamento (INCRA, 1987).

Esta proposta de implantação de infraestrutura que consta na política de assentamento rural é abordada de forma linear, como se todos os assentamentos fossem iguais e tivessem as mesmas necessidades. É importante frisar, que os imóveis já possuem algum tipo de benfeitoria, anteriormente relacionada no laudo de vistoria durante o processo de desapropriação. Então, torna-se fundamental realizar um diagnóstico a respeito da infraestrutura existente no imóvel e um levantamento das necessidades das famílias selecionadas. Dessa forma, o Estado pode oferecer suporte para a construção de uma infraestrutura adequada à realidade de cada assentamento.

A implantação de infraestrutura prevista na política de assentamento dificilmente é cumprida, geralmente porque o aparelho de Estado é burocrático e não funciona de forma eficiente, além de não aplicar adequadamente os recursos existentes. Além disto, os recursos destinados são insuficientes para atender a todos os projetos de assentamento. Por esta razão, a existência de habitações no imóvel com um bom estado de conservação é essencial no momento da instalação das famílias, pois é a garantia de moradia no próprio assentamento. Regularmente, os assentados têm acesso ao crédito habitação depois de um longo período após a imissão de posse do imóvel. Esta demora cria uma situação de instabilidade, já que impede que os assentados residam no assentamento. Quando não existem habitações suficientes para todas

as famílias selecionadas torna-se impossível sua residência fixa no núcleo. Percebe-se, dessa forma, que a falta de infraestrutura adequada para atender às famílias assentadas dificulta a sua organização econômica e social.

No estado da Paraíba, a implantação de infraestrutura nos assentamentos é de responsabilidade do INCRA/PB, embora em determinados momentos tenha sido possível contar com o apoio do INTERPA e do Projeto Cooperar. Na década de 80, por exemplo, a participação do INTERPA na construção de infraestrutura nos assentamentos da Paraíba ocorreu através de um programa denominado SUBIM, oriundo de um convênio estabelecido com a Secretaria da Agricultura. Este programa propunha a elaboração de projetos técnicos e a implantação de infraestrutura em assentamentos de responsabilidade do INCRA/PB. O resultado dessa ação foi o seguinte: a construção de 27 casas no assentamento Árvore Alta, em Alhandra; reforma do centro comunitário e compra de equipamentos; aparelhamento do posto de saúde e eletrificação rural em Engenho Geraldo - Alagoa Nova; construção de uma escola, um chafariz e uma casa de farinha em Paripe III, no Conde; construção de 42 casas em Camucim, no município de Pitimbú.

O Projeto Cooperar (antigo PAPP) surgiu de um convênio do governo brasileiro com o Banco Mundial, tendo como finalidade a concessão de empréstimos para beneficiar comunidades rurais. Em setembro de 1993, a contrapartida deste programa passou para os estados. Em 1997, foi realizado um contrato entre o governo do estado da Paraíba e o Banco Mundial, visando a implantação do *"Projeto de Combate à Pobreza Rural"*. Este projeto tinha como objetivos: investir em infraestrutura básica e na criação de oportunidades de emprego e geração de renda; promover a descentralização progressiva dos processos de decisão; fomentar a participação social das comunidades e dos poderes públicos municipais no financiamento dos investimentos prioritários; viabilizar estratégias econômicas e sociais de aplicação de recursos públicos para atendimento à pobreza rural (PROJETO COOPERAR, 1998:12).

Como os indicadores de infraestrutura nos assentamentos da Paraíba não foram organizados e sistematizados pelo INCRA/PB ao longo dos anos, utilizar-se-á como referencial para a análise desta realidade os dados de uma pesquisa realizada por profissionais que atuam no Projeto Lumiar[34] em projetos de assentamento.

---

[34] Lumiar é um projeto de assistência técnica aos assentamentos iniciado em 1997. O objetivo do Lumiar é "...viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional" (INCRA, 1998:08).

Destacam-se aspectos do quadro 6 apresentado e analisado pelo estudo realizado pelo Projeto Lumiar para traçar o perfil da infraestrutura em 26 núcleos de assentamentos na Paraíba (INCRA/PB, 1998:44 - 47):

1°) grande parte das benfeitorias – estradas vicinais, açudes, cercas etc. - existentes nos assentamentos foram construídas pelos antigos proprietários ou por meio do governo estadual;

2°) estradas vicinais - apresentam estado regular/precário, como, por exemplo, nos assentamentos Primeiro de Março e Teixeirinha;

3°) energia elétrica - o acesso total ou parcial (apenas na sede do imóvel) ocorre em 11 assentamentos;

4°) fontes de abastecimento d'água - os assentamentos não possuem serviço de água tratada e as fontes de abastecimento d'água são poços e cacimbas;

5°) habitações - as condições das habitações constituem um problema grave, tendo em vista que o crédito habitação não atendeu a totalidade dos assentamentos; então, a maioria dos assentados mora em antigas casas de taipa sem instalações sanitárias ou em barracas improvisadas. Mesmo nos projetos de assentamento que receberam o crédito habitação, as casas estão sem fossa e reboco, situação justificada pelos assentados pela insuficiência de recursos liberado pelo crédito habitação;

6°) escola - apenas 12 assentamentos possuem escolas com ensino só até a 4ª série do 1° grau, porém, em situação precária de conservação e falta de equipamentos;

7°) saúde - inexistência de infraestrutura básica na área de saúde, falta postos de saúde, fossa, tratamento de água, coleta de lixo, gerando um sério problema sanitário nos assentamentos;

8°) transporte/telefonia - a insuficiência de transporte para atender a demanda dos assentados é um obstáculo ao deslocamento das pessoas,

8º) transporte/telefonia - a insuficiência de transporte para atender a demanda dos assentados é um obstáculo ao deslocamento das pessoas, principalmente pela falta de transporte coletivo e escassez de transporte individual, além da falta de acesso a telefonia. Apenas os assentamentos Massangana I, II, III e Engenho Santana possuem posto de telefone público;

9º) infraestrutura comunitária - em alguns assentamentos existe sede social, casa de farinha e galpões;

10º) equipamentos de irrigação - identificados em 4 (quatro) assentamentos, estavam desativados, exceto em Nova Vida. Existem problemas de instalações nos equipamentos devido a erros cometidos em sua compra e na implantação do projeto de investimento coletivo.

ESTADO DA PARAÍBA

QUADRO 6 - SITUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE EQUIPAMENTOS ENCONTRADA NOS ASSENTAMENTOS

NOME DO PROJETO	1	2	3	4	5	6	N	8	9	10	11	12	13	14
Apasa	P	N	S	N	N	N	N	N	N	S	N	N	S	N
Barra de Gramame	P	S	S	N	N	N	N	S	S	N	S	S	S	N
Boa Vista	R	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N
Caiana de Alagoa Grande	P	Sm	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Campo Sementes e Mudas	R	S	S	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Capim de Cheiro	R	S	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N
Chã de Bálsamo	P	Sm	N	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Dona Antônia	R	N	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N
Dona Helena	P	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Engenho Santana	R	S	S	N	S	N	N	S	S	S	S	S	N	N
Gurugi	R	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	S	N	N
Imbiras	P	Sm	S	N	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Itabatinga	R	Sm	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N
Massangana I	R	S	N	N	S	S	N	S	N	N	N	S	S	N
Massangana II	R	S	S	N	N	S	N	S	S	N	N	S	S	N
Massangana III	R	S	N	N	S	N	N	N	N	N	N	S	S	N
Nova Vida	P	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	S	S	N
Padre Gino	R	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Primeiro de Março	R	S	N	N	N	N	N	N	S	N	S	S	S	N
Santa Lúcia	B	N	S	N	N	S	N	S	N	N	N	N	N	N
Santa Terezinha	R	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Santa Vitória	P	Sm	N	N	N	S	N	N	N	N	N	N	N	N
Santana II	P	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N
Sapé de Alagoa Grande	P	Sm	S	S	N	N	N	N	S	N	N	N	N	N
Teixeirinha	P	S	N	N	N	N	N	N	N	N	N	S	S	N
Vinte e um de Abril	R	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N	N

Fonte: INCRA/CEPRO, 1998.

Notas: 1- estado das estradas vicinais: bom (B), regular (R), precário (P); 2- energia elétrica: monofásica (Sm); trifásica (S), não (N); 3- escola; 4- posto de saúde; 5- posto telefônico; 6- açudes; 7- fossa; 8- sede da associação; 9- casa de farinha; 10- projeto de irrigação; 11- caminhão; 12- trator; 13- crédito; 14- água tratada. Para os itens do 3 ao 14, N = não e S = sim.

Elaboração: INCRA/CEPRO.

A partir da análise dos indicadores apontados por esse trabalho, percebe-se falta de infraestrutura básica e a existência de uma situação precária nos assentamentos da Paraíba: as habitações em mal estado de conservação, as estradas que não permitem acesso fácil ao assentamento e dificultam o escoamento da produção, a ausência de escolas, postos de saúde e água tratada, entre outras dificuldades não garantem as condições mínimas necessárias para conferir qualidade de vida às famílias assentadas e superar a pobreza.

Apesar dos investimentos realizados pelo INCRA/PB, nos anos de 1997 e 1998, para a construção de fontes de abastecimento d'água, como açudes e poços, estes não foram suficientes para atender a demanda dos assentamentos. Existe, de fato, uma situação problemática, principalmente com relação às habitações e ao abastecimento de água. Por conta da seca que, permanentemente, assola o Nordeste brasileiro, particularmente difíceis no período mencionado, o problema se agrava, pois as fontes naturais de abastecimento d'água secam rapidamente, não existindo água suficiente para o próprio consumo familiar e, muito menos, para a produção agrícola e a pecuária.

Outros componentes graves da falta de infraestrutura são as condições de saúde e educação, totalmente comprometidas pela falta de atendimento médico e por um alto índice de doenças provocado pela inexistência de fossas e de serviço de coleta de lixo, além da falta de escolas nos assentamentos, o que dificulta a alfabetização dos filhos dos assentados.

É necessário um investimento elevado por parte do Estado na construção de uma infraestrutura básica nos assentamentos rurais. Isto permitiria que as famílias se organizassem para a produção e se dedicassem intensamente às atividades, tanto econômicas como comunitárias, dando vida ao assentamento e permitindo alcançar um razoável padrão de vida. Senão, viverão sempre o permanente impasse para garantir sua viabilidade econômica e organizar-se enquanto comunidade. O governo, muitas vezes, coloca a aquisição de terras como o elemento chave da reforma agrária. Mas do que adianta terra sem as mínimas condições de infraestrutura?

2.2.5- Orientação da política de assentamento com relação ao crédito rural, à produção e à comercialização

No Plano Nacional de Reforma Agrária foram estabelecidas algumas medidas com relação ao crédito rural, resultado de uma ação conjunta do INCRA e do Banco Central. As principais medidas são:

> ***"Prioridade creditícia à produção de alimentos básicos; preferência à contratação do crédito com cooperativas de produção ou outras formas associativas dos beneficiários; adoção de procedimentos simplificados para a concessão do crédito; cobertura creditícia integral para custeio e investimentos..."*** **(PNRA, 1985:36).**

O crédito rural é solicitado após a imissão de posse e instalação das famílias no imóvel e dividide-se em dois tipos:

1°) os créditos denominados de implantação, com recursos do orçamento do INCRA – fomento, alimentação e habitação;

2°) os créditos para produção do PROCERA – custeio e investimento.

Os créditos de implantação destinados ao fomento têm como objetivo oferecer recursos aos assentados para a aquisição de instrumentos de trabalho. O crédito alimentação é utilizado para manutenção das famílias no assentamento. Ambos totalizam R$ 1.080,00 (hum mil e oitenta reais) por família e são liberados visando a sustentação das famílias durante os primeiros meses no imóvel.

Os créditos habitação têm como finalidade oferecer suporte para a construção de casas populares que permitam a moradia dos assentados no imóvel. A quantia liberada é de R$ 2.000,00 (dois mil reais) por família, geralmente no primeiro ano de existência do assentamento.

Saliente-se que, no estudo do Projeto Lumiar, as famílias que receberam este crédito declararam insuficiência de recursos para o reboco das

casas e construção de fossa, tendo em vista que os preços do material para construção civil estavam elevados.

No momento da titulação do imóvel o pagamento é efetivado em parcelas, no prazo de 10 (dez) a 15 anos, exatamente após a emancipação do assentamento. No cálculo para determinar o valor da terra é incluído o valor desses créditos.

Os créditos destinados à produção eram oferecidos, até setembro de 1999, através de um programa específico denominado de PROCERA, criado pela lei Nº 9.126, publicado no Diário Oficial da União no dia 13 de novembro de 1995. A desagradável e recente notícia a respeito do crédito destinado aos assentamentos rurais é de que o PROCERA foi extinto pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A portaria 390 do INCRA, de 02 de setembro de 1999, extinguiu a Comissão Estadual da Paraíba responsável pela aprovação dos projetos.

Portanto, os assentados passarão a buscar recursos junto ao PRONAF[35], destinado aos pequenos produtores, um tipo de linha de crédito pouco adequada para agricultores de áreas de assentamento. É lamentável o ocorrido, dado que o número de famílias assentadas no país, que era de 413.618 em maio de 1999 (INCRA, 1999), vinha crescendo e as particularidades desta categoria de agricultores exigia um tratamento específico, justificando a existência de uma linha especial de crédito.

Observa-se que dificilmente o assentado se adequaria como público-alvo deste programa de crédito, pois diante das inúmeras dificuldades na utilização do trabalho familiar nas atividades da agropecuária não teria condições para manter até dois empregados permanentes; não teria, também, como garantir 80% da renda bruta proveniente destas atividades numa região atingida pela seca, já que nestes momentos só é possível, quando a terra permite, produzir para o consumo; por fim, não teria condições de oferecer o aval e as garantias solicitados pelo agente financeiro, no caso o Banco do Nordeste do Brasil.

Vale salientar que o próprio governo declarou que os assentados teriam a garantia de manutenção das condições oferecidas pelo PROCERA. Resta saber como será a operacionalização, já que o PRONAF é um programa

[35] O PRONAF é um Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar que atende as pessoas físicas que: "a) explorem parcela de terra na condição de proprietário ou posseiro; b) mantenham até 2 empregados permanentes; c) não detenha área superior a quatro módulos fiscais; d) 80% de sua renda bruta anual seja da agropecuária ou extrativa; e) residam na propriedade ou aglomerado urbano ou rural próximo" (BNB, 1997:54).

bem distinto do PROCERA. Esta conversa é bem conhecida pelos agricultores: mudam-se as regras e os procedimentos operacionais para o crédito, provocando desordenação e desorganização e gerando uma situação de instabilidade e insegurança para os agricultores. Estes recursos do crédito de investimento e custeio são essenciais no desenvolvimento das atividades agropecuárias, pois sem eles os assentados enfrentam enormes dificuldades, até mesmo para garantir o autoconsumo.

De todo modo, cabe explicitar, seguindo a linha definida neste item da dissertação, a política de execução da linha de crédito do PROCERA, o que faremos a seguir.

O objetivo desta linha era propiciar apoio financeiro aos trabalhadores assentados para execução de investimentos em projetos de desenvolvimento econômico. Os assentamentos só tinham acesso ao PROCERA após a criação oficial do projeto pelo INCRA. É de competência deste órgão: a coordenação do programa; a indicação dos projetos aptos a receberem o crédito; a supervisão e o acompanhamento da assistência técnica no desenvolvimento de atividades relacionadas à liberação do crédito; a informação ao banco a respeito dos projetos emancipados, inaptos ao recebimento do crédito; a destinação de recursos orçamentários e financeiros para o fundo contábil do Programa; a realização de reunião anual para avaliação do Programa juntamente com o banco; presidir a Comissão Nacional e as Comissões Estaduais do PROCERA/LUMIAR (INCRA/DP, 1997:19 - 20).

Percebe-se a importância do INCRA na execução do Programa, tanto na operacionalização - indicação dos projetos, liberação de recursos -, como no acompanhamento de todas as etapas, inclusive na avaliação global do Programa. Isso demonstra um grau elevado de concentração das decisões no âmbito deste órgão, o que pode contribuir para fragilizar sua execução. Quando, por exemplo, o governo realiza cortes orçamentários, o Programa é diretamente afetado. Pouco adianta, agora, pensar no poder que o INCRA tinha no controle deste Programa, já que o mesmo foi extinto pelo próprio Presidente da República.

Nas normas operacionais do PROCERA, o crédito é liberado de acordo com os seguintes requisitos: investimento dos recursos na organização de uma estrutura produtiva em assentamentos cujos projetos foram criados ou aprovados pelo INCRA, visando a oferecer condições para a sua sustentabilidade; poderá ser concedido em mais de uma etapa, dependendo da fase do projeto e de sua capacidade socioeconômica e organizacional; ter compatibilidade com o

"Relatório Técnico de Avaliação do Potencial da Área", elaborado por técnicos credenciado pelo INCRA/PB e analisado pela Comissão Estadual do PROCERA/LUMIAR; é necessária a participação dos assentados na elaboração, implantação e avaliação; para os créditos dirigidos a cooperativas e associações deve-se contar com a participação dos componentes da diretoria das respectivas organizações na sua elaboração e, necessariamente, deverão ser aprovados em assembléia geral (INCRA/DP, 1997:09 - 10).

Os créditos desse programa são para custeio e investimento e funcionam de acordo com as condições estabelecidas no quadro 7 abaixo:

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 7 – CRÉDITO DE CUSTEIO E INVESTIMENTO DO PROCERA - INCRA

DESTINAÇÃO	TETO (R$)	ENCARGOS FINANCEIROS	PRAZOS	FORMA DE PAGAMENTO	GARANTIAS
CUSTEIO	Até 1.000,00 Por família/ano	juros de 12% a a	assentados que solicitaram no 1º ano - até dois anos. assentados que solicitaram há mais de um ano - depende do ciclo das culturas - até um ano.	prestações sucessivas, semestrais ou anuais, em datas a serem fixadas de acordo com as culturas desenvolvida e o período de retorno dos rendimentos	penhor da safra ou aval de outro produtor assentado.
INVESTIMENTO	Até 7.500,00 Por produtor Individualmente ou através de cooperativas/ Associações.	juros de 12% a a rebate de 50% sobre parcelas, calculado sobre o principal, além de encargos naquele período.	carência de até dois anos. projeto integrado de investimento: até sete anos, inclusive carência. financiamento isolado para aquisição de animais: até cinco anos calagem: até quatro anos demais: até sete anos, todos inclusive carência.	prestações sucessivas, semestrais ou anuais, em datas a serem fixadas de acordo com as culturas desenvolvidas e o retorno dos rendimentos.	aval de outro produtor assentado no mesmo projeto, independente de sua capacidade econômico-financeira cooperativa/ associações para efetuar repasse aos associados com garantia pessoal dos produtores a serem beneficiados e penhor dos bens adquiridos com o financiamento.

Fonte: INCRA, 1997/ Elaboração própria

O público alvo do PROCERA eram os agricultores assentados que não apresentavam restrições cadastrais e estivessem participando de Projetos de Assentamento, Colonização e Extrativistas criados ou aprovados pelo INCRA.

Os créditos eram liberados aos produtores assentados individualmente, em grupo ou por meio de cooperativas ou associações, constituídas legalmente pelos assentados em projetos de assentamento reconhecidos oficialmente pelo INCRA. As cooperativas participavam como intermediárias entre o assentado (sócio) e o banco credor, repassando os recursos de imediato para os sócios e fornecendo as informações necessárias a respeito do crédito. Vale salientar que só participavam as cooperativas com mais de 180 dias de registro do Estatuto e com os devidos registros contábeis escriturados. Já as associações de produtores, usualmente constituídas nos assentamentos, eram obrigadas a apresentar estatutos de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo INCRA e devidamente aprovados em assembléia geral.

Este órgão exigia que os créditos destinados à compra de insumos, matéria-prima e implementos agrícolas fossem contratados de forma coletiva, exceto em casos apontados e justificados pela assistência técnica como incompatíveis. As compras de máquinas agrícolas, implementos, motores, veículos e pecuária recebem assessoria de técnicos indicados pela Comissão Estadual ou entidade dos produtores.

O PROCERA contava com o apoio de técnicos que acompanhavam todo o processo, desde a solicitação dos créditos, sua formalização e liberação, até o acompanhamento das atividades destinadas à melhoria da organização econômica das famílias assentadas; prestavam assessoria nos aspectos sociais - como habitação, saneamento, educação, nutrição e organização comunitária - e no cumprimento das etapas estabelecidas entre o produtor, o banco e o INCRA.

Estes créditos do PROCERA passavam por um processo dividido em várias etapas até serem liberados para os assentados. Após a imissão de posse do imóvel, o INCRA se responsabilizava pelo "Relatório Técnico de Avaliação do Potencial da Área", que podia ser elaborado por uma instituição credenciada, priorizando o trabalho conjunto com os órgãos de assistência e extensão rural (EMATER).

Após a divisão de lotes entre as famílias assentadas, os técnicos responsáveis pela assistência técnica naquele imóvel enviavam o plano ou projeto para a Comissão Estadual. Esta emitia um parecer e o remetia para assistência técnica, incluindo informações a respeito dos assentados e do respectivo projeto. Posteriormente, encaminhava-se ao banco para a liberação dos recursos.

A operacionalização do PROCERA/LUMIAR era realizada por meio das seguintes instâncias e órgãos: Conselho Consultivo Nacional; Comissão Nacional; Secretaria Executiva Nacional; Conselhos Consultivos Estaduais; Comissões Estaduais; Secretarias Executivas Estaduais; o INCRA e os Bancos Oficiais Credenciados. Em nível nacional, o conselho era composto pelo INCRA e pelos Ministérios da Agricultura, da Fazenda, do Meio Ambiente, da Educação e da Saúde. Já a Comissão Estadual era constituída pelos representantes do INCRA, delegacia estadual, banco credenciado na região, Secretaria de Estado da Agricultura, entidade de representação dos trabalhadores e entidade estadual de representação dos assentados[36]. Percebe-se que o trâmite do PROCERA era burocrático e demorado.

Na realidade os assentados enfrentam sérios problemas com relação à liberação de créditos, tanto na fase de sua implantação como também na produção. A pesquisa *"Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba"*[37] mostra, em depoimentos dos assentados nos grupos focais, que no valor do recurso liberado para custeio uma parcela é destinada a assistência técnica, avaliada como difícil de funcionar na prática ou como insuficiente para atender as necessidades dos assentados. Após a colheita, os produtos são vendidos e, com o valor arrecadado, os assentados não conseguem pagar o financiamento e liquidar a dívida.

Segundo os resultados da pesquisa, os assentados deixam claro que o crédito para custeio foi liberado algumas vezes fora do prazo de plantio comprometendo a produção, além de parcela significativa dos recursos serem utilizados para compra de fertilizantes, tornando-se insuficiente para os demais gastos.

---

[36] Informações a respeito da composição, competência e funcionamento de cada um desses órgãos do PROCERA/LUMIAR (INCRA/DP, 1997:02 - 08).

[37] A pesquisa "Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba" foi realizada em 1997 por pesquisadores da UFPB em parceria com a CPT, UNITRABALHO e INCRA/PB, contando com uma amostra de 12 assentamentos no estado da Paraíba (IENO & BAMAT, 1998).

Os problemas surgidos com o crédito não são previstos antecipadamente pelos assentados, como:

> ***"(...) o preço dos insumos, dos impostos pagos para a comercialização e o já mencionado preço efetivamente alcançado pelo produto no mercado. Tudo isto faz com que, muitas vezes, o próprio custo da produção seja superior ao crédito recebido, forçando o trabalhador a recorrer a outras culturas para poder saldar sua dívida. Contribuindo para agravar ainda mais este quadro, está o fato de que, não raro, o prazo para pagamento é anterior ao período da colheita do produto, o que também faz com que os recursos para o pagamento devam ser retirados de outras fontes de renda"*** (IENO & BAMAT, 1998:65).

Na análise dos depoimentos apontadas nos assentamentos estudados, verificam-se obstáculos concretos no período adequado para liberação do crédito, como também dificuldades na realização do pagamento. Este fato assusta os assentados, resultando em uma solicitação de créditos por parte de apenas 53,3% das famílias. Vale salientar, que 90% dos assentados solicitaram os créditos através da associação do assentamento[38].

No Brasil, em termos gerais, historicamente os pequenos produtores sofrem com a falta de crédito específico para estimular a produção de alimentos básicos, como feijão, arroz, milho, mandioca etc. O resultado é que se importam de outros países produtos essenciais a nossa alimentação por um preço elevado. O acesso ao crédito é dificultado pela falta de linhas específicas destinadas à produção de alimentos, pelas taxas de juros elevadas e as exigências de garantias pelo agente financeiro – o banco credenciado.

Os assentados são pequenos produtores diferenciados, possuem a posse da terra, mas dificilmente o título de propriedade. Existia linha de crédito específica, dentro do programa especial para custeio e investimento – o PROCERA; mas, mesmo assim, persistiam sérias dificuldades para ter acesso ao crédito e conseguir pagá-lo sem perder a posse da terra.

---

[38] IENO & BAMAT (1998:66).

A questão do crédito deve ser analisada com muita sutileza nos assentamentos rurais. A liberação dos créditos no momento adequado para sua implantação e para produção, juntamente com recursos suficientes para oferecer o suporte financeiro necessário para uma boa produção, são os elementos necessários para conferir viabilidade a sua atividade econômica.

Quanto aos aspectos da produção, o PNRA propõe a necessidade de utilização de pesquisas agropecuárias visando a implantação de tecnologias adequadas à realidade dos assentamentos. Estes estudos têm como prioridades:

> ***"Cabe destacar, entre as prioridades da pesquisa agropecuária, as seguintes: intensificação da pesquisa em apoio à produção de alimentos básicos; fundamentação tecnológica para a produção animal adequada ao processo de reforma agrária; desenvolvimento e difusão de processos eficientes para conservação, uso e comercialização de produtos agrícolas em pequenas e médias propriedades; transferência de tecnologia articulada com a extensão rural e com as organizações de produtores"*** (PNRA, 1985:47).

Esta proposta oficial dificilmente é cumprida, tendo em vista que falta nos assentamentos apoio governamental e integração entre os órgãos federal, estadual e municipal, falta assistência técnica adequada, crédito no tempo adequado para produção, investimento em tecnologia e infraestrutura para produção.

O processo de produção, grosso modo, nos assentamentos da Paraíba é assumido pelos assentados, associações e/ou cooperativas, em alguns momentos com apoio do MST e/ou da CPT principalmente na organização de experiências associativas.

A forma de organização da produção nos assentamentos do estado da Paraíba pode ser dividida em: individual, coletiva ou mista.

- produção individual – quando a organização das famílias no assentamento é feita em lotes individuais e a produção é realizada por cada família isoladamente;

- produção coletiva – quando a produção é realizada de forma coletiva e a terra é utilizada para uso comum. As famílias trabalham juntas e dividem o resultado da produção;
- produção mista - quando a organização das famílias no assentamento é individual, mas existe um lote destinado à produção coletiva na forma de mutirão, organizada através da associação dos assentados.

Nos projetos de assentamento sob responsabilidade do INCRA/PB a forma de organização da produção comum é a mista – individual e um lote destinado a produção coletiva. Os assentados têm dificuldades no trabalho coletivo por não ser uma prática comumente utilizada pelos agricultores. Mesmo nos assentamentos com forma mista de produção, nem todos os assentados participam dos mutirões e das atividades propostas de forma coletiva pela associação. Percebe-se que a falta de participação dos assentados nas atividades coletivas é um entrave para o funcionamento de associações e de cooperativas, dificultando a realização de compras de implementos agrícolas, sementes, adubos, etc. de forma coletiva, o que permite alcançar melhores preços e condições mais vantajosas de pagamento. O transporte e a comercialização dos produtos agropecuários produzidos no assentamento são também facilitados quando realizados de forma coletiva.

A principal atividade econômica dos assentamentos é a agricultura, complementada com a pecuária. A produção agrícola é voltada para atender o consumo familiar e o excedente é vendido. Todavia, o relatório do LUMIAR mostrou que é comum encontrar nos assentamentos da Paraíba, situação inversa, pelo menos o cultivo de um produto destinado à comercialização e as sobras da venda servem para atender ao consumo familiar.

Na pesquisa *"Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba"* os indicadores demonstram que 60% das terras são utilizadas para agricultura. Os principais produtos agrícolas são: feijão, milho, inhame, macaxeira, batata doce, cocô verde, manga, caju, banana, mamão, fava, jaca, abacaxi, acerola, jerimum e maracujá (IENO & BAMAT, 1998:19).

Quanto à pecuária é, de fato, uma atividade complementar, já que mais de 70% dos assentados entrevistados criam animais - como galinha, boi, cabra, peru, cavalo, burro e porco - em pequena escala para atender o consumo familiar.

O trabalho na agropecuária é familiar. Em cada lote trabalham de 1 (um) a 4 (quatro) pessoas, com destaque para a frequência de duas pessoas. A pesquisa também aponta que 30% dos assentados entrevistados utilizam mão-de-obra não familiar, particularmente de parentes e amigos. Os instrumentos de trabalho utilizados pelos assentados são rudimentares: enxada, foice, enxadeco, carrinho de mão, pá, facão, estrovenga e machado; apenas quatro assentamentos possuem trator.

Os problemas na produção agropecuária apontados pelos assentados são: 72% falta de recursos, 63% falta de insumos e 58% existência de pragas. Os assentados fazem sugestões para melhorar a produção, como afirmam nesta citação:

> ***"Algumas sugestões foram apresentadas pelos trabalhadores durante os grupos focais, para tentar solucionar os problemas enfrentados pela produção: a ampliação do tamanho das parcelas, o fornecimento de mais crédito em tempo hábil para a produção, abertura de financiamentos sem a necessidade de um avalista, assistência técnica permanente, irrigação e pequenas indústrias que beneficiassem a produção como, por exemplo, o aproveitamento das frutas produzidas"*** (IENO & BAMAT, 1998:21).

No aspecto da comercialização, o PNRA prevê uma política de preços mínimos e a aquisição de alimentos básicos para a execução dos programas governamentais destinados à população de baixa renda, priorizando os excedentes agrícolas produzidos pelos assentados. Esta política de preços mínimos não foi praticada, como também a compra de alimentos básicos pelo governo. Na realidade, a proposta do PNRA com relação à produção não foi colocada em prática e muito menos cumprida. Diante desta situação os agricultores assentados perdem a credibilidade no governo quanto ao real interesse de cumprir a política de assentamento e de fazer a reforma agrária.

A comercialização da produção agropecuária também é um assunto bastante discutido pelos assentados, constituindo um dos problemas mais sérios enfrentados no cotidiano de um assentamento. A falta de condições de armazenamento, as dificuldades de transporte, o estado precário das estradas etc. são fatores que dificultam a venda dos produtos fora do assentamento.

Assim, os produtos muitas vezes são vendidos no local da produção por um preço inferior ao preço de mercado. Os intermediários ou atravessadores compram a produção no imóvel e as revendem no comércio por um preço bem superior.

Os indicadores da pesquisa amostral do "I Censo de Reforma Agrária"[39] apontam que 71,35% da produção do estado da Paraíba é vendida aos atravessadores, enquanto 9,09% é vendida diretamente pelo assentado ao comércio atacadista, 13,09% ao varejista e apenas 0,41% através de cooperativas.

A pesquisa *"Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba"* mostra que 83% dos assentados pesquisados vendem sua produção após a colheita e 23% antes da colheita. Segundo os pesquisadores, 67,2% dos assentados explicam que a venda após a colheita permite o controle sobre a produção, enquanto, 15,4% preferem vender antecipadamente, ou seja, no próprio campo, para não assumir a responsabilidade sobre a colheita, garantindo previamente a comercialização. A venda de ambas as formas permite que o atravessador tenha um poder de determinação do preço superior ao dos assentados. Estes acabam perdendo uma parte do valor da produção na comercialização (IENO & BAMAT, 1998:70 - 71).

Os pesquisadores apontam também outros problemas enfrentados pelos assentados no momento da comercialização. Os principais são:

1º) o elevado pagamento de impostos nos postos fiscais entre o assentamento e o mercado, como também o encarecimento dos custos de comercialização por conta do preço do frete para o transporte dos produtos, isto quando o assentado resolve vender os produtos diretamente nas feiras, nas ruas e nas centrais de abastecimento;

---

[39] A metodologia da pesquisa amostral realizada conjuntamente com o I Censo de Reforma Agrária – INCRA/CRUB/UnB, em 1996, trabalhou com uma representação númerica de todos os projetos existentes até 31 de outubro de 1996. Esta pesquisa socioeconômica tinha um caráter exploratório. No estado da Paraíba, a população correspondia a 3.716 pessoas, uma amostra de 455 pessoas, representando 12,24% do universo.

2º) a falta de acesso a pontos na feira livre impossibilita a venda dos produtos diretamente ao consumidor, fazendo com que o assentado venda seus produtos a comerciantes por um preço reduzido; mesmo quando conseguem o ponto de venda pagam impostos elevados;

3º) na Central de Abastecimento – CEASA pagam para vender os produtos e são abordados pelos atravessadores que os compram por um preço baixo e com prazo para pagamento que pode ser superior a um mês, além de pagarem para descarregar o caminhão mais uma taxa para sair do estabelecimento se não conseguirem vender os produtos;

4º) os assentados correm o risco de não receber dos atravessadores o pagamento pelos produtos vendidos a preços baixos;

5º) pela falta de tecnologia e infraestrutura para irrigação os assentados vendem os produtos na época de safra, onde a oferta é elevada e os preços baixos.

Na mesma pesquisa os assentados deram sugestões para amenizar os obstáculos enfrentados na comercialização dos produtos. Algumas dessas sugestões: política de preços mínimos capaz de garantir um preço justo para os produtos; fornecimento de alimentos produzidos pelos assentados para hospitais, creches e escolas; criação de uma central de abastecimento na estrada BR 101 para a venda dos produtos dos assentamentos do litoral no atacado e no varejo; a redução/isenção do imposto cobrado sobre os produtos (IENO & BAMAT, 1998:75 - 76).

Ao analisar os resultados apontados por estes estudos, percebem-se sérias dificuldades para uma inserção integral e competitiva da produção dos assentamentos em um mercado dominado pela lógica capitalista, comandado por grupos de comerciantes poderosos, capazes de tirar dos assentados as escassas chances de ganhos na venda dos produtos. Percebe-se que algumas soluções apontadas pelos próprios assentados estão incorporadas ao PNRA, mas o governo não as cumpre, o que demonstra sua falta de interesse em oferecer mínimas condições para realizar a reforma agrária.

Torna-se necessário pensar em formas coletivas de organização da produção e comercialização. Os assentados unidos têm um melhor poder de barganha no mercado, tanto para comprar insumos para produção como também

para vender seus produtos. A organização de cooperativas agrícolas para produção e/ou comercialização pode ser considerada uma alternativa importante para os assentados, tendo em vista que garante o poder de decisão de forma democrática e possibilita uma distribuição eqüitativa dos resultados econômicos, de acordo com a produção e produtividade.

Diante das dificuldades apontadas anteriormente, as experiências de assentamentos rurais no Brasil, e particularmente no estado da Paraíba, mostram a procura dos assentados por uma diversificação das fontes de renda familiar. Trata-se de rendas proveniente de beneficiamento de produtos, de prestação de serviços, do artesanato, da microindústria, de aposentadorias, da participação em frentes de trabalho etc. Os resultados demonstram que 38,7% das famílias percebem outras fontes de renda, como por exemplo, 22,56% aposentadoria, 20,85% o trabalho assalariado e 6,46% ajuda de fora, principalmente dos filhos que moram nas cidades (IENO & BAMAT, 1998:77).

Com relação à renda média per capita, os assentamentos do estado da Paraíba apresentam a seguinte situação:

> ***"(...) a renda média per capita apresentada pelos doze assentamentos, de R$ 68,11, está bem próxima à apresentada pela população rural paraibana que, de acordo com dados da PNAD 1996, foi de R$ 72,00. A diferença está na distribuição desta população por classe de rendimento: enquanto para os assentamentos estudados, 87,4% das famílias sorteadas apresentaram, como renda média per capita, valores que não ultrapassam 01 salário mínimo; para a população rural paraibana, apenas 31,6% dos pesquisados apresentaram valores de rendimento mensal compreendidos neste intervalo"*** (IENO & BAMAT, 1998:92).

Os assentados procuram outras fontes de renda complementares como uma forma de sobrevivência no assentamento. O processo de diferenciação econômica entre assentados do mesmo assentamento pode ocorrer quando algumas famílias já têm patrimônio anterior e um certo nível de capitalização. É fundamental que seja realizado um trabalho coletivo no assentamento para buscar a equidade; caso contrário, podem surgir disparidades em termos de condições de vida, acarretando conflitos internos entre os próprios assentados.

2.2.6- Assistência técnica

A assistência técnica realizada nos assentamentos do estado da Paraíba é de responsabilidade da EMATER e do Projeto Lumiar/INCRA.

Órgão administrado pelo governo estadual, a EMATER tem como objetivo prestar assistência técnica e atuar em extensão rural, atendendo os produtores agropecuáristas. O trabalho realizado nos assentamentos não é diferenciado do atendimento ao pequeno produtor rural. Os técnicos visitam a área, orientam os produtores quanto à produção e aos cuidados com a criação.

A falta de equipamentos modernos, de recursos disponíveis para assistência técnica nos projetos e os salários baixos dos técnicos são elementos que limitam a ação dos escritórios da EMATER. Além disso, a crise econômica e social que assola o país atinge fortemente o estado da Paraíba. Percebe-se que este trabalho não é prioritário para o governo e que, portanto, os recursos existentes não são utilizados no aparelhamento deste órgão - carros para visitas dos técnicos, computadores, telefone, fax, combustível, pagamento de diárias e outros -, como também não é realizado o precioso e essencial investimento em recursos humanos, capacitando os técnicos com relação a novas tecnologias e para a realização de trabalhos de sensibilização destinados a estimular e colaborar para a organização dos produtores rurais em ações coletivas.

A EMATER procura atender os projetos de assentamentos de responsabilidade do INCRA e alguns do INTERPA. A assistência técnica é feita de forma esporádica através de visitas ao imóvel, principalmente nos períodos de plantação, sem um acompanhamento intensivo. Nestes termos não atende as necessidades dos assentados. Os indicadores do *"I Censo de Reforma Agrária"* mostram, na tabela 1, um certo grau de insatisfação dos assentados da Paraíba, do Nordeste e do Brasil.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 1 – NÍVEL DE ATENDIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
1996

LOCALIZAÇÃO	BOM	REGULAR	PRECÁRIO	NENHUM
Paraíba	33,56	28,15	14,19	24,10
Nordeste	16,62	16,72	17,11	49,55
Brasil	21,45	18,87	16,78	42,90

Fonte: I Censo de Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB, 1997.
Notas: (1) Estes indicadores foram coletados na pesquisa amostral e se refere a estimativa de porcentagem.
Elaboração própria

O Lumiar surgiu em 1996 como um projeto do governo federal coordenado pelo INCRA, destinado a prestar serviços de capacitação e assistência técnica nos assentamentos rurais. O trabalho técnico prevê o desenvolvimento e a implantação de culturas, armazenamento e comercialização de produtos, criação de animais, introdução de novas tecnologias e a organização dos assentados.

Este projeto é composto por uma rede de parcerias que envolve o INCRA/Superintendências Regionais e a Comissão Estadual PROCERA/LUMIAR -, representantes dos agricultores assentados – MST, CONTAG, associações e cooperativas dos assentamentos -, as universidades – UFPB, UEPB e UNIPÊ -, os institutos de pesquisa, as empresas públicas e privadas de assistência técnica, os bancos oficiais, governos estaduais e municipais e as ONG's.

O trabalho do Lumiar é realizado por uma equipe multiprofissional - agrônomos, veterinários, economistas, sociólogos, técnicos agrícolas, engenheiros florestais, psicológos e administradores, contratada por entidades dos assentamentos, associação ou cooperativa. Os assentados através das associações ou cooperativas assinam um contrato com a empresa prestadora de serviços. Neste contrato são apresentadas informações a respeito do público beneficiário, identificação das famílias assistidas, custo mensal dos serviços, obrigações entre ambas as partes. O prazo de validade é de um ano, havendo possibilidade de prorrogação. O projeto prevê a elaboração de um plano de desenvolvimento do assentamento com ações e metas discutidas pelas famílias assentadas, a equipe de técnicos, o poder local, representado pela prefeitura do município e outras entidades. Vale salientar que o Lumiar só atende os projetos de assentamentos constituídos após 1996.

Os resultados a respeito do projeto Lumiar ainda são preliminares no estado da Paraíba, em face do pouco tempo de sua existência. A equipe de profissionais fizeram uma *"Análise do Impacto da Ação das Equipes Locais do Projeto Lumiar na Paraíba"* e teceram considerações a respeito da concepção do projeto e a experiência prática de assistência técnica. Destacam-se os principais pontos salientados neste trabalho (INCRA/CEPRO, 1998:105 -106).

1º) ampliação do conhecimento sobre os assentamentos;

2º) a identificação dos problemas e o pensar nas soluções permitiu a construção de um processo de aprendizagem entre técnicos e assentados;

3º) a atuação de equipes locais na organização dos assentados através da participação em reuniões das associações;

4º) aceitação do trabalho pelos assentados e aumento da credibilidade dos técnicos;

5º) discussão entre técnicos e assentados a respeito do valor máximo a ser financiado e dos itens financiados no sistema de crédito acessível ao assentado.

A implantação do projeto Lumiar abre uma expectativa de realização de um bom trabalho de assistência técnica nos assentamentos rurais, além de propiciar a inter-relação entre os demais órgãos públicos que atuam nos assentamentos, as universidades e as ONG's. Porém, deve-se ressaltar a existência de uma certa burocracia no funcionamento do INCRA, a não abrangência a todas as áreas de assentamento, mesmo que fosse de forma crescente. A falta de condições objetivas cria obstáculos para realização de um trabalho eficiente, capaz de amenizar os problemas técnicos existentes nos assentamentos e contribuir com sua viabilidade socioeconômica.

O trabalho de assistência técnica é fundamental em um assentamento rural. Permite orientar os agricultores nos cuidados com a terra, evitando as queimadas na plantação; difunde os cuidados a tomar para se proteger das pragas, o trato adequado na colheita e na criação dos animais, racionalizando os recursos, diminuindo as perdas e aumentando os ganhos dos assentados.

Na realização deste trabalho, cabe às instituições responsáveis pela assistência técnica refletir sobre a ampliação do escopo de suas ações, incentivando e capacitando seus técnicos para a realização de um trabalho de natureza comunitária, voltado a apoiar e difundir mecanismos coletivos de organização, participação e gestão. Neste sentido, é importante que a preparação dos técnicos para o trabalho comunitário e educativo no desenvolvimento de projetos de autogestão destaque que, para desempenhar positivamente estas funções, os técnicos necessitam: valorizar as experiências dos agricultores e

procurar aproveitá-las na prática; analisar e estudar maneiras de articulação dos assentados com o mercado; ter clareza do papel dos agentes sociais nos assentamentos – Estado, igreja, ONG's, proprietário de terra, sociedade civil organizada, partidos políticos etc.

2.2.7- Regularização da posse da terra e titulação

No estado da Paraíba uma das reivindicações imediatas dos assentados ao INCRA é o recebimento do documento de autorização para o uso da terra. Posteriormente, após um determinado tempo de existência do assentamento (pelo menos cinco anos), poderão alcançar a titulação definitiva.

Nos assentamentos de responsabilidade do INCRA/PB a regularização da posse da terra e a titulação definitiva passam por uma longa trajetória. O trabalho é iniciado quando o Setor de Assentamento envia o processo do imóvel com toda a documentação dos assentados para o Setor Fundiário, especificamente o Grupo de Alienação e Titulação, responsável pela regularização da posse da terra e a titulação. A regularização provisória do uso e posse da terra passa pela liberação de uma carta de anuência ou a concessão de direito de uso da terra. Este documento é um contrato provisório entre o INCRA e o assentado, cujo objetivo é comprovar a posse da terra para solicitação de crédito rural.

Na concessão de direito real de uso da terra o assentado precisa comprovar que cumpriu as exigências e apresentou a documentação exigida no processo de seleção. Os principais requisitos são: idade de 21 a 59 anos e 6 (seis) meses; bons antecedentes; não ter vínculo empregatício; não ser comerciante; trabalhar na agricultura. A autorização de concessão de uso da terra tem validade por 10 (dez) anos. Os assentados pagam uma taxa anual de uso da terra determinada pelo Setor Fundiário do INCRA.

Após a emancipação do assentamento, que depende da execução da última fase de implantação do projeto técnico, os assentados podem receber o título definitivo. A alienação para titulação será feita no prazo de 12 anos, com 5 (cinco) anos de carência.

A fixação do preço da terra é iniciada com uma pesquisa realizada pelo INCRA sobre o VTN e um levantamento topográfico da infraestrutura existente no imóvel, exceto obras de utilidade pública - escolas, postos médicos, segurança etc. Na identificação da infraestrutura é estimulado um percentual para pagamento das benfeitorias, nestas bases: açude – 30%; energia – 100%; estradas – 30%; drenagem - 30% e demais 100% (INCRA/PB, 1998).

O parâmetro utilizado para fixação do preço da terra passa também por uma pesquisa *"in loco"*, referente ao valor atual da terra nua no município onde está localizado o imóvel. É feito o cálculo dos custos do investimento realizado pelo INCRA e acrescentam-se 75 TDA's referentes à atualização deste valor. Após 1995, passou-se a utilizar a UFIR como fator de correção monetária. Se o valor encontrado for superior ao preço de mercado, sugere-se seguir o valor de mercado, com condições de pagamento em 19 anos.

O processo dos assentados, com todas estas informações, é encaminhado para o Diretor de Recursos Fundiários do INCRA – DF, em Brasília, que tem como função emitir documento de propriedade, controlar o número de beneficiários da Reforma Agrária e o estoque de terras distribuídas. Esta informação está contida no SRTT, banco de dados com todas as informações do Banco de Terras do INCRA, como por exemplo: ficha cadastro do assentado; processo com a planta e o material descritivo; a pesquisa de campo e vistoria; laudo de localização e potencialidade; cadastro de adquirente de terras – CAT.

Após uma avaliação dos dados do assentamento e dos assentados pelo INCRA – DF, processo que dura 2 (dois) meses, é emitido o título de propriedade em papel moeda e, em seguida, é retirada a escritura pública. O título é emitido se o assentado cumprir os requisitos estabelecidos através das seguintes condições resolutivas:

- se comprometer a explorar o lote diretamente e pessoalmente ou com o núcleo familiar, a associação e/ou cooperativa do assentamento;
- residir no imóvel ou no município onde se localiza o projeto;
- quitar o imóvel junto ao INCRA.

Estas cláusulas têm validade por 10 (dez) anos, podendo o assentado liquidar o seu débito e quitar o imóvel após 2 (dois) anos, recebendo o título definitivo de propriedade.

O INCRA/PB usualmente libera cartas de anuência para os assentados que recebem financiamentos para fomento, alimentação e PROCERA. A concessão de direito real de uso é um recurso raramente utilizado para comprovação de posse da terra.

A titulação definitiva é um assunto discutido intensamente pelo INCRA e pelos assentados. Este órgão se depara com um obstáculo pragmático que é a fração mínima de parcelamento de cada município. Quando o assentamento possui uma área inferior ao tamanho exigido para cada família cultivar não é permitido o parcelamento oficial e a titulação definitiva. A estratégia utilizada por este órgão é prorrogar a entrega da titulação definitiva dos assentados, justificando que é uma forma de garantir a permanência dos agricultores no assentamento, tomando como referencial a experiência de antigos projetos de colonização que possuem um índice de evasão elevado caracterizado pela venda de lotes pelos assentados. Este recurso de não entregar a titulação definitiva para os assentados dificulta a condição das famílias que não possuem a propriedade legal da terra.

Todavia, este acontecimento não pode ser generalizado. Os indicadores de desistência mostram que a região nordeste possui um dos menores índice de evasão de agricultores em assentamentos do Brasil, ficando atrás apenas da região sul, que possui uma estrutura organizacional coletiva baseada no cooperativismo. Enquanto o nordeste apresenta um índice de evasão de 6%, a região norte tem 32%, a região centro-oeste 20% e a região sudeste 15% (FAO/MARA, 1992).

O assentamento é uma oportunidade para o agricultor sem terra que é posseiro, meeiro e foreiro. A viabilidade socioeconômica depende de condições naturais da terra, infraestrutura, produção, comercialização etc, como foi discutido anteriormente neste capítulo da dissertação, elementos que muitas vezes não estão sob o poder de decisão dos assentados. Percebe-se que os agricultores resistem em lutar pela terra e nela permanecer sustentando sua família. Assim, o recurso de não entregar a titulação definitiva para os assentados dificulta a condição dessas famílias que não possuem sua situação legal regularizada.

Poucos assentamentos foram titulados na Paraíba como demonstra o quadro 8, apenas no PIC - Rio Tinto 87% das famílias receberam o título definitivo, porque existiam lotes desocupados (INCRA, 1998). Os antigos projetos de colonização Rio Tinto, Mucatu e o Jaque são considerados emancipados, por isso os assentados receberam a titulação definitiva de propriedade da terra. Nos assentamentos de responsabilidade do INTERPA os assentados receberam um registro em cartório de condomínio da propriedade da terra com validade por 10 (dez) anos.

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 8 - TITULAÇÃO DEFINITIVA EM PROJETOS DE COLONIZAÇÃO E ASSENTAMENTO - INCRA/PB
1966 - 1998

PROJETOS DE COLONIZAÇÃO/ ASSENTAMENTO	Nº FAMÍLIAS	PERÍODO
PIC - Rio Tinto	1.026	1976 a 1988
Campart II	135	1991 a 1998
Mucatu	208	1980
Alagamar e Piacas	286	1978
Árvore Alta	272	1991 a 1998
Engenho Geraldo	552	1983
Paripe Capim Açu	60	1982
Paripe III	25	1991
Jaque	131	1982

Fonte: INCRA/PB, 1998.
Elaboração própria

O preço da terra é baseado no valor determinado pelo INCRA e Receita Federal. O valor pago anualmente pelo uso da terra corresponde de 5% a 10% do VTN, de acordo com cada município. O pagamento à vista tem desconto de 10% e existe um contrato de promessa de compra e venda (INCRA, 1998).

A demora na liberação da titulação definitiva da terra nos assentamentos precisa ser revista. O processo de titulação definitiva da terra realizado pelo INCRA é demorado e complexo. Esta dificuldade de legalização da condição dos assentados traz uma insegurança quanto a sua permanência no assentamento.

Esta situação é injusta, tendo em vista que trata-se de famílias de agricultores que trabalham na terra, na plantação e na colheita, investem na produção de alimentos básicos – feijão, milho, mandioca, batata etc. -, se organizam para as atividades econômicas, demonstrando muitas vezes capacidade de gestão e viabilidade econômica, apesar de todos os problemas enfrentados.

2.2.8- Experiências associativas

Este item ocupa um espaço peculiar na dissertação devido a importância de se estudar alternativas de organização coletiva nos assentamentos rurais que possam contribuir para a obtenção do acesso a tecnologias por um custo menor, aumentos de produtividade do trabalho, melhores condições na comercialização e uma distribuição equitativa dos resultados do trabalho, até porque a constituição de entidades associativas é uma exigência da própria política de assentamento rural. Ao longo deste item, apresentam-se noções básicas do associativismo e do cooperativismo. Acrescentam-se as experiências vividas pelos assentados na Paraíba e pelos assentamentos organizados sob a orientação do MST. O vasto espaço dado ao desenvolvimento destas experiências associativas tem como objetivo fornecer elementos para que os assentados e instituições públicas e privadas possam ter acesso a estas informações de forma sistematizada, utilizando-as em seus trabalhos. A inexistência de variáveis quantitativas deve-se à falta de sistematização destas informações nos órgãos públicos (INCRA; EMATER) e nas ONG's (MST;CPT;CONCRAB), seja para o conjunto do país, seja em nível regional.

O PNRA aponta a organização dos assentados através de associações ou cooperativas como importante fator na gestão dos projetos de assentamentos, inclusive como uma condição para obtenção de financiamentos e de acesso aos programas de capacitação.

Nos assentamentos rurais no Brasil existem formas de cooperação simples e complexas, desde a organização de grupos de assentados em mutirão até a constituição de confederações de cooperativas de reforma agrária, um complexo de centrais de cooperativas que congrega cooperativas singulares.

A forma de organização mais presente nos assentamentos do estado da Paraíba é a associação dos assentados, principalmente porque surge da necessidade de cumprir exigências do agente financeiro responsável pelo crédito e da intervenção dos órgãos governamentais – INCRA e Projeto Lumiar.

A pesquisa amostral realizada no *"I Censo de Reforma Agrária"* demonstra que o indicador de participação em associações da Paraíba é superior ao do nordeste. Na região nordeste a participação do beneficiário em organizações se divide em associação, na igreja, em sindicato e em cooperativa. No Brasil a associação e a igreja tem um peso significativo, em terceiro lugar, aparece o sindicato e as cooperativas ocupam um espaço superior ao da Paraíba e do nordeste.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 2 – PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS EM ORGANIZAÇÕES
1996

LOCALIZAÇÃO	ASSOCIAÇÃO	SINDICATO	IGREJA	COOPERATIVA
Paraíba	78,46	41,76	58,90	4,40
Nordeste	58,40	31,98	51,41	4,98
Brasil	52,85	27,96	53,27	7,66

Fonte: I Censo de Reforma Agrária - INCRA/CRUB/UnB, 1997.
Notas: (1) Estes indicadores foram coletados na pesquisa amostral e se refere a estimativa de porcentagem.
Elaboração própria

As associações são entidades civis de fins não econômicos (Código Civil artigo 1.363) constituída por duas ou mais pessoas que se unem para defesa de interesses comuns. Estas entidades podem surgir de grupos informais e de grupos que se mobilizam a partir da existência da sociedade. A constituição e o registro oficial de associações passa pelas seguintes etapas: discussão e elaboração do Estatuto Social; realização da assembléia geral de constituição da associação; registro do estatuto e da ata da assembléia de constituição em cartório de registro de pessoas jurídicas; obtenção de inscrição na Receita Federal – C.G.C.; obtenção de inscrição na Receita Estadual; inscrição no IAPAS e registro na Prefeitura Municipal (ICA, 1995:11).

Na Paraíba, as associações são criadas, grosso modo, de cima para baixo, sem uma participação massiva dos assentados, ou seja, não surgem a partir da conscientização dos associados em lutarem por melhores condições para produção e qualidade de vida. Contudo, estas experiências trouxeram resultados positivos para organização social dos assentados, exatamente por ter

capacidade de reuni-los para discutirem os seus problemas, pensar em alternativas para resolvê-los, se organizarem para identificar e reivindicar parcelamento do imóvel, infraestrutura, crédito e titulação definitiva; enfim, organizar a demanda pelos direitos dos assentados junto ao INCRA e órgãos públicos parceiros.

As experiências de associações dos produtores assentados passam por trajetórias distintas, a depender da história do grupo, das pessoas que participam, da união e coesão do grupo, de sua capacidade de organização, da existência de um objetivo comum, da realidade do assentamento, do apoio de mediadores – MST, CPT, STR etc,; em suma, muitos elementos subjetivos podem intervir no êxito ou no fracasso dessas associações.

Os resultados da pesquisa *"Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba"* mostram a capacidade da associação dos assentamentos resolver problemas relacionados à produção e a comercialização. Os assentados em fase de organização – Amarela I e II – declararam, que mesmo considerando a participação nas reuniões, esclarecem a falta de união entre seus componentes. Já nos assentamentos Urna e Subaúma, que possuem um maior tempo de existência, as associações são consideradas ativas (IENO & BAMAT, 1998).

A associação do assentamento Urna, por exemplo, organizou um roçado comunitário que compra de livre e espontânea vontade a produção individual dos assentados. Posteriormente, é vendida na forma de sementes ou produtos aos próprios produtores, cujo pagamento pode ser feito em dinheiro, no caso de empréstimo, ou em produto na próxima safra, com um acréscimo em espécie previamente estabelecido entre ambas as partes.

Esta entidade movimenta uma "conta comunitária" em banco, com o dinheiro oriundo da venda da produção do roçado comunitário visando investimentos de interesse comum, como: custeio de viagens do presidente para resolução de problemas existentes no assentamento e o empréstimo individual aos assentados com dificuldades financeiras. Vale salientar que as decisões a respeito da gestão da associação são tomadas em assembléias (IENO & BAMAT, 1998:92-93).

Nos imóveis com parcelamento individual e forma de organização do trabalho mista, geralmente a associação dos assentados propõe o funcionamento de um mutirão em um lote destinado ao trabalho coletivo, com participação dos associados. Neste lote a produção e a colheita pode ser feita de forma coletiva.

A mesma pesquisa aponta as dificuldades enfrentadas pelos assentados quanto à participação em entidades associativas. Dentre os motivos, destacam a falta de participação efetiva de assentados nas atividades propostas e reclamações a respeito da distribuição dos resultados do trabalho, o que provoca uma diminuição na participação dos trabalhos coletivos. A trajetória de organização dos assentados é longa e passa por vários momentos. É iniciada na luta pela terra (quando esta ocorre) e reconstruída na vivência prática das associações e das cooperativas.

A respeito das associações IENO & BAMAT (1998:96 - 97) afirmam em seu trabalho que:

> ***"Durante a luta coletiva pela terra familiar, este tipo de prática alcança um certo sucesso, por tratar-se de uma forma de fortalecimento/união do grupo para conquistar a terra e a liberdade do trabalho. Uma vez liberto, o camponês realiza o 'seu' trabalho, na 'sua' terra, de acordo com a 'sua' determinação. O trabalho no 'roçado comunitário', sob esta ótica, é visto pelo camponês não como um trabalho que ele realiza para si próprio, mas sim como um trabalho que ele realiza para os outros. Daí o aparecimento de inúmeros conflitos e a inviabilização de boa parte das experiências".***

A experiência do assentamento Quandú[40], localizado no município de Barra de Santa Rosa, com 1.408,7033 ha e 47 famílias, mostra que a organização preliminar dos assentados é o mutirão. Posteriormente, surgiu a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Imóvel Quandú, constituída em 01 de junho de 1989, contando com a participação de 42 agricultores.

O objetivo da associação dos assentados do Quandú é unir os trabalhadores para: decidir sobre o uso da terra; administrar os bens da associação; atuar como intermediária na venda de benfeitorias, em caso de lote desocupado; lutar por melhorias para a comunidade; apoiar a luta de outros agricultores; procurar integrar os agricultores que não são sócios; promover festas, brincadeiras, jogos e atividades visando ao bem-estar da comunidade. A associação dos assentados conta com 68% de sócios e 32% de não sócios (MOREIRA & SILVA, 1997:93).

---

[40] Pesquisa realizada no assentamento Quandú publicada pelo SEDUP (MOREIRA & SILVA, 1997).

A associação surgiu através de orientação e assessoria do INCRA, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barra de Santa Rosa e dos trabalhadores que lideraram a luta pela terra. Embora tenha sido constituída sem a total participação dos assentados, logo passou a representar um veículo de reivindicação dos direitos dos assentados, em questões vinculadas a alimentação, habitação e administração da terra. Segundo esta pesquisa, mesmo assim, a associação é vista por alguns assentados como organização "dos outros", negando o seu caráter coletivo de estar a serviço de todos os assentados. Apesar das críticas, a forma de organização em associação é considerada, na maior parte dos depoimentos colhidos, como importante para permanência dos assentados na terra, como também passou a ser um "elemento aglutinador" para realização de outras atividades - projeto de alfabetização de jovens e adultos, resultado de um convênio entre a associação, o Sedup e o INCRA/PB; reivindicação de um aparelho telefônico; posto médico e outros (MOREIRA & SILVA, 1997:110 - 111).

Um obstáculo enfrentado para o avanço político e social da associação do Quandú é a falta de participação efetiva dos assentados. Para Moreira & Silva (1997), isto faz parte de um descrédito nas organizações populares caracterizado pela crise do atual modelo político e econômico. Os assentados começam a se preocupar com o seu lote individualmente e se afastam da perspectiva de um trabalho coletivo. A mesma dificuldade de reunir e organizar os seus filiados é enfrentada pelo Sindicato dos Trabalhadores de Barra de Santa Rosa.

Em "*Terra de Morada*", a autora Tavares da Silva (1997:89 - 92) estudou o assentamento Fazenda de Santa Catarina, localizado no município de Monteiro no Cariri paraibano, com 4.500 ha e 453 famílias, 345 delas reconhecidas como assentadas pelo INCRA. Os indicadores apontam que na Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Fazenda de Santa Catarina, das 70 famílias entrevistadas, 63 declararam que havia pelo menos um associado e 7 (sete) informaram que não tinham nenhum associado. O agravante é que só 22 associados emitiam opinião nas reuniões, enquanto 41 deles simplesmente não se manifestavam.

Mesmo assim, os assentados enfatizaram uma série de benefícios conquistados pela Associação: empréstimo para plantio (34); aposentadoria (23); não respondeu (7); ajuda – dinheiro, doação para enterro, remédios (6); escola (5); remédios (5); nenhum (3); o ginásio (2); cesta básica (2) e outros. Todavia, os resultados da pesquisa demonstram que os assentados têm interesse na associação para resolver questões assistenciais e não como uma organização-meio para lutarem pelos seus direitos de forma coletiva, procurando trazer melhorias para o assentamento. É necessária a participação dos assentados na reconstrução do assentamento, senão a fazenda pode se transformar em uma *"favela rural"*, como deixa claro um dos entrevistados (SILVA, 1997:91 - 92).

As experiências associativas demonstram a dificuldade de mobilização dos agricultores e da participação mais constante nas reuniões e nas atividades propostas. O processo organizativo é longo e árduo, mas traz resultados positivos para os assentados. A organização coletiva nas lutas pela educação, saúde, acesso ao crédito Tc abrem possibilidades para resoluções conjuntas de interesse comum. O MST propôs formas de cooperação entre os assentados visando a viabilização econômica dos assentamentos. Em 1992, criou o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA). A partir das cooperativas de produção surgiram as centrais e, consequentemente, a CONCRAB[41]. As formas de cooperação agrícola identificadas nos assentamentos pelo MST são: grupo coletivo – constituído por um grupo de assentados, associação dos assentados e cooperativas.

Na primeira fase deste trabalho – de 1980 a 1986 - predominou a forma de organização do grupo coletivo, que possuía regimento interno e na qual os acordos eram feitos em assembléias. A segunda fase – de 1987 a 1989 – foi caracterizada pela forte presença das associações visando a organização dos assentados e melhorias sociais – escolas, estradas, postos de saúde etc. A terceira fase – após 1989 – buscou a organização da produção e comercialização em cooperativas. Estas formas de cooperação existem e interagem na realidade dos assentamentos, contribuindo para melhoria socioeconômica dos assentados e de seu grau de conscientização cidadã.

---

[41] A CONCRAB surgiu em 1992 e congrega 45 cooperativas de produção agropecuária, 10 (dez) cooperativas regionais de comercialização, 8 (oito) cooperativas de Centrais de Reforma Agrária nos estados do RS, SC, SP, ES, BA, PE e CE. CONCRAB (1996).

Em assentamentos na região sudeste e sul existem experiências bem sucedidas de cooperativas, tendo em vista que o cooperativismo passou a ser considerado uma alternativa de organização econômica e social. A constituição de uma cooperativa traz benefícios para os assentados ao possibilitar o exercício coletivo e organizado de uma atividade econômica, enquanto, a associação opera na organização política e social dos assentados.

A cooperativa é uma sociedade de pessoas que se unem voluntariamente, com o objetivo de desenvolver atividades visando resultados econômicos, sociais e culturais comuns[42]. As cooperativas existem há mais de 100 anos em diferentes países do mundo. Surgiram na Inglaterra, em 1844, na cidade de Rochdale, quando um grupo de tecelões, demitidos de uma fábrica com o advento da Revolução Industrial (séc. XVIII), constituíram uma cooperativa de consumo denominada de *"Sociedade dos Povos Pioneiros de Rochdale Ltda."*.

Segundo a FETRABALHO/SP (1998), órgão de representação do Cooperativismo de Trabalho, a constituição de uma cooperativa passa pelas seguintes etapas: formação e consolidação do grupo; elaboração do estatuto, onde se estabelecem, entre outros, os objetivos sociais, a composição dos órgãos de administração, direitos e deveres dos cooperados, o capital social; fundação da cooperativa, que se dá em Assembléia geral; registro e formalização na Junta Comercial, seguindo as determinações necessárias para obtenção do CGC e registro na Prefeitura e Secretaria da Fazenda; organização interna da cooperativa, baseada em procedimentos administrativos e relações com o mercado". O quadro 9 mostra as diferenças entre uma associação e uma cooperativa.

[42] ACI (1997).

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 9 – COMPARAÇÃO ENTRE SOCIEDADE COOPERATIVA, ASSOCIAÇÃO E SOCIEDADE MERCANTIL
SETEMBRO/1999

	SOCIEDADE COOPERATIVA	ASSOCIAÇÃO	SOCIEDADE MERCANTIL
DEFINIÇÃO	sociedade civil de fins econômicos	sociedade civil de fins não econômicos	sociedade de capitais com fins lucrativos
OBJETIVOS	desenvolver atividades visando resultados econômicos, sociais e culturais	promover defesa de interesses comuns de seus associados	produzir e vender bens/serviços visando lucros
AMPARO LEGAL	Lei 5.764 de 16/12/71	código civil	código comercial
Nº PESSOAS PARA CONSTITUIÇÃO	20 pessoas	não existe um mínimo legal	não existe um mínimo legal
FORMAÇÃO DE CAPITAL	pelas cotas partes de seus associados	não há formação de capital	participação no capital dos sócios que tem o controle da empresa
REGISTRO	na junta comercial	em cartórios de títulos e documentos	na junta comercial
DISSOLUÇÃO	deliberação de assembléia geral	deliberação de assembléia geral	pedido de falência

Fonte: SAA/ICA; FETRABALHO/SP, setembro de 1999.
Elaboração própria

No Brasil existem experiências interessantes de cooperativas nos assentamentos rurais, criadas principalmente através do Sistema Cooperativista dos Assentados. Este sistema tem como finalidade estimular e massificar a cooperação agrícola, por meio da organização política e econômica dos assentados. No aspecto político procura realizar um trabalho de conscientização e politização da base, como também articular lutas políticas mais gerais. No aspecto econômico busca a organização da produção, a resistência dos assentados no campo, o crescimento e o desenvolvimento, além da melhoria da qualidade de vida dos assentados (CONCRAB, 1998:11).

A constatação da limitação do desenvolvimento da produção e dos demais aspectos econômicos, tanto dos grupos pequenos como das associações, levou o MST a investir no cooperativismo como forma de viabilizar economicamente os assentamentos, particularmente após a constituição de 1988, quando as cooperativas ganharam autonomia para serem constituídas. Antes da promulgação da Constituição era necessário que as cooperativas, para o seu funcionamento, recebessem autorização do INCRA e da OCB.

A estrutura do SCA é composta pelas Cooperativas de Produção Agropecuárias – CPAs, Cooperativas de Comercialização Regionais – CCRs, os Grupos Coletivos – GCs e as associações. Em nível estadual existem as Cooperativas Centrais de Reforma Agrária – CCAs e a CONCRAB. Inicialmente foram escolhidos 6 (seis) estados (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e Ceará) para sua implantação. Em 1994, no seminário nacional sobre *"A perspectiva da cooperação no MST"* houve uma alteração no direcionamento do SCA. As principais conclusões extraídas do evento foram as seguintes:

> a) as formas não produtivas (prestação de serviços) massificam a cooperação nos assentamentos;
> b) as CPAs são a forma superior de organização e estratégicas para o MST, embora ainda não sejam capazes de massificar a cooperação;
> c) o que orienta e organiza a cooperação é o capital e não a terra; ou seja, o tamanho do lote não é o elemento determinante, mas sua localização, tecnologia incorporada, capital investido e o mercado potencial;
> d) a introdução de agroindústrias nos assentamentos contribui para o seu desenvolvimento econômico;
> e) não haverá desenvolvimento autônomo nos assentamentos sem a presença do Estado no crédito, na assistência técnica e na pesquisa, aspectos que devem ser dirigidos e controlados pela classe trabalhadora (CONCRAB, 1998:33 - 34).

As cooperativas constituídas nos assentamentos estão localizadas em sua maioria (em torno de 60%), na região sul. Em 1999, contabiliza-se no país a existência de 80 cooperativas, com a participação de 13.000 famílias. As cooperativas, grosso modo, são de produção agropecuária e algumas de serviços e crédito, constituídas nos assentamentos surgidos com o apoio do MST (CONCRAB, 1999).

Segundo o SCA, a constituição de uma CPA passa pelos seguintes elementos condicionantes: boa localização do imóvel; ter um projeto de desenvolvimento econômico; a agroindustrialização da produção; capital capaz de permitir investimentos; terra como área de exploração coletiva; os insumos não devem fazer parte das quotas do capital; a adoção de procedimentos e medidas de gestão democrática da cooperativa.

A Cooperativa de Produção e de Prestação de Serviços é uma nova modalidade de cooperativismo utilizada nos assentamentos rurais. É caracterizada pela presença da produção de um ou mais produtos e pela prestação de serviços. A cooperativa produz uma mercadoria para venda no mercado e organiza uma unidade agro-industrial para transformação dos produtos dos sócios ou de terceiros, como por exemplo: micro usina de pasteurização de leite; frigorífico; ervateria; fábrica de ração etc. (CONCRAB, 1998:68).

O SCA aponta, como desafios que deverão ser enfrentados, alguns limites externos e internos. Como limites externos são apontadas a política agrícola tipicamente e de orientação radicalmente neoliberal, que tende a retirar o subsídio agrícola e não garante a segurança alimentar de seus habitantes.

Quanto aos limites internos destacam-se: a necessidade de planejar e organizar a produção; massificar a cooperação; realizar um trabalho político-ideológico permanente; garantir a direção política nas regiões; preparar quadros políticos e técnicos; e garantir acesso à alfabetização e à escolarização (CONCRAB, 1998:39 - 42).

O cooperativismo é uma alternativa viável para os assentados pelo fato de pressupor a gestão democrática das atividades de produção, de aquisição de máquinas/equipamentos e de comercialização coletiva; ou seja, permite, com a participação de todos, reduzir custos e aumenta as oportunidades de mercado. É vantajoso constituir uma cooperativa pelas seguintes razões:

- possibilita a constituição legal do negócio próprio com um investimento menor, através da divisão do capital social e das despesas de manutenção, com pelo menos 20 sócios;
- cria um espaço para os agricultores produzirem e comercializarem de forma coletiva, obtendo melhores resultados econômicos;

- permite uma distribuição equitativa da renda, proporcional à participação do cooperado;
- estimula a participação dos cooperados por meio da gestão democrática (cada pessoa um voto);
- não existe relação de subordinação: todos os cooperados lutam por um objetivo comum e dividem os resultados obtidos na cooperativa;
- a união de talentos e experiências profissionais cria um espaço de desenvolvimento pessoal e profissional em que as pessoas aprendem a compreender os limites do outro, respeitar opiniões e saber ouvir, fatores fundamentais para o desenvolvimento de uma vida comunitária benéfica para todos;
- permita a produção de produtos com qualidade e sua oferta no mercado por preços competitivos;
- proporciona direitos sociais aos cooperados: educação, saúde, fundo de descanso, cesta básica e seguros para segurança do trabalho, através da constituição de fundos;
- abre a possibilidade de criação de espaços para a organização de atividades culturais na cooperativa, fomentando a participação dos cooperados.

A organização associativa dos assentados recebe apoio de outras entidades, como o STR onde se localiza o imóvel, a CPT e o MST. Estas entidades apoiam a organização dos agricultores na luta pela terra e, também, na luta por melhores condições de vida nos assentamentos.

2.3- Considerações Finais

Ao longo do capítulo procurou-se estudar e discutir as fases do processo de assentamentos rurais, considerando que tudo se inicia na luta pela terra, passando, consecutivamente pelas formas de aquisição da terra, seleção e parcelamento, infraestrutura, crédito, produção e comercialização, assistência técnica, regularização da posse e titulação definitiva, além de experiências associativas.

Nestas diferentes fases percebe-se que os assentados enfrentam muitos problemas. Primeiro na luta pela terra, quando são expulsos do imóvel, não raro sofrendo violências físicas, e resultando, algumas vezes, em morte de lideranças. Enfrentam, também, a destruição de seus acampamentos e plantações.

Se os agricultores sem terra estiverem organizados terão forças para lutar contra o latifúndio e a propriedade privada improdutiva. Após a conquista da terra esta luta parece ter terminado, mas trata-se de engano, pois apenas começou. A segunda batalha só é vencida quando os assentados são identificados ou selecionados e podem tomar posse da terra. O processo de reorganização e reconstrução política, econômica e social recomeça em um novo contexto. Os assentados possuem histórias de vida diferenciadas, caracterizada por relações de aproximação ou não com a terra. Portanto, os assentados possuem projetos de vida distintos.

Os assentados percebem as mudanças no foco da luta, que não é mais uma luta contra o proprietário da terra e sim uma longa negociação com os técnicos do Estado para ter acesso às condições mínimas de moradia, alimentação, educação, saúde, crédito, assistência técnica etc. Os assentados passam a cumprir exigências do INCRA, conforme condições estabelecidas no PNRA (1985).

O aparelho do Estado não funciona com eficiência e muitos compromissos assumidos pelo governo no PNRA não são cumpridos, como salientado no decorrer do capítulo. Quando os assentados conquistam a terra imaginam uma certa segurança, mas a situação provisória de instalação das famílias pode durar anos, sem resolução para questões básicas de moradia e alimentação, como também a ausência de comprovação legal de posse da terra. Os órgãos do Estado em nível federal, estadual e municipal que atuam nos assentamentos, não estão integrados em uma mesma proposta. Sua atuação deixa transparecer a falta de conhecimento a respeito da ação dos demais órgãos, generalizando a confusão entre os assentados.

Apesar de todos os problemas enfrentados, as histórias de luta e resistência protagonizadas pelos assentados surpreendem pela coragem e determinação e demonstram que os caminhos de organização política, econômica e social percorridos possuem um claro e simples objetivo: permanecer na terra para nela trabalhar.

Os assentamentos do estado da Paraíba enfrentam esta situação, alguns avançam e outros recuam, mas uma luz aparece no final do túnel - a constituição de associações e cooperativas como formas de organização coletiva com gestão democrática e resultados eqüitativos para os participantes. O agricultor paraibano não está acostumado a tomar decisões em assembléias, por isso as associações estão passando por um período transitório; mas, ao longo da experiência irão, gradativamente, estabelecendo o cooperativismo como alternativa produtiva de geração de trabalho e renda.

A proposta do PNRA, aprovado em 1985, correspondia aos interesses dos proprietários de terras, à medida que preservou os latifúndios produtivos da desapropriação. Na correlação de forças entre a organização dos proprietários de terras e a UDR de um lado, e os agricultores e suas organizações de outro, os primeiros conseguiram vencer e preservar a propriedade da terra. Mesmo assim, existe uma proposta de reforma agrária que, mesmo limitada, representa o resultado dos conflitos sociais no campo, em vez de surgir a partir de um programa de reestruturação agrária e fundiária para o país.

Percebe-se uma distância grande entre a proposta do PNRA (1985) para os assentamentos e a realidade, tendo em vista que aquelas fases propostas pelos projetos não são devidamente executadas e os assentados ficam à mercê das condições precárias que lhes são postas.

Diante de todas essas dificuldades, observa-se que a realidade dos assentamentos é extremamente dinâmica, repleta de idas e vindas, lutas e resistências, construções e reconstruções, avanços e recuos. Os assentados possuem uma história marcada na luta pela terra e conflitos; posteriormente, a reorganização social e a possibilidade de trilhar o caminho da evolução socioecônomica conquistada passo a passo com os pés e as mãos calejadas do trabalho na agricultura.

Observa-se que a união, a cooperação e a solidariedade podem contribuir para a organização coletiva dos assentados e abrir caminhos para viabilizar economicamente e socialmente o assentamento. Estas práticas de ajuda mútua utilizadas pelos próprios agricultores são a forma positiva de fazê-los perceber a existência de um outro tipo de semente, que, uma vez plantada e cuidada, fatalmente resultará em frutos para todos. A organização dos assentados é de fundamental importância, não apenas para a reivindicação de direitos junto aos órgãos responsáveis pelo cumprimento do PNRA e da política de assentamento, mas para um convívio social mais intenso, portanto mais humano.

CAPÍTULO III – INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO ASSENTAMENTO RURAL CAJÁ ENTRE 1990 E 1999

" Nos negaram
água ferramenta semente
Nos negaram
terra fertilizante nosso quinhão

Porém
temos ainda dentro de nós
uma força ferrenha
uma vontade inapagável

As portas se fecharam
Os olhos nos deram as costas
E criaram camufladas armadilhas
Para despencarmos nos abismos

Também somos espertos
Estamos vivos e não recuaremos
Com unhas e dentes
Vamos lavrar este pedaço de chão
Conquistado com o nosso esforço

Cavaremos poços com os dedos
lavraremos a terra com as unhas
dos bagaços e estercos faremos adubos
regaremos as sementes com as nossas bochechas
e com os nossos corpos espantaremos
os malditos pássaros soturnos".

(Versos do poema de Oubi Inaê Kibuko)

Este capítulo apresenta e analisa os indicadores socioeconômicos escolhidos como referenciais para a pesquisa de campo da dissertação de mestrado.

O assentamento rural escolhido para o estudo é o Cajá, localizado no município de Matinhas, na microrregião do Brejo Paraibano. Trata-se de experiência escolhida para fins de comparação dos indicadores demográficos, econômicos e sociais de 1990 e 1999. A demonstração e a análise dos indicadores dos assentamentos rurais representam parte importante da dissertação, tendo em vista que o estudo procura investigar a evolução socioeconômica dessa área no período de nove anos, apontando elementos presentes anteriormente (1990) e os novos surgidos recentemente (1999).

Apresentam-se os indicadores do Cajá, coletados em 1990 e em 1999, que mostram os aspectos demográficos; condições de infraestrutura (habitações, água tratada, abastecimento d'água, energia elétrica, estradas vicinais e construções), a educação e a saúde, a produção e produtividade, a renda das famílias, o acesso à tecnologia e ao crédito, aquisição de implementos agrícolas e eletrodomésticos, participação dos assentados em organizações associativas, grau de evasão, titulação, pontos fortes e pontos fracos, apontando os momentos de encanto e desencanto, os avanços e recuos, progresso e retrocesso vividos pelos assentados ao longo dos nove anos.

3.1 – Metodologia

Neste item realiza-se um esforço no sentido de explicar, de forma objetiva, a metodologia utilizada na pesquisa, tendo em vista que surgiram obstáculos durante o trabalho que redundaram na necessidade de ampliação das fontes de pesquisa.

A escolha do assentamento Cajá deveu-se exclusivamente à oportunidade de conhecer esta realidade e acompanhar todo o trabalho de campo realizado pelos técnicos que participaram no *V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais,* organizado no âmbito da parceria INCRA/PNUD/SUDENE, no período de 22 de outubro a 30 de novembro de 1990, em Lagoa Seca – PB e nos municípios onde estavam localizados os assentamentos estudados na parte prática do curso. Utilizam-se aqui os indicadores do assentamento rural Cajá resultantes deste trabalho.

O objetivo do curso era capacitar técnicos dos órgãos coordenadores e executores nas atividades desenvolvidas nas áreas de assentamentos rurais, visando qualificá-los para os trabalhos de orientação e acompanhamento.

Foram utilizados, para efeito da análise socioeconômica, os seguintes dados primários: demográficos, de infraestrutura e de educação, pontos fortes e pontos fracos. Estes dados foram coletados na pesquisa de campo do *V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais*, acima mencionado. Em pesquisa realizada no INCRA/PB e na EMATER/PB não foi encontrada a cópia do projeto do assentamento Cajá, elaborado no final deste curso, o que demostra o

descaso dos órgãos públicos com relação ao assentamento. Afinal, vive-se num país de rica diversidade - histórica, cultural, geográfica etc -, mas, infelizmente, de pobre memória.

Portanto, foi fundamental a procura de outras fontes para conclusão da pesquisa. Os dados primários referentes ao ano de 1990 do *V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais* foram complementados com os dados secundários referentes a saúde (Posto de Saúde de Matinhas); econômicos e de evasão (EMATER/PB); de crédito e de titulação (INCRA/PB); aquisição de implementos agrícolas/eletrodomésticos e participação em organizações associativas (Associação dos Moradores do Cajá) coletados nestas fontes.

Para efeito de comparação com os dados coletados em setembro de 1999 foi realizada uma pesquisa de dinformações demográficas, de educação e de saúde junto ao Posto de Saúde de Matinhas; de infraestrutura, na Associação dos Moradores do Cajá, de educação e de saúde, no Posto de Saúde de Matinhas; econômicos, de evasão e pontos fortes e pontos fracos na EMATER/PB; de crédito e de titulação, no INCRA/PB; aquisição de implementos agrícolas e de eletrodomésticos, de participação em organizações associativas, na Associação dos Moradores do Cajá. Vale salientar, que nos indicadores econômicos foram coletados dados de 1996 e 1999, porque o Brejo Paraibano foi atingido pela seca e este fato poderia alterar os resultados obtidos na pesquisa.

Apresenta-se a metodologia utilizada na coleta dos dados do *"V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais"*. Este trabalho foi realizado em 7 (sete) áreas de assentamentos, das quais Cajá (Alagoa Nova), atualmente município de Matinhas, Cajá (Alagoinha) e Jaracateá (Jacaraú), de responsabilidade do INCRA/PB; e Goiamunduba (Bananeiras), Mumbuca (Alagoinha), Mares (Alagoa Grande) e Engenho Novo (Pedras de Fogo), coordenadas pelo INTERPA, todas escolhidas e indicadas pelos respectivos órgãos com base no conhecimento dos técnicos a respeito da realidade das áreas.

O trabalho de campo tinha como foco a análise da gestão do assentamento como unidade produtiva, por meio de estudos diagnósticos sobre a área, para subsidiar o planejamento para gerenciamento e controle das atividades econômicas. Também foram estudadas as ferramentas utilizadas para estimular as experiências coletivas.

A metodologia utilizada no trabalho de campo do assentamento Cajá seguiu as seguintes etapas:

1ª - etapa: preparatória - o trabalho é iniciado através de um contato dos técnicos responsáveis pelo estudo com o presidente da associação dos produtores, com a finalidade de marcar uma reunião com os assentados para apresentação da proposta do curso;

2ª - após o contato e a aceitação da proposta de trabalho, a equipe de técnicos elabora um questionário para coleta de informações dos assentamentos, em que são apontados os indicadores demográficos, econômicos, sociais e de infraestrutura etc. No Cajá a pesquisa foi realizada por meio de entrevistas realizadas junto a todas as 35 famílias assentadas na área em 1990;

3ª - o questionário é aplicado em cada lote com o acompanhamento dos assentados na elaboração do diagnóstico da área;

4ª - a equipe tabula os dados e marca uma reunião com os assentados para apresentação dos resultados obtidos na pesquisa de campo. Em seguida, os assentados dividem-se em grupos para discutir aspectos relacionados à gestão do assentamento – organização das famílias, produção, comercialização, tecnologia utilizada, resultados obtidos e dificuldades encontradas;

5ª - é realizada outra reunião da equipe de técnicos com os assentados para apresentação dos resultados e discussão a respeito dos pontos fortes e pontos fracos do assentamento, visando a elaboração de propostas para produção, comercialização e organização comunitária;

6ª - a equipe apresenta um projeto com os estudos básicos feitos no assentamento, que poderá ser aproveitado posteriormente pelos órgãos executores – INCRA e INTERPA.

Utilizou-se, como recurso complementar, pesquisa em relatórios técnicos da EMATER, em projetos de financiamento, como também entrevistas com técnicos dos respectivos órgãos que trabalhavam no assentamento.

Posteriormente, comparam-se os indicadores coletados neste trabalho de campo, no Posto de Saúde de Matinhas, EMATER/PB e Associação dos Moradores do Cajá, em 1990, com os dados coletados em setembro de 1999, para analisar a evolução socioeconômica dos assentados. Também os

indicadores de produção, área plantada e produtividade são comparados com os dados do Censo Agropecuário de 1995/1996 (FIBGE). Na segunda fase da pesquisa, a coleta de dados em 1999 foi realizada em todo o universo do assentamento, 31 famílias. A realização da pesquisa na EMATER ocorreu a partir da solicitação dos dados sistematizados a respeito do assentamento Cajá e prosseguiu com a verificação dos relatórios das visitas do técnico ao imóvel, do preenchimento de um quadro com os principais indicadores socioeconômicos utilizados no trabalho e de perguntas abertas em entrevista com o técnico responsável.

No estudo do assentamento Cajá foram selecionados da pesquisa realizada no curso (1990), no posto de saúde (1990 e 1999), na Associação dos Moradores do Cajá (1990 e 1999) e na EMATER (1990, 1996 e 1999) os seguintes indicadores: demográficos - população assentada, sexo, PEA, faixa etária e residência no lote ou fora do lote; infraestrutura - habitação (condições e estado de conservação), energia elétrica, estradas vicinais e construções existentes; educação - grau de escolaridade (analfabeto, assina o nome, primário, 1° grau e 2° grau); saúde - trabalho de prevenção de doenças e atendimento médico; atividade econômica; principais produtos agropecuários (área e produção); tecnologia; crédito (tipo, n.° de famílias, valor médio/família e prazos); origem da renda e renda média (agropecuária e outras); participação em organizações associativas (entidade da qual participa e outras formas de organização); grau de evasão dos assentados; titulação; pontos fortes e pontos fracos.

Mesmo levando-se em consideração as diferenças de metodologia utilizadas nas pesquisas de 1990 e de 1999, procurou-se, insistentemente, preservar alguns indicadores, como, por exemplo, os de produção, crédito e renda, essenciais na análise da situação econômica das famílias assentadas. A falta de dados sistematizados nos órgãos públicos (INCRA/PB; EMATER/PB; INTERPA/PB) sobre os assentamentos na Paraíba é um problema sério. Quando se trata de um assentamento antigo, ou seja, com mais de 10 (dez) anos, como é o caso do Cajá, a situação torna-se mais difícil. Inúmeras foram as dificuldades encontradas na obtenção dos dados, como também na comparação dos dados de 1990 e de 1999, além do desencontro de informações que muitas vezes forçava a não utlização de determinado dado capaz de mostrar uma situação de diferenciação entre os próprios assentados.

A avaliação socioeconômica do assentamento Cajá ao longo de nove anos é, de fato, não permite a elaboração de uma tipologia e um quadro de diferenciação entre os assentados. Afinal, trilhou-se um caminho dentro de possibilidades concretas que não levaram à realização de uma pesquisa de campo e à utilização de dados primários nos indicadores de 1999. O sonho da pesquisa participativa se desmanchou no ar, mas acredita-se que o objetivo do trabalho foi cumprido ao apresentar o quadro geral do assentamento Cajá, uma realidade jamais estudada. Esta sistematização de dados poderá ser utilizada pelos próprios assentados, ONG's, órgãos públicos que atuam na área e a quem possa fazer bom uso deles. Foi feito o possível para atualização dos dados até setembro de 1999. Dessa forma, realizou-se a conclusão desse trabalho de dissertação.

3.2- O Processo de Desenvolvimento da Agricultura Paraibana e o Agreste

O processo de modernização da agricultura brasileira implantado a partir de meados da década de 50 ficou concentrado no centro-sul do país. Só se percebem mudanças na base técnica da agricultura, no estado da Paraíba, na década de 70, quando ocorre um crescimento do processo de intensificação do uso de tratores, arados e colhedeiras, como também de insumos químicos (fertilizantes, corretivos e defensivos), comparados com os indicadores da década de 60.

Os dados coligidos apontam os seguintes resultados com relação à tecnificação da agricultura paraibana[43]:

- aumento do número de tratores – de 822 (em 1970) chegando a 3.109 (em 1980), correspondendo a um crescimento relativo de 278,2%;
- diminuição da área média utilizada por trator – de 5.575,2 hectares (em 1970) para 1.578,1 hectares (em 1980);
- redução da média do número de estabelecimentos agropecuários por trator utilizado – de 206 (em 1970) para 54 (em 1980);

[43] MOREIRA & TARGINO (1997:199 – 202).

- aumento no uso de adubos químicos na Mesorregião da Mata Paraibana (microrregião de Sousa) e Agreste (Brejo, Curimataú Oriental, Esperança e municípios do Agreste Baixo).

As mudanças na base técnica da agricultura atingiram, basicamente, as regiões de produção de cana-de-açúcar, enquanto nas pequenas propriedades, ela ocorreu de forma limitada, adotando-se principalmente o uso de adubos químicos na produção de alimentos, muitas vezes sem orientação técnica adequada.

No estado da Paraíba, a modernização da agricultura foi subsidiada pelo Estado, por meio de crédito para aquisição de máquinas e equipamentos e do Proálcool, especificamente para incentivar a produção sucro-alcooleira. Percebe-se que foi um processo concentrador e desigual, como aponta a diretriz geral para o país. A pequena produção não participou efetivamente das mudanças geradas pelo uso de uma tecnologia moderna e poupadora de mão-de-obra.

A modernização da agricultura diminuiu o seu ritmo na década de 80 e os resultados contraditórios de seu avanço podem ser observados na década de 1970 no estado da Paraíba, como afirma Moreira nesta citação:

> ***"Essa modernização desigual é responsável tanto pela acentuação das disparidades intra e extra-regionais, como pela intensificação da sazonalidade do trabalho agrícola, pelo agravamento do êxodo rural e por uma maior concentração da renda e da posse da terra"*** (MOREIRA & TARGINO, 1997:203).

O assentamento estudado, Cajá, pertencente ao município de Matinhas, na microrregião do Brejo Paraibano (167) e na mesorregião do Agreste Paraibano (43)[44].

O Agreste Paraibano é uma mesorregião localizada entre o litoral e as regiões do semi-árido da Borborema e da mesorregião do Sertão, composta pelo Agreste Baixo, desde a Depressão Sublitorânea até a Borborema e o Agreste Alto, que se estende pelo Brejo Paraibano, Agreste Ocidental, as Serras do Norte, de Natuba e Umbuzeiro (MOREIRA &TARGINO, 1997:79).

---

[44] Mapas do estado da Paraíba, MOREIRA (1997:13 – 14).

A história da ocupação do Agreste demonstra que a sua exploração teve uma estreita relação com a expansão da cana-de-açúcar, capaz de, posteriormente, separar o litoral do interior em termos de ocupação econômica: o primeiro se especializou no cultivo da cana e o segundo na criação de gado bovino e culturas de subsistência.

A organização do espaço agrário do Agreste foi marcada, no século XVIII, pelo crescimento e expansão da cultura do algodão, provocando mudanças no funcionamento da economia e impulsionando o processo de urbanização e colonização da região.

No século XX, particularmente na década de 80, o algodão entra em declínio, reflexo da crise da indústria têxtil regional e da praga do bicudo. Só assim deixa de ser a principal cultura dessa região. Na agricultura, culturas como o sisal e o fumo, a cana e o café também fizeram parte da pauta dos principais produtos nesta mesorregião.

Ressalte-se a importância do Brejo no desenvolvimento da agricultura do estado da Paraíba. É uma microrregião privilegiada em termos geográficos, dotada de clima úmido com pluviosidade média anual de 1.500 a 1.800 milímetros, solos com boa fertilidade e base hidrográfica perene. Apresenta, portanto, condições propícias para a expansão de culturas agrícolas destinadas ao autoconsumo e ao comércio.

A agricultura de subsistência sempre esteve presente no Brejo. Os principais produtos agrícolas são o feijão, o milho e a fava, cultivados pela pequena produção. As culturas comercializáveis como a cana, o algodão, o café, o sisal e, recentemente, a banana - a partir da década de 80 -, são cultivados em grandes e médias propriedades.

Mesmo diante das mudanças no quadro da agricultura do estado, verifica-se a importância da pequena propriedade como fonte de ocupação econômica e unidade de reprodução familiar. As pequenas propriedades são capazes de absorver mais de três quartos do pessoal ocupado no setor agropecuário, oferecendo oportunidades de trabalho e atuando como um contraponto à tendência apresentada no processo de mecanização, que dispensa mão-de-obra e desemprega (MOREIRA & TARGINO, 1997:256).

Nesse contexto, os assentamentos de trabalhadores rurais têm, além de sua dimensão social, um papel econômico importante: mesmo que não garantam imediatamente a propriedade da terra, mas sim a sua posse, possibilitam à família o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou pecuárias

para autoconsumo e venda do excedente no mercado, representando, assim, uma alternativa de trabalho para os agricultores.

3.3- Contando a História do Cajá: o Sonho da Conquista da Terra

O assentamento Cajá situa-se a aproximadamente 1 Km da sede do município de Matinhas, ocupando uma extensão territorial de 179,9286 hectares e tem, atualmente (setembro de 1999), 31 famílias assentadas.

A história da luta pela terra no Cajá surgiu em 1983, quando os 19 agricultores que trabalhavam no imóvel há anos foram surpreendidos pelo comunicado da proprietária solicitando desocupação do imóvel para criação de gado bovino. Os agricultores produziam produtos de subsistência como feijão, milho e macaxeira, pagando o foro à proprietária. Mesmo assim, eram proibidos de construir moradias e plantar culturas permanentes.

Os agricultores buscaram, de diferentes formas, um acordo com a mesma, mas não obtiveram êxito na negociação. Decidiram, então, permanecer no imóvel, trabalhando na agricultura na forma de mutirão, não mais como foreiros e sim como posseiros que já trabalhavam no imóvel há muito tempo. Assim, os agricultores decidiram, coletivamente, suspender o pagamento do foro e passaram à condição de posseiros. A reação da proprietária, naquele mesmo ano, foi acionar a justiça, solicitando o despejo das famílias e a reintegração de posse do imóvel. Dessa forma, criou-se um impasse, emergindo o conflito social entre os agricultores e a proprietária.

O conflito durou dois anos, de 1983 até 1985, permeado por confrontos diretos, expulsão, destruição das lavouras dos agricultores e a reintegração de posse da proprietária. Em seguida, os posseiros, organizados e dispostos a lutar pela terra, retornaram ao imóvel. Esta fase foi caracterizada pela violência e a expropriação dos posseiros das terras, resultando na prisão de alguns deles pela polícia.

Os agricultores recorreram a suas entidades de representação, solicitando auxílio na luta pela terra. O sindicato de Alagoa Nova e a FETAG/PB apoiaram os posseiros e iniciaram um processo de denúncias públicas dos atos de violência ocorridos no Cajá. Ato contínuo, entraram no INCRA com um documento que acusava oficialmente a existência de um conflito social no imóvel e solicitava a sua vistoria, dada sua sub-utilização por parte da proprietária, caracterizando a terra como improdutiva. Este documento de declaração do conflito social existente entre ambas as partes permitiu que o INCRA/PB desse início ao processo de desapropriação do imóvel. Após uma longa e burocrática trajetória, em 26 de dezembro de 1985, o imóvel Cajá foi desapropriado para fins sociais, pelo decreto n.º 92.217.

O assentamento Cajá surgiu após uma longa batalha, caracterizada por muita luta, resistência e capacidade de organização dos agricultores. Uma longa espera, que consumiu um ano, foi necessária até ocorrer a criação oficial do projeto com 36 famílias assentadas. Havia 19 famílias de posseiros que ocupavam o imóvel, identificadas e selecionadas pelo INCRA. A elas se somam mais 17 agricultores sem terra da região, denominados *"trabalhadores alugados"*, que eram agricultores residentes na cidade que trabalhavam na zona rural; destes, alguns haviam sido expulsos do campo em outros momentos e se integraram ao grupo na luta pela terra com o objetivo de retornar às atividades na agricultura.

A história do Cajá foi, portanto, assinalada por embates, pressões e ocupações, tendo como suporte a forte participação do sindicato do município de Alagoa Nova e da FETAG. A luta pela terra significava para os agricultores uma forma de mantê-los na agricultura, com possibilidade de melhoria de suas condições de vida.

3.4 - O Enfrentamento de Novos Desafios: o Assentamento das Famílias

A seleção das famílias do assentamento Cajá foi iniciada com o preenchimento do cadastro e a apresentação da documentação dos 19 posseiros que trabalhavam no imóvel há anos, mais os 17 agricultores sem terra do município, participantes também da luta pela terra.

Apresentam-se indicadores coletados no SIPRA do INCRA/PB (1997), como resultado de uma pesquisa realizada pelos técnicos deste órgão, que levantaram dados das 31 famílias assentadas no Cajá (formulário do SIPRA - Anexo 2), em 1997, visando a atualização de informações a respeito do assentamento. Das famílias que foram assentadas no Cajá, 90% delas são naturais de Alagoa Nova e Matinhas, municípios próximos ao assentamento; apenas 10% são de outros municípios do estado da Paraiba - Areia, Campina Grande e Barra de Santa Rosa (INCRA/PB, 1997). Esta é uma informação relevante, pois demonstra que grande parcela dos assentados eram agricultores da região onde se localiza o imóvel, que possuíam uma história no lugar e mantinham-se relações duradouras entre as pessoas. Por estes motivos, pode-se apontar uma tendência de interesse dos assentados em permanecer no local de origem.

Em 1985, ano da desapropriação do imóvel, a faixa etária da maioria dos assentados 'chefes de família' era de 26 a 45 anos de idade, correspondente a 48% do total, complementados com uma participação significativa na faixa de 46 a 65 anos. Considera-se que este foi um ponto positivo para o assentamento. Os assentados nesta idade estavam em fase produtiva e corriam atrás do tempo dispostos a construírem uma vida melhor para a família. Havia a presença de poucos muito jovens (de 15 a 25 anos) e também idosos (acima de 65 anos), enquanto que, em 1990, cinco anos depois, percebe-se um envelhecimento dos assentados (INCRA/PB, 1997).

A faixa etária dos chefes das famílias assentadas estava, percentualmente, distribuída da seguinte forma:

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 3 – PORCENTAGEM DOS CHEFES DE FAMÍLIA DO ASSENTAMENTO CAJÁ, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA, EM 1985 E 1990

Faixa Etária da População Assentada (%)	15 a 25 anos	26 a 45 anos	46 a 65 anos	Acima de 65 anos
1985	3	48	42	6
1990	0	42	42	16

Fonte: INCRA/PB, 1997.
Elaboração própria

O quesito 'estado civil' demonstrou a presença de 77% de chefes de família casados, 10% viúvos(as) e 13% solteiros(as). Esta também é uma informação importante, pois indica uma propensão dos assentados casados permanecerem na terra, terem filhos e um número maior de dependentes e, consequentemente, mão-de-obra familiar disponível para trabalhar na lavoura; os demais (viúvos e solteiros) trabalhavam com parentes próximos e possuíam poucos dependentes, mas eram francamente minoritários.

A pesquisa realizada pelo INCRA (1997), só contava com 31 assentados. Os dados coletados nesta pesquisa referentes ao ano de 1985, mostram que 68% declararam ocupação do imóvel há mais de 10 (dez) anos e 32% até 10 (dez) anos (variando de um até seis anos). A maioria das famílias assentadas viveu no imóvel como foreiro e, depois, posseiro; passaram, portanto, parte importante de suas vidas no imóvel, lá cresceram, casaram e constituíram família. Outro indicador extremamente valioso sobre a ocupação do imóvel, dá conta de que aproximadamente 23% dos chefes de famílias nasceram no Cajá. Destes, 16% moram até hoje no assentamento e representam 38% das famílias que lá residem. Havia, portanto, uma relação muito íntima de boa parte dos agricultores do assentamento com aquelas terras, uma história familiar, um vínculo, um apego ao lugar e, assim, uma tendência – e mesmo necessidade - muito forte de produzir e contribuir para viabilidade econômica de suas famílias e do assentamento.

Em 1986, as famílias viviam em condições de emergência, sem moradia para todos, sofrendo com a falta de equipamentos e de insumos para produção e, muitas vezes, de comida. Os assentados passaram o ano esperando a criação oficial do projeto pelo INCRA/PB, que só aconteceu em 17/12/86, através da portaria 976/86. O maior obstáculo enfrentado foi a obtenção do acesso aos créditos de apoio para a implantação do assentamento: fomento/alimentação e habitação, que só foram liberados, em 1987 e 1989, os primeiros, um ano após a criação do projeto e o segundo, 3 (três) anos depois.

Após a imissão de posse do imóvel, os assentados iniciaram uma série de discussões sobre a forma de organização das famílias na terra. O resultado de uma decisão dos agricultores, juntamente com a orientação de um técnico do INCRA, foi a opção pela forma mista - parcelamento em lotes individuais e um lote destinado ao trabalho coletivo. Os assentados parcelaram o imóvel da seguinte forma: em 39 lotes, totalizando 206,50 ha, distribuídos em 36 lotes (um para cada família); 01 (um) lote de 2,00 ha destinado à realização de

trabalho coletivo coordenado pela associação; 01 lote (um) de 13,00 ha para reserva florestal; 01 (um) lote de 1 ha avulso. De acordo com a distribuição apresentada pelos assentados, o imóvel possuía uma área de 223,00 ha, em desacordo com o levantamento de perímetro realizado pela FUNDAP, que somou 179,9286 ha[45].

O parcelamento extra-oficial foi realizado pelos próprios assentados com a ajuda de um profissional de Alagoa Nova e os limites dos lotes foram marcados com corda. Até o momento (1999) este assentamento, que se encontra em fase de emancipação, não foi parcelado oficialmente. À época do parcelamento extra-oficial o número de famílias excedia a capacidade do assentamento que, de acordo com a FMP do município, era de 25 ha por família; o Cajá, apresentava uma área média dos lotes de 5,73 ha (INCRA/PNUD/SUDENE, 1990). A primeira providência dos assentados após o parcelamento do imóvel foi a construção de habitações.

Os assentados do Cajá questionaram a exigência legal para o parcelamento do imóvel em lotes de 25 ha/família, porque algumas famílias não dispunham de mão-de-obra suficiente para explorar produtivamente o lote com este tamanho. Era o caso, principalmente, dos viúvos, aposentados e agricultores idosos, cujos filhos migraram antes do assentamento para grandes cidades na região sudeste do país, além dos solteiros e das famílias com número pequeno de dependentes.

Na implantação do assentamento surgiu um novo cenário: diferentes concepções e expectativas com relação aos vínculos com a terra. Os 19 posseiros que trabalhavam na propriedade possuíam um forte vínculo com o lugar e com a terra, pois durante parte significativa de sua vida se dedicaram ao cultivo da mesma. O outro grupo, constituído pelos 17 sem terra dos municípios próximos, Matinhas e Alagoa Nova, tinham passado pela experiência de morar na cidade, alguns por terem sido expulsos do campo e outros que migraram em busca de melhores condições de vida. Estavam, portanto, retornando à zona rural depois de terem experimentado a vivência no espaço urbano. Sua relação com a terra não era tão próxima e íntima como a dos posseiros. A partir dessa constatação, percebe-se que o assentamento é considerado uma alternativa e não a sua única saída.

---

[45] O perímetro deste imóvel foi levantado pela FUNDAP, atual INTERPA, órgão estadual, porque na época o INCRA estava desprovido de recursos financeiros e equipamentos para a realização deste trabalho (INCRA/PB, 1998).

Neste contexto, as relações são redefinidas no processo de enfrentamento de desafios e problemas corriqueiros. Estes grupos distintos de agricultores se uniram e construíram uma identidade forte a partir da necessidade de conquistar a terra. Posteriormente, após a imissão de posse do imóvel e a divisão dos lotes, o projeto comum se desdobrou em micro-projetos individuais, situação que perdura até hoje (1999). A impressão é de que, então, os assentados pensavam individualmente como se fossem pequenos produtores independentes, interessados exclusivamente em cuidar de seu lote. Como tal, sentiam a necessidade de maior autonomia na tomada de decisões.

Na ocasião, os assentados do Cajá passavam por um momento confuso e se deparavam com o seguinte dilema: se, de um lado, decidiram trabalhar individualmente, de outro lado tinham que tomar muitas decisões a respeito do assentamento de forma coletiva, porque os órgãos públicos – INCRA, EMATER e Projeto Cooperar - exigiam respostas, por exemplo, a respeito da forma de parcelamento, acesso ao crédito, constituição da associação, construção de poços, uso da casa de farinha etc. Era necessário começar a aprender o caminho da tomada de decisões coletivas, senão, nada a respeito da vida dos assentados seria decidido. Este foi um desafio enfrentado pelos assentados do Cajá desde a desapropriação do imóvel em 1985.

Diante deste novo cenário, os assentados percebiam que apenas tomar posse da terra era insuficiente. O enfrentamento com a proprietária do imóvel e a polícia são redefinidos em uma nova frente de luta: a da sobrevivência, em um cotidiano marcado por problemas básicos, em que, dentre outros, destacavam-se a falta de habitações para todos, água, energia elétrica e crédito para produção. Premidos por esta realidade, os agricultores passaram a estabelecer relações com agentes anteriormente desconhecidos, como os órgãos do Estado. Se antes tinham uma posição passiva e de subordinação com relação à antiga proprietária, após o assentamento precisavam tomar decisões de forma coletiva e democrática, além de assumir a gestão do projeto. Foi uma situação extremamente difícil para eles, pois se tratava de uma mudança brusca e os descontentamentos rapidamente surgiram com as interferências constantes dos órgãos governamentais no seu trabalho, contrastando com o controle relativo que, anteriormente, detinham sobre o mesmo.

Em 1988, a intervenção do INCRA e do antigo PAPP no assentamento colocou a necessidade de constituição de uma associação, tendo em vista que os recursos governamentais tinham o repasse previsto para uma entidade de representação dos assentados. A associação foi criada com o apoio do STR de Alagoa Nova, denominada como "Sociedade de Moradores do Cajá", mas conhecida popularmente pelos associados como "Associação dos Moradores do Cajá". Seus objetivos foram definidos da seguinte maneira:

> ***"(...) fazer reivindicações aos poderes públicos em favor dos moradores; promover a melhoria das condições gerais da localidade; atividades educacionais, recreativas, beneficentes e sociais; criar serviços de assistência médica, dentária e jurídica; promover a divulgação de seus trabalhos; cooperar com outras entidades com o mesmo fim; defender o grupo social ou membros da comunidade; criar meios de integração dos moradores a esta sociedade"*** (EMATER, 1992:05).

A Associação organizou-se com a participação legal dos assentados. Todavia, não podemos deixar de perceber que foi criada de "cima para baixo". Ao invés de surgir da conscientização dos assentados, da qual a organização coletiva seria o elemento-chave para viabilizar economicamente o assentamento, foi criada a partir de uma exigência legal dos órgãos públicos para o recebimento do crédito e do apoio à implantação da infraestrutura.

A Associação dos Moradores do Cajá foi constituída com 23 famílias associadas; as 13 famílias restantes não fizeram parte, porque não acreditavam neste tipo de entidade. No início havia motivação e uma ativa participação dos assentados nas atividades propostas pela Associação. Com o passar do tempo, foram pesando as dificuldades em trabalhar coletivamente e a Associação passou a servir apenas para tomada de decisões de caráter formal, principalmente aquelas referentes a tomada de crédito.

Quando o imóvel Cajá foi desapropriado (1985), contava com a seguinte infraestrutura: uma casa, energia elétrica na sede do imóvel, um armazém, um galpão e um rio; posteriormente, em 1989, foi construída uma casa de farinha pelo PAPP, visando a produção de farinha para autoconsumo e venda do excedente no mercado.

Inicialmente, os principais produtos agrícolas produzidos no Cajá eram a mandioca, o feijão, o milho e a banana, plantados sem cuidados técnicos e com o uso da queimada[46]. A maior parte da produção era consumida pelos assentados e o excedente vendido aos intermediários que levavam a produção para venda na EMPASA de Campina Grande e nas feiras de Alagoa Nova e das cidades próximas. Vale salientar que, no período entre a desapropriação do imóvel e a criação oficial do projeto de assentamento, os assentados conseguiram sobreviver plantando milho, feijão e roça (macaxeira, batata etc.) em seus lotes individuais e em mutirão no lote destinado ao trabalho coletivo.

Esta prolongada situação de emergência demonstra a falta de cumprimento dos compromissos dos órgãos responsáveis pelo assentamento, a não liberação de recursos orçamentários destinados a apoiar a instalação dos assentados no núcleo, como também a inexistência de um compromisso político do governo Sarney (1985 – 1989) com o PNRA. Estas famílias foram renegadas e deixadas de lado e, se não tivessem a capacidade de resistência e persistência, poderiam ter deixado a terra com justificativas plausíveis: como viveriam sem comida, casa para morar e sementes para plantar? Assentar não é só legitimar a posse da terra, mas também oferecer condições de infraestrutura, produção, comercialização, crédito, organização coletiva etc, para que se possa produzir e vender, viabilizando economicamente o assentamento.

3.5 - O Assentamento Cajá: Apresentação e Análise dos Indicadores Socioeconômicos

3.5.1- Indicadores demográficos

Os primeiros indicadores (tabela 4) procuram mostrar o perfil da população assentada objeto da pesquisa em dois momentos - 1990 e 1999; sexo (masculino ou feminino); população economicamente ativa (de 15 a 65 anos); famílias residentes no lote; famílias não residentes e faixa etária da população.

[46] a queimada é muito utilizada pelos pequenos produtores do Nordeste, consiste em colocar fogo no mato para limpar a terra, porém acarreta sérios problemas para o solo por destruir os nutrientes da terra e deixá-la sem fertilidade.

Percebe-se uma diminuição de 21% no contigente populacional do Cajá, de 1990 a 1999, justificado primeiramente por existirem 5 (cinco) lotes desocupados devido aos falecimento de assentados, uma desistência, pelo envelhecimento dos chefes de família e a migração dos filhos mais velhos para Matinhas e cidades próximas.

Os assentados do Cajá possuem uma população bastante equilibrada entre os sexos masculino e feminino. Em 1990, 51% da população era do sexo masculino e 49% do sexo feminino. No ano de 1999, este quadro se mantém inalterado. Este equilíbrio entre a quantidade de homens e de mulheres no assentamento pode facilitar a divisão sexual do trabalho. Os homens majoritariamente trabalham na agropecuária e em frentes de trabalho, enquanto as mulheres cuidam dos afazeres domésticos e dos filhos, mas são fundamentais no momento da plantação de produtos agrícolas destinados ao autoconsumo, como: o feijão, o milho, a mandioca e as roças, além de auxiliarem na colheita.

A utilização da faixa etária entre 15 e 65 anos nos dados da PEA deve-se à escolha feita pelos técnicos que realizaram a pesquisa de campo no *V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais.* Neste sentido, para efeito de comparação entre os dados de 1990 e 1999, manteve-se, na pesquisa de 1999, aquela faixa etária, embora se saiba que, normalmente, utiliza-se na PEA a faixa etária a partir de 10 anos de idade.

No ano de 1990, a população economicamente ativa (pessoas com idade entre 15 e 65 anos) do assentamento era composta de 92 pessoas, enquanto, em 1999, estava reduzida a 78 pessoas. Este dado demonstra uma diminuição de 15% da PEA ao longo dos anos, explicado anteriormente pela redução da própria população do assentamento, o envelhecimento dos chefes de famílias e a migração de parcela dos filhos. Neste universo registra-se uma maioria de mulheres que fazem parte da PEA (1990) e posteriormente um aumento do sexo masculino e uma pequena diminuição da população do sexo feminino. Percebe-se que esta mudança na participação do homem na PEA aponta uma disponibilidade maior de mão-de-obra familiar para o trabalho pesado na produção agrícola (aração da terra, plantio e colheita) e nas frentes de trabalho, como complemento da renda familiar.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 4 - PERFIL DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO DO ASSENTAMENTO CAJÁ
1990 – SETEMBRO/1999

	População Assentada (n.º pessoas)	Sexo (%)		PEA (de 15 a 65 anos) (nº pessoas)	PEA Sexo (%)		Famílias Residentes no Lote (%)	Famílias não Residentes no Lote (%)
1990	168	51 M	49 F	92	24 M	31 F	44	56
1999	133	51 M	49 F	78	30 M	29 F	42	58

Fonte: INCRA/PNUD/SUDENE, 1990 e Posto de Saúde de Matinhas, setembro de 1999.
Notas: sexo - M – masculino; F – feminino.
Elaboração própria

No que se refere à porcentagem de famílias residentes no assentamento ou na cidade de Matinhas, verifica-se uma mudança pouco expressiva. Em 1990, menos da metade das famílias residiam no lote e a maioria morava na zona urbana. Em 1999, houve uma diminuição daqueles que habitavam no Cajá e, consequentemente, um aumento dos assentados residentes em Matinhas. Procura-se identificar as justificativas encontradas para que a maioria da população habite na cidade, através de entrevistas realizadas na EMATER, junto a agentes comunitários de saúde e na Associação dos Moradores do Cajá. A primeira é a falta de infraestrutura em todos os lotes do assentamento: energia elétrica, telefone, água encanada, escola para os filhos e assistência médica e odontológica. A segunda, é um certo fascínio pela vida urbana, que é um traço presente na vida dos agricultores do Brasil, os valores e os costumes da cidade invadindo o campo. Os assentados manifestam este deslumbramento pela vida citadina através da vontade de ter acesso à infra-estrutura oferecida na cidade, a posse de eletrodomésticos (TV a cores, geladeira, fogão à gás, liqüidificador, vídeo cassete etc.), participar das conversas na praça, os encontros na igreja, as festas de santo etc., além de ter acesso a outras oportunidades de trabalho temporário ou permanente - vigia, motorista, auxiliar de escritório, professor, fiscal da prefeitura, enfermeira, telefonista etc. Este entusiasmo dos agricultores pela vida na cidade é proveniente das modificações na base técnica da agricultura brasileira com o surgimento dos CAIs.

Segundo Silva (1995:135-136) constata-se a existência de mudanças na agricultura, advindas do processo de solidificação dos CAIs, que provocaram um processo de *"Urbanização da Agricultura"* impulsionado nos anos 70. Este processo é caracterizado por uma urbanização da PEA agrícola, cujos fatores de influência podem ser assim explicitados: a vida na cidade possibilita o acesso a benefícios sociais (saneamento, água encanada, energia elétrica, hospital, creches e escolas); a urbanização do trabalhador rural com a expansão das empresas rurais e agroindústrias; um aumento da oferta de empregos na área técnica e administrativa nas cidades; a tecnificação dos produtores rurais que liberou o trabalho familiar da mulher e dos filhos, permitindo sua moradia na cidade e propiciando a educação dos filhos. Esta urbanização do trabalhador rural pode ter interferido no assentamento Cajá e contribuído para que a maioria dos assentados habitasse na cidade de Matinhas, principalmente para ter acesso a infraestrutura, trabalho e eletrodomésticos, particularmente a televisão, meio de comunicação de massa de enorme atratividade.

Na tabela 5 observa-se claramente o processo de envelhecimento da população assentada no Cajá (1990 – 1999), caracterizado pela diminuição do número de pessoas nas faixas etárias de 0 a 4; 5 a 14; 15 a 45 anos; e um aumento nas faixas etárias de 46 a 65 e acima de 65 anos de idade. O envelhecimento da população, principalmente dos assentados responsáveis legalmente pela posse da terra junto ao INCRA, é um fato que pode contribuir para diminuir a mão-de-obra familiar e dificultar mudanças na gestão do assentamento a curto prazo, como por exemplo, pensar-se em coletivização da produção e da comercialização, devido à tradição e aos costumes dos agricultores mais velhos de trabalharem na unidade familiar de forma individual.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 5 – PORCENTAGEM DE ASSENTADOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA DO ASSENTAMENTO CAJÁ
1990 – SETEMBRO/1999

ANO	Faixa Etária da População Assentada (%)				
	0 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 45 anos	46 a 65 anos	Acima de 65 anos
1990	10	27	39	16	8
1999	5	25	36	23	12

Fonte: INCRA/PNUD/SUDENE, 1990 e Posto de Saúde de Matinhas, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.2 – Indicadores de infraestrutura

Os indicadores de infraestrutura (tabela 6) apontam que houve uma melhoria em alguns aspectos, mas pouco avanço no plano geral. Pode-se salientar que não houve alteração com relação ao número de habitações e demais construções (um armazém, um galpão e uma casa de farinha). As casas não possuem água encanada até o momento (setembro de 1999) e o seu estado de conservação passou de bom para regular.

Destaca-se um aumento nas fontes de abastecimento d'água, demonstrado pela construção de 5 (cinco) olhos d'água e de 2 (duas) cisternas com os recursos e o trabalho dos próprios assentados, o que permitiu que, mesmo com as secas do rio Mamanguape, que é temporário, os olhos d'água mantivessem o abastecimento do assentamento. A energia elétrica foi ampliada chegando a 15 casas, enquanto, em 1990, existia apenas na sede da fazenda. Após o assentamento esta sede foi destinada ao trabalho comunitário. Os recursos que deram acesso à energia elétrica foram oriundos do Projeto Cooperar, cujo objetivo era levar iluminação até a casa de farinha. Dessa forma, os assentados puxaram a energia até suas residências. Verifica-se a omissão do Estado na construção da infraestrutura necessária, tanto no abastecimento d'água como na energia elétrica.

Salienta-se uma melhoria das estradas vicinais até o assentamento, inclusive com terraplanagem. Isto se deve principalmente ao fato do distrito de Matinhas ter sido emancipado, em 1995, passando à condição de município em 1996. A nova prefeitura investiu na melhoria das estradas nas localidades próximas até o município, até mesmo porque era importante conquistar a credibilidade da população do campo para iniciar seu governo. Neste período (1990 a 1999), observou-se um aumento expressivo no tratamento da água utilizada para o consumo familiar dos assentados, devido ao trabalho de prevenção de doenças realizado pelos agentes comunitários de saúde.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 6 - INFRAESTRUTURA NO ASSENTAMENTO CAJÁ
1990 – SETEMBRO/1999

	Habitação Com Privada (nº)	Água Tratada (% famílias)	Fontes de Abastecimento D'água	Energia Elétrica (%)	Estradas Vicinais	Principais Construções
1990	23 (B)	40	01 rio 02 poços 01 caixa d'água 01 cisterna	10	Regular	01 casa de farinha (B) 01 armazém (B) 01 galpão (R)
1999	23 (R)	93	01 rio 02 poços 01 caixa d'água 02 cisternas 05 olhos d'água	48	Bom	01 casa de farinha (R) 01 armazém (R) 01 galpão (R)

Fonte: INCRA/PNUD/SUDENE, 1990 e Associação dos Moradores do Cajá, setembro de 1999.
Notas: B – bom estado de conservação; R – regular estado de conservação.
Elaboração própria

Os assentamentos, grosso modo, enfrentam o problema da falta de infraestrutura, expressão do descaso do Estado na execução da política de assentamento. O projeto do assentamento Cajá tem uma história de aproximadamente 13 anos e, a despeito deste longo tempo de vida, o parcelamento oficial não se consumou. Além disso, ainda não se obteve a instalação da infraestrutura básica proposta na política de assentamento (exposta no capítulo II) e não se logrou o atendimento de demandas básicas dos assentados (saneamento, abastecimento d'água, energia elétrica, habitações, galpões, armazéns etc). Os assentados do Cajá não fogem à regra da realidade da grande maioria dos assentamentos do Brasil.

No estudo de viabilidade econômica feito por Lopes (1992:34 - 35) no assentamento Barra da Onça, em Sergipe, destacam-se os sérios problemas enfrentados pelos assentados na implantação da estrutura física e de serviços do projeto, que, por sua vez, intervém de forma negativa na atividade econômica e na condição socioeconômica dos assentados. Estas dificuldades aparecem no atraso de recursos para construção de estradas; na falta de demarcação definitiva dos lotes; insuficiência no abastecimento d'água; na situação débil das escolas e na falta de posto de saúde. O trabalho realizado pelo INCRA trouxe um resultado infeliz para o assentamento, pois as obras de construção de infraestrutura são decididas pelos técnicos deste órgão sem a participação dos assentados, e, portanto, inadequadas para o atendimento de suas necessidades.

Neste sentido, acabam gastando os recursos públicos na construção de determinadas instalações - centro comunitário, escola ou casa de farinha – pouco ou quase nada utilizadas pelos assentados. O autor (Lopes, 1992) menciona, como exemplo, a existência de uma casa de farinha sem produção de mandioca no assentamento. Isto retrata que os escassos investimentos que são utilizados na construção de infraestrutura possuem uma péssima aplicabilidade.

Estas experiências demonstram a falta de elaboração, no âmbito dos órgãos do Estado, de um planejamento que permita o uso racional de recursos, reduzindo custos e multiplicando as ações, com intervenções que sejam capazes de atender à demanda efetiva. Estes casos de uso inadequado de recursos públicos são comuns no Brasil e normalmente prejudicam aqueles que se pretende beneficiar: os agricultores assentados, público-alvo do Programa.

3.5.3 – Indicadores de educação e de saúde

É notável a melhoria no nível de escolaridade da população assentada no Cajá ao longo dos nove anos (tabela 7). Os resultados da pesquisa apontam uma diminuição dos analfabetos; um aumento na porcentagem no número daqueles que assinam o nome; um aumento no nível primário; um avanço em nível de 2º grau, apresentando, inclusive, dois estudantes universitários. Aponta-se uma tendência dos chefes de famílias se conscientizarem da importância da instrução e do estudo na vida de seus filhos, pois isto pode abrir uma perspectiva de um futuro melhor e a possibilidade de diversificação das fontes de renda da família. Duas filhas de assentados, por exemplo, são professoras da escola em Matinhas.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 7 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS ASSENTADOS DO CAJÁ
1990 – SETEMBRO/1999

ANO	Analfabeto (%)	Assina o nome (%)	Primário (%)	1º grau (%)	2º grau (%)
1990	23	18	34	4	1
1999	20	24	45	4	5

Fonte: INCRA/PNUD/SUDENE, 1990 e Posto de Saúde de Matinhas, setembro de 1999.
Elaboração própria

A apresentação dos indicadores de saúde (tabela 8) mostram uma melhoria no assentamento Cajá, justificada pela eficiente qualidade no atendimento no posto de saúde de Matinhas e pela realização de um trabalho comunitário de saúde iniciado em 1992 pela Fundação Nacional de Saúde, e que, atualmente (1999), encontra-se sob a responsabilidade do posto de saúde de Matinhas. Este trabalho funciona através de contratação, pela prefeitura, de agentes comunitários de saúde capacitados para um trabalho de prevenção em saúde junto às famílias, realizado por meio de visitas domiciliares semanais. O objetivo deste trabalho é oferecer orientações a respeito de higiene, alimentação, nutrição, gestação, amamentação e prevenção de doenças. No assentamento Cajá, as doenças mais comuns são as seguintes: verminose, gripe, anemia, hipertensão, diarréia e desidratação. Observa-se uma diminuição destas doenças nestes 3 (três) últimos anos, em função da realização do trabalho comunitário de saúde. Acrescente-se que no período 1990 – 1999, a mortalidade infantil apresentou, de maneira geral, uma tendência declinante, reduzindo-se a zero no ano vigente (1999). Não se sabe quantificar o número de mortes em 1990, porque não existia este trabalho e nem controle por parte do distrito de Matinhas e município de Alagoa Nova com relação à situação de saúde do assentamento Cajá, embora, em entrevistas realizadas com assentados e enfermeiros do posto de saúde de Matinhas, enfatizou-se que houve uma melhoria considerável após a realização do trabalho comunitário de saúde, principalmente por contribuir na erradicação da mortalidade infantil e dos casos de desnutrição. Saliente-se, também, que o trabalho comunitário de saúde tem programa para atender 50 casos de crianças desnutridas no município de Matinhas (zona urbana e zona rural). No entanto, constata-se, em setembro de 99, a existência de 3 (três) crianças desnutridas e 3 (três) com risco de desnutrição assistidas pelos agentes comunitários de saúde, correspondendo a apenas 12% da meta prevista. Já no assentamento Cajá não existe nenhuma criança desnutrida. Estes números retratam uma situação de saúde pública bastante favorável, pois encontra-se abaixo do planejado para a região.

Quanto ao serviço de assistência médico-odontológica não se constatou alteração, pois o atendimento ainda é feito na cidade, que possui serviço básico de ambulatório e laboratório com recursos básicos, em posto de saúde mantido pela prefeitura de Matinhas, além de atendimento médico todos os dias da semana. No caso de atendimento hospitalar e maternidade, os assentados são transferidos para Alagoa Nova ou Campina Grande. O atendimento odontológico se limita à extração de dentes, sendo realizado 3 (três) vezes por semana.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 8 – CONDIÇÕES DE SAÚDE E NÍVEL DE ATENDIMENTO NO POSTO DE SAÚDE DE MATINHAS 1990 – SETEMBRO/1999

(%)	Trabalho de Prevenção de Doenças no Assentamento	Atendimento Médico-odontológico no Assentamento	Qualidade do Atendimento do Posto de Saúde em Matinhas
1990	Não	Não	Regular
1999	Sim	Não	Bom

Fonte: Posto de Saúde de Matinhas , setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.4 – Indicadores econômicos

3.5.4.1 – Produção e produtividade

Nos indicadores econômicos[47] optou-se por trabalhar com a produção agrícola e a produtividade; pecuária; renda; aquisição de instrumentos de trabalho e eletrodomésticos; nível tecnológico; acesso e utilização do crédito, buscando-se obter um quadro geral da situação econômica dos assentados. Nos dados econômicos, exceto crédito em que se utiliza o ano de sua liberação e uso, comparam-se os resultados de 1990, 1996 e 1999, para não haver distorção com relação aos dados, pois o município onde se localiza o imóvel foi afetado pela seca, que começou em 1997.

[47] Os indicadores econômicos (1990, 1996 e 1999) apresentados foram resultados de um exercício realizado juntamente com a EMATER/PB que resultou na elaboração de uma estimativa.

A principal atividade econômica do assentamento Cajá é a agropecuária, complementada com atividades não agrícolas, embora se saiba que os assentados possuam outras habilidades - pedreiro, enfermeira, professor, motorista e artesão. Estas habilidades são utilizadas em determinados momentos em benefício do próprio assentamento: na construção das casas, no trabalho no posto de saúde de Matinhas, na escola, no transporte da produção etc., como também em trabalhos permanentes ou temporários para complemento da renda familiar.

Na produção agrícola do Cajá (1990), destacam-se o feijão, o milho e a banana como os principais produtos agrícolas (com maior área plantada e maior produção), complementados pela produção de mandioca e laranja (tabela 9 e gráfico 3). Em 1996, o principal produto foi a banana, enquanto que, em 1999, foi a laranja. Observa-se que o feijão, o milho e a mandioca são lavouras temporárias produzidas, principalmente, para o autoconsumo, sendo o excedente vendido em Matinhas; a banana e a laranja são lavouras permanentes que, ao contrário, são produzidas para venda e uma pequena parcela fica para o consumo dos próprios agricultores. Com relação à pecuária tem-se a predominância do gado bovino, seguido de suínos, caprinos, equinos/asininos e aves. Os asininos e os eqüinos são utilizados como meio de transporte e nas atividades agrícolas para tração.

Os dados mostram que a produção agrícola passou por mudanças ao longo dos nove anos (1990, 1996 e 1999). Em 1990, era predominante o cultivo associado do feijão, do milho e da mandioca, produtos tradicionais da pequena produção no Brejo paraibano, principalmente para o autoconsumo; além disso existia uma pequena participação da produção de banana e laranja, culturas plantadas com o objetivo de venda.

O feijão atingiu nos anos de 1990 e 1996 uma produtividade média de 550 kg/ha ou 9 (nove) sacos/ha; o milho de 500 kg/ha ou aproximadamente 8 (oito) sacos/ha; a mandioca 108 kg/ha ou 2 (dois) sacos/ha; a banana 15 milheiros/ha e a laranja 27,5 milheiros/ha. Vale salientar que, ao se proceder a uma comparação da produtividade média destas culturas (1990 e 1996) com a produtividade média no município de Alagoa Nova (próximo ao assentamento), através de dados divulgados no Censo Agropecuário de 1995/1996 do FIBGE, nota-se uma produtividade do feijão de 233 kg/ha ou 4 (quatro) sacos/ha, do milho de 267 kg/ha ou 4 (quatro) sacos e da banana

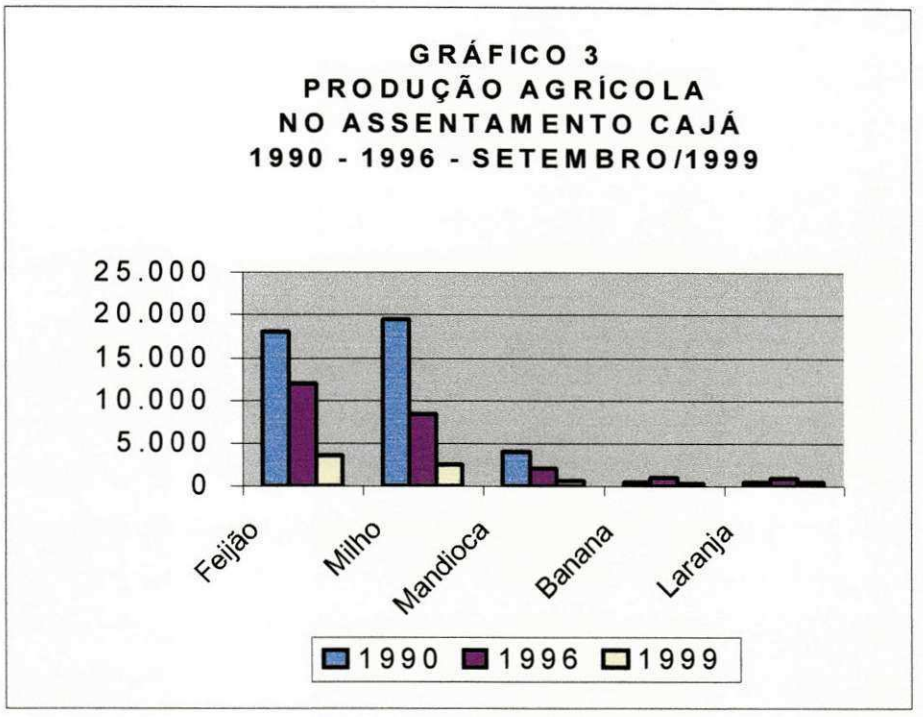
de 4 (quatro) milheiro/ha superiores às do município, enquanto a produtividade média da mandioca (3.000 kg/ha ou 50 sacos) e da laranja (66 milheiros/ha) foram inferiores à produtividade de Alagoa Nova.

Em 1996, percebe-se uma diminuição em 20% da área plantada em cultivo associado - feijão, milho e mandioca -, culturas destinadas principalmente ao autoconsumo. A produção destas culturas diminuíram, respectivamente, em 33%, 57% e 50%. Já a banana apresentou um aumento na área plantada e na produção de 83%; a área plantada da laranja em 133% e a produção da laranja em 94%, portanto um aumento da área plantada com produtos destinados à venda. Estas alterações no tamanho da área plantada e na diversificação de culturas recebeu uma influência direta do curso de *Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais*, pois foi realizado um diagnóstico da área e verificou-se a necessidade de aumentar o investimento em culturas que poderiam dar um maior retorno econômico.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 9 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ASSENTAMENTO CAJÁ
(Estimativa)
1990 - 1996 - SETEMBRO/1999

ANO	PRODUTOS	PRODUÇÃO (kg)	ÁREA (ha)	PRODUTIVIDADE (Kg/ha)
1990	Feijão	18.000	30	600
	Milho	19.500		650
	Mandioca	4.000		133
	Banana	525	35	15
	Laranja	450	15	30
1996	Feijão	12.000	24	500
	Milho	8.400		350
	Mandioca	2.000		83
	Banana	960	64	15
	Laranja	875	35	25
1999	Feijão	3.600	20	180
	Milho	2.520		126
	Mandioca	600		30
	Banana	288	30	10
	Laranja	525	25	21

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Notas: (1) os espaços em branco na área do milho e da mandioca, deve-se ao fato de serem plantados na mesma área do feijão em cultivo associado.
Elaboração própria



Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.

Os resultados do assentamento Cajá apontam uma tendência de alterações nos padrões tradicionais da unidade familiar de produção, cujas atividades agrícolas, grosso modo, eram voltadas para a produção de lavouras visando o autoconsumo. A orientação técnica estimulou mudanças na predominância de culturas de autoconsumo para a de lavouras destinadas à venda, o que provocou uma maior integração dos produtores assentados ao mercado e permitiu um aumento de sua renda (1990 a 1996).

No Cajá existia uma incipiente produção de banana e como essa microrregião é produtora de frutas que abastecem a região, tendo como destinos principais Alagoa Nova, Bananeiras e Campina Grande, estimulou-se a produção de banana e laranja (tangerina e cravo). O crédito do PROCERA para investimento e custeio recebidos pelos assentados em 1996 foi utilizado para a ampliação da produção de banana e laranja, além da aquisição de matrizes de gado bovino para a ampliação da pecuária como atividade econômica.

Em 1999, houve uma brusca redução da produção agrícola de feijão, milho, mandioca e banana (em torno de 70%) e uma queda menos acentuada na produção de laranja (40%), cultura mais resistente a seca. Isto se deve ao longo período de estiagem que atingiu todo o Brejo paraibano.

No estado da Paraíba dois milhões de pessoas, o que representa 60% de sua população (3,3 milhões de habitantes), sofrem com o período mais longo de estiagem do século. Os danos causados pela seca na agropecuária representam uma perda de R$ 850 milhões de reais na agricultura e 70% do rebanho bovino nos anos de 98 e 99. Os 193 municípios do estado afetados pela seca enfrentam a falta de abastecimento d'água e os prejuízos nas atividades ligadas ao campo. Diante desta situação crítica, a maioria da população sobrevive com aposentadorias, salários das frentes de trabalho e cestas básicas distribuídas pelo governo federal por meio do *"Programa Comunidade Solidária"* (FSP, 07/11/99:15).

A pecuária é pouco expressiva como atividade econômica no assentamento Cajá (tabela 10). É composta pelo rebanho de gado bovino, eqüino/asinino, caprino, suíno e aves. De 1990 para 1996, observa-se um aumento de aproximadamente 132% no rebanho bovino e uma redução de 17%, em 1999, um dado bem inferior ao da maioria do estado da Paraíba, que mostra uma redução em torno de 70% do gado bovino. Este gado é utilizado para produção de leite visando o autoconsumo da família e, eventualmente, é vendido para a realização de investimentos na agricultura e/ou para complementar a renda familiar. Os eqüinos e asininos são utilizados no transporte de água dos olhos d'água até as casas daqueles que residem no assentamento ou mesmo dos residentes na cidade que passam o dia inteiro trabalhando na área, como também no transporte de madeira e dos próprios assentados para Matinhas. Os caprinos são criados para retirada do leite e para o consumo da carne em festas, casamentos ou momentos especiais; os suínos servem para engorda e venda e as aves para o consumo de ovos e carne e, esporadicamente, para venda.

Na comparação dos indicadores da pecuária (1990, 1996 e 1999) observa-se um aumento de 71% de 1990 para 1996, devido aos investimentos realizados com o crédito e ao fato de que a época foi favorável por conta da abundância de chuvas no Brejo paraibano. Posteriormente, de 1996 para 1999, constata-se uma redução de aproximadamente 21% dos animais como resultado da seca iniciada em 1997. O ano de 1999 é o terceiro ano consecutivo de estiagem e, segundo as previsões dos meteorologistas, novo período agudo de seca assolará o semi-árido nordestino a partir do ano 2002[48]. Os animais são

[48] Segundo estudos do Centro Tecnológico da Aeronaútica (CTA), realizados em 1982, existe uma previsão para o semi-árido nordestino de um ciclo de secas a cada 26 anos que se iniciaria em 2002 (FSP, 07/11/99:15).

afetados no período de seca no assentamento Cajá pela insuficiência de água e a redução do pasto natural. Dentre estes animais, alguns foram vendidos pelos assentados antes de sua perda.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 10 – PECUÁRIA NO ASSENTAMENTO CAJÁ
(Estimativa)
1990 - 1996 - SETEMBRO/1999

ANO	TIPO	CABEÇAS (Nº)
1990	Bovino	40
	Eqüino e asinino	05
	Caprino	10
	Suíno	15
	Aves	50
Total		120
1996	Bovino	93
	Eqüino e asinino	12
	Caprino	20
	Suíno	20
	Aves	60
Total		**205**
1999	Bovino	77
	Eqüino e asinino	10
	Caprino	20
	Suíno	15
	Aves	40
Total		**162**

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.4.2 – A renda familiar

O segundo indicador econômico utilizado neste estudo é a renda familiar mensal dos assentados do Cajá, destacando-se a origem da renda, a participação da renda proveniente da agropecuária, renda de autoconsumo, renda de aposentadoria e rendas não agrícolas (tabela 11 e gráfico 4).

Em 1990, a origem da renda familiar mensal do assentamento apresentava uma participação importante de 48% da agropecuária (43% produtos agrícolas e 5% pecuária), seguida de 23% de autoconsumo[49]; 12% aposentadoria e 17% rendas não agrícolas (prestação de serviços temporário de pedreiro e motorista, ajuda dos filhos que estão no sudeste do país, trabalho permanente como enfermeira e artesanato).

Em 1996, devido aos investimentos realizados na agropecuária com o apoio do crédito e aos fatores climáticos que colaboraram com muita chuva na região, houve um aumento da renda oriunda da agropecuária que passou para 55% (51% agrícola e 4% pecuária) e uma redução na renda de autoconsumo (15%), justificada pela diminuição do cultivo do feijão, milho e a mandioca e o aumento das lavouras da banana e laranja. Constata-se um aumento na renda da aposentadoria (17%) devido ao aumento do número de aposentados, que representa o envelhecimento da população (pessoas com mais de 65 anos de idade). Identifica-se também um aumento da renda de atividades não agrícolas (13%), embora tenha havido alteração na sua fonte, porque esta renda é proveniente de trabalhos temporários e permanentes na cidade de Matinhas. Não mais se percebe a presença de ajuda dos filhos, pois aqueles assentados que a recebiam estavam incluídos entre os falecidos e o desistente.

Em 1999, verifica-se uma mudança intensa na origem da renda, como conseqüência da seca que prejudicou a produção agropecuária. A renda da agropecuária representou 30% da renda total (27% agrícola e 3% pecuária). A renda de autoconsumo sofreu pequena redução, com sua participação caindo para 10%. A participação da aposentadoria do trabalhador rural, baseada no salário mínimo (representa meio salário mínimo), cresceu e atingiu 20% da renda total, devido ao aumento do salário mínimo nominal médio que, em 1996, era de R$ 108,00 e passou, em 1999, para R$ 136,00. Destaca-se um aumento significativo da renda não agrícola com uma participação de 40% sobre a renda total. Esta renda caracterizada como não agrícola é composta por trabalhos permanentes e temporários dos assentados em escolas, na prefeitura e no posto de saúde de Matinhas, pequeno comércio e frentes de trabalho.

[49] Renda de autoconsumo – é a parcela da renda dos assentados referente ao consumo dos produtos agropecuários produzido por eles, de acordo com o preço de venda no mercado.

As perdas na produção agrícola foi o fator primordial para a procura por uma maior diversificação da renda dos assentados como uma estratégia de sobrevivência para continuar no assentamento, acreditando que *"melhores dias virão"*. Em 1999, é notório o aumento da participação da aposentadoria e da renda proveniente de atividades não agrícolas, mas, acima de tudo, verifica-se uma maior diversificação de suas fontes de renda.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 11 – ORIGEM DA RENDA NO ASSENTAMENTO CAJÁ
(Estimativa)
1990 - 1996 - SETEMBRO/1999

ANO	ORIGEM DA RENDA	PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL (%)
1990	Renda da agropecuária	48
	Renda de autoconsumo	23
	Renda de aposentadorias	12
	Renda não agrícolas	17
1996	Renda da agropecuária	55
	Renda de autoconsumo	15
	Renda de aposentadorias	17
	Renda não agrícolas	13
1999	Renda da agropecuária	30
	Renda de autoconsumo	10
	Renda de aposentadorias	20
	Renda não agrícolas	40
Renda Total		**100**

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

A renda média monetária bruta (tabela 12) percebida pelas 35 famílias assentadas no Cajá era de R$ 115,60 (1990), passando para R$ 212,66 (1996), um crescimento de aproximadamente 84%, justificado pelo aumento na renda proveniente da agropecuária devido ao aumento da área plantada e à produção de lavouras comercializáveis (banana e laranja), como também a uma redução no número de famílias para 31, após a ocorrência de 4 (quatro) falecimentos e uma desistência. Em 1999, esta renda sofre uma redução para R$ 175,34 (1999). A diminuição da renda neste ano só não foi maior porque a queda da produção da laranja foi inferior às demais e o seu preço de mercado (R$ 30,00/milheiro) é superior ao da banana (R$ 15,00/milheiro); também pelo esforço realizado pelos assentados para diversificar suas fontes de renda.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 12 – RENDA MONETÁRIA MEDIA FAMILIAR MENSAL
(Estimativa)
1990 - 1996 - SETEMBRO/1999

ANO	RENDA MONETÁRIA BRUTA (R$)
1990	115,60
1996	212,66
1999	175,34

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.4.3 – Nível tecnológico

Os assentados do Cajá utilizam um nível baixo de tecnologia. Um forte motivo é a elevada declividade do terreno, que não permite o uso de tratores ou máquinas pesadas. Assim, utilizam-se instrumentos de trabalho rudimentares - enxada, foice, enxadeco, machado etc.

Comparando o ano de 1990 com o de 1996 e 1999 (tabela 13), depreende-se que não houve melhoria com relação ao uso de tecnologia e sim um recuo, exceto no caso das sementes selecionadas utilizadas por todos os assentados, já que são distribuídas pela prefeitura na época de plantio. Houve uma redução do uso de adubo orgânico de 80% (1990) para 60% (1996) e depois 20% (1999); de adubo químico de 5% (1990 e 1996) para nenhum (1999); e nos expedientes de conservação e recuperação do solo de 20% (1990 e 1996) para 15% (1999).

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 13 – NÍVEL TECNOLÓGICO UTILIZADO PELOS ASSENTADOS DO CAJÁ
(Estimativa)
1990 - 1996 - SETEMBRO/1999

DISCRIMINAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA	1990 (%)	1996 (%)	1999 (%)
Trator	-	-	-
Sementes secionadas	100	100	100
Adubo orgânico	80	60	20
Adubo químico	5	5	0
Conservação e recuperação do solo	20	20	15

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

Os técnicos da EMATER/PB explicam que, em época de seca, há uma queda brusca da produção; consequentemente, os agricultores diminuem os investimentos na agropecuária e nos cuidados com a terra. O nível tecnológico dos assentados do Cajá é muito baixo, a abundante produção de banana e laranja em época de inverno normal se deve ao elevado grau de fertilidade da terra. Percebe-se que existem condições de aumentar a produção e a produtividade com o uso de uma tecnologia acessível em termos financeiros e que pode trazer retorno econômico para os assentados.

Acrescente-se a esta situação a dificuldade de acompanhamento e orientação técnica da EMATER na área, já que existe apenas um técnico para atender a 4 (quatro) assentamentos e os pequenos produtores localizados próximo ao município de Matinhas. Este órgão funciona em uma pequena sala na secretaria da agricultura desta cidade, sem equipamentos adequados e nem um auxiliar. Estes motivos dificultam o trabalho do técnico no assentamento, além de impossibilitar o desenvolvimento de um trabalho intenso de organização social.

No âmbito global a pequena produção não teve acesso ao crédito subsidiado para modernização tecnológica, muito menos no estado da Paraíba, onde o processo de modernização da agricultura se deu tardiamente, na década de 70, concentrado nas mãos dos grandes latifundiários.

Segundo Leite (1988:14), a pequena produção necessitaria de mais recursos financeiros e uma quantidade superior de terras para ter acesso à tecnologia. A situação da pequena produção pode ser analisada dessa forma:

> **"(...) apesar de extorquidos pelo grande capital, ao que se associam (onde existe inclusive uma imposição direta do padrão tecnológico a ser seguido, consubstanciado no acompanhamento da produção, comercialização da safra, etc.) [sic], os pequenos produtores tecnificados apresentam um padrão de vida melhor do que aqueles marginalizados do sistema capitalista".**

Nesta perspectiva, ao analisar a realidade de projetos de assentamento no estado de São Paulo, Leite (1988:19) enfatiza as seguintes dificuldades enfrentadas no processo de modernização dos assentados: necessidade de carta de anuência por parte do banco; atraso na liberação do crédito; inexistência de infraestrutura básica; inexperiência dos assentados no gerenciamento dos recursos e entraves na comercialização da produção. O autor

também constata conflitos entre as formas tradicionais de trabalhar a terra e as mudanças advindas do uso de tecnologia; esclarece que os assentados organizados na forma semi-coletiva e coletiva tiveram, em maior medida, acesso à tecnologia, o que lhes possibilitou maior competitividade e facilitou a integração ao mercado.

Com exceção da carta de anuência, praticamente todos os problemas acima levantados com relação ao uso de uma tecnologia moderna foram e são enfrentados pelos agricultores assentados do Cajá, amplificados pelo fato de que parcela significativa (35%) tem idade acima de 45 anos. Acrescente-se, ainda, as dificuldades decorrentes da declividade do terreno. Além dos elementos identificados acima, saliente-se que a falta de organização coletiva é um fator impeditivo para obtenção do acesso e uso de tecnologias com um menor custo. Como a terra tem um grau de fertilidade elevado, se os assentados do Cajá investissem em tecnologia poderiam aumentar a produção e a produtividade, conseguindo melhores resultados econômicos. No entanto, neste quesito específico de uso de tecnologia nenhuma melhoria foi observada no assentamento estudado.

Já com relação aos outros itens comparados neste trabalho observa-se, no plano geral, uma melhoria na situação econômica dos assentados no período estudado - 1990 a 1999. Esta melhoria é percebida através de um aumento da produção de culturas comercializáveis, como a banana e a laranja; aumento e ampliação das fontes de renda; aumento do uso de eletrodomésticos; acesso e utilização do crédito, principalmente o de custeio do PROCERA (1996;1998 e 1999).

Quanto à aquisição de implementos agrícolas e veículos próprios observa-se uma melhoria de 1990 para 1999. Os assentados tiveram acesso a mais instrumentos de trabalho, mesmo que sejam considerados rudimentares. A aquisição de veículo de passeio passou de 3% (uma família assentada) para 9% (três famílias assentadas). Este indicador aponta uma tendência de melhoria no padrão de vida das famílias.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 14 - PORCENTAGEM DOS ASSENTADOS QUE POSSUEM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E VEÍCULO
1990 – SETEMBRO/1999

ANO	Motor e prensa Manual de casa de farinha	Pulverizador	Chibanca	Enxada	Foice	Machado	Carro de passeio
1990	100	0	40	100	100	50	3
1999	100	13	60	100	100	50	10

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.4.4 – Crédito

O crédito constitui um indicador econômico essencial para viabilização da produção. Os assentados têm acesso ao crédito somente através da Associação do assentamento, condição determinada no PNRA. No ano de 1987, 97% das famílias do Cajá tiveram acesso ao crédito fomento agrícola (valor médio de R$ 740,00/família) e alimentação (valor médio de R$ 340,00/família), como pode-se observar na tabela 15.

Em 1989, das 35 famílias do local, 22 receberam o crédito habitação (valor médio de R$ 2.500,00/família), correspondendo a 63% do total. Este crédito era destinado à construção de habitações no assentamento. Uma parcela das famílias deixou de acessar este crédito porque possuíam suas casas em Matinhas. Estas linhas de crédito - fomento agrícola, alimentação e habitação - são disponibilizados para implantação do assentamento, tendo o Banco do Brasil como agente financeiro e pagamentos previstos para se realizarem após a titulação definitiva da terra. No Cajá, chegaram anos após a criação do projeto.

No período de 1990 a 1999, os assentados tiveram acesso ao PROCERA, aquela linha de crédito especial para reforma agrária (tabela 15). Em 1996, 90% das famílias receberam crédito de investimento e custeio (valor médio de R$ 4.279,76/família). Este crédito serviu para ampliação da produção de banana, laranja e mandioca, pastagem artificial, currais e cocheiras, cerca, compra de um caminhão, aquisição de matrizes de gado bovino e animais de tração (burro).

Nos anos de 1997, 1998 e 1999, os assentados receberam do PROCERA o crédito de custeio para financiar a produção. Em 1998, 77% tiveram acesso ao crédito (valor médio de R$ 951,75/família); no presente ano (1999), 58% das famílias receberam (valor médio de R$ 773,03/família). Com o passar dos anos percebe-se uma diminuição do número de famílias que têm acesso a este tipo de crédito. Há muito receio de endividamento, de não se conseguir pagar o banco e perder a terra, como também há aqueles que conseguiram guardar uma reserva de dinheiro para investir na produção anual. Este crédito, que tem como agente financeiro o Banco do Nordeste, é pago após o período de carência de até 2 (dois) anos, para o caso de um primeiro crédito; para créditos posteriores, depende dos ciclos das lavouras e o prazo máximo de carência é de um ano. O custeio de 1996 foi pago por dois assentados, mas em função da seca o prazo de pagamento foi prorrogado por mais 2 (dois) anos. Ainda não é possivel averiguar a real capacidade de pagamento dos assentados, mas acredita-se que existam boas perspectivas de liquidação da dívida.

Vale salientar que o crédito de custeio tem chegado, praticamente todos os anos, com atraso, normalmente após o mês de julho, época posterior à colheita. Isto significa que os próprios assentados, mesmo diante de suas limitações financeiras, investem no plantio, evidentemente com uma condição inferior àquela que poderiam ter se o crédito estivesse disponível no prazo hábil para a plantação. Assim, torna-se extremamente difícil um processo de capitalização dos assentados e afastam-se ainda mais quaisquer possibilidades de uma inserção minimamente competitiva no mercado. Mesmo diante destas constatações das dificuldades de operacionalização adequada, o PROCERA era uma linha de crédito especial para os assentados, substituída a partir de setembro do presente ano pelo PRONAF.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 15 - ACESSO DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS AO CRÉDITO RURAL
1990 – SETEMBRO/1999

DATA	TIPO	N.º FAMÍLIAS		VALOR MÉDIO/ FAMÍLIA (R$)	TOTAL (R$)	AGENTE FINANCEIRO
		(N.º)	(%)			
16/12/87	Fomento Agrícola	35	97	740,00	25.900,00	BB
16/12/87	Alimentação	35	97	340,00	11.900,00	BB
26/08/89	Habitação	22	63	2.500,00	55.000,00	BB
31/12/96	Investimento Custeio	28	90	4.279,76	119.833,30	BNB
1997	Custeio	24	77	951,75	22.842,00	BNB
1998	Custeio	23	74	800,00	18.400,00	BNB
1999	Custeio	18	58	773,03	13.914,50	BNB
TOTAL	-	**26**	-	**10.384,54**	**267.789,80**	-

Fonte: INCRA/PB, setembro de 1999.
Notas: (1) BB – Banco do Brasil; BNB – Banco do Nordeste do Brasil; (2) 1987 - existia 36 famílias no assentamento; 1989 – 35 famílias; 1996, 1997, 1998 e 1999 – 31 famílias; (3) a média de famílias que tiveram acesso ao crédito de implantação, investimento e custeio, no período de 1987 a 1999 é de 26 famílias.
Elaboração própria

3.5.4.5 – Aquisição de implementos agrícolas e de eletrodomésticos

Os indicadores da pesquisa com relação à aquisição de eletrodomésticos (tabela 16), em 1990, contava com a participação de 35 famílias, e em 1999, com 31 famílias, das quais 13 moram no assentamento e 18 no município de Matinhas.

Na comparação com o ano de 1999, verifica-se uma efetiva melhoria no poder aquisitivo das famílias assentadas do Cajá, que se deu através da aquisição e uso de eletrodomésticos - TV a cores, geladeira e fogão à gás -, com predominância deste tipo de consumo dos assentados residentes na cidade, tanto em 1990 como em 1999. Este fato é justificado pela inexistência de energia elétrica em 35% das habitações, somando-se a isto a falta de recursos financeiros de algumas famílias que possuem muitos filhos. No entanto, observa-se que mesmo os assentados habitantes da zona rural passaram a ter acesso aos eletrodomésticos em 1999.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 16 - PORCENTAGEM DE ASSENTADOS QUE POSSUEM ELETRODOMÉSTICOS
1990 – SETEMBRO/1999

ANO	Localização	TV a cores	Geladeira	Fogão à gás
1990	Famílias que moravam no assentamento (%)	0	0	0
	Famílias que moravam em Matinhas (%)	11	11	11
1999	Famílias que moram no assentamento (%)	46	31	100
	Famílias que moram em Matinhas (%)	94	77	100

Fonte: Associação dos Moradores do Cajá, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.5 – Indicadores de participação em organizações associativas

Os indicadores de participação dos assentados em organizações associativas (tabela 17) indicam que, em 1990, existiam 34 famílias associadas à Associação do assentamento, enquanto em 1999 este número caiu para 23 associados. As 36 famílias são filiadas ao Sindicato dos Trabalhadores de Alagoa Nova e não participam de nenhuma outra entidade. A filiação ao Sindicato foi feita anteriormente ao surgimento do assentamento, tendo em vista que os assentados o viam como um canal de reivindicação de seus direitos trabalhistas e de encaminhamento de processos para aposentadoria.

Verifica-se que a Associação é uma entidade utilizada para fins de formalização do acesso ao crédito, não funcionando efetivamente como entidade de gestão coletiva do assentamento e/ou de reivindicação de direitos sociais. Esta prática do trabalho coletivo, que implica em discussões e decisões grupais, é muito difícil para os agricultores, dado o histórico de anos de subordinação, aliado aos baixos níveis de escolaridade. Portanto, a coletivização e democratização das decisões e de ação são processos que só podem vir com o tempo e com uma permanente assessoria para a organização, papel que poderia ser cumprido pelos órgãos oficiais responsáveis pela política de assentamentos. Faz 2 (dois) anos que nenhum técnico do INCRA, por exemplo, visita o assentamento.

O fato é que a inexistência de uma organização coletiva forte fragiliza ainda mais a situação econômica destas famílias, que se tornou ainda mais delicada a partir da seca que praticamente dizimou a produção de bananas do assentamento. A falta de união, cooperação e organização impede a criação das condições necessárias para aumentar a produção, acessar tecnologias novas e, principalmente, vender os produtos diretamente ao consumidor. Outro elemento agravante é que este assentamento não está incluído entre os assentamentos assistidos pelo Projeto Lumiar, a exemplo de todos aqueles anteriores a 1996. Isto significa que o Cajá não recebe a assistência técnica prevista neste Projeto, considerado inovador, na medida em que permite a reunião de membros da universidade, do MST, do INCRA e de ONG's para um trabalho em conjunto com os assentados.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 17 – NÍVEL DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSENTADOS EM ORGANIZAÇÕES 1990 – SETEMBRO/1999

ANO	ASSOCIAÇÃO (%) do nº famílias	SINDICATO (%) do nº famílias	COOPERATIVA (%) do nº famílias
1990	34	36	-
1999	23	32	-

Fonte: Associação dos Moradores do Cajá, setembro de 1999.
Elaboração própria

Este é um ponto fraco no assentamento Cajá e em boa parte dos núcleos do estado da Paraíba. A luta pela terra foi capaz de uni-los, mas o assentamento é visto pelos assentados no plano individual: cada um trabalha para viabilizar economicamente o "seu" pedaço de terra, que por sinal ainda nem é de sua propriedade, porque não receberam o título definitivo da terra e nem pagaram por ela.

Considera-se esta questão essencial e merecedora de reflexões profundas entre os assentados, Lumiar/INCRA, EMATER, Projeto Cooperar, Prefeitura de Matinhas e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Nova. A organização coletiva é, sem dúvida, um caminho para baratear custos e aumentar o volume da produção, auferir produtividade e ganhos na comercialização,

preservar a terra e, por fim, mas tão importante quanto, investir na realização de um projeto comunitário que possa melhorar a qualidade de vida dos assentados. Cabe, ao lado da assessoria voltada à qualificação tecnológica da produção e da comercialização agropecuária, formar tecnologia social dirigida ao desenvolvimento de formas associativas e comunitárias a serem aplicadas aos assentamentos rurais.

Existem experiências enriquecedoras na região Nordeste, a partir da constituição de cooperativas agropecuárias bem sucedidas nos assentamentos rurais conquistados com o apoio do MST. No estado do Ceará, por exemplo, foi criada a Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária que, no município de Monsenhor Tabosa, região do semi-árido, tem como filiada a Coopaguia, localizada no assentamento Santana. A Coopaguia vem conquistando, para o conjunto de seus associados, um bom nível de desenvolvimento social. O assentamento possui posto telefônico, creche, escola completa do 1º grau e programa de distribuição de leite para todas as crianças. Isto se deve ao trabalho desenvolvido pela Cooperativa na pecuária bovina e caprina, principalmente com a venda de queijo na região. Este assentamento possuía 65 famílias produzindo em 3.213 ha e com uma renda média anual de R$ 1.730,00 (CONCRAB, 1996:16).

Nesta experiência no estado do Ceará destaca-se a importância do cooperativismo como alternativa de produção e de geração de renda nos assentamentos do semi-árido, o que permitiu:

> ***"A transformação dos assentamentos em modelo de desenvolvimento para o semi-árido, deve-se, em grande parte, à articulação da Cooperativa Central. O Sistema Cooperativista envolve três cooperativas, 15 associações, entre outras. O desenvolvimento cooperativista significa educação, estruturação produtiva, capacitação de produtores pela assistência técnica. A tecnologia aplicada da irrigação soma-se ao adubo orgânico preparado pelo cultivador. A orientação representa diversificação da produção, a política do coletivo, da administração, do planejamento, da boa produção e boa alimentação abriram os olhos dos lavradores para novos horizontes"*** (CONCRAB, 1996:16).

Os assentados do Cajá precisam conhecer estas experiências e refletir sobre formas de cooperação. Pequenos exemplos do cotidiano podem ilustrar o potencial da cooperação para os pequenos agricultores: a ajuda de um vizinho com leite para o filho pequeno ou o remédio para minorar os problemas de saúde daqueles menos favorecidos, enfim, praticar a ajuda mútua que faz parte da vida social. Estas formas simples poderão de transformar em formas mais complexas com a constituição de uma cooperativa e, posteriormente, de centrais de cooperativas. Cabe à forma cooperativa articulação das dimensões econômica e sociocomunitária.

No assentamento Cajá houve uma diminuição da participação das famílias assentadas em sua entidade de representação, a Associação dos Moradores do Cajá, enquanto, a participação no sindicato se manteve inalterada como mostra a tabela 17. Isto se justifica pela falta de motivação dos assentados em trabalharem juntos, como também pela alegação de não terem percebido resultados concretos do trabalho coletivo quando este se deu, nem nas atividades desempenhadas pela Associação. Assim, grassa o desinteresse pela Associação e um grau de insatisfação com relação à gestão, o que, consequentemente, resulta no desligamento da família.

Neste sentido, a realização de um trabalho coletivo é imprescindível para que a Associação volte a ser aceita por todos e tenha credibilidade. Com relação ao Sindicato, os assentados o tem como uma entidade de representação, mas não é através deste que tomam as decisões fundamentais a respeito da gestão do assentamento e sim por meio da Associação. Portanto, esta se faz presente em seu cotidiano, de onde emergem as relações sociais e os conflitos.

Longe de pensar em modelos fechados e acabados para um problema tão complexo como a coletivização nos assentamentos, pretende-se, aqui, apontar alguns caminhos. Para o avanço dos assentados do Cajá com relação à organização coletiva entende-se que é fundamental começar a discutir o objetivo comum do assentamento, fazendo aquela pergunta básica: o que nos une? Algo temos em comum, afinal, somos assentados do Cajá, não é?. Pensar e identificar os problemas comuns, como também as alternativas para resolvê-los. Como a organização coletiva poderia melhorar a vida das famílias no assentamento do ponto de vista da infraestrutura, da produção e comercialização de produtos, do acesso à tecnologia, da educação, da saúde, do lazer. Qual o

caminho que precisamos percorrer para atingir nossos objetivos em cada um destes itens? Trata-se de um longo processo de organização, que não pode prescindir do apoio do Estado.

Acredita-se, enfim, que a prática de formas coletiva de gestão do assentamento é uma alternativa de desenvolvimento político, econômico e social. No aspecto político, os assentados vão refletir sobre a própria realidade no contexto das políticas econômica e de reforma agrária, reivindicando seus direitos junto aos órgãos públicos responsáveis pelo trabalho técnico nos assentamentos. No aspecto econômico, significa aumento da renda familiar, além de outros ganhos vinculados ao trabalho. No aspecto social, um maior investimento no lote comunitário e na vida societária do assentamento de um modo geral, ampliando a infraestrutura e as perspectivas de acesso a educação, saúde e lazer para todos.

3.5.6- Indicadores de evasão

O assentamento Cajá possui um índice baixo de evasão, o que é considerado um ponto extremamente positivo, pois significa que as famílias estão investindo no assentamento. Após o falecimento de uma senhora viúva e a conseqüente desocupação de seu lote, o assentamento contava, em 1990, com 35 famílias. No período entre 1990 e 1999, ocorreram mais três falecimentos, todos de chefes de famílias pequenas; o "desaparecimento" de um assentado que foi a Juazeiro do Padre Cícero pagar promessa e não mais voltou, levando viúva e filhos a morar na cidade; e a desistência de um casal de idosos aposentados que resolveu morar em Matinhas, porque não tinham mão-de-obra familiar suficiente para trabalhar no lote. Ainda no período de 1990 a 1996, havia 31 famílias. Atualmente (1999), portanto, os lotes do assentamento são utilizados pelos assentados vizinhos e parentes (sobrinhos, genros, filhos e cunhados) dos assentados que faleceram e daquele que desapareceu.

Feitas as contas (tabela 18), houve apenas uma desistência de uma família; de resto, falecimentos de assentados sem filhos ou com filhos que migraram para as cidades. Os lotes ficaram desocupados formalmente, mas estão sendo utilizados por famílias vizinhas do assentamento e parentes dos falecidos, restando 31 famílias. Este índice de evasão é considerado baixo, seja, 3%, bem inferior ao da região Nordeste - 6% - e bem inferior ao da região centro-oeste - 20% (FAO/MARA, 1992). Isto demonstra uma tendência de permanência no

assentamento e a conseqüente disposição para enfrentar os problemas cotidianos e dar continuidade ao trabalho na terra. Por outro lado, mostra o desejo dos assentados de conquistar sua autonomia e a vontade de melhorar seu padrão de vida, pois de foreiros e sem terra passaram à condição de assentados com a posse legal da terra.

Na pesquisa realizada pela EMATER/PB no assentamento abordou-se o grau de satisfação dos assentados no trabalhar e na vida no assentamento. Os resultados apontaram, no plano geral, o seguinte:

> ***"Segundo informações, a satisfação em poder viver e trabalhar no assentamento é ótima. Uma vez que anteriormente eles viviam esquecidos e apenas trabalhando duro nas terras dos patrões, sem ter o direito de dizer que tinham um pedaço de terra próprio e fazer o que bem entendiam. Com o assentamento, eles já podem trabalhar o crédito rural, junto com os bancos, pois já possuem o documento comprovando o domínio do lote"*** (EMATER/PB, 1999).

Este grau de satisfação dos assentados apontam um caminho para a comparação da vida dos assentados antes e depois do assentamento. Recordam-se da vida de foreiros/posseiros ou de agricultores sem terra, do trabalho árduo, de pouco resultado, apenas produção para o autoconsumo e para o pagamento ao patrão pelo uso da terra. Não tinham terra, nem casa para morar nela, possuíam escassos implementos agrícolas, não tinham eletrodomésticos e veículo próprio.

Mesmo levando em consideração que a situação econômica e social do assentamento ainda pode e necessita melhorar, pois os assentados precisam ter acesso a educação, saúde, abastecimento d'água e energia elétrica para todos no assentamento e a tecnologia para produção e principalmente a organização coletiva, a situação de vida é considerada superior, tendo em vista que detêm agora a posse da terra, acesso ao crédito, a condições de produção, a assistência técnica, controlam o ritmo e os resultados de seu próprio trabalho, existem habitações para 64% das famílias, casa de farinha, energia elétrica em 42% das casas, eletrodomésticos para a maioria e carro de passeio para 10% deles.

Com relação às expectativas em torno do assentamento, declararam: ***"É que os poderes públicos melhorem ainda mais a situação da agropecuária no país, principalmente, para os pequenos produtores e os assentados pela reforma agrária"*** (EMATER/PB, setembro de 1999).

Por um lado, é importante que os assentados percebam que o Estado precisa cumprir a sua parte, mas, de outro lado, não podem esperar por uma política assistencialista, precisam também procurar os seus próprios caminhos.

ESTADO DA PARAÍBA
TABELA 18 – NÍVEL DE EVASÃO DE ASSENTADOS NO CAJÁ
1985 – SETEMBRO/1999

ANO	Famílias Assentadas (nº famílias)	Falecimento (nº famílias)	Desaparecimento (nº famílias)	Desistência (nº famílias)	Saldo
de 1985 a 1989	36	01	-	-	35
1990	35	-	-	-	35
1996	35	02	01	01	31
1999	31	-	-	-	

Fonte: EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.5.7 – Titulação

Em 1990, os assentados do Cajá completavam 5 (cinco) anos de desapropriação do imóvel sem possuírem nenhum comprovante de posse da terra. Em 1999, os 31 assentados receberam carta de anuência do INCRA, porque solicitaram o PROCERA. Este é um documento obrigatório exigido pelo banco antes da liberação do crédito.

Após 14 anos, começa a discussão da possibilidade dos assentados terem a titulação definitiva da terra na forma de condomínio, devido ao tamanho dos lotes, considerados pequenos para exploração agropecuária. Para que isso ocorra, o assentamento precisa passar para a fase de emancipação. O INCRA já deu início a este processo, mas como emancipar uma área onde não existem condições de sustentabilidade e nem autogestão?. Estes elementos são essenciais para emancipação do assentamento e constam da política de assentamento (1987).

Apesar dos assentados terem vontade de receber o título definitivo da terra, motivo de segurança para a realização de investimentos, não querem deixar de receber o crédito de custeio anual do PROCERA. Extinto este projeto, os assentados terão acesso ao PRONAF, linha de crédito destinada à pequena produção. Ocorre que, se receberem o título definitivo de propriedade, não mais terão acesso ao crédito através do INCRA.

3.5.8 – Pontos fortes e pontos fracos do assentamento Cajá

Apresentam-se e interpretam-se os pontos fortes e pontos fracos do assentamento Cajá, nos anos de 1990 e 1999. As informações foram coletadas no projeto do *"V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos"* (1990) e na EMATER/PB, escritório de Matinhas, em setembro de 1999.

Um ponto forte comum às duas fontes é a boa localização do imóvel, situado na microrregião do Brejo Paraibano e mesorregião do Agreste Paraibano, região de solos férteis e média pluviométrica (1.042 mm/ano)[50] bem superior as microrregiões do Cariri Velho e do Curimataú (500 mm/ano), que são as regiões mais áridas da Paraíba. Em 1990, o segundo ponto forte apontado foi a fertilidade da terra: a terra é fértil, os solos são de textura média e rasos, com erosão laminar pouco acentuada e propícios para fruticultura. O terceiro ponto forte destacado era a experiência dos assentados na agricultura. Este ponto é importante por demonstrar a habilidade dos agricultores assentados na atividade agrícola, o que contribui para viabilidade econômica do assentamento, além de demonstrar determinação em investir e continuar na área. O quarto ponto forte salientado foi o contigente de jovens, filhos dos assentados que têm interesse em continuar a história dos pais trabalhando na agricultura.

[50] Fonte: Folha de São Paulo, 07 de novembro de 1999.

Em 1999, destacam-se como pontos fortes a proximidade da zona urbana e a produção de fruticultura. O assentamento está localizado a 1 km do município de Matinhas, fato que facilita o escoamento da produção dos assentados para venda na cidade, principalmente os excedentes de feijão e milho, como também permite o acesso aos pontos de venda de produtos agrícolas, como por exemplo, arroz e hortaliças, e industrializados, como macarrão, café, produtos de higiene e limpeza. Além disso, a proximidade facilita o acesso ao atendimento médico-odontológico e às escolas, tendo em vista que no assentamento não possui estes serviços.

Estes pontos fortes contribuem para viabilidade econômica e social do assentamento, mas é necessário saber explorar o potencial da terra, a localização, a infraestrutura e a área disponível para ampliação e diversificação da produção agropecuária que permita resultados efetivos para os assentados.

O primeiro ponto fraco salientado, em 1990, foi a insuficiência de reservatórios d'água. Mesmo considerando que o assentamento possui um rio temporário, dois poços, três cisternas e uma caixa d'água, estes não são capazes de abastecer a área em época de estiagem. O segundo ponto fraco foi a falta de recursos financeiros e crédito. Nesta época, os assentados apenas tinham recebido o crédito alimentação, habitação e o fomento, que se constituíam em recursos escassos destinados, respectivamente, à compra de comida, à construção de casas e aos insumos para produção. Portanto, as famílias estavam descapitalizadas para investir na agropecuária. O terceiro ponto fraco destacado foi a declividade do terreno, tendo em vista que o relevo é fortemente ondulado, com escarpas íngremes, reproduzindo a cordilheira da Borborema. Esta elevada ondulação dificulta o trabalho na agropecuária, como também a própria adubação, porque a água da chuva pode levar os nutrientes do solo adubado dos lotes localizados em cima para outros em baixo. Além disso, a falta de saneamento básico - à época apenas 28% das parcelas possuíam fossas sanitárias e, nas demais, as necessidades fisiológicas eram feitas a céu aberto - implicava em uma contaminação em cadeia, dos lotes localizados em cima e aqueles localizados embaixo, resultando em um problema de saúde comum no assentamentos, que era a verminose instestinal. O quarto ponto fraco enfatizado foi a comercialização, pois 100% das famílias entregavam sua produção aos atravessadores. Havia a necessidade de começarem a pensar em comercializar os produtos de forma coletiva, através da Associação dos Assentados por exemplo, para garantir um

preço mais elevado e a possibilidade de concretização de um contrato permanente para vendas dos produtos, principalmente a banana e a laranja.

Em 1999, identificou-se novamente como ponto fraco a falta de abastecimento d'água. Isto significa que o problema da água não foi resolvido ao longo dos nove anos. Como esta região passa por uma das mais prolongadas seca de sua história é necessário que os assentados façam reivindicações junto ao INCRA e ao Projeto Cooperar, no sentido de se criar formas de resolver o problema da insuficiência de abastecimento.

Segundo estudos realizado pela EMATER, parcela considerável da área do Cajá não é própria para agricultura devido à elevada declividade do terreno. Percebe-se que no período de 1990 a 1999, os assentados procuraram investir também em outras atividades, como, por exemplo, a pecuária, cuja aquisição de matrizes se deu através dos recursos do PROCERA.

Acrescenta-se outro ponto fraco que é o tamanho dos lotes, considerados pequenos para o desenvolvimento da produção agropecuária e para gerar trabalho para toda a mão-de-obra familiar disponível. Uma forma de amenizar este problema é investir na recuperação dos solos, implantando adubação orgânica para aumentar a produtividade, além de optar por culturas apropriadas para cada terreno e sua localização.

Destaca-se também como ponto fraco do assentamento Cajá a falta de organização coletiva. Não existe trabalho coletivo e a área de plantação de culturas no lote destinado a atividades de caráter comunitário não está sendo utilizada. Percebe-se a falta de união, cooperação e integração no assentamento, pois as famílias se isolaram e começaram a trabalhar individualmente em seus lotes. A falta de uma organização coletiva mais vigorosa é um problema sério no assentamento e que precisa ser repensado. O processo de coesão e ação grupais representa o caminho mais seguro para a melhoria das condições de produção e comercialização e, consequentemente, a maximização dos resultados econômicos para os agricultores e suas famílias.

Ao longo de nove anos, tempo que cobre este estudo, não houve avanços na organização coletiva dos assentados, que se deve, em parte, à ausência do Estado no assentamento. Os técnicos do INCRA não realizam nenhum tipo de trabalho na área, a EMATER possui apenas um técnico para atender a toda região próxima do município de Matinhas, não dispondo de um profissional adequado para apoiar a organização da comunidade. Assim, existem dificuldades objetivas para fazer o trabalho técnico, maiores ainda para realizar o

trabalho organizacional e social. O Projeto Cooperar também não atua mais no assentamento. O Lumiar, que realiza de forma bem sucedida este tipo de trabalho, não atua na área, só em assentamentos criados após 1996. Verifica-se o total abandono do assentamento pelos órgãos públicos responsáveis por atividades de apoio.

ESTADO DA PARAÍBA
QUADRO 10 – PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS DO ASSENTAMENTO CAJÁ
1990 – SETEMBRO/1999

	Pontos Fortes	Pontos Fracos
1990	a localização do assentamento no Brejo Paraibano;	falta de reservatório d'água;
	a terra ter boa fertilidade;	falta de recursos financeiros/crédito;
	os assentados possuem experiência na agricultura;	a elevada declividade do terreno;
	a população jovem tem interesse em continuar trabalhando na agricultura.	a comercialização – venda dos produtos aos atravessadores.
1999	Proximidade da zona urbana;	parcela da área não serve para agricultura;
	Localização no brejo;	falta abastecimento d'água;
	Área que produz fruticultura.	os lotes são pequenos;
		falta de organização coletiva.

Fonte: INCRA/PNUD/SUDENE, 1990 e EMATER/PB, setembro de 1999.
Elaboração própria

3.6- Considerações Finais

No plano geral, a situação socioeconômica das famílias assentadas do Cajá melhorou no período de 1990 a 1999, sendo possível perceber-se clara evolução. Isto apesar de se verificar uma intervenção esporádica e desarticulada do Estado, como também a falta de cumprimento por parte das autoridades das etapas propostas na política de assentamento, assunto abordado no capítulo II da dissertação. Isto só salienta a disposição das famílias para o enfrentamento dos diversos problemas – falta de infraestrutura, declividade do terreno, dificuldades de comercialização e o não acesso à tecnologia, entre outros -, fato evidenciado pela permanência das famílias selecionadas no assentamento.

Destacam-se neste estudo os seguintes pontos relevantes como resultado da avaliação socioeconômica do assentamento Cajá:

1º) as famílias passaram da condição de sem terra para assentados com uma titulação provisória da terra (carta de anuência);

2º) houve melhoria nos quesitos infraestrutura, educação e saúde;

3º) melhora a situação econômica das famílias assentadas, principalmente se compararmos os dados de 1990 com os de 1996, que revelam aumento da produção e da área plantada com culturas de mercado (banana e laranja); elevada produtividade do feijão, milho e banana, acima da média do município de Alagoa Nova; aumento da renda; acesso ao crédito e nível de aquisição de eletrodomésticos;

4º) existe necessidade de investimentos para capacitar os assentados no uso e aquisição de novas tecnologias voltadas à aplicação nas atividades agropecuárias;

5º) estimular práticas coletivas para reduzir custos de produção, aumentar os ganhos na comercialização, aumentar a produtividade do trabalho e a renda familiar.

Na discussão de caráter mais geral a respeito da importância destas experiências de redistribuição de terras configuradas no aumento do número de assentamentos no Brasil e espelhadas nos resultados da pesquisa realizada neste trabalho, verificam-se dois aspectos importantes presentes nos assentamentos e já destacados por Silva (1994): trata-se, por um lado, da contribuição *"social"* destes programas na diminuição da pobreza rural e não apenas de sua participação como indutor do desenvolvimento das forças produtivas; por outro lado, que a pequena produção não é responsável pelo *"circuito alimentar"* da força de trabalho de grandes cidades no país, por isso, os assentamentos não teriam uma expressão maior em termos econômicos.

Haveria, de todo modo, a necessidade de resgatar o papel da pequena produção familiar no cenário da agricultura brasileira, a partir da implementação de políticas públicas. Segundo Abramovay (1994), o que está em jogo é a implantação de assentamentos para melhoria das condições de vida de milhões de famílias em situação precária, como destaca:

> ***"Caso, (...), haja políticas públicas que partam do princípio de que a agricultura familiar pode ter um papel importante na maneira como se organiza o capitalismo agrário, então existirá uma chance de que as necessidades econômicas de aumento da oferta sejam organicamente integradas ao combate á pobreza".***

Os estudos de viabilidade econômica (GRANZIROLI, 1992; ZAMBERLAM & FLORÃO, 1991; LOPES, 1992), anteriormente expostos, apresentam pontos essenciais para a leitura da realidade dos assentamentos no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul e de Sergipe: o aumento da produção e índices de produtividade, em determinado período superior aos do município onde se localiza o assentamento; a capacidade dos assentados em auferir uma renda superior à dos agricultores da região; a participação de diversas fontes na composição da renda familiar (agropecuária, aposentadorias, trabalhos temporários etc.); a integração dos assentados ao mercado através da venda de seus produtos e do consumo de outros produtos (industrializados); a melhoria com relação ao uso de tecnologia; o acesso às linhas de crédito do PROCERA; a melhoria em infraestrutura, educação e saúde; a aquisição e uso de eletrodomésticos e o aumento da participação coletiva. Enfim, os assentados, à medida que lhes é propiciado acesso à posse da terra, melhoram suas condições de vida, a despeito dos desgastes vividos no enfrentamento dos inúmeros problemas salientadas ao longo deste trabalho.

Todos os indicadores aqui apontados, exceto o que se refere à incorporação/uso de tecnologia, foram constatados na pesquisa e serviram para comprovar a existência de uma evolução socioeconômica dos assentados do Cajá de 1990 a 1999.

O trabalho de Leite (1988) deixa claro a necessidade de uso de uma tecnologia moderna nos assentamentos para que estes possam competir e se integrar ao mercado capitalista. Nos assentamentos estudados por este autor também se destaca melhorias na unidade familiar de produção e na condição de vida dos assentados, neste caso a partir de sua tecnificação.

Os trabalhos de Bergamasco, Ferrante & D'Aquino (1989) realizam estudam aprofundado da realidade dos assentamentos rurais mostrando os mundos existentes, desde a história dos assentados até o seu sucesso/insucesso, construído permanentemente em um cenário caracterizado pelas ações, expectativas, projetos e sonhos dos assentados, o antes e o depois do assentamento, como foi demonstrado ao longo do capítulo III, no estudo do Cajá.

CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo realiza-se o fechamento-síntese do trabalho, apontando algumas considerações a respeito dos assentamentos rurais na Paraíba e com relação ao estudo socioeconômico do assentamento Cajá na comparação entre os indicadores de 1990 e 1999. Não se tem a pretensão de elaborar conclusões para um tema tão complexo, mas sim a de apontar alguns caminhos para reflexão e pesquisa.

Discutir os assentamentos traz à tona o sentido da urgência que a realização de uma efetiva reforma agrária tem para o Brasil. Trata-se da necessidade de transformar as estruturas agrária e fundiária, democratizando o acesso à terra para os trabalhadores do campo e lhes oferecendo o necessário apoio para sua emancipação social e integração econômica. Este apoio significa aportes em termos de infraestrutura, crédito, assistência técnica e tecnologia social de organização comunitária.

O Brasil é um dos poucos países do mundo onde, embora se conviva há quase 500 anos com a injustiça no campo, reflexo de uma intolerável concentração fundiária, não se ousou implantar uma reforma agrária ampla e conseqüente. Pelo contrário, ampliou-se a dívida social para com os cidadãos que trabalham na agricultura e aumentou-se a pobreza no campo, bem como na cidade.

No PNRA (1985) ostenta-se contradições entre propostas iniciais e resultados efetivos, muito em função de uma série de alterações legais nas instituições responsáveis pela política de reforma agrária e pelas limitações administrativas e orçamentárias que apresentam; todavia, na materialização de uma política limitada de distribuição de terras executada através deste Plano e complementada pela política de assentamento (1987), os assentamentos rurais surgem como uma resposta ao problema do campo.

Percebe-se um aumento significativo, desde a década de 80, de intervenções pontuais de redistribuição de terras, surgidas, principalmente, como resposta à disseminação dos conflitos de terra no campo. Na década de 90 a implantação de assentamentos rurais se amplia, como resultantes das ocupações cada vez mais freqüentes lideradas pelo MST. É inegável que as diferentes experiências dos assentamentos rurais criaram um espaço importante de discussão sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais que envolvem o tema, ao mesmo tempo que apresentam elementos fundamentais para a retomada do debate sobre a reforma agrária no Brasil.

Nos assentamentos encontram-se duas faces distintas: de um lado, uma política governamental incapaz de criar e articular condições econômicas e sociais sólidas para o êxito dos projetos; de outro lado, uma notável capacidade de resistência e de fixação das famílias de agricultores no assentamento. Apesar dos escassos investimentos realizados, nos projetos de assentamento são encontrados, grosso modo, resultados surpreendentes em termos de produção, produtividade, inserção no mercado e infraestrutura, além de se garantir consumo alimentar mínimo para os produtores e suas famílias. A falta de cumprimento das intenções e metas preconizadas na política de assentamento cria obstáculos à permanência das famílias; mas mesmo diante deste cenário *"da falta"* e *"da necessidade de"*, no assentamento existe um *locus* positivo de reprodução social da família, frente à situação de vida anterior dos assentados como sem terra. Na condição de assentados, o processo cotidiano de luta pela sobrevivência apresenta-se menos doloroso.

Nos assentamentos rurais do estado da Paraíba não se foge à regra do restante do país: eles surgiram, em sua maioria, como medida paliativa para a resolução emergencial dos conflitos sociais que ganham notoriedade no estado e, acima de tudo, para abafar as tensões sociais no campo.

Como resultados do estudo socioeconômico realizado no assentamento Cajá pode-se apontar melhorias em termos de infraestrutura, educação e saúde; em aspectos econômicos relevantes como no aumento e diversificação da produção, no incremento da produtividade, na ampliação da renda dos agricultores, no acesso e uso do crédito para produção, na aquisição de eletrodomésticos, instrumentos de trabalho e veículos. Este aparentemente vigoroso desenvolvimento deve-se, basicamente, à vontade de trabalho do micro agricultor de base familiar.

Há, porém, muito o que fazer, principalmente do ponto de vista da organização coletiva. Se na luta pela terra os agricultores se uniram e trabalharam na forma mais simples de cooperação - o mutirão - plantando feijão, milho e macaxeira, quando se tornam assentados passam a viver os desgastes e entraves do cotidiano, caracterizados pelas diferentes perspectivas, projetos e sonhos de cada família com relação à área. Os assentados sentem dificuldades em desenvolver sua luta em um outro patamar, consolidando um projeto coletivo de viabilização social e econômica das terras que passaram a possuir. Esta falta de organização coletiva levou ao não aproveitamento do lote destinado aos trabalhos comunitários e transformou a Associação dos Moradores do Cajá em uma entidade *pró-forma,* anêmica de participação. Isto se deve à falta de conscientização dos assentados de que o caminho da coletivização otimiza recursos e os fortalece politicamente, economicamente e socialmente.

Com a intervenção esporádica e desarticulada do Estado, caracterizada pela falta de apoio imediato na fase de emergência (após a seleção das famílias), pelas dificuldades de acesso ao crédito de investimento, pela falta de infraestrutura e de apoio à produção e comercialização, gerou-se lacunas na implantação do assentamento. Além disso, no assentamento Cajá não se implantou a assistência técnica do Lumiar. Mesmo assim, os assentados construíram casas, plantaram, colheram e continuam no assentamento, apesar da atual fase de estiagem, que tem prejudicado de forma desastrosa a agropecuária.

É certo que estas famílias estão longe de serem considerados pequenos produtores tecnificados do Brejo Paraibano. Mas, sem sombra de dúvidas, houve avanços nesses nove anos no assentamento Cajá, o que levou à permanência dos assentados na área.

As informações apresentadas no corpo deste trabalho indicam, enfim, uma sensível melhoria de vida dos trabalhadores do Cajá a partir de sua condição de agricultores assentados e conseqüente integração ao circuito de consumo e venda de produtos, mesmo que pequeno. O grande desafio a ser enfrentado é o desenvolvimento de formas de coletivização que organizem o potencial produtivo do assentamento e revertam numa vida mais próspera e feliz para todas as famílias.

Pode-se verificar, à luz dos resultados obtidos no Cajá que, no plano geral, os assentamentos constituem um espaço de reprodução de unidades familiares, cuja contribuição social é de fundamental importância para diminuição da pobreza no campo. Ainda mais quando se verifica que o processo de modernização da agricultura colaborou para o aumento do número de agricultores sem terra e deixou de gerar boa parte das oportunidades de trabalho que existiam na agricultura, além de servir para amenizar os problemas sociais das grandes cidades, na medida em que gera trabalho e renda para o homem do campo, como também possui uma enorme capacidade de contribuir para sua fixação no campo demonstrado pelo baixo índice de evasão nestes núcleos.

No aspecto econômico, nos assentamentos encontra-se perspectiva de evolução. Apesar do baixo nível de tecnologia existem bons resultados, em termos de produção e índice de produtividade, portanto, pode-se dar respostas econômicas surpreendentes, principalmente, se existirem formas de organização coletiva, como cooperativas e associações. É necessário pensar em políticas públicas que possam apoiar financeiramente os assentamentos, pois eles podem constituir-se em um caminho de participação relevante da pequena produção no seio da agricultura, produzindo efetivamente para o mercado, integrados através de redes de comercialização. Não se trata de fomentar políticas assistencialistas ou paternalistas, e sim promover o suporte básico inicial para a sua decolagem econômica e social, garantindo sua sustentabilidade e a autogestão.

Há um longo caminho a trilhar, mas grandes passos já foram dados. Neste percurso, a força do homem nordestino do campo se fez valer, a despeito do clima e das dívidas sociais acumuladas pelo país para com seus filhos.

ABSTRACT

In the '90s, it could be observed a increase of social conflicts in country and the struggle for land has been the main peasants weapon to guarantee their possession. In this frame, and related to a limited State politics of land redistribution, the rural registrations arose in familiar agriculture context. The purpose of this work is to study the social and economic profile of Cajá registration, placed in Brejo Paraibano, comparing the '90 to '98 indicators. The results it has reached demonstrate that has been occurring a improvement of life condition of the registration people. In despite of the difficulties faced for them - the ground declivity, lack of infrastructure, low level of technology, no credits in the planting time and the lack of a collective organisation -, there was a increase in the family income and in the happiness of working and living in registration.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS, L...|et al.|. (Orgs.) *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____, Ricardo, CARVALHO FILHO, José Juliano de. Reforma agrária: o sentido econômico de uma política distributivista. In: Reforma Agrária, *ABRA*, Campinas, mai/ago, 1993.

_____, Ricardo, CARVALHO FILHO, José Juliano de. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. In: Reforma Agrária, *ABRA*, Campinas, set/dez, 1994.

ANDRADE, Manoel Correia de. Nordeste: *A Reforma Agrária Ainda é Necessária?*. Recife: Editora Guararapes, 1981.

ANDRADE, Maristela; PEREIRA, Carlos Alberto; NOBRE, Miriam. *Coletivização: uma proposta para os camponeses (primeiras indagações acerca das ações do Estado na fixação e organização de famílias de trabalhadores rurais para fins de reforma agrária)*, São Paulo, 1989 (mímeo).

BEAUD, Michel. *Arte da tese – como redigir uma tese de mestrado ou doutorado ou qualquer outro trabalho universitário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ACI. *Cooperativismo*, San Jose, 1997.

AZEVEDO, Fernando A. *As Ligas Camponesas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

IENO NETO, Genaro, BAMAT, Thomas, (Orgs.) *Qualidade de Vida e Reforma Agrária na Paraíba*. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.

BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização. In: MEDEIROS, L...|et al.|. (Orgs.) *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____, FERRANTE, Vera L. B. Assentamentos Rurais: Caminhos e Desafios de Pesquisa. In: ROMEIRO, A. et al. (Org.). *Reforma agrária: produção, emprego e renda*. Petrópolis: Editora Vozes/IBASE/FAO, 1994.

_____, FERRANTE, V. L. B., e D'AQUINO, T. *Assentamentos em balanço: a roda viva de seu passado/presente*. In: Encontro anual da ANPOCS, 12, Caxambu, 1989 (mímeo).

_____,do CARMO, Maristela Simões. Reforma Agrária dá Certo? O (in)Sucesso dos Assentamentos de Trabalhadores Rurais. In: Reforma Agrária, *ABRA*, Campinas, 21(1) jan/abr, 1991.

BNB. *Programa Nordeste Competitivo – financiamento à agropecuária*. Recife, 1997 (mimeo).

BRUM, Argemiro J. *O Desenvolvimento Econômico Brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 11ª edição, 1991.

CONCRAB. Reforma Agrária – uma luta de todos. *Revista "CONCRAB: quatro anos organizando a cooperação"*, São Paulo, 1996.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. *Caderno de Cooperação Agrícola nº 5*. São Paulo: FENAI/Gráfica Bancários, 1998.

CPT. *Conflitos de terra na Paraíba, 1972 – 1995*. World wide web: http:// www. Openline. com. br/, setembro/1999.

CPT. *Espinhoso caminho para a liberdade – conflitos no campo*. Goiânia: Edições Loyola, 1991.

DELGADO, Guilherme da C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. S. Paulo, Ícone – UNICAMP, 1985.

DOU. *Lei nº 8.629*, de 25 de fevereiro de 1993, Brasília.

EMATER – PB. *Projeto de financiamento do assentamento Cajá*, Alagoa Nova, 1992 (mímeo).

EMATER – PB. *Relatórios de visita técnica ao assentamento Cajá*, Alagoa Nova, 1990 (mímeo).

ESTERCI, N., MEDEIROS, L. S., FRANCO, M.P., LEITE, S. Assentamentos rurais: um convite ao debate. In: Reforma Agrária, *ABRA*, Campinas, 22(3) set/dez 92.

FETRABALHO. *Cooperativismo de Trabalho*, São Paulo, 1998.

FIBGE. *Censo Agropecuário 1995/1996*. World Wide Web: http:// www. Ibge. Org. com. br/, setembro/1999.

FUNDAP. *Estatuto da Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do Estado da Paraíba*. João Pessoa, 1981 (mímeo).

GABINETE DO MINISTRO DO EXTERIOR DE POLÍTICA FUNDIÁRIA/INCRA – DP/PROCERA/LUMIAR. *Normas de Administração, Gerais e Operacionais*. Brasília, 1997.

GALINDO, Osmil, MACEDO, Werter. Assentamentos de Reforma Agrária no MA e no CE: Análise de alguns aspectos sócio-econômicos, *Raízes*, Campina Grande, nº 9 - jan 93/ jan 94.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. *Projeto Cooperar*, João Pessoa, 1998.

GRANZIROLI, Carlos Enrique. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. Rio de Janeiro, 1992 (mímeo).

_____. Reforma agrária: viabilidade econômica no contexto de uma política agrícola em transformação. In MEDEIROS, L...|et al.|. (Orgs.) *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

INCRA/CEPRO/LUMIAR. *Análise do impacto da ação das equipes locais do projeto Lumiar na Paraíba*, João Pessoa, 1998 (mímeo).

INCRA/CRUB/UnB. *I Censo de Reforma Agrária*, Brasília, 1997.

INCRA/PB. *Plano Regional de Reforma Agrária da Paraíba*, João Pessoa, 1985 (mímeo).

INCRA/PNUD. *Projeto Lumiar*. Brasília, 1997.

INCRA/PNUD/SUDENE. *V Curso de Gestão em Áreas de Assentamentos Rurais*. Recife, 1990.

INCRA. *Programa Emergencial de Reforma Agrária*, Brasília, 1993.

INCRA/SIPRA. *Normas de Assentamento - DP Nº 001/98*, Brasília, 1997.

INCRA. World Wide Web: http:// www. incra. gov. br, 1997.

INCRA. World Wide Web: http:// www. incra. gov. br, maio/1999.

MA/INCRA/DP. *Metodologia para Programação Operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores*. Brasília, 1971.

MEDEIROS, Leonilde S. de, Sousa, Inês. C. de, ALENTEJANO, P.R.R. O Promissor Brasil dos Assentamentos Rurais. *Proposta*, Rio de Janeiro, nº 77 – junho/agosto de 1998.

MIRAD/INCRA. *Política de Assentamentos*. Brasília, 1987.

MILHOMEN, Alzirene de Vasconcelos. ARAÚJO, Laudicéia. Os Planos de Reforma Agrária. Série Debates Nº 53, *Cadernos de Economia.* UFPB/Mestrado em Economia. Campina Grande, 1996.

MOREIRA, Emília, TARGINO, Ivan. *Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

MOREIRA, Emília. *Atlas de Geografia Agrária da Paraíba.* João Pessoa: Editora Universitária - UFPB/INCRA, 1997.

MOREIRA, Orlandil de Lima. SILVA, Severino Bezerra da. *Quandú: Uma experiência de assentamento*. João Pessoa: Imprell Gráfica e Editora Ltda, 1997.

NOVAES, José Roberto. I Programa nacional de reforma agrária: e o sonho, acabou?, *Cadernos do CEAS*, Salvador, nº 109, jan/fev, 1987.

LEITE, Sérgio Pereira. *"Estado, modernização tecnológica e reforma agrária"*, 13º Encontro do PIPSA, Rio de Janeiro, 1988 (mímeo).

_____. *A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80.* Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro:UFRRJ/CPDA,1989 (mimeo).

LEITE, Sérgio Pereira. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infra-estrutura em assentamentos rurais paulistas (1984 – 1989). In: MEDEIROS, L...[et al.]. (Orgs.) *Assentamentos Rurais – uma visão multidisciplinar.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. O Estudo dos Assentamentos Rurais e os parâmetros da Ciência Econômica. In: ROMEIRO, A. et al. (Org.) *Reforma agrária: produção, emprego e renda.* Petrópolis: Editora Vozes/IBASE/FAO, 1994.

_____. Assentamentos de trabalhadores rurais: caminhos e descaminhos da política fundiária (o caso de São Paulo). In*: anais da SOBER (O Estado e a agricultura)*, agosto de 1988.

_____ & ESTERCI, Neide . [et al.] Assentamentos Rurais: Um convite ao debate, Campinas, *ABRA*, 22(3), set/dez, 1992.

LOPES, Eliano Sérgio A. *A reforma agrária em Sergipe: notas preliminares sobre o projeto de assentamento Barra da Onça*, Aracajú, 1987 (mímeo).

_____. Projeto de assentamento Barra da Onça: dois anos depois, o que mudou?, Campinas, *ABRA*, 22(3), set/dez, 1992.

MST. *Balanço do Governo FHC (1995 - 1998) na Reforma Agrária.* São Paulo, 1999 (mímeo).

MST. *Dinamizando a agricultura e criando empregos: com reforma agrária e um novo modelo de desenvolvimento*, São Paulo, 1999.

PNRA (Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985), Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1985.

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA/ICA. *Organização de Associações,* 4ª edição. São Paulo, 1995.

SILVA, José Graziano da. "Mas qual reforma agrária?", In: *Revista de Reforma Agrária*. Ano 17, nº 1, 1987.

_____. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: Stédile, J. P. et al. (Orgs.). *A Questão Agrária Hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. Urbanização e pobreza no Campo. In: RAMOS, P. [et al.] (Orgs.) Agropecuária e Agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas, Campinas: *ABRA,* 1995.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. *Terra de Morada: diagnóstico sóciocultural do assentamento Fazenda Santa Catarina*, Monteiro – Paraíba. João Pessoa: Para'iwa, 1997.

SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

STÉDILE, João Pedro, SÉRGIO, Frei. *A luta pela terra no Brasil*, Barcelona, sem data; trad. La lucha por la tierra en el Brasil.

TARGINO, I., NEVES, M. A M., CORREIA, M. C., SILVA, M. G. G. *Evasão de agricultores em áreas de reforma agrária: o projeto integrado de colonização de Rio Tinto – PB*. UFPB, João Pessoa, sem data (mímeo).

TEXEIRA, Gerson. *O Censo Agropecuário de 1996: uma radiografia dos resultados de 11 anos de neoliberalismo no campo brasileiro*. Brasília, 1999 (mímeo).

ZAMBERLAM, J., FLORÃO, S. Impacto dos assentamentos na economia de quatro municípios na região de Cruz Alta (RS). In: GORGEN, S. A, STÉDILLE, J. P. (Orgs.) *Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária.* Petrópolis: Vozes, 1991.